



ÉRICO  
SACHS  
TEXTOS  
ESCOLHIDOS  
VOL. 1

**CVM**

Centro de Estudos Victor Meyer

A black and white portrait of Érico Sachs, an older man with short, light-colored hair, wearing dark-rimmed glasses and a patterned jacket over a dark turtleneck. He is smiling slightly. The image has a halftone or dithered texture.

**ÉRICO  
SACHS**  
TEXTOS  
ESCOLHIDOS  
VOL. 1



ÉRICO  
SACHS  
TEXTOS  
ESCOLHIDOS  
VOL. 1

**CVM**

Centro de Estudos Victor Meyer

© 2023 Érico Sachs

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida, total ou parcialmente, por quaisquer métodos ou processos, sem autorização do detentor do copyright.

**Copidesque**

BR75 | Aline Canejo

**Revisão**

BR75 | Julya Tavares

**Projeto gráfico de capa**

BR75 | Raquel Soares

**Projeto gráfico de miolo**

BR75 | Raquel Soares

**Diagramação**

BR75 | Raphael Chiacchio

**Produção editorial**

BR75 | Clarisse Cintra e Silvia Rebello

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Angélica Ilacqua CRB-8/7057

---

S126e Sachs, Érico

Érico Sachs: textos escolhidos, vol. 1/Érico Sachs.

Rio de Janeiro: Edite, 2023.

472 p.

Bibliografia

ISBN 978-65-86850-17-8

1. Ciência política 2. Brasil – História 3. Comunismo 4. Sachs, Érico  
Czaczkes, 1922-1986 5. Filosofia marxista I. Título

23-0493

CDD 320

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciência política

# SUMÁRIO

|                                                                                                          |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Glossário de siglas                                                                                      | 7          |
| Apresentação                                                                                             | 10         |
| <b>DAS ORIGENS DA POLÍTICA OPERÁRIA AO BALANÇO DOS ANOS 1960/PARTE 1</b>                                 | <b>16</b>  |
| O comunismo nacional nas democracias populares                                                           | 31         |
| O movimento revolucionário brasileiro na encruzilhada                                                    | 39         |
| Marxismo ou apologética nacionalista?                                                                    | 53         |
| Jânio Quadros define o caráter do seu governo                                                            | 84         |
| Por uma Frente de Trabalhadores da Cidade e do Campo                                                     | 96         |
| Caminho e caráter da Revolução Brasileira                                                                | 103        |
| <b>INTERREGNO CONJUNTURAL (1974/1978)/PARTE 2</b>                                                        | <b>218</b> |
| Carta de longe                                                                                           | 229        |
| Resolução de Friburgo                                                                                    | 242        |
| Palavras necessárias                                                                                     | 248        |
| Como aprender, com quem aprender                                                                         | 262        |
| Liquidar o passado para destruir o futuro?                                                               | 308        |
| Meias-verdades não resolvem                                                                              | 359        |
| Carta a um “revolucionário que se preza”                                                                 | 377        |
| <b>O RETORNO DO EXÍLIO: A TRANSIÇÃO DO PODER BURGUEÊS E A FIRMEZA REVOLUCIONÁRIA (1980/1986)/PARTE 3</b> | <b>402</b> |
| O PSB e a fase atual da luta de classes                                                                  | 409        |
| Introdução aos 20 anos da POLOP                                                                          | 416        |
| Preparar o ativo nacional                                                                                | 422        |

|                                     |     |
|-------------------------------------|-----|
| Em que pé estamos?                  | 426 |
| Partido, vanguarda e classe         | 438 |
| O que podemos esperar das eleições? | 457 |
| Andar com os próprios pés           | 463 |
| Os trabalhadores e a constituinte   | 469 |

## GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ALN – Ação Libertadora Nacional

APML – Ação Popular Marxista-Leninista

BS – Revista *Brasil Socialista*

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CN – Comitê Nacional

**Comintern** – acrônimo de *Communist International* (inglês):  
Internacional Comunista

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DC – Partido Democrata Cristão do Chile, fundado por Eduardo Frei em 1957, conhecido como Democracia Cristã.

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

ER – Esquerda Revolucionária

GFR – Grupo de Formação Revolucionária

GRT – Governo Revolucionário dos Trabalhadores

IC – Internacional Comunista

**Komintern** – acrônimo de *Kommunistische Internationale* (alemão): Internacional Comunista

MAPU – Movimento de Ação Popular Unitária.

MIR – Movimento de Esquerda Revolucionária (em espanhol: *Movimiento de Izquierda Revolucionária*)

MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

MRPO – Movimento de Reorganização da Política Operária

MRT – Movimento Revolucionário Tiradentes

**OCML-PO** – Organização de Combate Marxista Leninista Política Operária  
**ORM-PO** – Organização Revolucionária Marxista – Política Operária  
**OSP** – Oposição Sindical Proletária  
**PCB** – Partido Comunista Brasileiro  
**PCBR** – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário  
**PCdoB** – Partido Comunista do Brasil  
**PCUS** – Partido Comunista da União Soviética  
**PCE** – Partido Comunista Espanhol  
**POC** – Partido Operário Comunista  
**POUM** – Partido Operário de Unidade Marxista  
**PR** – Partido Radical  
**PRI** – Partido Revolucionário Institucional  
**PS** – Partido Socialista  
**PSB** – Partido Socialista Brasileiro  
**PTB** – Partido Trabalhista Brasileiro  
**PSD** – Partido Social Democrático  
**PT** – Partido dos Trabalhadores  
**PTCP** – Plano Tático de Construção Partidária  
**ROP** – Recuo Organizado Provisório  
**SR** – Secretaria Regional  
**Sofofa** – Sociedade de Fomento Fabril  
**TD** – Tribuna de Debates  
**UP** – Unidade Popular  
**UNE** – União Nacional dos Estudantes  
**URSS** – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
**VAR** – **Palmares** – Vanguarda Armada Revolucionária Palmares  
**VPR** – Vanguarda Popular Revolucionária



## APRESENTAÇÃO

Em 11 de março de 1922 nascia em Viena, Áustria, Erich Czaczkes, que se naturalizou em 1955 no Brasil com o nome de Érico Czaczkes Sachs.

A maneira como os brasileiros pronunciavam o seu nome de origem alemã e o sobrenome de origem ucraniana ensejou que escolhesse como pseudônimo jornalístico “Eric Sachs”, acabando por aproveitá-lo no seu documento de naturalização. Em sua atuação revolucionária assinou seus textos utilizando também outros pseudônimos, como Eurico Mendes e Ernesto Martins.

Para comemorar o centenário de Érico Sachs, o Centro de Estudos Victor Meyer (CVM)\* decidiu iniciar um projeto de publicação das principais obras desse “marxista estrito”, conforme definiu Antonio Candido, mas cujo marxismo tinha antes de tudo uma dimensão militante, transformando-o seguramente em um dos mais importantes pensadores revolucionários brasileiros.

Esta publicação contém diversos textos inéditos e outros já disponíveis para o público mediante *download* gratuito no Portal do CVM. Foi o resultado de um longo e árduo trabalho dos editores no cotejamento da transcrição dos textos com os

---

\* Portal do CVM: [www.centrovictormeyer.org.br](http://www.centrovictormeyer.org.br). Acesso em: 17 de outubro de 2022.

documentos originais, geralmente impressos datilografados ou fotogramas. Esse trabalho de revisão foi essencial para a preservação tanto do conteúdo integral dos textos aqui publicados como do estilo de escrita do autor.

O primeiro volume desta coleção de “textos escolhidos” tem por objetivo dar uma visão geral das ideias de Érico, abordando três períodos distintos de sua atuação revolucionária no país. Para cada uma dessas partes, o CVM preparou apresentações específicas que procuram dar ao leitor uma ideia do contexto político e conjuntural em que os textos foram produzidos.

A primeira parte, que abrange o período imediatamente anterior à fundação da Política Operária, em 1961, se estende até 1970, abarcando, assim, também os anos iniciais da ditadura militar. A apresentação dos textos deste período coube a Glaudionor Barbosa e Eduardo Stotz, membros do CVM.

Deve-se ressaltar que Érico foi preso em 1969 e conseguiu escapar da prisão no DOPS do Rio de Janeiro, asilando-se na Embaixada do México. Meses depois conseguiu um salvo-conduto para partir para o exílio naquele país, transferindo-se para a Alemanha no final de 1970. Foi nesse período que escreveu sua contribuição política mais importante, **Caminho e caráter da Revolução Brasileira**, onde faz uma espécie de balanço geral da atuação da esquerda revolucionária antes e depois do golpe. Por essa razão e merecidamente, ela já foi objeto de publicação em diversas coletâneas anteriores.

Na presente edição, entretanto, incluímos a tradução de um Prefácio inédito, escrito em 1974 para uma versão do texto em alemão. Neste prefácio, o autor aborda para o público europeu o significado das mudanças conjunturais ocorridas no Brasil e no Chile para a estratégia e a tática do movimento comunista na América Latina.

A segunda parte, apresentada por Sérgio Paiva, membro do CVM, corresponde a uma conjuntura em que o regime militar começava a dar os seus primeiros sinais de enfraqueci-

mento, mas o movimento operário ainda não havia despontado no cenário político nacional, como o faria após 1978, com as greves de São Bernardo.

Foi um momento em que as duras condições de luta e a derrota da alternativa de enfrentamento militar com o regime repercutiam nas organizações revolucionárias brasileiras, produzindo propostas táticas à direita e à esquerda. Exilado na Alemanha, Érico tentava influir no debate, criticando tanto a “plataforma democrática” da maioria dos grupos como os esquemas subjetivistas adotados pela própria Política Operária, tendo como base a teoria da dependência.

A terceira parte dessa coletânea, apresentada por Samuel Warth, membro do CVM, corresponde ao período em que Érico retornou ao país, aonde chegou, em 1980, beneficiado pela Lei de Anistia, e encontrou um ambiente político fervilhante, com a fundação do PT e da CUT. Desse período até a sua morte, em 1986, procurou trabalhar intensamente pela unificação dos diversos grupos da Política Operária, de forma que pudessem contribuir para acelerar o processo de organização independente dos trabalhadores, que se dava tanto no ambiente sindical como no político.

Ao decidir voltar para o Brasil, assim que isso se tornou possível, Érico abandonou uma existência confortável como professor da Universidade de Heidelberg e retornou para retomar o objetivo principal de toda a sua vida: trabalhar pela Revolução Brasileira, pela superação do capitalismo e pela implantação de uma sociedade sem classes no país.

Tendo morrido precocemente, aos 64 anos, em decorrência de sua saúde debilitada e da precariedade de suas condições materiais de vida, Érico Sachs deixou para os brasileiros um exemplo de dedicação à luta revolucionária e uma obra que merece ser divulgada e discutida, pois representa, antes de tudo, a aplicação do método materialista de Marx às condições históricas da sociedade brasileira.

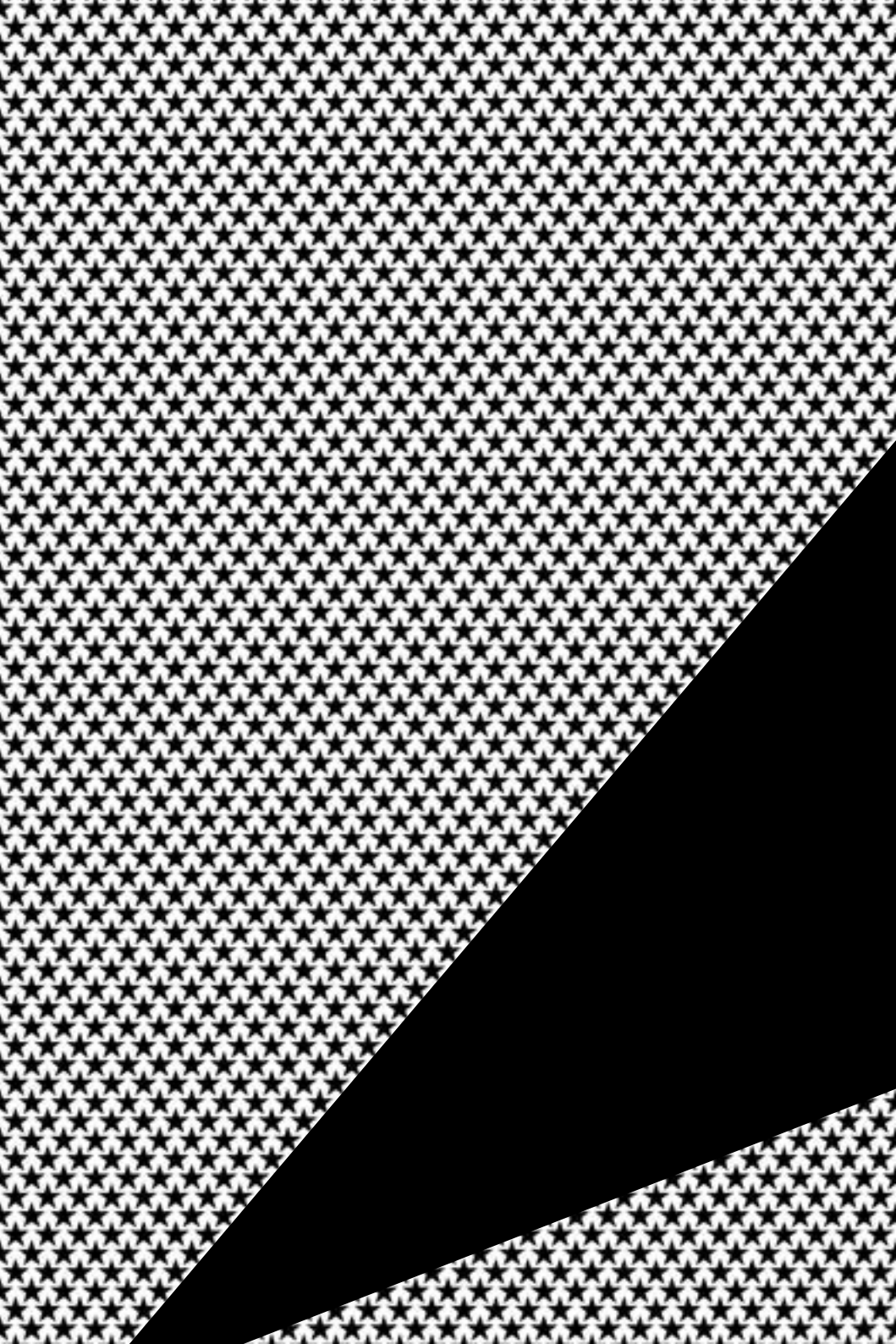
Érico defendia que o processo de organização independente dos trabalhadores no país, enquanto classe com interesses próprios e opostos aos da burguesia e de suas diversas frações, ainda não havia sido concluído, o que os impedia de pesar politicamente no cenário nacional.

Passados 36 anos de sua morte, pode-se dizer que pouco se avançou nesse processo, tendo havido em certos aspectos até retrocessos em relação à realidade dos anos 1980. Contudo, ele sempre destacou, desde a Convocatória para o I Congresso da POLOP, a necessidade de entender as condições em que se desenvolviam a luta de classes e o papel nestas desempenhado pelo proletariado industrial, tanto no Brasil como em outras partes do mundo em diferentes épocas históricas, apreendendo esse processo como expressão do nível de amadurecimento político da classe operária resultante dos enfrentamentos de classe.

A importância desempenhada por esta análise no conjunto dos documentos aqui selecionados — na qual enfatiza-se a exigência da vanguarda teórica de aprender a lidar com as formas de luta e de organização que o movimento operário vivo desenvolve espontaneamente, avançando com ele ações politicamente conscientes — deve ser ressaltada exatamente para nos advertir contra a permanente ameaça do voluntarismo.

Tudo isso torna os textos de Érico ainda bastante atuais e úteis para a compreensão da realidade e uma bússola segura para trilhar o caminho da Revolução Brasileira para o socialismo.

Março de 2022 — Coletivo do CVM





# PARTE 1

# DAS ORIGENS DA POLÍTICA OPERÁRIA AO BALANÇO DOS ANOS 1960

Claudionor Barbosa  
Eduardo Stotz

[...] método materialista na prática da militância significa usar a cabeça para traduzir uma realidade existente e adaptar nela a experiência viva da luta. Não significa querer usar a cabeça para inventar sistemas, esquemas ou “estratégias”. E o lado dialético desse materialismo consiste na compreensão do processo todo, de cada momento da luta e de cada mudança da situação. Evita que formulações de determinado momento ou fase de luta sejam generalizadas ou aplicadas sem critério a outras, já diferentes. Evita que a vontade subjetiva do revolucionário se sobreponha à realidade existente. (Érico Sachs) \*

O trecho em epígrafe sintetiza o “marxismo militante” que caracterizou Érico Sachs durante toda a sua vida, resultado, enquanto aprendizado, de seus combates pela linha de atuação revolucionária.

Quando iniciou sua trajetória militante no Brasil, nos idos de 1945, Érico já tivera experiência anterior como gráfico

---

\* Apresentação da edição especial da revista *Marxismo Militante*, comemorativa dos 20 anos da POLOP, janeiro de 1981, p. 5. Disponível em: <http://centrovictormeyer.org.br/>. Acesso em: 17 de outubro de 2022.

e nesta condição assumiu a tarefa da organização de um grupo de operários junto com Antonio Candido. Esse grupo publicou um boletim denominado *Política Operária*, que, conforme as memórias daquele sociólogo e crítico literário, fazia perceber “a liderança do Eric”. Nessa intervenção inicial, firmou sua posição militante. Para Candido, Eric Czaczkes era um “marxista estrito”. Quis dizer “militante”.\*

Contudo, somente depois de sua naturalização como brasileiro em 1955, quando passou a chamar-se Érico, pôde assumir uma militância **aberta**. A crise do stalinismo precipitada pela morte do líder soviético e uma alteração profunda no cenário nacional, decorrente da industrialização acelerada no último lustro desta década durante o governo de Juscelino Kubitschek, criaria a oportunidade histórica do debate em torno da natureza da revolução social e da formação da classe capaz de assumir esta perspectiva. Com o Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, a burguesia viu realizadas suas pretensões de maior industrialização. Na verdade, a segunda metade dos anos 1950 consolidou uma economia capitalista industrial, apesar de deficiente na produção de máquinas e equipamentos. A ditadura militar instaurada em 1964 preencherá esta lacuna.

Embora se soubesse que desde os anos 1930 a indústria já constituía o centro dinâmico da acumulação de capital, produziam-se apenas bens de consumo não duráveis e continuava-se a depender da exportação de produtos primários para a geração de divisas que possibilitavam a importação de bens de capital. Para enfrentar esse desafio, era preciso mais do que uma política econômica adequada, era preciso um esforço concentrado sustentado por poupança interna obtida pela apro-

---

\* Memória: Antonio Candido — A militância por dever de consciência. Fundação Perseu Abramo (FPA) *Teoria e Debate* nº 2 — março de 1988, publicado em 29/03/2006. Entrevista feita por Eder Sader e Eugênio Bucci.

priação da renda nacional, através do efeito da inflação sobre os salários dos trabalhadores e por financiamento externo e consequente espiral de dívida. Inevitavelmente uma situação que provocaria a crise social, o aguçamento da luta de classes.

Aquela conjuntura exigia uma definição mais clara de posições. A crise econômica que se delineava na alta da inflação, a insatisfação das massas de trabalhadores com a carestia, as greves operárias pela recomposição do poder de compra dos salários, a emergência do movimento camponês, a mobilização dos marinheiros e sargentos, em suma, a radicalização da luta de classes, tudo obrigava a um realinhamento político geral na sociedade.

Tal foi o contexto que propiciou, em janeiro de 1961, a fundação da Organização Revolucionária Marxista — Política Operária, ORM-POLOP: reunindo cerca de duas dezenas de militantes. Definiu-se como uma organização de propaganda e de combate ao reformismo dominante, hegemonizado na esquerda pelo Partido Comunista Brasileiro e que defendia o caráter democrático-burguês para a Revolução Brasileira.

Houve toda uma fase de “preparação ideológica” no campo das esquerdas que, assumida por Érico Sachs, antecedeu a formação da POLOP. É nesta que se inserem os textos **O comunismo nacional nas democracias populares** (1957), **O Movimento Revolucionário brasileiro na encruzilhada** (1958) e **Marxismo ou apologética nacionalista?** (1959). Escritos por Érico Sachs com o pseudônimo de Eurico Mendes, são anteriores à fundação da ORM-PO, mas já representam um acúmulo de discussão que aponta para a necessidade de repensar e modificar o que se conhecia como marxismo brasileiro.

O artigo **O comunismo nacional nas democracias populares**, escrito sob o pseudônimo de Eurico Mendes para a revista *Novos Tempos*, nº 2, de outubro/novembro de 1957, analisa as contradições de classe nos países do Leste Europeu, nos quais a revolução foi importada de fora, como parte de um processo

de libertação nacional contra a Alemanha nazista, trazida pelo Exército Vermelho. O chamado comunismo nacional, segundo o autor, expressa as contradições entre os métodos stalinistas surgidos na União Soviética impostos nestes países, conformando-os como Bloco Oriental, e as necessidades de fortalecimento do socialismo no quadro das chamadas democracias populares. Essas contradições, por sua vez, implicam interesses de classe contrapostos entre o proletariado consciente e comunista e a pequena burguesia, voltada para o restabelecimento da propriedade privada. O caráter contrarrevolucionário da pequena burguesia apontado no artigo se faz sentir como uma ameaça real, tal como os eventos da rebelião húngara no ano anterior haviam demonstrado, inclusive apoiando a oposição comunista para alcançar seus próprios desígnios. A liberdade do proletariado decidir, de modo soberano, ou seja, autônomo, quais os métodos mais apropriados para o desenvolvimento de seus países é apresentada como único caminho para superar este antagonismo explosivo.

A intervenção política de Érico face aos rumos da luta de classes no Brasil começa no ano seguinte, procurando aglutinar ideologicamente as forças mais à esquerda existentes no país. Com exceção dos anarquistas, com suas conhecidas limitações, e do Partido Socialista Brasileiro, uma legenda sem uma definição política própria, a esquerda brasileira era monopolizada pelo Partido Comunista Brasileiro, com seus zigue-zagues na linha política, seu atrelamento à Moscou e seu permanente reboque à burguesia, caracterizada como nacionalista, democrática ou popular. O PCB tornara-se praticamente uma seção do PCUS. O mais grave era sua indisfarçável adesão ao stalinismo.

O artigo **O Movimento Revolucionário Brasileiro na encruzilhada** constitui a primeira intervenção política pública de Érico Sachs a respeito da situação política no Brasil. Publicado na revista *Novos Tempos* nº 4 de janeiro de 1958, constitui uma síntese dos desafios do marxismo militante diante

da crise ideológica do stalinismo (então sob a liderança de Khrushchev, que adotara a linha da coexistência pacífica com o imperialismo, abertamente questionada por Mao Zedong) e da necessidade da formação independente da classe operária no Brasil. Trata-se, porém, de um debate com as dissidências surgidas no interior do Partido Comunista Brasileiro desde o ano anterior.

A revista, aliás, tinha sido fundada por intelectuais dissidentes como Agildo Barata, Oswaldo Peralva e outros que, rompendo com o partido, tinham a pretensão de substituí-lo por uma frente nacionalista capaz de lutar pelo socialismo por meio da participação na democracia burguesa. Dirigindo-se formalmente a esta “Corrente Renovadora” que lhe abrira as páginas do periódico, Érico, sem deixar de apontar as limitações ideológicas e políticas desta corrente, mas interessado em “reagrupar as forças revolucionárias conscientes”, apresenta um verdadeiro documento de cunho programático.

A perspectiva nacionalista da “Corrente Renovadora” merece uma crítica especial, com a advertência de que nacionalismo e comunismo não eram correntes que podiam ser abraçadas ao mesmo tempo, mesmo sob motivação “tática”, porquanto teve como resultado a profunda desmoralização do movimento operário e a desorientação dos quadros.

Para ajudar a entender como o PCB foi conduzido a este beco sem saída, Érico faz um balanço da experiência da Internacional Comunista desde a fundação, em 1919. A crítica à ortodoxia stalinista aparece claramente na importância conferida às contribuições de Rosa Luxemburgo e Antonio Gramsci e ao papel nefasto da “bolchevização” dos partidos comunistas recém-organizados nos moldes “russos”, conforme reconhecido por Lenin no IV Congresso, em 1923.

As questões essenciais que irão compor a linha estratégica da POLOP estão ali delineadas, de acordo com o método materialista e dialético de análise, com destaque para a orga-

nização do Partido revolucionário no processo de mobilização independente da classe operária.

A questão essencial de todo Partido Comunista e de todo militante do marxismo revolucionário é auxiliar o proletariado em uma mudança qualitativa fundamental e levá-lo da “situação de uma classe em si para uma classe para si”. Os conceitos de classe e de consciência de classe são formadores do corpo teórico do marxismo. Uma determinada classe está sempre em luta contra outra e, assim, constitui-se e toma consciência de seus interesses nesta luta. Importam as experiências que adquire nas diversas situações enfrentadas conforme as relações de força estabelecidas entre capital e trabalho no plano da economia, da política e da ideologia.

No texto **Marxismo ou apologética nacionalista?** Érico Sachs começa demonstrando como o nacionalismo adquire uma importância crescente já no final dos anos 1950, apresentada pelo PCB como divisor de águas entre os verdadeiros “brasileiros” e os “entreguistas”.

A questão do nacionalismo — aparentemente um elemento progressista de reforço da ideia de Nação e de Soberania, ou de uma barreira contra os estrangeiros que desejam se apoderar de nossas riquezas — não passa de um construto ideológico (uma artimanha) da burguesia brasileira que está, desde 1930, associada ao imperialismo e obtendo benefícios dessa união subordinada.

Mas o que se oculta sob o rótulo do nacionalismo é a defesa da colaboração de classes em detrimento dos interesses do proletariado, posição comum de todas as facções da chamada “esquerda”. Como ressalta Érico Sachs, é a expressão do nacionalismo pequeno-burguês, do “legítimo defensor dos interesses reais da nação”.

É importante identificar que o nacionalismo pequeno-burguês com maior inserção social é de fato conduzido pela grande burguesia, mesmo que operacionalizado na política

prática pelos intelectuais da pequena burguesia. É assim, que essas ideias contrárias ao espírito do marxismo penetram na classe operária, na medida em que convergem para a defesa do crescimento econômico e do nível de emprego.

Observado com cuidado, podemos concluir que no presente temos mais do mesmo. Naquela época a defesa do nacionalismo convergia para a defesa da colaboração de classes sob o argumento do nacionalismo “verdadeiro”, tão verdadeiro que sempre implicava o abandono das reivindicações da classe operária, inclusive o aumento dos salários, em função da grande luta anti-imperialista. Hoje temos a defesa de uma nação soberana que reduza as desigualdades sociais, mas não há papel para o proletariado, muito menos se coloca no horizonte temporal a conquista do poder político, somente viável mediante a mobilização independente da classe operária, em oposição aos interesses da burguesia.

Érico Sachs mostra quais os resultados desastrosos do nacionalismo stalinista sobre a classe operária e do abandono do internacionalismo proletário, inclusive o de deixar morrer movimentos revolucionários e anticoloniais. Por outro lado, indaga ele: quais as questões nacionais não resolvidas no final dos anos 1950? Havia algum problema de fronteira não resolvido? Alguma minoria oprimida? Tropas estampeiras ocupavam parte do nosso território? A resposta é negativa para todas as questões. O Brasil era (é) um Estado-Nação burguês com unidade completa, a saber, territorial, econômica, política e cultural.

Em *Jânio Quadros define o caráter do seu governo* (1960), Érico Sachs, com base em uma avaliação materialista da sociedade brasileira, apresenta aquele governo como o mais burguês de todos, isso como consequência lógica do nível das forças produtivas, com São Paulo, onde se concentrava o maior volume do capital, tendo peso decisivo na direção tomada. Os esforços de modernização do aparelho administrativo

visam atender às necessidades de domínio mais amplo e mais profundo da burguesia. Ou seja, um governo que tenha a imagem refletida das classes que representa, tendo a racionalidade e eficiência como lemas.

Na economia, a preocupação central da burguesia e do governo é com o dilema inflação versus deflação. É fato incontestável que a política inflacionária desempenhou um papel fundamental nos governos brasileiros, tendo sido reforçada no período de Juscelino Kubitschek pela necessidade de aumentar a taxa de exploração, para acumular mais rapidamente, alcançando as taxas de industrialização planejadas. O que não é dito é que essa eficiência da inflação em criar recursos de acumulação tem seus limites na própria acumulação. Com o declínio acentuado da taxa de lucros, a mágica falha. Se continuar sendo aplicada, o resultado é seu contrário, pois o aumento acelerado dos preços faz cair o consumo.

A inflação do pós-guerra ocorre no contexto mundial de forte e sustentada expansão das forças produtivas. No final da década de 1950 e começo da década de 1960 ocorre a primeira crise com saturação dos mercados.

Por outro lado, para garantir o apoio conjunto da burguesia interna e do imperialismo, é preciso fornecer algumas garantias. Assim, se oferece a “compreensiva e decisiva cooperação das classes produtoras, impondo-se de própria iniciativa a contenção dos preços”, enquanto o Ministro do Trabalho pede aos operários que não façam greves naquele momento.

Em suas conclusões, ao apontar a perspectiva do aguçamento da luta de classes, com a polarização entre capital e trabalho, Érico ressalta a disputa ideológica da consciência das massas trabalhadoras pela burguesia representada no governo por Jânio Quadros. Destaca a necessidade de denunciar o caráter de classe de seu governo e exclui qualquer possibilidade de apoio ou acordos, mesmo considerando a política externa oposta aos EUA no caso de Cuba. Assinala, então, a importân-

cia da mobilização da classe e seu esclarecimento pelas novas esquerdas dispersas, capaz de aglutiná-las e de criar as premissas das lutas de massa do amanhã.

No texto **Por uma Frente de Trabalhadores da Cidade e do Campo** (1963), Érico Sachs (sob pseudônimo de Eurico Mendes) analisa a conjuntura nacional e as possibilidades e caminhos para a solução da grave crise em que se encontrava a sociedade brasileira, já em plena fase de agudização do conflito de classes. O reconhecimento de que se tratava de uma crise da burguesia e de seus aliados fornece maior visibilidade ao conjunto. De início apresenta um quadro onde a classe operária poderia ser chamada a apoiar alguma reforma burguesa, mas ressalta que, diferentemente do passado, para isto ocorrer seria preciso contar com o apoio das esquerdas presentes no CGT, na UNE e em outros organismos de massa.

Frente à crise que não abrandava, Érico percebia a existência de um impasse cuja superação, do ponto de vista burguês, poderia ser através de uma ditadura. A burguesia industrial, que prosperara bastante desde Getúlio até Juscelino Kubitschek, então desejava reformas para escapar da situação econômica desesperante, dado o fracasso do Plano Trienal para remover os obstáculos ao processo de acumulação de capital e evitar qualquer tentativa de os trabalhadores virarem o jogo. Enquanto isso, entre os latifundiários e fazendeiros, a ideia básica era de um regime de força que garantisse a extrema exploração e opressão vigentes no campo. Em suma: o segmento mais desenvolvido e urbano ainda avaliava; aquele mais atrasado já estava decidido.

Uma coisa as duas facções do capital tinham em comum: ambas visavam a soluções de força, tinham por objetivo restringir ou mesmo golpear os precários direitos democráticos populares dos quais elas próprias eram fiadoras, tal como escritos na Constituição de 1946. Isso só refletia a situação objetiva da classe dominante, que, em vista da latente crise econômica e

financeira, não via outra saída senão baixar mais ainda o nível de vida das massas trabalhadoras e abafar o seu grito de revolta. Essa situação econômica objetiva determinou, independentemente dos métodos recomendados pelas facções antagônicas, o caráter final do golpe. Mesmo iniciado sob um rótulo de esquerda, no caso pelas reformas de base do governo de João Goulart, uma vez consolidado, ele teria de lançar-se contra o movimento operário e camponês e acabaria desfraldando a gasta bandeira do anticomunismo.

De todo modo, as classes dominantes, se necessário, convergiam para uma forma autoritária de poder, fosse bonapartista ou fascista. Esse movimento tendencial acabaria por se impor caso as soluções democráticas desaparecessem. Qual deveria ser então a proposta da esquerda para evitar a ditadura aberta e indireta da burguesia?

Um proletariado urbano, consciente do seu papel e unido pelos objetivos de luta comuns, estaria em condições de agrupar em torno de si a massa rebelada de camponeses, que começavam a despertar para a luta social e política. Uma **Frente Única dos Trabalhadores da Cidade e do Campo** alteraria, portanto, de modo decisivo, as relações de forças políticas e enfrentaria qualquer iniciativa de ditadura aberta das classes dominantes.

O que impediu a constituição desta frente única dos trabalhadores foi a política colaboracionista da esquerda tradicional, quando mais uma vez defendeu uma frente com a burguesia nacional, atrelando o proletariado aos interesses das classes dominantes.

Para fechar a década de 1960 com um balanço que apontasse alternativas frente a um longo trecho histórico que atingiu toda esquerda e o movimento do proletariado, Érico Sachs, assinando como Ernesto Martins, escreve e publica em 1970 um texto que se tornou clássico para a esquerda. Com um título que diz a que veio, desenvolve este balanço em **Caminho e caráter da Revolução Brasileira**, dividido em quatro partes,

a saber: “Revolução socialista ou caricatura de revolução”, A força motriz do processo revolucionário”, “A teoria e a prática” e “Proletariado brasileiro e a revolução mundial”.

Vale observar, nesta síntese, a retomada de pressupostos delineados em artigos como **O Movimento Revolucionário Brasileiro na encruzilhada** (1958) e de toda a linha política da POLOP desenvolvida desde a fundação até o IV Congresso, em 1967. Mas, como sempre, Érico procura situar os desafios políticos e a necessidade da reflexão teórica exigida no contexto da luta de classes naquele momento. Tendo por trás da ação das dissidências do PCB que aderiam à “luta armada” a referência à Revolução Cubana, desenvolve argumentação sobre o caráter da revolução no Brasil e na América Latina inseparavelmente do caminho capaz de viabilizá-la quando as circunstâncias objetivas permitissem, pois quem quer os fins deve identificar os meios adequados a alcançá-los.

A revolução teria de ser socialista, dada a fase de desenvolvimento do capitalismo alcançada nesta parte do globo, apesar da dependência ao imperialismo.

Érico Sachs mostra não haver lugar para nenhuma revolução democrático-popular ou outro nome semelhante. Para chegar a essa conclusão, baseou-se na condição brasileira de capitalismo industrial atrasado em relação ao capitalismo do centro, mas relativamente desenvolvido em relação à maior parte da chamada periferia, e no fato de que desde 1930 a burguesia industrial, aliada ao latifúndio, tendo o imperialismo como sócio maior e fiador, encontra-se no comando do país através de suas instituições.

Uma vez que a contradição fundamental na sociedade brasileira é a que opõe capital e trabalho assalariado, torna-se necessário, diz o autor, tirar as consequências do ponto de vista do processo revolucionário. É o núcleo da segunda parte do documento cujo subtítulo “A força motriz do processo revolucionário” deixa claro tratar-se do proletariado industrial,

da força social que se encontra nos centros de produção que sustentam a sociedade burguesa no Brasil. Admitir, porém, que o proletariado industrial (a classe operária) constitui a força motriz não esgota o problema do caminho ou da estratégia da revolução socialista: é indispensável falar em hegemonia, em disputa e conquista política das classes trabalhadoras pela e na ação política da classe operária.

Então eis o cerne do problema ou da dificuldade, uma vez que uma aliança revolucionária dos trabalhadores da cidade e do campo, como apontado pela POLOP em 1963, supõe a presença de uma classe operária consciente de seu papel e de sua capacidade de liderança no processo da luta de classes. Uma presença ativa, caracterizada pelo desenvolvimento de formas de luta e organização próprias, do ponto de vista de massa, por assim dizer “fisicamente” configurada em cada momento ou conjuntura. Sem estas ações de massa, como escreverá mais tarde em *Meias-verdades não resolvem* (1977), não há luta de classe.\*

Ainda que constantemente suscitadas pela exploração capitalista, as reivindicações levantadas pelos operários precisavam, contudo, superar a fase econômica ou defensiva, de melhoria das condições da força de trabalho diante do capital, para colocar em questão a sua dominação, ou seja, a escravidão assalariada. Somente mediante essa luta poderiam (e podem) colocar-se na liderança dos trabalhadores da cidade e do campo. Ora, esta luta requer a propaganda e a educação socialista no seio das massas, tarefa a ser assumida por um partido operário que seja expressão da fusão entre a vanguarda teórica socialista e o movimento operário vivo. Entretanto, como assinala o autor, aí reside o nó do problema: o proletariado brasileiro não conseguiu encontrar formas de organização próprias para levar adiante sua luta, seja devido às amarras do sindicato

---

\* Ver, a propósito, a parte 2 do presente livro.

ao Estado e à legislação burguesa, seja por se colocar como força auxiliar das reformas que a nossa burguesia pretendia promover nos limites de sua aliança com o imperialismo. Aí se manifestou o atraso político de sua “vanguarda” de esquerda, pautada na defesa de uma revolução democrático-burguesa na qual a hegemonia proletária desaparecia em frentes ou alianças com facções reformistas da burguesia, a exemplo da posição e atuação do PCB durante o governo de João Goulart, entre 1961 e 1964. A independência política da classe operária foi sistematicamente abandonada em nome da colaboração de classes capaz de viabilizar essa concepção estratégica.

A transformação qualitativa do proletariado, capaz de lhe conferir a liderança na luta de classes, tornou-se ainda mais urgente depois do golpe de 1964, quando, no processo de crise do PCB decorrente da capitulação sem luta diante da gorilada, as cisões dele oriundas procuraram no exemplo cubano — no qual as formulações de Régis Debray tiveram certa influência — a estratégia de enfrentamento da ditadura militar. A formação política do proletariado a partir de suas próprias lutas e, assim, do partido revolucionário foi outra vez abandonada; desta vez, em nome da “luta armada” assumida por uma vanguarda militar, geralmente por “Comandos Político-Militares”. A crítica da nova esquerda surgida no cadinho da crise do velho reformismo é desenvolvida na parte III do documento, “A teoria e a prática”, tendo como alvo organizações como a VAR-Palmares e a ALN, cujas formulações, escritas numa linguagem “marxista” herdada do PCB, não passavam de “profissões de fé” na revolução socialista. O proletariado era considerado como “princípio e álibi”, nunca como força motriz e dirigente do processo revolucionário, a exigir a atuação das vanguardas socialistas em termos de agitação, propaganda e organização junto às massas operárias em suas lutas. A crítica à estratégia da luta armada contempla tanto a questão teórica mais ampla — a luta armada na perspectiva da revolução socialista somen-

te pode ser luta armada de classe, da classe dirigente do processo revolucionário — como da compreensão das condições e características da Revolução Cubana tomada como “modelo”, examinadas em suas particularidades.

A quarta e última parte intitulada “Proletariado brasileiro e revolução mundial” dedica-se a situar a experiência do movimento comunista internacional, apresentando um balanço desde a criação da Associação Internacional dos Trabalhadores, a Primeira Internacional, passando pela trajetória da Segunda, que degenerou no reformismo, até a ruptura provocada com a fundação da Internacional Comunista, a Terceira Internacional, para destacar a necessidade da fusão entre as vanguardas teóricas e o movimento operário vivo. Neste balanço, situa o caso do Brasil, onde a formação do partido comunista sofreu as consequências da degenerescência da Internacional Comunista da época stalinista.

Tal análise insere-se na compreensão de que as lutas de classes constituem expressões do desenvolvimento do capitalismo no mundo, desde o início do século XX na forma do imperialismo, deixando evidentes estas condições para delimitar o papel pretendido pelas vanguardas. A última onda revolucionária cujo marco se dá no desfecho da II Guerra Mundial em 1945, na França e na Itália, ainda teve impulso para quebrar a dominação imperialista nas colônias e alcançar Cuba, sem atingir, porém, o continente americano.

Demarcando a radicalização do movimento operário que se manifestou nas greves massivas ocorridas na França e na Itália entre 1968 e 1969, o documento, escrito no momento imediatamente seguinte, apresenta a expectativa de uma nova onda revolucionária, desta vez nos países capitalistas avançados. Contudo, se não deixa de observar que a aproximação entre as vanguardas teóricas e o movimento operário estava acontecendo num momento de curva baixa na conjuntura revolucionária, mantinha a esperança de que a relativa estabili-

dade do mundo capitalista pudesse estar chegando ao fim e o movimento operário voltasse a renascer com a radicalidade das lutas imediatamente precedentes.

Assumindo que somos parte da revolução mundial, Érico adverte contra tentativas de reconstruir novos centros da revolução mundial como tipicamente artificiais e assinala que o caminho da criação de uma nova Internacional começa pela formação de partidos revolucionários do proletariado em cada país, sem deixar de observar a importância da cooperação entre grupos e organizações revolucionárias, tanto na América Latina quanto na Europa.

# O COMUNISMO NACIONAL NAS DEMOCRACIAS POPULARES\*

Há certa contradição no fato de o processo de democratização nos países do Bloco Soviético, agrupados em torno da URSS, realizar-se na forma de um movimento comunista nacional, pois a democracia visada pelas diversas oposições, que se manifestaram durante a luta, é legitimamente socialista. As reivindicações levantadas têm o objetivo de dar às massas maior participação na administração pública, como medida prática de desburocratização. A palavra de ordem sob a qual se desenrola a luta da vanguarda é a volta ao leninismo.

Se chegamos a um estado de coisas em que o proletariado de países nos quais o capitalismo foi virtualmente destruído levanta novamente reivindicações de caráter nacionalista, deve-se isso unicamente à correlação de forças lá criadas. O chamado comunismo nacional não é um programa e tampouco uma teoria. É um produto prático do stalinismo, destinado a superá-lo.

O fenômeno é tão antigo quanto as próprias democracias populares. Na maioria desses países, a revolução foi trazida de fora, pelo Exército Vermelho. Isso por si não explica o caso, como mostra o exemplo da Iugoslávia, mas traçou desde o início as linhas gerais do desenvolvimento. Não demorou,

---

\* Texto originalmente publicado na revista *Novos Tempos*, nº 2, out./nov. de 1957. Escrito sob o pseudônimo Eurico Mendes. Extraído da coletânea *Conquistas e impasses do socialismo*, CVM, Rio de Janeiro, 2011.

entretanto, para que se fizessem sentir as consequências do desvio de parte da renda nacional desses países para a URSS sob a forma de reparações das chamadas sociedades mistas e de Tratados Econômicos desfavoráveis. Não é possível, também, explicar o comunismo nacional unicamente por essas razões, pois ele surgiu igualmente na China, onde esse fator não chegou a se verificar, e subsiste na Europa Oriental (Alemanha, Tchecoslováquia), onde essa fase já foi superada. A causa maior e primitiva da rebelião nacionalista, parece-nos, foi a aplicação de padrões de um socialismo russo (stalinismo) em países de estrutura social, cultura e tradições completamente diferentes.

Abstraindo, no momento, o fato de já estarem superados esses mesmos métodos na própria União Soviética, onde se iniciou aberto\* processo de reformas, que se manifesta não só pelas mudanças políticas e administrativas, como também pela gigantesca reestruturação econômica (descentralização) — cujos efeitos sociais não tardarão a se fazer sentir —, foram os seguintes fatores que possibilitaram o surgimento do stalinismo.

Depois de 1923, quando se evidenciou a estagnação da Revolução Mundial, impôs-se à Rússia Soviética a necessidade da industrialização, da realização de uma acumulação socialista primitiva, como condição de sobrevivência num mundo capitalista hostil. Isolada e boicotada, não podia contar com ajuda material do exterior em forma de créditos, investimentos ou assistência técnica. O processo de industrialização requeria o constante e radical sacrifício do nível de vida da sociedade e a transformação de milhões de mujiques em operários industriais. A estes faltaram as premissas mais elementares para o modo de vida industrial e o processo de produção mecanizado. Os constantes sacrifícios materiais exigidos nutriram e reforça-

---

\* É provável que neste trecho o autor quisesse dizer: “onde se iniciou abertamente um processo de reformas”, isto é, com publicidade. [Nota dos editores].

ram a oposição primitiva dessas massas contra o novo modo de vida, oposição que se manifestava numa resistência passiva contra as máquinas, o horário de trabalho e a disciplina industrial em geral.

Nessas condições não restava muito lugar para a democracia econômica e administração obreira. “Liberdade é o conhecimento da necessidade”, dizia Engels, mas as massas de camponeses que, voluntariamente ou sob pressão, deixaram uma vida semiasiática para integrar-se num moderno processo de produção industrial, pouco ou nada podiam contribuir para a administração de uma fábrica, necessitando, no início, frequentemente de métodos drásticos para poder integrar-se na marcha da produção. Foi aí que surgiu a hierarquia burocrática que, de seu centro em Moscou, determinava e regulava os mínimos detalhes de produção de uma empresa situada a milhares de quilômetros de distância, na Sibéria ou na Ásia Central.

A influência da burocracia crescia na medida dos primeiros sucessos industriais. A precária situação material da Rússia Soviética daquele tempo e a não existência de uma democracia econômica restringiam as já estreitas bases da democracia política, que já involuíram nos anos da Guerra Civil e da intervenção imperialista. As lutas de frações e, especialmente, os métodos com que foram travadas por todos os lados acabaram com a democracia interna do Partido Comunista. A União Soviética caiu sob o domínio absoluto da burocracia, que a administrava política e economicamente, imprimindo-lhe as suas feições próprias. É verdade que, mesmo em comparação a padrões ocidentais, a administrava mal e deficientemente, gastava muito papel em *ukases*\* e energia humana, esbanjava os recursos, matava as iniciativas e consumia parte desproporcionalmente alta da renda nacional. Mas é verdade, também, que

---

\* Decreto, proclamação de um *czar* com força de lei na Rússia imperial. [Nota dos editores].

conseguiu a obra de transformar o país agrário mais atrasado da Europa em sua primeira potência industrial. E quando os povos soviéticos, na Segunda Guerra, conseguiram aguentar e rechazar o impacto das divisões blindadas nazistas, equipadas pela indústria alemã, eles sabiam que todos os sacrifícios não eram em vão.

O papel progressista da burocracia no campo econômico só perdurou, todavia, enquanto não havia alternativa. Esta surgiu no próprio processo de industrialização. Criou-se um proletariado industrial qualificado. Formou-se uma intelectualidade soviética com seus novos quadros técnicos e administrativos. O analfabetismo foi vencido e o nível cultural dos povos soviéticos cresceu incessantemente. Das universidades soviéticas saem hoje mais estudantes formados do que das norte-americanas. As bases materiais para a democracia socialista estão criadas.

O problema, entretanto, não é de hoje. Já antes da guerra notou-se crescente choque entre esses novos fatores na vida soviética e os velhos métodos burocráticos. “Fenômenos históricos, mesmo os mais importantes, não sabem distinguir a hora em que têm de deixar o cenário”, disse Mehring, o biógrafo de Marx. A burocracia não o sabia e foi justamente esse o “erro” de Stalin.

Daqui em diante só podia conservar os velhos métodos contra a crescente oposição das novas forças surgidas na sociedade soviética, o proletariado e a intelectualidade, que tinham aceitado os padrões stalinistas como transitórios e de emergência e que lutavam, consciente ou inconscientemente, pelo restabelecimento da democracia socialista em nível mais alto. Não foram só os velhos bolcheviques que fizeram oposição. Estes serviram mais como bodes expiatórios. Toda a nova geração, saída das escolas, tinha de ser domada de novo. Daqui em diante, Stalin só podia conservar o velho *status quo* à base de terror e de sangue. É esse o segredo das constantes ondas de expurgos,

liquidações e processos monstros, das quais Khrushchev nos contou uma parte.

Quando os Exércitos Vermelhos penetraram na Europa Central, implantaram um sistema político que, dentro de poucos anos, devia copiar as feições do modelo russo. Os planos de produção das fábricas Zeiss, na Alemanha Oriental, tinham de ser aprovados por Moscou. Os operários da Skoda, na Tchecoslováquia, deviam ter tão pouca voz ativa na administração da sua empresa como os seus colegas nos Urais. Os métodos da acumulação primitiva foram implantados em países que, devido às suas tradições industriais, dispunham de uma base de saída mais elevada para iniciar uma produção socialista. Das massas desses países, habituadas a um nível de vida mais alto, exigia-se uma aproximação ao nível de vida soviético. A situação econômica desses países foi agravada pela intromissão direta da burocracia russa. A situação política se tornou insustentável devido à implantação dos métodos políticos do stalinismo em países com um proletariado que, ao contrário do russo, contava com fortes tradições democráticas, sindicais e de cogestão obreira. Para completar o quadro, implantavam-se os métodos de expurgos e processos monstros para vencer a crescente resistência do proletariado e da própria vanguarda comunista em cada país, sob o domínio dos stalinistas russos e locais. Foram os melhores quadros dentro dos Partidos Comunistas que sentiram primeiro os perigos do alienamento da classe operária.

O comunismo nacional não é outra coisa senão a manifestação concreta das contradições criadas entre os métodos stalinistas surgidos na União Soviética e as necessidades do fortalecimento do socialismo nas democracias populares. Ele representa o esforço de vencer o abismo criado pelos stalinistas entre a classe operária das democracias populares e a União Soviética. Fortalece ele o campo socialista em seu conjunto —

e isso, no momento, só pode ser feito contra a resistência da burocracia soviética.

Na prática, o comunismo nacional revela dois aspectos, é composto de duas forças: o elemento proletário, consciente e comunista, que se opõe à burocracia soviética e seus satélites nacionais, porque luta pela democracia socialista e pelas relações à base de igualdade entre países socialistas. A outra força é representada pelo elemento pequeno-burguês e contrarrevolucionário, que apoia a oposição comunista, porque vê em sua vitória uma etapa vencida na luta pela restauração de formas sociais burguesas. Existe o perigo de a força contrarrevolucionária tomar a liderança. Isso se pode dar quando a resistência interna e externa do stalinismo às reformas se mostra tão estúpida e brutal que torna antagônica toda uma classe operária e toda uma nação, como aconteceu na Hungria. O proletariado húngaro desesperado, sem uma liderança comunista, aceitou os *slogans* nacionalistas pequeno-burgueses, renunciando à ideia da reforma socialista. Destruindo as bases da democracia popular húngara, não havia mais o que reformar — estavam abertas as portas para a contrarrevolução.

A alternativa para o caso húngaro foi demonstrada na Polônia. Gomulka, ao contrário de Nagy e Kadar, preparou com seu grupo, conscientemente, a luta contra os stalinistas, à base de um programa de reformas socialistas. Organizou a oposição dentro do Partido, mobilizou os operários de Varsóvia e outros centros industriais e aceitou o apoio pequeno-burguês como força auxiliar. O resultado foi o completo isolamento dos stalinistas poloneses, e os soviéticos não se viam com força moral para impedir o processo de democratização.

A precária aliança entre comunistas e oposição pequeno-burguesa tem de desmoronar quando o comunismo nacional tomar de fato o poder. Chega o momento em que as águas se dividem: de um lado, os reformadores socialistas; de outro, as tentativas de volta a formas sociais burguesas.

Na Iugoslávia, foi o caso Djilas\* que representou a pedra de toque. Na Polônia, parecem ter sido as eleições que iniciaram nova fase. Na China, assistimos recentemente à rebelião dos ministros pequeno-burgueses do governo de Pequim, que pretendiam se aproveitar da discussão interpartidária para fortalecer as suas posições à custa dos comunistas. Em todos esses casos, tanto Tito como Gomulka e Mao Tsé-Tung tomaram medidas que garantissem a continuação das reformas pelo caminho socialista.

As forças contrarrevolucionárias têm mais chances quanto mais as reformas socialistas demorarem a ser realizadas e quanto maior se tornar o abismo que o stalinismo criou entre as democracias populares e a URSS. O que restabelece a unidade do campo socialista não são unicamente os gestos amigáveis por parte de Moscou nem as viagens de Khrushchev, que aconselha os stalinistas tchecos e alemães, em conversações particulares, a mudar suas atitudes, porque as coisas não podem continuar assim. A única maneira de superar o antagonismo explosivo, acumulado dentro do Bloco Oriental, é dar aos operários nacionais a liberdade de decidir de maneira soberana quais os métodos mais apropriados para o desenvolvimento socialista dos seus países. Isso em parte dependerá do ritmo do processo de desestalinização na própria União Soviética, que ainda está longe de ter atingido o seu auge. Mas desde já ficou demonstrado que o movimento comunista nacional pode vencer etapas nessa direção. Ele não desaparecerá enquanto os métodos stalinistas continuarem a ser empregados. É ele um

---

\* Milovan Djilas (12/06/1911-20/04/1995) foi membro do *Politburo* do Partido Comunista da Iugoslávia desde 1940. Lutou ao lado dos *partisans* de Tito durante a II Guerra Mundial, desempenhou inúmeros cargos importantes no governo da Iugoslávia do pós-guerra. Foi um ferrenho defensor da ruptura de Tito com Stalin em 1948, denunciando o papel reacionário da burocracia de Estado, entrave para a formação do socialismo. [Nota dos editores].

legítimo produto do stalinismo. Só desaparecerá vencendo, quando a Comunidade Socialista, à base de direitos iguais dos seus componentes, for criada, como reabilitação formal do internacionalismo proletário — o nosso aliado mais poderoso na hora da luta final.

# O MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO BRASILEIRO NA ENCRUZILHADA\*

1) O surgimento da “Corrente Renovadora” não é a primeira tentativa de revivescência do movimento comunista brasileiro e nem será a sua última. Durante mais de trinta anos, grupos maiores e menores se desligaram ou foram expulsos do partido oficial, e enquanto este continuar com sua presente política, novas gerações de revolucionários se rebelarão e seguirão o mesmo caminho. No passado, a grande maioria dessas cisões abandonou não só o Partido, mas também o movimento comunista em geral, integrando-se em organizações reformistas ou ficando completamente perdida para o movimento operário. Deve-se isso, em parte, ao fato de que a maioria dessas tentativas recuou de uma revisão radical da linha política oficial, limitando-se a propor paliativos que não resolveram os problemas fundamentais. De outro lado, essas cisões se deram numa fase de declínio do movimento revolucionário, no auge da crise ideológica, quando as perspectivas da luta pareciam remotas e, para muitos, incertas.

O que distingue a presente situação de anteriores é que demonstra perspectivas muito mais favoráveis. A falência do stalinismo se tornou tão evidente que a revisão se iniciou no seu sustentáculo mais forte, na própria URSS. O campo socia-

---

\* Artigo publicado na revista *Novos Tempos*, nº 4, janeiro de 1958, sob o pseudônimo de Eurico Mendes. Documento digitalizado em: 10/2009. Fonte: Cópia Acervo Anita Leocádia Prestes.

lista, inclusive a própria União Soviética, iniciou um processo de desburocratização, que está fortalecendo a sua posição material e ideológica no mundo. A economia capitalista, após a reconstrução das ruínas criadas pela guerra, chegou novamente a um ponto de saturação. Enfrentamos o espectro de uma crise de superprodução agrícola, assistimos há mais de um ano à queda dos preços de matérias-primas e encontramos novamente à beira da crise cíclica industrial. O proletariado do Ocidente está passando por um processo de radicalização, indicando uma nova intensificação das lutas de classe em escala mundial.

2) A plataforma ideológica mais ou menos definida, sobre a qual se desenvolve o atual processo de renovação, tanto na órbita socialista como no Ocidente, é a “volta ao leninismo”. É evidente que não se trata de uma simples volta ao passado. O comunismo, como movimento político, ostenta, hoje, uma idade respeitável. De Babeuf a Blanqui, Marx a Lenin, ele cresceu, se desenvolveu e se expandiu. Nos últimos trinta anos, passou por uma das suas piores crises. Não podemos ignorá-la nem começar simplesmente de novo, de onde parou há trinta anos passados. Os tempos são outros e o movimento também. Não se submerge duas vezes no mesmo rio. Temos, todavia, de encontrar um ponto de referência e uma base ideológica que permita enquadrar-nos dentro da evolução dialética do movimento. Só assim podemos de fato aplicar as experiências do passado e subsistir como comunistas.

## COMO ACONTECEU

3) A Internacional Comunista, quando fundada em 1919, reuniu as alas e os grupos dos movimentos operários que queriam seguir o exemplo do proletariado russo e que visavam à revolução socialista nos seus próprios países. Eram, todavia, poucos

os Partidos que já dispunham de uma experiência própria nessa luta. A maioria das seções da Internacional se limitava a imitar e copiar a tática, a linguagem e as formas de organização do movimento revolucionário russo.

Lenin e outros viam os perigos que esse fenômeno representava. Ele não encarava a Internacional como prolongamento do PC soviético. Basta lembrar que entre os fundadores da Komintern havia uma Rosa Luxemburgo e um Antonio Gramsci, que frequentemente defenderam pontos de vista diferentes dos aceitos pelos bolcheviques, e os quais, cada um ao seu modo, contribuíram para o enriquecimento do comunismo. Lenin via na Internacional a coordenação da “estratégia global” da classe operária mundial à base dos princípios do marxismo revolucionário. Em um dos seus últimos discursos, no IV Congresso da Internacional, Lenin lançou uma advertência contra a tentativa de adotar resoluções “russas”.

4) A “tática”, todavia, perdurou na prática e, até certo grau, era inevitável esse fenômeno. A principal reação de revolucionários sem experiência própria é imitar outros, principalmente quando esses são bem-sucedidos. A tentativa do proletariado mundial de “falar russo” falhou, entretanto, e condenou a maioria dos Partidos a uma existência de seitas. Para compensar essa situação, desenvolveu-se um certo culto de símbolos revolucionários que deu origem a correntes ultra-esquerdistas, a “teoria” do social-fascismo, obreirismo etc.

Essas tendências, que surgiram espontaneamente, foram reforçadas e alimentadas, em seguida, pelo centro de Moscou, durante as lutas de facção no Partido Soviético. As diversas facções russas procuravam apoio na Internacional e, mais tarde, transferiram os problemas russos para a Internacional. Tanto Stalin como Trotsky se serviram da Internacional, destruindo-a como movimento soberano, pregando a “bolchevização” das seções nacionais.

5) A “bolchevização” tinha de fracassar no Ocidente. Os bolcheviques tinham adaptado o marxismo revolucionário às condições russas e nessa base criaram a sua tática e a sua organização, formando o Partido proletário de moral revolucionária mais alta que conhecemos. A tarefa do movimento nos países burgueses teria sido criar organizações partidárias que, nas condições dadas nos seus países, poderiam preencher o mesmo papel que os bolcheviques tiveram na Rússia. As tentativas de imitação só poderiam dar em degenerescência.

Havia muitas diferenças entre as condições existentes na Rússia pré-revolucionária e as da Europa Ocidental. A mais importante era, talvez, o fato de terem os revolucionários russos praticamente criado o movimento operário no seu país. Encontraram eles um campo virgem, sem sindicatos e outras organizações de massa. Representava isso a sua força — e mais tarde a sua fraqueza. Os revolucionários do Ocidente, ao contrário, já encontravam formas de organização tradicionais, sindicatos, cooperativas, sem falar dos Partidos reformistas propriamente ditos. Eles tinham de respeitar as formas de organização e de luta que as diversas classes operárias criaram, dando-lhes um conteúdo revolucionário. Em vez disso, recomendaram padrões bolcheviques, se isolaram das massas operárias e deixaram as suas organizações nas mãos de uma liderança reformista.

6) A tarefa dos companheiros russos teria sido ajudar as incipientes organizações comunistas do Ocidente até que amadurecessem e se tornassem de fato independentes, aprendendo na prática a aplicar o marxismo na política diária nos seus diferentes países. Nas condições particulares da União Soviética, depois das lutas de facção, os líderes russos não mais tiveram essa paciência. Já que a Internacional não fazia revoluções, ela devia servir de outro modo. Tornou-se um braço prolongado da diplomacia soviética.

Esse processo se iniciou depois da conquista do poder pelo nazismo na Alemanha; o fundamento “teórico” da nova orientação foi fornecido pelo VII Congresso, que devia iniciar a fase da colaboração dos Partidos Comunistas oficiais com as “burguesias progressistas” dos países europeus que, numa provável guerra, poderiam ser aliados da URSS. A palavra de ordem foi a conquista das simpatias da pequena burguesia e a aliança com os governos burgueses antifascistas. O patriotismo nos países capitalistas foi reabilitado e a luta de classes, “congelada”. Toda propaganda revolucionária foi eliminada: esse campo foi deixado livre para os trotskistas, que a continuaram nos velhos moldes “bolcheviques”. E todos aqueles que não se conformaram com esse estado de coisas e que insistiram no caráter revolucionário do movimento comunista foram declarados “trotskistas”. A Revolução Mundial ficou a cargo do Exército Vermelho.

Para a União Soviética isso pode ter trazido vantagens passageiras. Para o movimento revolucionário no Ocidente, ela trouxe a maior das suas crises.

## OS EFEITOS NO BRASIL

7) Um movimento que se põe como tarefa renovar o comunismo no Brasil enfrenta ainda como tarefa, que o Partido Comunista não solucionou durante toda a sua existência, a de aplicar os princípios do marxismo revolucionário à realidade brasileira. Ainda não foram criadas as bases teóricas e práticas do marxismo brasileiro.

Temos de partir de uma base de princípios gerais para poder tirar as consequências para uma situação particular. Essa base nos é fornecida pelas experiências do movimento revolucionário de uma certa época, quando não foi desvirtuado ainda por interesses separatistas, isto é, concretamente, enquanto os problemas russos ainda não se fizeram sentir no movimen-

to internacional. As experiências teóricas, que, como vimos, nem sempre foram cumpridas na prática, encontram-se provavelmente condensadas nos protocolos dos primeiros quatro Congressos da Internacional. Essa herança leninista, tentativa de aplicação do marxismo na época imperialista, fornece-nos uma base comparativa para o desenvolvimento do comunismo no Brasil. De certo modo, esse procedimento nos forçará a dar um passo atrás, mas não será esta a única vez na história de um movimento operário que se dará esse recuo, para poder avançar dois passos para frente. Temos de preencher o vácuo que o stalinismo deixou. Para nós é o meio de formar o movimento capaz de enfrentar os problemas do presente.

8) Para o proletariado brasileiro, o impacto do stalinismo teve consequências mais trágicas do que para as classes irmãs nos países europeus. Lá, a classe operária tinha criado suas organizações próprias, a Segunda Internacional tinha realizado a obra da independência orgânica do proletariado, que dispunha de sua imprensa própria e de uma consciência de classe que o distanciava da sociedade burguesa. O problema do operário europeu não era mais a definição pelo socialismo. O problema e as divergências que surgiram eram sobre os meios de chegar até lá. A atividade dos Partidos Comunistas se desenvolvia à base dessa consciência e das tradições socialistas em geral, que conservavam a independência do movimento operário nos países industrializados.

No Brasil não havia essas tradições. Era tarefa histórica do Partido Comunista dar ao proletariado brasileiro essa consciência de classe que lhe permitisse preencher um papel independente na política nacional. O Partido falhou. E o resultado é que a classe operária fornece a base eleitoral do chamado “populismo”, seja de cor getulista ou ademarista, sob uma liderança latifundiário-burguesa, dispondo de uma vida sindical incipiente, sob o controle do Ministério do Trabalho. Há explicações para essa situação única, mas não há justificativas

do ponto de vista comunista. Ela se explica unicamente pela completa falência do fator subjetivo do Partido, que durante 35 anos de atividade ainda não chegou a compreender o seu papel no ciclo da Revolução Brasileira.

A tarefa primordial de qualquer movimento marxista renovador no Brasil é preencher essa lacuna que o Partido deixou. Grande parte das energias de qualquer futura organização comunista, ou de grupos que tendem a se estabelecer como tal, terá de ser dedicada a esse processo de transformar o proletariado brasileiro “de uma classe em si em classe para si”. Temos de realizar todo esse trabalho educacional diário e prosaico, que se realizou no movimento europeu décadas antes da Revolução Russa, num prazo infinitamente mais curto, pois os acontecimentos não nos esperarão. As condições objetivas nos favorecem. A revolução proletária não é mais uma hipótese. Temos a nosso favor o exemplo de uma terça parte da humanidade que rompeu com o capitalismo. Dois satélites, que hoje circulam o globo, mostram a superioridade de um sistema econômico que não se baseia mais na caça do lucro e que, no curto espaço de quarenta anos, transformou o país mais atrasado da Europa na segunda potência do mundo. A sociedade capitalista, apesar de todas as tentativas de adaptação, não solucionou nenhuma das suas contradições fundamentais, que já a abalaram, quando Rosa Luxemburgo a chamou de “cadáver em putrefação”.

O processo de industrialização do Brasil transplantou as contradições da economia capitalista em geral para as nossas terras “subdesenvolvidas”. Criou um jovem proletariado e iniciou o processo da proletarização da classe média. A fábrica moderna ensina ao operário a divisão do trabalho, a disciplina industrial e a cooperação. Nós temos de dar a ele a consciência do seu papel. “Temos dez, vinte, cinquenta anos de lutas em nossa frente, não só para mudar as condições objetivas da sociedade, mas para modificar a própria classe operária e prepará-la para o poder”, disse Marx.

## A BASE IDEOLÓGICA

9) A questão da independência orgânica do movimento político da classe operária na sociedade burguesa é, antes de tudo, um problema ideológico. “A ideologia, quando toma conta da massa, torna-se um poder material”, dizia Marx aos seus companheiros, quando começaram a organizar o proletariado europeu. A ideologia revolucionária, o marxismo, visa dar ao proletariado uma perspectiva para sua luta e imunizá-lo, de certo modo, contra o tremendo impacto que ele sofre diariamente por meio de imprensa, rádio e outros veículos da ideologia burguesa. O proletariado tem consciência de classe quando sabe que, dentro da sociedade burguesa, não há solução para seus problemas. Quando sabe que a única propriedade que a burguesia lhe concede é a sua força de trabalho, que não representa mais do que uma mercadoria, que não vale mais do que o necessário para restabelecê-la no dia seguinte. Quando sabe que sua emancipação será a emancipação de toda uma sociedade. O Partido ou os grupos revolucionários existentes, que velam sobre essa consciência e a nutrem, ensinam a classe operária a tirar as consequências práticas da sua situação objetiva e procuram enquadrar a luta diária e latente dentro de objetivos ulteriores, tirando seu caráter imediatista. O objetivo ulterior do movimento comunista será sempre a revolução proletária e o estabelecimento de uma sociedade socialista. Esse motivo terá de ser deixado claro em todas as fases da luta, sob pena desvirtuá-lo. É esse objetivo que distingue o Partido proletário de todos os outros partidos, que dá à luta da classe proletária as suas características determinadas e que imuniza a classe explorada contra os demagogos burgueses, que procuram dominá-la em troca de um prato de lentilhas. Foi por isso que Marx, na aurora do moderno movimento socialista, num momento em que a Alemanha ainda estava para fazer a sua revolução burguesa e travar a luta pela

unificação nacional, disse aos operários alemães que eles não tinham pátria. Foi por isso, também, que Lenin proclamava aos trabalhadores russos: “Patriotas só seremos quando tomarmos o poder”.

É um engano pensar que só se fala do socialismo e dos meios de sua realização quando o problema está na ordem do dia. Quando a classe, a quem cabe realizar a obra, não está sendo preparada durante anos de luta para preencher o seu papel, será tarde para aproveitar as ocasiões históricas — como mostra o exemplo europeu, depois de duas guerras mundiais. E, ao contrário, o caso das duas maiores revoluções do século, russa e chinesa, demonstra os efeitos de uma luta ideológica prolongada.

10) Para nós, no Brasil, o problema coloca-se com toda a urgência. A nação, de certo modo, está desprotegida pela falta da existência de um proletariado com consciência socialista, capaz de polarizar, reunir em torno de si e impulsionar um movimento de emancipação mais amplo, para o qual as condições estão maduras. Enquanto não existir no Brasil um proletariado como fator político independente, em condições de arrastar camadas mais vastas da população na defesa dos interesses vitais do país, a resistência ao imperialismo dependerá dos oscilantes e inconsequentes movimentos pequeno-burgueses e burgueses, que capitularão nos momentos decisivos, isto é, todas as vezes em que o imperialismo der uma prova de força, como no caso de Fernando de Noronha.

A Internacional, nos seus bons dias, combatendo o “esquerdismo” da infância do movimento revolucionário, já assinalava que os comunistas devem apoiar os movimentos anti-imperialistas e de libertação nacional, mesmo quando se encontrem ainda sob liderança burguesa, mas terão de fazê-lo de modo a conquistar a confiança das massas, para que cheguem a conquistar a chefia do movimento, a fim de libertá-lo da sua mediocridade pequeno-burguesa.

Dispomos das condições objetivas para isso. Não somos nenhum país árabe recém-saído do *status* colonial, com um proletariado industrial incipiente. Em relação ao número da população, a classe operária brasileira é maior do que era a russa em 1917 e é muito maior do que é presentemente a chinesa. Do ponto de vista geográfico, estamos destinados a reagrupar em torno de nós a solidariedade dos povos latino-americanos, o que representa o único modo efetivo para resistir à pressão do Imperialismo, materialmente mais forte.

11) O problema foi colocado em termos de nacionalismo. Não temos dúvidas de que um movimento nacionalista ainda tem um papel progressista a preencher no Brasil. Na fase atual da luta, seria um aliado da classe operária dentro de um movimento anti-imperialista mais vasto. Não passará de um aliado, todavia, e se tornará nocivo, se tentar dominar ideologicamente ou organicamente a classe operária. Isso atrasaria os ponteiros e adiaria a formação de um proletariado político no país.

O nacionalismo é evidentemente uma ideologia burguesa, e sua expansão no seio da classe operária deixaria esta à mercê da liderança ideológica e — para isso basta apenas um passo — orgânica da burguesia. Getúlio falava uma linguagem nacionalista, e Jânio e Ademar não terão dificuldades em empregá-la amanhã. Terão mais recursos para isso do que nós. Se não soubermos mostrar onde se dividem as águas, deixamos eternamente as portas abertas para que um demagogo qualquer, que tenha tais recursos, se apodere da classe operária, usando-a para seus fins. Não faríamos mais do que passar um recibo a vinte anos de stalinismo.

12) Existem nacionalistas e existem comunistas, mas o que não é possível é abraçar as duas correntes ao mesmo tempo. Os companheiros que não compreenderam isso não se deram simplesmente ao trabalho de estudar o comunismo como

teoria. É evidente que a maioria sabe do que se trata, mas aceita o termo “nacionalista” por motivos táticos imediatos. É essa uma tática perigosa, que no passado somente teve como resultado uma profunda desmoralização do movimento operário e uma completa desorientação dos novos quadros.

Somos políticos, evidentemente, e nem sempre podemos dizer o que sentimos, mas nunca devemos dizer o que não corresponde às nossas convicções. Foi esse sempre um dos axiomas de movimentos verdadeiramente revolucionários, tanto na clandestinidade como na legalidade, que souberam conquistar e conservar a confiança das massas. Na luta diária teremos resultados muito mais sólidos se renunciarmos às táticas maquievélicas do passado e não escondermos as nossas convicções dos nossos aliados. Eles não aceitarão, talvez, as nossas opiniões, mas as respeitarão, e os melhores elementos da pequena burguesia se juntarão a nós no decorrer da luta. Para isso, todavia, temos de ser honestos com eles e não deixar dúvidas quanto ao seu modo de luta unicamente nacionalista, meramente defensivo, que, por si só, não resolve os problemas internos e externos do Brasil. Temos de deixar claro para eles que a atual situação internacional do país é um produto de sua estrutura interna. Sem reforma social radical não há emancipação nacional. Somente o socialismo transformará os nossos caboclos em homens do século XX e fará do Brasil uma nação verdadeiramente livre e independente, com direitos iguais aos de outros povos emancipados deste mundo.

13) O fato de estarmos prestes a participar de um movimento de libertação nacional não nos torna nacionalistas — assim como não se tornaram burgueses os comunistas que participaram de revoluções burguesas. O que distinguia os comunistas de todas as outras correntes, inclusive socialistas reformistas, nas revoluções burguesas clássicas, no século passado e princípio deste — tanto para Marx, na Alemanha,

como para Lenin, na Rússia — pode ser resumido no célebre “marchar separado, bater junto”. A preocupação máxima deles era a conservação da independência e integridade do movimento operário revolucionário, que impulsionava as demais classes para a frente, as quais em virtude de suas hesitações, sozinhas, não conseguiram nem as meias medidas que elas estavam propagando. Foi na aurora deste movimento de 1848 que a Liga dos Comunistas definiu, pela primeira vez na história, as reivindicações independentes do proletariado. Lenin não hesitou em cindir a social-democracia russa quando a ala reformista propunha deixar aos liberais a liderança da revolução burguesa. Impõe-se evidentemente a pergunta: por que hoje, quando o comunismo atingiu uma força antes não imaginada, os nossos companheiros receiam dar este passo decisivo que pequenas seitas souberam dar em situações com menos perspectivas? O que sabemos, com certeza, é que nunca teremos movimento revolucionário do proletariado brasileiro enquanto não dermos esse grito de independência ideológica. O ato de nacionalização que mais interessa à classe operária no momento é a nacionalização do marxismo no Brasil e a formação de um legítimo movimento comunista brasileiro.

## □ PROBLEMA DO PARTIDO □

14) A formação de um partido revolucionário que represente as aspirações da classe operária é um processo orgânico, que leva determinado tempo. É claro que qualquer facção saída do PC poderia estabelecer-se como partido, mas isto só indicaria uma intenção e poderia, possivelmente, prejudicar o processo da formação de um organismo partidário.

Temos de colocar o problema diferentemente do PC. Para este, basta um núcleo dirigente ao qual os militantes aderem. Não havendo verdadeiro debate, não existindo o problema de

uma constante aplicação do marxismo na prática diária, o partido do tipo stalinista é formado para executar uma política imposta de cima. Um futuro partido revolucionário tem, desde o início, de assegurar uma estrutura democrática interna, garantindo a elaboração da orientação política por meio de debates e criando, ao mesmo tempo, uma estrutura bastante sólida, que lhe permita seguir a linha uma vez tomada. Faríamos bem se partíssemos do ponto de vista de que não somos os únicos que contribuirão para a formação deste visado partido. Na efervescência social que o país passará em futuro próximo, surgirão muitos argumentos e se produzirão novas cisões no PC. Todos eles contribuirão para o debate geral. Temos de nos preparar para um processo de cristalização, pois muitos que deixam a linha partidária, no fundo, estão querendo abandonar o movimento comunista e irão para a direita, visando a objetivos políticos mais imediatistas. Temos de levar em consideração esse fenômeno e reagrupar as forças revolucionárias conscientes.

15) Devemos recomendar a todos os grupos existentes que adotem um mínimo de disciplina partidária, necessária para a sua sobrevivência. Depois de vinte anos de coação stalinista, nota-se hoje a tendência para abolir todos os laços orgânicos e todos os compromissos organizatórios. Apesar de toda a compreensão que temos em relação a estas reações psicológicas, não podemos aprová-las, pois, se se impusessem, liquidariam todo o movimento e prejudicariam as possibilidades da formação de um futuro partido.

Os grupos existentes, de certo modo, devem fornecer a prova das possibilidades da existência de um partido verdadeiramente revolucionário no Brasil, tanto pelo seu conteúdo como pela sua forma de organização. Devem dar um exemplo de vida partidária, baseado na responsabilidade dos seus quadros. Devem restabelecer os laços humanos, de respeito e solidariedade, base da disciplina voluntária que caracteriza as organizações

revolucionárias. E devem, finalmente, procurar preservar a existência de todos os organismos e evitar a sua decomposição, pois eles são as cabeças de ponte para a atividade no futuro.

16) O que influirá, decisivamente, a estrutura de um partido revolucionário no Brasil é a sua atitude frente à classe operária. O PC fez política à custa da classe operária e dos seus votos eleitorais. Temos de nos identificar com a classe e vencer o abismo que ainda existe entre o intelectual comunista e o operário de fábrica. Temos de criar grupos, compostos de intelectuais e de operários comunistas, que encontrem uma linguagem comum e que assegurem os laços entre a classe e a sua vanguarda. Temos de criar o tipo de revolucionário para o qual a hegemonia da classe operária na luta política é mais do que um postulado teórico ou uma reação sentimental. Temos a matéria-prima para isso: os nossos intelectuais da esquerda, frequentemente autodidatas, capazes de se dedicar integralmente a uma causa e os melhores elementos da nossa classe operária, que já no passado revelaram abnegação e tenacidade na sua luta contra as patas da cavalaria. São esses os herdeiros das melhores tradições do povo brasileiro, aos quais cabe a obra de transformar a qualidade em quantidade.

# MARXISMO OU APOLOGÉTICA NACIONALISTA?\*

A última campanha eleitoral mostrou a crescente importância que o nacionalismo está tomando na política interna do país. Não há político que não reafirme seu pensamento nacional nem candidato que não apele ao sentimento patriótico do eleitorado. É verdade que a esperada separação das correntes em nacionalistas e “entreguistas” não se deu. Todo mundo é a favor, e os candidatos pronunciadamente nacionalistas encontram-se em quase todas as legendas. O que difere é a interpretação. Seria exagero afirmar que um valor mais novo esteja fazendo silenciar as antigas musas. A questão é de quantidade. A ideia reinante do nacionalismo é, por natureza, a ideia da classe dominante e, se ela se impõe, hoje, com vigor, esse fenômeno reflete meramente o processo de industrialização do país e a maior autoconfiança da burguesia nacional.

Costuma-se dizer que há, todavia, “nacionalismo” e nacionalismo, referindo-se este último à manifestação radical das classes médias como o legítimo defensor dos interesses reais da nação. É verdade que o nacionalismo da pequena burguesia é mais enraizado, ele não conhece as nuances da política diária, da grande burguesia, que sabe manejá-lo de um modo flexível, conforme as necessidades dos seus negócios correntes. A

---

\* Documento escrito com o pseudônimo de Eurico Mendes, publicado revista *Movimento Socialista* nº 1, de 1 de julho de 1959. Ver Acervo do Portal do CVM: [www.centrovictormeyer.org.br](http://www.centrovictormeyer.org.br). Acesso em: 17 de outubro de 2022.

“pureza” do nacionalismo pequeno-burguês não impede, todavia, que seja a burguesia capitalista quem faz a política externa do país. A classe média não tem uma atitude independente, e enquanto não houver um proletariado organizado que impulse sua luta, mais tempo menos tempo, ela cai a reboque da grande burguesia.

Isso tudo é natural, pois exprime o progresso do país. O nacionalismo pequeno-burguês, apesar das suas fraquezas, não deixa de ser um sinal do despertar político das classes médias. Negativa é a influência que a ideologia nacionalista exerce sobre a classe operária brasileira. Esse fenômeno deve-se em parte à situação objetiva do nosso proletariado jovem, que cresce continuamente pelo afluxo do campo e que teve pouco tempo para formar a sua ideologia própria. Agrava tal situação, todavia, a atuação da chamada “esquerda” e de sua imprensa, que, em nome de “alianças” e “frentes”, defendem a tutela ideológica da burguesia sobre o proletariado. O que todas essas facções, que vão dos remanescentes do Partido Comunista até os teóricos do Iseb, têm em comum é a defesa de uma colaboração de classes sob o rótulo do nacionalismo, na qual o sacrifício das reivindicações do proletariado é tido como condição *sine qua non* da luta anti-imperialista. Temos aqui toda uma escola dos nacional-reformistas que, com maior ou menor ênfase, procuram justificar-se com argumentos “marxistas”. Poucos são os que tiveram a coragem ou a honestidade de admitir que seus métodos de luta e, consequentemente, seus objetivos nada mais têm em comum com a causa da classe operária. Preferem eles “nacionalizar” o marxismo ao seu modo. Nisso, não pecam por excesso de originalidade. Os velhos historiadores prussianos já gastaram muita tinta no seu esforço de produzir um “Marx legitimamente alemão”, e os seus concorrentes do outro lado do Reno o reduziram, não menos enfaticamente, a um sincero “democrata e republicano”. Os nossos pequeno-burgueses tentam apresentar-nos um

Marx “subdesenvolvido”, fiel à sua própria imagem e em harmonia com seus interesses imediatos.

É esse gênero de “marxismo” que temos de enfrentar. Ele só pode florescer quando se supõe que os trabalhos do fundador do socialismo científico e a experiência de quase um século de lutas nesse campo sejam ignorados. De nossa parte, tentaremos delineá-los aqui sinteticamente, na medida que o espaço limitado o permite, como estímulo para estudos mais profundos.

## MARX, ENGELS: NACIONALISMO E INTERNACIONALISMO

Os fundadores do socialismo científico ocuparam-se intensamente com a questão nacional. Isso não é de admirar, considerando que na Europa, num território do tamanho aproximado ao do Brasil, viviam duas dúzias de nações cujos antagonismos e lutas são parte da história do Velho Continente. No primeiro documento político do comunismo, que os dois velhos assinaram, já encontraram, ao lado de outros princípios frequentemente esquecidos, delineada a atitude dos revolucionários referente à questão do nacionalismo e do patriotismo. Diz o *Manifesto*:

A luta do proletariado contra a burguesia, embora não seja na essência uma luta nacional, reveste-se contudo dessa forma nos primeiros tempos. É natural que o proletariado de cada país deva, antes de tudo, liquidar a sua própria burguesia.

A forma nacional da luta proletária, nos primeiros tempos, à qual o *Manifesto* se refere, é o terreno histórico que o proletariado encontrou quando surgiu no cenário social e político. Trata-se da desigualdade do desenvolvimento dos diversos países, que condicionam as particularidades da luta de classe

em cada nação. Desde o início, entretanto, há um objetivo comum: a derrubada da própria burguesia. Comuns são também as características que distinguem os comunistas dos outros partidos operários existentes, então, nos diversos países: “nas diversas lutas nacionais dos proletários, os comunistas destacam e fazem prevalecer os interesses comuns do proletariado, independente da nacionalidade”.

Encontramos aqui já um princípio de internacionalismo militante, que é ressaltado no terreno ideológico pelo *Manifesto* quando afirma:

Os operários não têm pátria. Não se lhes pode tirar aquilo que não possuem. Como porém, o proletariado tem por objetivo conquistar o poder político e erigir-se em classe dirigente da nação, tornar-se ele mesmo a nação, ele é, nessa medida, nacional, embora de nenhum modo no sentido burguês da palavra.

As definições do *Manifesto* se tornarão mais compreensíveis para nós se tomarmos o exemplo da Alemanha na época, em véspera e diante da revolução burguesa de 1848. A Alemanha de então não existia ainda como nação unificada. Havia, sim, diversos Estados e Estadozinhos alemães “soberanos”, dos quais a Áustria e a Prússia eram os maiores. O particularismo e o separatismo existentes refletiam os privilégios feudais e as rivalidades dinásticas, que se opunham à revolução burguesa. Esta, por sua vez, era inseparável da unificação nacional da Alemanha, a tarefa histórica do seu “Terceiro Estado”. A burguesia alemã traiu a sua missão, temerosa do proletariado que surgia na cena, assustada com as lições práticas da luta de classes na vizinha França. Deixou, assim, que Bismark realizasse a revolução e a unificação alemã de cima para baixo e ao seu modo. Os operários alemães e a seção germânica da Liga dos Comunistas, desde o início, levantaram a bandeira da

unificação alemã como tarefa primordial da revolução. Como, todavia, o proletariado é “nacional, embora de nenhum modo no sentido burguês”, distanciara-se conscientemente do nacionalismo e patriotismo da classe média alemã. O “Programa dos Comunistas” na revolução de 1848, publicado no jornal *Neue Rheinische Zeitung*, tem como primeiro ponto: “toda a Alemanha torna-se uma República única e indivisível”, e tem como cabeçalho a já famosa frase do *Manifesto*: “Proletários de todos os países, uni-vos”.

A derrota da revolução fez com que as reivindicações de 1848, de um ou outro modo, conservassem a sua atualidade ainda por anos a fio. Durante todo esse tempo, os revolucionários alemães combatiam os inimigos internos e externos da unidade alemã, conservando as suas posições independentes de classe. Seu internacionalismo — que, durante quase duas décadas, não passou de uma atitude propagandística, em virtude do pouco desenvolvimento do movimento proletário alemão — chegou a tomar formas práticas quando da fundação da “Associação Internacional de Trabalhadores” e criou pânico no mundo civilizado de então, quando o recém-fundado Partido Social-Democrata da Alemanha defendia, na guerra franco-prussiana, a Comuna de Paris, em 1871, e se opôs à anexação da Alsácia por Bismark.

Marx, por sua vez, desde 1848 até a sua morte, em 1883, travava uma campanha em prol de uma guerra revolucionária da Alemanha contra a Rússia Tzarista, “o gendarme da reação europeia”. Exigia essa guerra, de um lado, para destruir as reservas da contrarrevolução europeia e, de outro, porque esperava que uma luta dessa natureza libertasse na Alemanha as forças: que deviam completar a obra de 1848. Nessa fase de campanha anticzarista, Marx recebeu o apoio mais variado de pessoas e grupos, igualmente interessados no combate ao expansionismo russo. Entre outros, fala ele nas suas cartas a Engels de um certo Mister Urquhart, um inglês conservador

russóphobo que lhe abriu as páginas de seus jornais. Marx aproveitou essa oportunidade, como outras, expondo seus pontos de vista, sem, todavia, querer apresentar os Urquhart & Cia. como “burgueses progressistas” ou “aliados” dos operários ingleses ou alemães.

Na mesma época, escreveu uma série de artigos sobre a Europa Oriental para o *New York Tribune* e outros jornais, reunindo-os mais tarde num livro intitulado *A questão oriental*, e que, junto com os comentários de Engels, esclarecem perfeitamente a posição de ambos sobre o problema nacional na Europa.

## A QUESTÃO ORIENTAL

Em 1882 Karl Kautsky, sendo envolvido em debates entre emigrados poloneses na Suíça, pediu a opinião de Engels sobre a questão nacional na Polônia. Engels respondeu numa carta prolongada, na qual disse, entre outras coisas:

Portanto, sou de opinião que existem duas nações na Europa que, não somente têm o direito, mas o dever de serem nacionais, antes de se tornarem internacionais: os irlandeses e os poloneses. Eles serão internacionais do melhor modo quando forem realmente nacionais. Os poloneses compreenderam isto em todas as crises e o provaram nos campos de batalha de todas as revoluções. Eliminai sua expectativa de restabelecer a Polônia, ou convencei-os de que, em breve, a nova Polônia cairá em seus braços, por si mesma, e acabará seu interesse pela Revolução Europeia.

Engels não entra no assunto da Irlanda, da qual ele diz que muito pouco repercute no Continente Europeu. Com muito carinho, todavia, dedica-se ao caso da Polônia. Mostra ele, no início, que é muito difícil formar em nações partilhadas um

movimento socialista, isto é, enquanto não se constituírem em nações modernas, como foi o caso da Alemanha, Itália e outras. Havia, todavia, uma razão mais forte pelo apoio de Engels ao nacionalismo polonês. Diz ele que a Polônia está situada no centro da Europa e a sua divisão é a base da reunião da Santa Aliança, o que garante o predomínio do tzarismo na política europeia. Num artigo publicado em 1874 no *Volksstaat*, intitulado “Uma proclamação polonesa”, Engels coloca o problema de um ângulo mais concreto ainda:

O Exército russo estará sempre à disposição contra um movimento interno (revolucionário) na Prússia. Hoje, a Rússia oficial ainda é o santuário e o escudo de toda a reação europeia e suas forças armadas formam as reservas de todos os exércitos encarregados da repressão da classe operária da Europa.

Marx estava de pleno acordo com as exposições do seu amigo e não deixou dúvidas sobre a tarefa dos poloneses. Num discurso sobre a “Missão Europeia da Polônia”, pronunciado em Londres em 1867, ele dizia:

A Europa só conhece uma alternativa: ou o barbarismo asiático, sob a direção moscovita, a destruirá como uma avalanche ou ela terá de restabelecer a Polônia, colocando vinte milhões de heróis entre si e a Ásia, a fim de ganhar um prazo para a realização da sua regeneração social.

A atitude de Marx e Engels mostra que para eles o problema nacional e o da independência nacional não representava um fator isolado, ou um princípio em si. Eles subordinaram conscientemente a questão às necessidades da classe operária europeia e do seu movimento revolucionário. Ao mesmo tempo que defendiam a causa dos poloneses, recusavam-se terminan-

temente a combater pela independência das demais nacionalidades eslavas do jugo austro-húngaro e turco, pois isso teria fortalecido a posição do tzarismo russo e, com isso, a da contrarrevolução europeia.

Marx e Engels assinalavam, contudo, que essa atitude só era sustentável enquanto não se realizasse uma revolução democrática ou enquanto não surgisse um movimento proletário na própria Rússia. Do mesmo modo, explica-se o apoio de Engels ao nacionalismo polonês unicamente pelo fato de constatar-se a ausência de uma classe operária industrial na Polônia agrária de então. A luta contra a Rússia foi levada adiante e liderada pela pequena nobreza do campo, que, evidentemente, não podia produzir mais do que uma ideologia nacionalista. Isso torna compreensível a observação de Engels: “eliminaí sua expectativa de restabelecer a Polônia,... e acabará seu interesse pela Revolução Europeia”.

## □ DEBATE ENTRE LENIN E LUXEMBURGO □

Entre 1907 e a Primeira Guerra Mundial, travaram-se na social-democracia russa, polonesa e austríaca discussões sobre a questão nacional que tiveram seu auge no debate entre Rosa Luxemburgo e Lenin. Em foco estava o artigo 9 do programa do Partido Operário Social-Democrático Russo, que pleiteava a autodeterminação das nações e o direito das minorias nacionais, oprimidas pelo tzarismo, à separação e à formação de Estados independentes.

Rosa Luxemburgo defendera, no seu artigo sobre “A questão nacional e a autonomia”, o ponto de vista de que o referido artigo 9 era prejudicial ao movimento operário, exigindo a sua eliminação do programa. Fazendo um esboço histórico desde os tempos de Marx, a autora argumentava que a Polônia tinha perdido muito do seu papel revolucionário, e

sua independência não tinha mais significação para a Revolução Europeia. Não era mais o pilar da Santa Aliança, superada pela própria história. O velho movimento libertador dos *Chlatchitzi*\* desaparecera, dando lugar a uma Polônia capitalista que produzira o seu próprio movimento operário. Do mesmo modo, estavam mudadas as condições sociais e as relações de classes na Rússia czarista, que entrara no desenvolvimento capitalista com os seus burgueses e proletários, e que, em 1905, tinham feito uma tentativa revolucionária.

Nessas condições — dizia Rosa —, a solução da independência deixara de ser revolucionária e não correspondia aos interesses nem do proletariado russo, nem do polonês, e qualquer agitação em torno servia unicamente para justificar o domínio material da burguesia polonesa sobre o proletariado. A solução histórica era a luta comum da classe operária da Rússia e da Polônia pela revolução dentro das condições dadas pelo Estado czarista.

Lenin, respondendo no artigo “Sobre o direito dos povos à autodeterminação”, concordou com o retrospecto histórico da Europa e com o papel da Polônia oferecido por Rosa Luxemburgo. Concordava também que a solução da separação da Polônia não interessava nem ao proletariado polonês, nem

---

\* O termo *Chlatchitzi* refere-se à classe social nobre (*Szlachta*). De origem que remonta à formação do Estado polonês, esta teve uma de suas partes — a pequena nobreza empobrecida —, como elemento central na manutenção da identidade nacional polonesa após a divisão do país entre Prússia, Áustria e Rússia pelo Congresso de Viena (1815). A pequena nobreza tornou-se a base inicial do movimento nacionalista polonês, caso único na História dos nacionalismos europeus de fins do século XIX. Após este período houve a absorção desta orientação política e ideológica pela classe operária. A parte superior e enriquecida da nobreza polonesa manteve inúmeros privilégios — mesmo quando o país foi dominado por potências estrangeiras —, que foram legalmente revogados em 1921, na Constituição outorgada em março daquele ano pela Segunda República (1918-1939). [Nota dos editores].

ao russo. Discordava, todavia, das conclusões que Luxemburgo tirara da situação quando exigia a eliminação do artigo 9 do programa. Para Lenin, a concessão plena da autodeterminação, até a formação de Estados Nacionais Independentes, representava a única possibilidade de se evitar que os poloneses e outros povos subjugados pelo tzarismo procurassem, na simples separação, a única solução possível para o problema nacional.

Em segundo lugar, prossegue o artigo, a luta pelo direito de autodeterminação é o meio mais eficiente para opor a classe operária russa à política da burguesia, que apoia o nacionalismo grão-russo do tzarismo. Se os social-democratas russos eliminassem o artigo 9 e negassem ao povo polonês o direito de dispor de si mesmo, fariam o jogo da classe dominante russa. Os social-democratas poloneses — salientava Lenin — tinham todo o direito de combater a solução da independência, e ninguém pensava em criticá-los porque agiam nesse sentido, mas “absorvida pela luta contra o nacionalismo polonês, Rosa Luxemburgo esquecera o nacionalismo dos grão-russos”.

Lenin distinguia, aí, o nacionalismo dos povos dominantes e o dos dominados. Isso, todavia, não o fez endossar o nacionalismo polonês. Ele meramente recomendava outros meios para combatê-lo. Apesar das divergências tácitas nesse sentido com Rosa Luxemburgo, ele dizia ao Partido dela:

A social-democracia polonesa tem o mesmo mérito histórico de ter criado na Polônia, saturada de correntes e paixões nacionalistas, pela primeira vez, um partido realmente marxista, realmente operário (...).

Aos adversários dos social-democratas poloneses, o chamado Partido Socialista da Polônia, liderado mais tarde por Piłsudski, ele não considera nem proletários, nem socialistas, mas, sim, um partido pequeno-burguês nacionalista. O esforço deles de justificar a política nacionalista com a atitude de Marx

e Engels no século passado não é outra coisa senão uma tentativa de “jogar a **letra** marxista contra o **espírito** do marxismo”. Para a classe operária russa, Lenin esboça nessas condições uma tarefa dupla ou bilateral:

Combate a qualquer nacionalismo e em primeiro lugar contra o nacionalismo grão-russo; reconhecimento não só da plena igualdade das nações em geral, como também da plena igualdade no sentido da Constituição estatal, isto é, o direito das nações à autodeterminação, à separação. Simultaneamente, no interesse do combate bem-sucedido contra todo nacionalismo de qualquer nação: defesa da unidade da luta proletária e das organizações proletárias, sua integração mais estreita numa comunidade internacional, contrária às tendências burguesas de separação nacional.

## A LUTA ANTI-IMPERIALISTA

Vimos que não há contradição entre a posição de Marx e Engels no século passado e de Lenin e Luxemburgo no início deste. Lenin chegou a denunciar a tentativa de jogar a letra do marxismo contra seu espírito. Pois este é essencialmente materialista. Quando julga uma ideologia, como o nacionalismo, pergunta qual a classe que a produziu, em que condições sociais e históricas essa classe se encontra concretamente. Quando o progresso histórico ainda está a cargo das classes médias, a luta tem que se desenrolar forçosamente, sob formas e ideologia nacionalistas. Querer que essas camadas desenvolvam uma consciência internacionalista seria desconhecer as relações entre o ser e pensar. A situação muda, todavia, com a formação do proletariado industrial.

O problema se apresentou novamente depois da Primeira Guerra Mundial, com a fundação da *Komintern*, quando se ten-

tou elaborar uma estratégia global da luta anti-imperialista. Foi o II Congresso, em 1920, que se ocupou com a questão, adotando as célebres teses de Lenin “Sobre a questão nacional e colonial”.

As teses definem as tarefas dos Partidos Comunistas nos países dominados pelo Imperialismo, de um lado, e nos países dominantes, de outro. Partem do princípio de que a exploração imperialista é um produto do capitalismo e que não será possível eliminar a opressão nacional e a desigualdade sem a derrocada final do capitalismo — e este é o objetivo da classe operária mundial. Dos partidos nos países imperialistas, as teses exigem um apoio ativo aos movimentos revolucionários nas colônias e o combate às manifestações reformistas e ao “internacionalismo meramente verbal” nas suas próprias fileiras. Dos partidos nos países atrasados “feudais ou patriárquico-camponeses”, exigem que apoiem os movimentos de libertação nacional, combatendo, todavia, resolutamente, qualquer tendência de fusão com tais movimentos das classes médias ou de adesão ideológica. Os comunistas têm obrigação de educar e desenvolver os germes dos movimentos proletários existentes nesses países, preparando-os para suas tarefas próprias, isto é, ao combate às tendências burguesas das suas próprias nações. Redigidas as teses numa fase revolucionária aguda, a Internacional recomendou que, nos países onde não houvesse ainda movimentos proletários de importância, fossem formados Conselhos (*soviets*) de camponeses para levar a luta avante.

A votação das teses de Lenin foi precedida de intensos debates, durante os quais se manifestou a oposição de parte de delegados asiáticos. Estes assinalavam que o papel dos movimentos proletários nas colônias não estava definido com bastante clareza. Como resultado das discussões, foi adotada ainda uma tese suplementar de M. N. Roy, que chama a atenção sobre a rápida industrialização que se realizara na Índia, por exemplo, e que estava dando lugar à formação de movimentos operários completamente independentes, que desenvol-

viam seus próprios métodos de luta de mais largo alcance do que os da classe média. Enquanto a tese de Lenin foi adotada com três abstenções, a de Roy chegou a ter unanimidade.

A atitude de Lenin frente ao problema colonial e nacional, naquele momento, revelava, porém, dois aspectos que as teses não escondem. De um lado, encarava o assunto sob o ângulo mais largo da luta de classes e, do outro, sob o prisma das necessidades imediatas da República Soviética, isolada num mundo capitalista hostil e à procura de aliados contra o cerco imperialista. O mundo colonial e semicolonial representava esse aliado latente do proletariado soviético. Mais claramente do que o próprio Lenin, exprimiu-se Bukharin, quando declarou no VIII Congresso do Partido Comunista Russo que a República Soviética só tinha a ganhar com o movimento de independência nas colônias, dizendo: “os movimentos nacionalistas mais violentos são nada mais do que água para nossos moinhos, pois eles contribuem para a destruição do imperialismo inglês”.

Naquele tempo, todavia, ainda se procurava conciliar os interesses da política externa soviética com os da classe operária internacional. Nem Lenin nem Bukharin tinham em mente o sacrifício de um movimento proletário a um aliado nacionalista passageiro. As funções dos movimentos estavam bem definidas e a emenda de Roy mostra que as possibilidades de saltos qualitativos foram levadas em consideração. O abandono do espírito do marxismo, a revisão da tese leninista, ficou a cargo de Stalin, e ele o fez tão eficientemente que os efeitos ainda se sentem nos quatro cantos do mundo — inclusive no Brasil.

## A REVISÃO STALINISTA

A resolução do II Congresso da *Komintern* reza, ainda, que o internacionalismo proletário exige: 1) a subordinação dos interesses da luta proletária em cada país aos interesses da luta em

escala mundial; e 2) que a nação que obteve a vitória sobre a burguesia faça os maiores sacrifícios nacionais, a fim de derrubar o capitalismo internacional.

Stalin inverteu a ordem das coisas. Ele subordinou os interesses da luta do proletariado internacional aos interesses imediatos da União Soviética; sacrificou a Revolução Europeia e Mundial às conveniências da diplomacia soviética. Procurando aliados no cenário internacional, não mostrou os escrúpulos dos revolucionários de 1920: liquidou o conteúdo marxista do comunismo internacional e reabilitou justamente os dois fatores, que provocaram a cisão da Segunda Internacional: a paz social e o social-patriotismo.

Essa experiência, todavia, nem foi iniciada nas colônias ou num país subdesenvolvido qualquer. Foi ensaiada na França imperialista, com a “Frente Popular”, enquanto que nas colônias francesas se retirou o apoio aos movimentos revolucionários. Como consequência, a sessão argelina do PC francês abandonou a Internacional em sinal de protesto, em 1937. Em geral, a nova linha encontrou resistência nas fileiras dos militantes, e muita tinta foi gasta para explicar a reviravolta “dialética”. As raízes do internacionalismo eram fortes demais, principalmente no seio do movimento juvenil. Quando se começou a lançar as primeiras palavras de ordem nacionalistas para o uso público, aos membros do Partido se declarava, com um piscar de olhos, que isso era “para inglês ver”, uma necessidade decorrente da ameaça nazista. O que era tido, no início, como “medida tácita”, com o tempo passou a dominar a mentalidade do Partido. As novas gerações e a classe operária francesa foram educadas por um nacionalismo pequeno-burguês do qual não mais se libertaram até hoje.

O fenômeno não se restringiu à França. Os disciplinados Partidos Comunistas do mundo inteiro aprenderam muito depressa e obedientemente as novas palavras de ordem, aplicando a “experiência” francesa. O nacionalismo e o patrio-

tismo foram cultivados do Partido americano até o japonês. A lição foi cara. Quando em consequência da guerra surgiu a nova oportunidade histórica para o proletariado europeu de se constituir e derrubar finalmente o capitalismo no Velho Mundo, os Partidos Comunistas já estavam completamente incapazes de preencher a sua missão. Eles preferiram sacrificar o proletariado alemão, colaborando com suas próprias burguesias, entrando em ministérios burgueses — a vitória de De Gaulle em 1958 é uma consequência lógica do apoio a De Gaulle em 1945.

A causa fundamental da crise do movimento operário em escala mundial é o abandono do internacionalismo proletário pela própria Rússia Soviética e a submissão da classe operária nos países capitalistas à política externa de Moscou. Enquanto esse fenômeno não for superado, seja por meio de reformas radicais da política interna soviética ou pela rebelião dos Partidos no Ocidente, a desestalinização não estará completada.

### “HIC RHODUS — HIC SALTA”

Apesar de todas as nossas particularidades nacionais, que ora estão muito em voga, não podemos deixar de colocar a questão, como marxistas brasileiros, da base material do nacionalismo do Brasil. Que classe é a porta-bandeira da ideologia na-

---

<sup>1</sup> Do latim, comumente traduzido como: “Rhodes é aqui, é aqui que você salta!” A máxima bem conhecida, mas pouco compreendida, origina-se da tradução latina tradicional da moral da fábula de Esopo, *O Fanfarrão*. Na fábula um atleta se gaba de que, em Rodes, realizara um salto estupendo e que havia testemunhas que poderiam comprovar sua história. Um espectador então comenta: “Tudo bem! Digamos que aqui seja Rodes, demonstre o salto aqui e agora”. A fábula ensina que as pessoas devem ser reconhecidas por seus atos, não por suas próprias reivindicações. (Disponível em: <https://lavrapalavra.com/2021/07/05/hic-rhodus-hic-salta/>. Acesso em: 18 de outubro de 2022.). [Nota dos editores].

cionalista? Qual é a situação objetiva dessa classe? Qual o seu papel na luta econômica e política?

Até aqui ninguém tentou demonstrar ainda que o nacionalismo seja uma ideologia proletária (o que pode acontecer ainda). O nacionalismo é aceito como teoria burguesa ou pequeno-burguesa, e sua aceitação política é justificada com o papel específico que a burguesia tem no Brasil ou nos chamados países “subdesenvolvidos” em geral.

E a classe operária brasileira, qual então a sua ideologia? Essa pergunta encontra geralmente uma acolhida um tanto fria. O colocá-la, em si, já é tido como sinal de “estreitismo”. Pois admitir que a consciência de um proletariado industrial brasileiro tenha de ser internacionalista cria problemas na política prática. E como, apesar de todos os *mea culpa* e “autocríticas”, ainda predomina o hábito stalinista de fazer teoria em função e como mera justificativa da política diária, uma análise teórica da questão não foi sequer tentada.

Essa confusão e o oportunismo decorrente são justificados geralmente pela situação peculiar em que o país se encontra. “O Brasil é um país subdesenvolvido” — esse lugar comum deve explicar tudo. O que é, todavia, um país “subdesenvolvido”? A Arábia Saudita é incluída nessa categoria e Gana, Afeganistão e Etiópia também. E a China, ainda pode ser classificada como tal? Se não o é, quando deixou de sê-lo?

Pelo que vemos, a classificação não é muito precisa, pois o Brasil pouco tem em comum com a estrutura social desses países recém-saídos de um *status* colonial — para não falar das colônias propriamente ditas, que igualmente estão incluídas na categoria de subdesenvolvidas —, ou, de outro lado, da China, que fez uma Revolução Socialista.

O que distingue o Brasil de todos esses países é o grau do seu desenvolvimento industrial, a existência de uma burguesia e de um proletariado bem definidos — e sob esse ângulo estamos mais próximos de certas nações europeias do que de um país

africano médio. Não somos nenhum país ocupado por uma potência colonial. A nossa independência não é muito mais nova do que a dos Estados Unidos. Em 1930 tivemos uma revolução que trouxe burguesia industrial ao poder, que ela, por sua vez, confiou a Getúlio Vargas. Desde o fim da guerra, ela exerce o poder diretamente mediante os órgãos legislativos, tendo responsabilidade pela situação objetiva do país. Temos uma classe operária de mais de três milhões de homens, sem contar as suas famílias. Anualmente cerca de meio milhão de novos empregos são criados no país, dos quais uma grande parte na indústria. Temos uma população trabalhadora do campo de mais de dez milhões, da qual boa parte é constituída por um proletariado rural, prestes a se fazer presente na vida política do país. Subdesenvolvidos somos em relação a regiões bem determinadas, de um capitalismo mais antigo. Em relação à grande maioria da humanidade e da população da própria América Latina, já somos um país economicamente desenvolvido nos padrões do modo de produção capitalista.

Não negamos o atraso existente. O que combatemos é a tentativa de conservação de noções políticas atrasadas. A existência de um proletariado industrial criou as condições para a formação de uma escola marxista no Brasil, isto é, de um socialismo em padrões científicos. Não há essa espécie de marxismo subdesenvolvido, que se tenta apresentar para uso doméstico, como não pode haver uma teoria atômica “subdesenvolvida”. A ciência é universal, é internacional, seja no campo da física como no das lutas sociais. Os nossos físicos, que pretendem instalar fontes de energia atômica no Brasil, têm de dominar as leis da física nuclear do mesmo modo que seus colegas dos países mais adiantados. O que eles têm de levar em consideração são as condições concretas, dentro das quais têm de agir, tanto as condições econômicas como do nível técnico existente no país. Nenhum cientista ou técnico atômico vencerá, entretanto, as dificuldades, usando noções da física pré-nuclear.

Se a nossa classe operária ainda está dominada por concepções políticas “subdesenvolvidas”, nacionalistas pequeno-burguesas, o nosso dever é ajudá-la a libertar-se desse atraso ideológico, e não reforçá-lo. A nossa tarefa e a nossa única razão de ser é levar ao proletariado brasileiro a consciência do seu papel social e político, e isso só pode ser feito mediante um combate incessante dos preconceitos — do pensamento pequeno-burguês que ainda o domina. Pois a emancipação ideológica é a condição do surgimento de um movimento operário independente no Brasil.

## PARTIDO NACIONALISTA OU PARTIDO OPERÁRIO?

Temos de deixar claro, antes de tudo, que não enfrentamos no Brasil o que nós, marxistas, costumamos chamar de “problema nacional”. O Brasil é um Estado Nacional com unidade territorial, econômica, política, linguística e cultural, no sentido moderno da palavra, tal como foi criada pela Revolução Francesa. O processo de formação da nação brasileira já estava praticamente terminado no Império. A guerra do Paraguai e a criação do território do Acre solucionaram os últimos problemas das fronteiras nacionais. Não há minorias brasileiras oprimidas em países vizinhos nem minorias nacionais que possam ameaçar a unidade do país. Não somos uma nação partilhada nem ocupada. Do ponto de vista do direito internacional, o Brasil é um país soberano.

Na prática, essa soberania é limitada e lesada pelo imperialismo mundial, que explora economicamente o país e que intervém na sua política interna e externa. O que distingue, entretanto, a nossa situação dos problemas nacionais que a Europa enfrentou no século passado (e que árabes, africanos etc. ainda enfrentam em parte) são duas características principais: em primeiro lugar, a opressão imperialista,

como nós a conhecemos, é compatível com a existência de Estados Nacionais formalmente soberanos, e dispensa o domínio direto dos países explorados. Esta, a forma colonial clássica, só é defendida pelos imperialismos mais velhos e mais fracos, que receiam uma concorrência mais forte. Em segundo lugar, a nova forma do domínio imperialista não seria possível sem a cumplicidade das classes dominantes dos países oprimidos. Elas se defendem contra certos aspectos do domínio imperialista, procuram resistir a sua pressão em determinados ramos econômicos, mas não combatem o sistema. Sabem que a guerra ao imperialismo implica um ataque frontal às bases do capitalismo mundial e isso significa às bases do seu próprio domínio de classe. As burguesias que chegaram tão tarde ao cenário histórico, como a nossa, lutam simplesmente para uma melhor integração na economia mundial, para condições de existência mais favoráveis dentro do sistema imperialista.

A luta só toma um caráter nacional nas mãos da pequena burguesia, incapaz de compreender por si mesma o caráter do imperialismo, porque nunca compreendeu, devido a sua situação objetiva, os conflitos sociais da sua época. O que ela vê, em primeiro lugar, no imperialismo é o fenômeno emocional do choque com uma potência estrangeira e isso a deixa à mercê das manobras da sua própria burguesia. Toma um caráter nacional também nas mãos da grande burguesia, que, tendo maior compreensão histórica, encontra no nacionalismo um recurso ideológico para assegurar o domínio sobre a nação, obter uma colaboração de classe da ala reformista do proletariado e canalizar o movimento anti-imperialista para caminhos que não ponham em perigo os seus privilégios — inclusive o de colaborar com o imperialismo quando e onde bem entender.

Se insistimos na necessidade de o proletariado liderar a luta anti-imperialista, não é por motivos emocionais ou de

princípios teóricos abstratos. O proletariado é a única classe da sociedade capaz de tirar as consequências práticas da formulação teórica leninista de que o imperialismo é a última fase do capitalismo. É a única classe capaz de enfrentar o capitalismo no seu próprio terreno: no cenário internacional. É a única classe capaz de derrotar o imperialismo, derrubando o capitalismo mundial. É a ação prática do proletariado independente, que mostrará às camadas médias os caminhos da luta anti-imperialista consequente.

Na prática, o dilema de nacionalismo ou internacionalismo se traduz na alternativa do Partido Nacionalista ou Partido Operário. Deve o proletariado apoiar e se unir a um movimento da classe média que, praticamente, ficará sob direção da grande burguesia ou organizar-se independentemente como classe? As consequências da escolha são claras. Se aceitarmos o movimento nacionalista como solução, aceitamos a continuação da tutela burguesa sobre o movimento operário e a renúncia às reivindicações de classe do proletariado, que só podem impor-se contra a burguesia nacional. Se aceitarmos essa solução, nós nos conformamos também com a tutela da burguesia sobre o movimento “anti-imperialista”, que nessas condições só poderá ser escrito com aspas. Pois a nossa burguesia não é diferente das suas irmãs, que nasceram antes, e seu nacionalismo tem as mesmas características pragmáticas e mercantis. Lenin parece até ter estudado as nossas particularidades nacionais quando, descrevendo o nacionalismo da burguesia europeia, dizia:

O que mais interessa à burguesia é que uma determinada reivindicação seja “realizável”; por isso a eterna política das negociatas com as burguesias de outros países à custa do proletariado. Para o proletariado, em troca, o que é importante, é o fortalecimento da sua classe contra a burguesia, a educação das massas no espírito de uma democracia consequente e do socialismo.

O problema fundamental permanece o mesmo para nós, porque as bases materiais das classes em questão são essencialmente as mesmas. O nacionalismo, como ideologia, é estreitamente ligado ao problema da propriedade, seja da grande ou da pequena burguesia. A burguesia defende a propriedade em geral e a sua propriedade em particular. A defesa desta coloca-a em antagonismo com a burguesia de outros países e com o imperialismo, mas a defesa da propriedade em geral cria o internacionalismo do capital, que encontra uma linguagem comum. É por isso mesmo que a nossa burguesia mostra uma cabeça de Janus com duas faces: uma “entreguista” e outra “nacionalista”. A esperada divisão de águas da burguesia nacional não se dará. Há, sim, facções que defendem interesses imediatos, mas, como classe, a burguesia não renuncia nem ao nacionalismo, nem às negociações.

A luta anti-imperialista consequente somente poderá ser liderada pela classe operária. O proletariado é a única classe que não tem privilégios de propriedade a defender e que, devido a seu antagonismo natural com a burguesia, está em condições de controlá-la e desmascará-la, quando ela se entende com a burguesia dos países imperialistas. Tal movimento proletário independente encontrará aliados naturais entre as correntes pequeno-burguesas nacionalistas que desejam de fato travar uma luta anti-imperialista. Mas eles só serão aliados de fato enquanto conservamos a nossa independência ideológica e orgânica. Por isso mesmo não apelaremos a eles como nacionalistas, e sim como anti-imperialistas.

## ALGUNS EXEMPLOS

O problema não se restringe às esferas teóricas da luta de classe e tem as suas repercussões imediatas e práticas, como veremos em alguns exemplos. Temos o caso do petróleo, que agita as

paixões. Para a pequena burguesia o “petróleo é nosso”, a Petrobras é uma “questão de honra nacional” e, às vezes, isso depende das conveniências, representa uma medida socialista. Em princípio, a questão da nacionalização do petróleo é identificada como medida “nacionalista”. Podemos nos dar ao luxo de encarar o problema do mesmo modo?

Queremos adiantar que encaramos a nacionalização da indústria petrolífera como uma medida positiva como qualquer outra medida de nacionalização, seja ela de capital estrangeiro ou nacional, quando for do interesse da classe operária brasileira. Isso, em cada caso, tem que ser estudado separadamente. No do petróleo, justifica-se como uma medida de defesa contra a fixação do imperialismo numa indústria-chave, mediante a qual ele exerce uma influência direta sobre a política do país. A indústria petrolífera é a mais monopolizada do mundo capitalista, praticamente nas mãos de meia dúzia de companhias que, na realidade, se reduzem a três. Em virtude da estreita ligação existente entre a política petrolífera americana e a do Departamento do Estado — geograficamente pertencemos à Zona de Influência da “Standard” —, trata-se de uma medida de defesa contra o imperialismo americano.

O petróleo, todavia, por isso ainda não é “nosso”. Vivemos numa sociedade capitalista com um Estado burguês. Foi esse Estado da classe dominante que procedeu à nacionalização. O petróleo, como as demais riquezas do Brasil, será nosso no dia em que a classe operária tiver tomado o poder e, nesse dia, ela socializará os meios de produção. Querer esconder esses fatos ao operário brasileiro significa esconder o conteúdo da luta de classe, e é impedir que ele tome consciência da sua posição social. Esse aspecto das coisas para muitos “marxistas” não tem importância e tem a já mencionada acolhida fria de interpretação “sec-tária”. Mas, nesse caso, todo o marxismo não tem importância...

O assunto do petróleo não está esgotado com isso. Com poucas exceções, os nossos nacionalistas de todas as cores es-

queceram muito depressa o caráter anti-imperialista da sua luta quando se trata do petróleo da Bolívia, que há de ser “nosso” também. E não poucos “marxistas” se julgavam no direito de exigir do Governo Brasileiro que faça a Bolívia cumprir os tratados concluídos, alegando que o Governo de La Paz estava sob a influência do imperialismo americano. Não há dúvida que há imperialismo americano, argentino e outros agindo no país vizinho. O que nossos “marxistas”, todavia, pretendem desconhecer (raspem-se a casca desses “marxistas” e surgirão pequeno-burgueses verde-amarelos) é que a penetração dos capitais brasileiros, sejam estatais ou particulares, também só se pode realizar sob forma de uma penetração imperialista, pois a nossa economia é capitalista, submetida às leis do desenvolvimento do capital. O que eles pretendem desconhecer é que o proletariado boliviano, por meio dos seus partidos e sindicatos, combate qualquer imperialismo que penetre no seu país. Para o proletariado brasileiro o caso do petróleo boliviano é de maior importância, pois arrisca inutilizar uma das armas mais poderosas que temos para enfrentar o poderio material do capitalismo norte-americano: a solidariedade anti-imperialista dos povos latino-americanos. Revela o caso, claramente, as limitações do nacionalismo pequeno-burguês numa questão vital. Mostra que somente uma classe operária brasileira, possuída por um espírito de internacionalismo militante, estará em condições de polarizar as forças anti-imperialistas do continente.

Não é esse, todavia, o único exemplo das limitações do nacionalismo na luta contra o imperialismo. Há outro, que merece ser citado: é o caso da American Can Co., que anunciou o estabelecimento de uma fábrica no Brasil. Tratava-se de um investimento estrangeiro, como muitos que se realizam permanentemente na economia brasileira. No caso desencadeou-se, porém, vasta campanha contrária. Movimentos estudantis e até sindicatos foram mobilizados, e a bancada parlamentar nacionalista entrou em cena. Não foi difícil localizar a ori-

gem; Matarazzo, em São Paulo, é um dos grandes fabricantes de latas nacionais. Acontece, todavia, que o caso de “indústria nacional contra estrangeira” teve uma particularidade que escapou aos ânimos patrióticos: Matarazzo é o concessionário da Continental Can Co., concorrente da American Can. A Comissão de Inquérito instalada pelo Congresso teve de tomar conhecimento de uns fatos desagradáveis. O presidente de Volta Redonda,\* o general Macedo Soares, testemunhou, entre outros, que a Metalúrgica Matarazzo preferia importar a matéria-prima, as “folhas de flandres”, na Bélgica, a preço mais elevado, a encomendar em Volta Redonda o produto de qualidade e padrões técnicos iguais. Para esse procedimento, que do ponto de vista econômico representa um mistério, há, todavia, uma explicação bastante racional. A compra de matérias-primas na Bélgica encobre a transferência de divisas para fábricas da Continental naquele país. Trata-se de uma simples remessa de lucro. Matarazzo, como concessionário da companhia americana, age justamente da mesma forma que qualquer capital estrangeiro e transfere parte da mais-valia criada pelo proletariado brasileiro, evitando que seja acumulada no Brasil.

O assunto morreu nesse pé. A imprensa burguesa, evidentemente, passou por cima, não tendo nenhum interesse de debatê-lo. Tampouco interesse revelaram os nossos nacionalistas em perseguir o caso da função do nosso capital nacional. Para a classe operária, todavia, trata-se de um ponto cardeal da luta anti-imperialista. O que lhe interessa não é defender o monopólio da exploração do operário brasileiro pela burguesia nacional, pela qual temos tão poucas afinidades, como pela burguesia estrangeira. O que nos interessa, enquanto não podemos pôr um fim à exploração econômica em si, é que a mais-

---

\* Refere-se à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). [Nota dos editores].

-valia produzida no Brasil seja aplicada no país, que aumente a capacidade das forças produtivas das quais o proletariado brasileiro será o herdeiro.

Evidentemente, a nossa burguesia não se interessa por controles rígidos das transferências de lucros. Mais “ampla” do que os ideólogos do nacionalismo, ela não acredita tão piamente na existência de indústrias nacionais autóctones e não recusa, em princípio, o papel de sócio menor de empresas internacionais. O que ela quer é ressaltar o direito de decidir quando convém ou não deixar as companhias estrangeiras agirem no seu domínio. Por isso temos uma das mais generosas legislações sobre a remessa de lucros, legada pelo nacionalista Vargas e na qual o nacionalista Alkmin nunca tocou.

O movimento nacionalista não se mostrou em condições de enfrentar o problema. No caso fez o papel de “inocente-útil” para Matarazzo, de um simples aprendiz de interesses imediatos da nossa burguesia. Desse modo, a indústria nacional, como a de Matarazzo, torna-se algo como um patrimônio que não deve ser molestado. Toda essa atitude origina-se numa concepção idealista, pequeno-burguesa, das forças motoras da sociedade. Para eles, o nacionalismo torna-se o criador da industrialização. Para nós, marxistas, o nacionalismo é antes de tudo uma consequência da industrialização, o reflexo ideológico de um processo bem material. A industrialização, seu ritmo passado e futuro, se processa entre nós, como em qualquer outra acumulação do capital, conforme o movimento da taxa média de lucros, na economia nacional e na economia mundial da qual o Brasil faz parte. Enquanto a industrialização do Brasil se der nos padrões capitalistas, não teremos nenhuma influência sobre o seu ritmo e seu desenrolar, que também não depende da vontade subjetiva da nossa burguesia. A única contribuição real que podemos dar para o progresso e o desenvolvimento da sociedade brasileira, na sua fase atual, é da formação de uma consciência própria da

classe operária, que é uma consciência anticapitalista, oposta a qualquer forma de exploração econômica. Isso só conseguiremos por meio de uma luta permanente e contínua contra a burguesia nacional e contra o imperialismo mundial, e uma pressupõe a outra.

## OS MEIOS E OS FINS

Para justificar a ignorância da existência de uma classe operária no Brasil e as consequências políticas que decorrem desse fato, os nossos nacionalistas têm o hábito de exagerar o atraso objetivo do país. Isso, todavia, não impede que caiam no extremo oposto quando se trata das perspectivas do desenvolvimento da atual expansão industrial brasileira. A solução que eles nos oferecem é um Brasil industrializado e soberano, livre do domínio do imperialismo estrangeiro, uma nova potência capitalista no Hemisfério Sul. O socialismo, por isso, será uma consequência do nacionalismo, repetem eles em todas as variações. Como isso se dará, porém, não explicam, mas uma coisa está decidida para eles: o socialismo, como meio e fim de luta, ficará para “depois”.

De nossa parte temos de objetar, em primeiro lugar, que essa perspectiva não nos agradaria. Temos um exemplo clássico de um país subdesenvolvido que escolheu a solução nacionalista e podemos apreciar as consequências. Trata-se do Japão, que em menos de um século transformou-se de um país feudal asiático em potência industrial. Depois teve de escolher o caminho do imperialismo, à procura de mercados, tornando-se em seguida aliado da reação mais sinistra, o fascismo europeu. E depois, quando essa aventura falhou, tornou-se satélite dos Estados Unidos. É possível que nos respondam que isso foi lá na Ásia, que nas Américas as coisas são diferentes, mas nós continuamos céticos...

Em segundo lugar, temos razões para pôr em dúvida as bases reais das previsões e concepções da situação internacional dos nossos amigos nacionalistas. Quais são os fatores que lhes permitem prever o surgimento de uma nova potência capitalista, forte e soberana, num futuro próximo ou longínquo? Será que o declínio das velhas potências imperialistas, a Revolução Mundial e a criação de um campo socialista, que abrange um terço da humanidade, não lhes colocam outra perspectiva? Os fatos, evidentemente, não falam em seu favor.

Vivemos hoje uma época que se caracteriza pelo absoluto predomínio dos Estados Unidos no que resta do mundo capitalista, tanto do ponto de vista econômico como político (com um papel da União Soviética semelhante no Bloco Socialista). Os velhos países imperialistas, a Grã-Bretanha, a França e a Inglaterra, se conformaram e tiveram de se conformar com isso, no interesse da sua própria sobrevivência. Todas as tentativas de rebelião só serviram para acentuar esse estado de coisas, como se tornou mais evidente no caso do conflito sobre Suez. Todas as rivalidades entre os países da Aliança do Atlântico não visam mais do que encontrar um lugar mais perto dos Estados Unidos dentro da hierarquia existente na Aliança, mas nenhum coloca em dúvida o papel dos Estados Unidos como líder do Mundo Ocidental, protetor da civilização cristã ou de “gendarme” do capitalismo internacional.

Esse reconhecimento do papel predominante dos Estados Unidos pelo resto do mundo capitalista não pode deixar de afetar as relações econômicas entre os dois. Há pouco, um respeitado semanário nacionalista desta capital publicou um resumo sobre a penetração de capitais americanos na Inglaterra, fornecido pela *France Press*. Diz o despacho, entre outros: os capitais americanos estão controlando na Inglaterra dois quintos da indústria de automóveis; metade da indústria de cosméticos, três quintos da produção de aquecimentos e nove décimos da produção de lâminas para barbear. Avalia

o autor do estudo que com 500 milhões de libras de investimentos o capital americano controla uma produção anual de 900 milhões de libras.

O exemplo britânico, certamente, não é o mais típico (de passagem: no Canadá cerca de 50% dos investimentos são controlados pelo capital americano). Fenômeno semelhante encontramos em quase todos os países tradicionalmente exportadores de capitais, e boa parte dos capitais que circulam hoje sob a etiqueta de britânicos, alemães, belgas ou holandeses são de origem ou ligados aos norte-americanos. Essa infiltração econômica americana nos países que são seus aliados não é de admirar, considerando que os Estados Unidos contribuem hoje com 17% das exportações e importações do chamado “Mundo Livre”. É essa a base real da relação de forças existente no mundo capitalista do qual fazemos parte.

Esse mundo entrou em crise aberta em 1914. Duas guerras e as revoluções na Ásia e na Europa abalaram profundamente seus alicerces. Há quarenta anos a burguesia europeia não fez outra coisa do que destruir e reconstruir o seu parque industrial. O mercado mundial capitalista encolheu radicalmente, retirando-se mais de 800 milhões de seres humanos do processo de circulação de capitais e de mercadorias, aumentando a pressão interna, latente, do mercado capitalista, que revive o aspecto das crises de superprodução que os países fornecedores de matérias-primas, os chamados subdesenvolvidos, estão sentindo primeiro. Os próprios Estados Unidos sustentam, hoje, um exército de quatro milhões de desempregados — como advertência das coisas que estão a vir.

Quando os Estados Unidos tomaram o lugar da Grã-Bretanha como país líder do mundo capitalista, encontraram um sistema social moribundo que sobreviveu à custa de injeções maciças de dólares e em virtude da incapacidade total do stalinismo, que, tal como a da social-democracia, em 1918, salvou a Europa capitalista. A burguesia, entretanto, tem ciência

de que o problema foi adiado, mas não eliminado. A Revolução Mundial se tornou latente. A existência de um campo socialista que, apesar de todas as contradições internas e da degenerescência stalinista se mostra superior ao mundo ocidental, lembra à burguesia mundial, diariamente, a precariedade da sua situação. Isto, em si, já explica por que os países europeus, o berço do imperialismo, aceitam a tutela norte-americana, em princípio, e limita simultaneamente qualquer tentativa parcial de rebelião. A luta que a burguesia mundial trava, hoje, pela sua sobrevivência tornou-se o fator primordial das relações internacionais. Produz isso uma sincronização da política interna e externa, como o mundo não mais conheceu desde os dias da Revolução Francesa. Sua expressão mais evidente é a Guerra Fria, que decidirá a sorte do nosso planeta independentemente de se tornar “quente” ou não.

É verdade que há uma série de países que, com maior ou menor sucesso, procuram conservar a sua posição de neutralidade. Trata-se, principalmente, de nações recém-libertadas do domínio colonial, com burguesia e proletariado pouco desenvolvidos, ou de países que, em virtude da sua situação geográfica, são mais sensíveis a pressões externas. Todos esses países aproveitam-se igualmente do balanço de forças existentes atualmente entre os Blocos Mundiais, equilíbrio que até agora evitou uma conflagração aberta. Se esta se der, as águas se dividirão, pois numa nova Guerra Mundial, a conservação da neutralidade se tornará mais difícil ainda do que nas anteriores.

Essa situação geral do mundo se reflete, nitidamente, na posição da burguesia brasileira. Seu anti-imperialismo tem um limite natural na autoconservação da sociedade burguesa, do capitalismo como modo de vida, e suas rebeliões ficarão “em família”. A existência de um proletariado amarrava-lhe as mãos, pois ela sabe que a luta de classe não é nenhuma invenção dos marxistas, e o servilismo de Prestes e cia. não dispensará as desconfianças de uma classe que tem privilégios a perder.

Ela pleiteia, unicamente, maior voz ativa junto aos seus aliados americanos, maior participação na política interamericana, melhores preços para seus produtos de exportação. Se conseguir esse intuito, isso não enfraquecerá aliança com o imperialismo americano, ao contrário, irá fortalecê-la. De resto, ela sabe que, dentro dos padrões da economia capitalista, não disporá de recursos próprios para levantar os imensos capitais requeridos pela indústria atômica, a automatização e o progresso técnico em geral, que se tornam necessários hoje em dia para acompanhar as nações mais avançadas do mundo.

A atual fase do imperialismo, que se caracteriza pelo predomínio absoluto dos Estados Unidos no mundo capitalista, representa um desenvolvimento histórico que somente a Revolução Socialista Mundial pode superar. O combate ao imperialismo, mediante o restabelecimento das velhas economias nacionais, representa um sonho reacionário e utópico. O imperialismo só poderá ser vencido em escala mundial e por um proletariado com consciência internacionalista. Isso inclui o norte-americano, ao qual os acontecimentos se encarregam de ensinar a dialética da luta de classe.

A reação nacional-libertadora que o imperialismo desperta nos povos do mundo inteiro é um aliado natural da classe operária. Da mesma forma, são os nossos nacionalistas, na medida em que são verdadeiramente anti-imperialistas. Por si sós, todavia, não oferecem uma solução, do mesmo modo que a classe média não soluciona o conflito entre capital e trabalho. Combateremos a sua ideologia como qualquer outra ideologia pequeno-burguesa que queira dominar o proletariado e que visa à colaboração de classes, buscando apoio para o Governo e a burguesia em nome da industrialização do país. A burguesia que cumpra a sua tarefa histórica — na medida em que está em condições para isso, nós temos a nossa. O atual equilíbrio de forças existentes no mundo entre os Blocos não favorece somente os pequenos países neutros. Oferece, também, uma

pausa de respiração para a classe operária internacional, para se refazer da crise do stalinismo. Oferece a oportunidade para nós, marxistas brasileiros, formarmos a consciência do nosso proletariado e prepará-lo para os dias que virão. É esse o caminho da Revolução Brasileira, se queremos evitar que ela seja feita um dia à moda húngara. E nisso, em seus traços fundamentais, ele não se distingue tanto do caminho que Rosa Luxemburgo esboçou há quarenta anos atrás:

A dialética histórica se desenrola em contradições e para cada necessidade produz o seu contrário. O domínio da classe burguesa é indiscutivelmente uma necessidade histórica, mas, do mesmo modo, é a revolta da classe operária contra ele. O capital é uma necessidade histórica, mas também o é seu coveiro o proletariado socialista. O domínio do imperialismo é uma necessidade histórica, mas também o é a sua derrubada pela internacional proletária. A cada passo encontramos necessidades históricas, que entram em colisão, mas a nossa, a necessidade do socialismo tem o braço mais comprido.

# JÂNIO QUADROS DEFINE O CARÁTER DO SEU GOVERNO\*

A Reforma Cambial e a posterior Mensagem Presidencial ao Congresso definiram claramente os rumos que o Governo Jânio Quadros pretendia tomar. Simultaneamente confirmaram, em grandes traços, as nossas análises das eleições do ano passado e as perspectivas que esboçamos para o desenrolar das lutas políticas no país. (Veja *O Ângulo Econômico no Metropolitano* de 2 de outubro de 1960 e o *Boletim nº 7 da Juventude Socialista* de 1960).

O fato de termos estado entre os poucos que apreciaram de um modo justo as novas forças políticas, de não termos tido ilusões sobre o caráter “esquerdista” do movimento que Jânio Quadros representa, nem termos engolido o esquema artificial da “contradição entre forças nacionais e antinacionais”, permitiu-nos conservar a cabeça fria também nessa fase de completa desorientação das velhas esquerdas, posterior à vitória eleitoral e à posse de Jânio. Que essa fase ainda não chegou a um fim mostraram as últimas manifestações políticas dos partidos, entre as quais destacam-se o apoio parcial à política externa do Governo, dado pelo PSB, e o Manifesto do PC, que pretende combater Jânio com o espectro de Lott.

---

\* Escrito por Érico Sachs, publicado em *Política Operária* — Boletim nº 1, 20 de março de 1961. Documento digitado em: 02/2021. Fonte: Acervo Política Operária — Cedem/Unesp.

## GOVERNO DO CAPITALISMO NACIONAL

Jânio Quadros representa, sem dúvida, o Governo mais burguês que o Brasil já teve e isso nos parece a característica mais importante da nova situação criada. O fenômeno é uma lógica consequência do desenvolvimento, do fortalecimento da burguesia na sociedade brasileira e, portanto, não é de surpreender que a hegemonia política tivesse voltado a São Paulo (que domina o Governo), onde se encontra a maior concentração de capitais do país.

Tendo plena consciência do seu conteúdo, o novo Governo revelou, desde o início, a preocupação de adaptar o aparelho administrativo e burocrático às necessidades de domínio da Grande Burguesia e se empenha no caminho da modernização do Estado. Seus lemas — eficiência, racionalização, moralização etc. — visam superar as deficiências e os vícios de um aparelho estatal herdado ainda por uma sociedade escravista e latifundiária, na qual a função pública era considerada como forma de sinecura para membros inativos da classe dominante ou seus dependentes e na qual a corrupção servia à burguesia para conseguir os favores públicos que a ajudaram a crescer e a se expandir. Hoje ela não precisa mais dessa forma primitiva de acumulação de riquezas materiais e de influência política. O Estado é dela e tem de funcionar com a mesma eficiência como funcionam os seus funcionários particulares, os seus administradores e guarda-livros nas empresas privadas. No poder, a nossa burguesia descobre as verdades que a inglesa prega há cem anos: que a honestidade comercial e administrativa ainda é o melhor negócio — principalmente a honestidade dos seus empregados.

Nessa tentativa de modernização do Estado, da criação do capitalismo coletivo, o Governo age — como agiria qualquer *manager* na incumbência de racionalizar uma empresa comercial ou industrial. Procura cortar todos os gastos su-

pérfluos (supérfluos para a classe dominante), obter o máximo rendimento da força de trabalho, despedir os empregados excessivos e equilibrar os gastos com as despesas. De outro lado, está disposto, também, a eliminar o sistema de favores e privilégios desfrutados por certos setores da burguesia, a fim de consolidar e fortificar o domínio do capitalismo nacional. Um exemplo vivo desta política é a Reforma Cambial, que certamente prejudica determinados setores da burguesia, as empresas menores e, principalmente, as que chegaram tarde ou não acompanharam o ritmo de acumulação dos últimos anos. Mas, inegavelmente, a Reforma Cambial corresponde no presente momento aos interesses de classe da grande burguesia, aos expoentes do capital bancário e industrial. No Estado capitalista, não são os grupos econômicos mais fortes que necessitam de favores especiais, pois eles impõem seus interesses. São justamente as escalas mais baixas da hierarquia do capital que mais necessitam de privilégios especiais e da corrupção direta para aumentar a sua fatia no bolo. Mas como o bolo é um só, qualquer corte indébito é sentido por aqueles, que se consideram seu dono legítimo — principalmente em tempos quando ameaçam crises econômicas.

## □ PROBLEMA ECONÔMICO

O problema principal, que preocupa a burguesia, é econômico e se manifesta na alternativa de inflação x deflação. A política inflacionista, que praticamente foi seguida por todos os Governos durante os últimos 25 anos, em escala maior ou menor, e que recebeu um impulso extraordinário durante o Governo Kubitschek, foi um dos grandes veículos da industrialização, da expansão do domínio da burguesia nacional. A contínua desvalorização da moeda foi o recurso que permitia à burguesia acumular os capitais necessários à custa da classe operária

e dos assalariados em geral. Todos os aumentos periódicos de salários tornaram-se trabalho de Sísifo<sup>\*</sup> frente à latente queda da moeda, que impedia aos operários e empregados consumir parte maior da renda nacional, permitindo em troca um alto nível do que os economistas burgueses chamam de “poupança”.

A burguesia estava contente com esse método, mas hoje está disposta a renegá-lo e tudo indica que uma época está chegando ao seu fim. “Por quê?”, pergunta-se, se essa receita permitiu o seu crescimento e ajudou a fazer dela o que ela hoje representa. Os seus ideólogos e a sua imprensa costumam respondê-lo, entre outros, que a inflação representa uma fonte de instabilidade social e que se tornou, inclusive, no Brasil, em virtude do alto custo do nível de vida, uma ameaça à ordem existente. Na boca dessa gente, isso, evidentemente, representa uma meia-verdade e a sua preocupação com o nível de vida é suspeita. “Ameaça social” não menos aguda representam as medidas deflacionistas, que se pretendem introduzir, as quais têm efeitos mais bruscos ainda sobre o nível de vida e que geralmente são acompanhados de meios de repressão física, quando postos em vigor. Exemplos tão distintos como a Argentina e a Bélgica bem o mostram.

Se a inflação baixa o nível de vida mediante a contínua desvalorização dos salários e a criação de uma espiral na qual o reajustamento dos salários procura acompanhar a distância o aumento dos preços, as medidas da deflação visam, na prática, à fixação dos salários como premissa para um posterior equilíbrio dos preços em novo nível. É claro que esse processo só se realiza mediante nova desvalorização dos salários reais — sem falar de outros fenômenos, como a diminuição do rit-

---

<sup>\*</sup> Na mitologia grega, Sísifo foi o mais astuto dos mortais, enganando a morte e ludibriando inúmeras vezes os deuses. Contudo, foi pego e condenado, recebendo uma pena terrível e eterna: rolar uma grande pedra montanha acima, e quando lá chegava, a pedra rolava montanha abaixo. [Nota dos editores].

mo das atividades industriais, a restrição de créditos etc., que criam desemprego e que, por sua vez, exercem pressão sobre o nível de vida.

Como vemos, o argumento não convence. A burguesia, quando se decidiu pela política deflacionista, tomou conscientemente o risco de convulsões sociais, e para enfrentar esse perigo ela confia em Jânio. O que a burguesia pretende dizer, quando fala em “ameaças sociais”, é outra coisa. A inflação que durante muitos anos a alimentou perdeu a sua eficiência com mais rapidez e está se transformando no seu contrário. De fato, não mais está em condições de evitar o pronunciado declínio da taxa média de lucro, que se acentuou nos últimos anos. E, com a queda do lucro abaixo dos limites rotineiros, cai também o estímulo da expansão das atividades produtivas na sociedade capitalista. O capitalismo nacional não **desenvolve** o país por sentimentos patrióticos, mas sim porque seu capital cresce com uma margem de lucro “razoável” ou acima disso. É o prelúdio de uma crise econômica — o que se pretende evitar.

O problema não é meramente nacional e o que está em jogo não é somente o desenvolvimento brasileiro. Acontece que a inflação das últimas duas décadas se deu numa fase de expansão geral das forças produtivas em grande parte do mundo, a qual foi causada e impulsionada pela guerra e a prosperidade do pós-guerra. O próprio Governo Kubitschek pegou, em sua primeira metade, ainda restos da prosperidade do mercado mundial — fase que acabou em 1953. Hoje, está definitivamente claro que esse mercado está saturado de novo, que os anos da vaca gorda terminaram. Nos próprios Estados Unidos há, atualmente, 5,5 milhões de desempregados e o exército de reserva do trabalho já faz novamente parte do panorama geral da economia ianque. De outro lado, os preços de matérias-primas atingiram o seu nível mais baixo, desde a guerra da Coreia, no mercado internacional. Hoje existe superprodução de quase todos os produtos agrícolas, que populações subnutri-

das não podem comprar por falta de capacidade aquisitiva. As matérias-primas e os produtos da agricultura ainda representam o grande sustentáculo do comércio exterior do Brasil, mas, na prática, torna-se sempre mais difícil vender no exterior o equivalente das compras necessárias para sustentar a produção interna com lucro (os cubanos encontraram outro caminho).

É essa a ameaça mais aguda que sente a burguesia nacional e que a faz aderir às receitas da “moralização” e da compressão das “despesas supérfluas”. É essa também a “espada de Dâmocles” que paira sobre o futuro do Governo Jânio Quadros.

Temos de considerar esses problemas fundamentais para situar melhor o Governo Quadros e seus métodos dentro do desenvolvimento geral do país. Não há essa interrupção de continuidade entre as gestões de Kubitschek e Quadros que certos ideólogos da Velha Esquerda nos querem fazer crer. Os dois se completam perfeitamente, ambos serviram do melhor modo à burguesia em épocas diferentes. Tivemos a fase da expansão desenfreada e temos hoje a fase da consolidação das conquistas do passado, na qual a burguesia procura pôr a sua casa em ordem. Se houve divergências, elas se relacionavam ao julgamento do momento oportuno para uma mudança de métodos. Juscelino procurou prolongar a expansão, em parte por motivos políticos e em parte, talvez, por suas ligações com a burguesia mineira, que surgiu mais tarde no cenário, numa corrida com o tempo. Mas, assim mesmo, Juscelino hesitou frequentemente entre medidas inflacionistas e deflacionistas, procurando aplicar estas de maneira discreta. Muitas das medidas que Jânio está tomando, agora, Juscelino as adiou simplesmente, deixando-as para o seu sucessor. A continuidade na política dos dois Governos vai tão longe que ambos usam os mesmos homens de confiança da burguesia, Roberto Campos e Moreira Salles, por exemplo, para tratar com o capitalismo internacional. Juscelino, finalmente, num dos seus últimos relatórios ao país, destacando a expansão industrial durante sua gestão,

salientou que, agora, à base dessa obra, se podia enfrentar a questão do saneamento da moeda.

A diferença entre as fases também é questão de ênfase. Se Juscelino mandava seus emissários às chancelarias do Ocidente para implorar que temos de nos desenvolver, porque o subdesenvolvimento é um “aliado potencial do materialismo”, Jânio completa o panorama quando declara em sua Mensagem que a tarefa do Brasil é a de vencer a pobreza, a de realizar, efetivamente, seu desenvolvimento, mas sob a determinação básica de “conservar-se democrático”, isto é, capitalista.

## “REORIENTAÇÃO” EXTERNA

Essa situação particular da burguesia nacional dentro do quadro da economia mundial ilustra a chamada reformulação da política externa. O reconhecimento das Democracias Populares e o anunciado restabelecimento de relações com a União Soviética se devem, evidentemente, à necessidade da procura de novos mercados, e a ânsia de vender se tornou mais forte do que o medo do comunismo. Não muito diferentes são as causas da indignação diplomática com o assassinato de Lumumba e o recém-descoberto interesse pela África em geral. Se de um lado há a já conhecida necessidade de chegar a um acordo com os exportadores africanos de matérias-primas, de outro, há o fato de a burguesia ter descoberto países ainda menos desenvolvidos do que o Brasil, os quais se tornaram livres das barreiras protecionistas coloniais.

Isso, entretanto, só representa um lado da medalha. Além das necessidades econômicas proeminentes, há um fator político interno que pesou na política externa do Governo. As más perspectivas econômicas forçam Jânio Quadros não só à procura de novos mercados (que ainda representam uma incógnita) — como obrigam, também, a uma revisão das relações

com os parceiros tradicionais. A situação econômica e financeira dos Estados Unidos torna mais difíceis as perspectivas de auxílio econômico dessa fonte. Para fazer Washington mais inclinado a atender as reivindicações do nosso Tesouro, Jânio aperfeiçoou o já usado jogo de pressões e concessões — principalmente estas, como mostrou a Reforma Cambial que atendeu às exigências do FMI. Para poder fazer essas concessões — e outras que se seguirão — Jânio despistou consciente e sistematicamente a opinião pública e grande parte da esquerda com gestos de soberania, que ele próprio defendia na Mensagem como sendo uma “posição internacional mais afirmativa e independente, sem desconhecer os compromissos assumidos”.

Mais ênfase foi dada ao caso cubano, e a recusa do Brasil de participar de seitas coletivas contra o regime revolucionário de Havana foi interpretada como sinal de mudança de campo do Governo Jânio. Esquece-se, todavia, que a mesma recusa já fora dada pelo Governo Juscelino e que um compromisso aberto do Governo Quadros, com os planos de intervenção norte-americana em Cuba, ameaçaria todos os planos de “reerguimento da economia nacional”, para o qual o Governo não pode indispor a opinião pública de antemão. Esquece-se que a posição da burguesia latino-americana — em países com opinião pública — é diferente da norte-americana. Nos EUA, a população não se opõe a um apoio ativo à contrarrevolução. Os Governos latino-americanos, entretanto, preferem não arriscar um ataque frontal à revolução e aconselham, hoje, o Departamento de Estado a usar a estratégia do cerco, do boicote, numa tentativa de sufocar a revolução pelo isolamento no Continente. Frondizi, na Argentina, compreende isso tão bem como o nosso Jânio e, inclusive, soube tirar a iniciativa do Itamaraty com sua proposta oficial de mediação.

Não se pode negar que Jânio conseguiu, em parte, o seu intuito. A opinião pública da esquerda tradicional, já desorientada pelo fato de a nossa burguesia nacional não se ter

encaixado nos esquemas nacionalistas e desenvolvimentistas em voga, revelou-se impotente frente à demagogia presidencial, não tendo nada a opor, senão “apoios parciais”, para medidas que lhe pareciam “justas”. As manobras no campo externo tornaram-se para Jânio um álibi para sua política antioperária e entreguista, que está por vir.

## PERSPECTIVAS DE LUTA

Jânio não é somente o Governo mais burguês que já tivemos; ele procura mobilizar para si todos os recursos que burguesias mais velhas já usaram na sua técnica de influenciar as massas. Os seus gestos calculados no cenário internacional só representam parte do estratagema geral. Outra é a técnica dos “bilhetinhos”, que, com a ajuda voluntária ou involuntária da imprensa, lhe asseguram um contato diário com o homem de rua. O sistema planejado de relações públicas e adaptado às necessidades da figura do professor secundário de Mato Grosso está destinado a prolongar o crédito que o pleito lhe deu e a criar um mito que lhe permita enfrentar a crescente resistência popular ao “reerguimento” quando as consequências se fizerem sentir. E essa resistência virá.

O que Jânio tem a dar, de fato, senão os sacrifícios, que ele promete a todas as classes e que cairão sobre os ombros dos trabalhadores? Ele não enfrenta uma situação igual à de 1930, quando se podia promulgar uma legislação trabalhista para adormecer a consciência de classe do proletariado. Nem uma burguesia e um proletariado tão incipientes, que lhe permitam querer repetir a experiência do paternalismo getulista. O país se desenvolveu e com ele as contradições sociais. Não é por acaso que Jânio se vê forçado a advertir na sua primeira mensagem ao Congresso que não permitirá “que a valorização do trabalho possa importar em desestímulo aos empreendimentos do capital”. É essa a preocupação maior dos estrategistas da

nova política econômica, que volta a transparecer sempre de novo no programa governamental. Pouco antes tinha declarado que “não será possível deter a inflação sem integrar a política salarial na política econômica em geral”. Mas o que tem a oferecer em troca, senão a “compreensiva e decisiva cooperação das classes produtoras, impondo-se de própria iniciativa a contenção dos preços”? O que essa linguagem significa na prática, sabemos pela experiência viva com as chamadas “classes produtoras”. Finalmente, temos o apelo do Ministro do Trabalho aos operários de não fazerem greves agora. A modinha nos é conhecida. Já a ouvimos no passado.

As perspectivas que se apresentam são de um profundo aguçamento das lutas de classe, da simplificação das contradições entre o trabalho e o capital e de uma radicalização geral das massas trabalhadoras, que atingirá, também, as camadas pequeno-burguesas assalariadas. Jânio sabe por que esse esforço desesperado pela conquista da opinião pública. Quanto maiores as ilusões, mais fortes se tornarão as decepções, e a figura carismática de hoje facilmente se transforma no crápula de amanhã, quando os grandes gestos moralizadores só servirem para ressaltar a mesquinhez da perseguição de todos aqueles que se opõem aos sacrifícios materiais impostos pela burguesia, nossa e imperialista.

Qual é o nosso papel nessa luta que se apresenta e na sua preparação?

Antes de tudo e no presente momento, é o esclarecimento, a propagação das conclusões dos nossos debates, a denúncia do caráter de classe do regime. Temos de levar a análise marxista da situação política e social do país para as forças dispersas — a classe operária e a Esquerda “não gasta” — que representam as cabeças de ponte da contraofensiva de amanhã. Pois, não esqueçamos que a causa da derrota da Velha Esquerda foi a sua completa incapacidade de compreender e julgar a situação política.

Em segundo lugar, temos de insistir numa oposição de princípios ao Regime, que exclui qualquer possibilidade de apoios ou acordos, mesmo parciais ou velados. Tal oposição só pode ser desenvolvida à base de uma política de classe que se livre dos métodos de luta tradicionais da pequena burguesia. Toda medida que Jânio está tomando, ele a toma na plena consciência do fortalecimento do sistema de ditadura do capital nacional e dos seus aliados imperialistas — mesmo quando desagradam aos interesses imediatos de Washington, Londres ou Bonn. Todas as suas medidas visam enfraquecer, de antemão, as forças da oposição interna e neutralizá-las.

Nós não temos, portanto, nenhuma razão para dar apoio ao regime, mesmo quando se trata de medidas como o reatamento, a oposição à política americana em Cuba, a limitação da remessa de lucros etc. Trata-se de reivindicações que levantamos e que estão sendo aceitas como concessão, por motivos determinados. Temos de batalhar para que sejam aceitas na forma por nós propostas, e não mutiladas por mãos alheias. Temos de pleitear, exigir, desmascarar. A incapacidade da oposição parlamentar para seguir esse caminho não nos surpreende. O Congresso nada soube opor à Reforma Cambial. No caso do reatamento, a oposição parlamentar deixou a iniciativa completamente nas mãos do Governo, em vez de perguntar em todos os debates por que a demora? Por que reatar primeiro com a Bulgária e não com a União Soviética? Quais são as condições que o Governo impôs a Moscou para o reatamento? etc. No caso da remessa dos lucros, será muito mais fácil ainda mostrar as limitações do Regime para solucionar o problema e desmascarar o caráter do Governo.

É claro que tal oposição de princípios só tem sentido quando a oposição está em condições de apresentar propostas compreensíveis para as massas e que permitam sua mobilização em torno dela. Para isso, temos de nos convencer — e aos outros — que não podemos contar na luta contra Jânio com as

forças que representam o dia de ontem e que não têm outros interesses senão reconquistar as posições perdidas. Já se disse que Jânio ganhou as eleições porque não há um Fidel Castro no país. Com todas as reservas quanto às condições diferentes no Brasil e em Cuba, e a diferença dos métodos de luta daí decorrentes, não há dúvida que, para derrotar Jânio e o regime que representa, só objetivos semelhantes aos da Revolução Cubana e não as metas de desenvolvimento do Sr. Kubistchek, que mobilizarão as massas. Por algum tempo, a iniciativa da ação continuará com o Governo Jânio Quadros. Ele escolheu o terreno em que se desenrolará a luta e, por enquanto, ainda controla o seu ritmo. O tempo, todavia, trabalha contra ele. A guerra em pequena escala e as ações de defesa que hoje travamos contra ele são necessárias para aglutinar as esquerdas dispersas e uma premissa para a luta de massas de amanhã. Pois, somente na luta diária pode formar-se a nova Esquerda militante que o desenvolvimento do país já põe na ordem do dia.

# POR UMA FRENTE DE TRABALHADORES DA CIDADE E DO CAMPO\*

Uma coisa a “campanha pelas reformas de base” do sr. João Goulart deixou bem clara: quando parte da burguesia deseja reformar a sua sociedade, ela tem de procurar o apoio da classe operária. Não procura meramente o “povo”, aquela massa amorfa onde as fronteiras de classe não se delinearam ainda e que ela prefere, em princípio, pois é mais fácil de manobrar. Ela chamou mesmo o proletariado industrial, que surgiu nos comícios monstros em colunas por empresas, indústrias e sindicatos. Trata-se da classe social do país que dispõe de um mínimo de organização e de consciência para poder ser mobilizada contra as forças mais sinistras da reação.

É verdade que essa mobilização ainda se deu sob uma bandeira passada e estranha, a do getulismo, mas o conteúdo que as manifestações tomaram deixou claro que não foi a memória do fundador do Estado Novo que uniu as massas operárias em praça pública, mas sim as suas reivindicações atuais, que vão muito mais longe do que as pálidas e insinceras “reformas de base” prometidas.

Esse é outro aspecto que os comícios convocados pelo sr. João Goulart revelaram: as aspirações de reviver um movimento trabalhista em moldes estado-novistas estão condenados ao

---

\* Artigo escrito por Érico Sachs e publicado na revista *Política Operária* nº 7, outubro de 1963, p. 1, sob o pseudônimo de Eurico Mendes. Disponível no Portal do CVM: <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Por-uma-frente-dos-trabalhadores-da-cidade-e-do-campo.pdf>. Acesso em: 18 de outubro de 2022.

fracasso, de antemão. No quarto de século que nos separa da fundação do Estado Novo formou-se um proletariado que não mais aceita uma política paternalista, tipo Vargas. Não foi somente a burguesia que cresceu. A classe operária tornou-se o outro polo da sociedade brasileira.

Significa isso que o proletariado não corre mais o perigo de tornar-se massa de manobra das classes dominantes ou de uma facção delas? Seria precipitação afirmar isso. Esse perigo — a prática o demonstra — certamente existe. As condições, todavia, são completamente diferentes. Em 1937 as forças bonapartistas, representadas pelo Presidente da República, podiam apelar diretamente para o proletariado e, inclusive, lançar essa geração nova de operários contra as esquerdas políticas e sindicais. Hoje as mesmas forças sociais só poderão mobilizar o proletariado se elas contarem com o apoio, pelo menos tácito, das forças de esquerdas, no sentido mais amplo, como estão representadas no CGT, na UNE e nos organismos de massa. São essas as forças que movimentam a parte organizada do proletariado, a parte que fala nas atuais circunstâncias pela classe inteira.

Esse perigo se manifesta justamente no presente momento, em que novamente forças bonapartistas estão na ofensiva e ainda estão à procura dos métodos mais adequados para usar as massas trabalhadoras para os seus fins.

## A NOVA AMEAÇA DA DITADURA

Que representam essas forças que ameaçam novamente o país com uma ditadura aberta?

As classes dominantes estão divididas. De um lado, temos a burguesia industrial, que tanto deve a Getúlio, que cresceu com Juscelino e que depois se entregou à fracassada experiência de Jânio. Hoje ela exige reformas políticas e sociais para sair

da situação econômica e financeira desesperada, para afastar os obstáculos internos à sua futura expansão e para afastar o espectro da revolução que paira latentemente sobre a nossa sociedade subdesenvolvida. Seu ideal é uma sociedade burguesa nos padrões dos países industriais altamente desenvolvidos que ofereça margem de lucros e uma estabilidade econômica e social. O obstáculo que ela enfrenta é a situação anacrônica no campo e condições desvantajosas no mercado mundial.

Do lado oposto, na coligação das classes dominantes, encontramos o latifúndio tradicional, ligado ao capital comercial e bancário e a toda uma escala de intermediários que exploram o campo e estão interessados na conservação do *status quo*. Seu ideal — na medida em que essa facção raciocina nesses termos — seria um regime conservador, sustentado pela força, como se realiza atualmente na Península Ibérica.

Os dois expoentes das duas facções, em virtude da posição real que tomam na política nacional, são Goulart e Lacerda. Goulart, por ter se tornado, independente das razões, porta-voz das reformas. Lacerda, porque reúne em torno de si as forças conservadoras do país. Ambas as facções colaboram com o imperialismo, procurando a bênção oficial do Departamento de Estado para seus fins políticos. Goulart concorda com a compra das concessionárias americanas e apela para o programa reformador-burguês da “Aliança para o Progresso”. Lacerda apela simplesmente para os instintos anticomunistas do capital norte-americano e destaca as finalidades abertamente contrarrevolucionárias da “Aliança”. Ambas as facções se preparam para disputar o poder, romper o equilíbrio de forças dentro da coligação das classes dominantes e reunificá-las sob o seu domínio.

Visto a longo prazo, Lacerda está na ofensiva. Sua influência cresceu continuamente, desde os dias de agosto de 1961, quando o seu reino parecia estar no fim. Os recursos materiais que obteve da renda do Estado, o auxílio político interno e externo permitiram-lhe satisfazer necessidades da burguesia do Estado

da Guanabara. Em escala nacional, ele se tornou hoje porta-voz dos “coronéis” do campo, minando eficientemente as bases eleitorais dos partidos do Centro, como o PSD, sendo considerado na pior das hipóteses uma espécie de “reserva” pela grande indústria e o comércio, para o caso de a experiência reformista falhar ou tornar-se perigosa demais para as classes dominantes.

No presente momento, Jango ainda está numa situação mais vantajosa, que lhe permite tomar iniciativa na disputa. Está com o poder federal na mão e isso é um fato que a burguesia respeita. Ele se consolidou, formando um forte dispositivo militar de sua confiança, que se dirige tanto contra as bases da direita conservadora como contra os sargentos. Mas sabe que terá de agir, pois o tempo não o favorece. A única solução que ele conhece para enfrentar Lacerda e outros perigos que possam ameaçar o seu regime é do governo forte, autoritário, que confia no papel tradicional do Exército na política nacional.

Uma coisa as duas facções têm em comum: ambas visam a soluções de força, visam a golpes, visam a restringir os precários direitos democráticos populares. Isso só reflete a situação objetiva da classe dominante, que, em vista da latente crise econômica e financeira, não vê outra saída senão baixar mais ainda o nível de vida das massas trabalhadoras e abafar o seu grito de revolta. Essa situação econômica objetiva determina, independentemente dos métodos recomendados pelas facções antagônicas, o caráter final do golpe. Mesmo iniciado sob um rótulo de esquerda, uma vez consolidado, ele terá de lançar-se contra o movimento operário e camponês e acabará desfraldando a gasta bandeira do anticomunismo.

## QUAIS SÃO AS FORÇAS DEMOCRÁTICAS?

Essa descrição da situação nacional não visa dar um quadro fatalista do futuro. O que desejamos deixar claro, entretanto,

é que a tendência para a ditadura, seja em sua forma bonapartista ou fascista, na política nacional tem a sua base material na situação objetiva da classe dominante. Essa tendência se imporá cada vez com força maior em toda crise que o país atravesse. O que é que a esquerda pode fazer para impedir que vença definitivamente?

A esquerda, na medida em que é marxista, tem de partir do ponto de vista de que, se a ameaça dos direitos democráticos restantes parte das classes dominantes, somente outro movimento de classe poderá a isso opor-se com perspectivas de êxito. Já existe hoje na sociedade brasileira essa classe capaz de defender os direitos democráticos: trata-se do proletariado industrial, que, juntamente com os trabalhadores do campo, representam hoje a força política potencialmente mais forte do país. O problema é mobilizá-los para essa luta. Um proletariado urbano, consciente do seu papel e unido pelos objetivos de luta comuns, está em condições de agrupar em torno de si a massa rebelada de camponeses, que começam a despertar para a luta social e política. Uma tal FRENTE ÚNICA DOS TRABALHADORES DA CIDADE E DO CAMPO alteraria decisivamente as relações de forças políticas e enfrentará qualquer iniciativa de ditadura aberta das classes dominantes.

O que impediu esse movimento de massas até agora? Foi antes de tudo a tradicional política das esquerdas brasileiras, que, em vez de organizar e unificar a classe operária, preferiu, em nome de uma fictícia “frente única com a burguesia nacional”, atrelar parte do proletariado a uma das facções das classes dominantes, deixando a outra parte sob a influência direta de políticos burgueses e populistas. É justamente essa política reformista cega que permite a Jango o jogo e as manobras, com as quais ele prepara o golpe bonapartista.

A mobilização do proletariado, porém, só será possível em torno dos seus interesses de classe, isto é, de classe explorada. Somente denunciando a política das classes dominantes, de

todas as suas facções, da burguesia e do latifúndio, mediante uma luta pela defesa eficiente do nível de vida, isto é, contra a exploração do capitalismo nacional e imperialista, se despertará nas massas operárias a consciência do papel que elas já podem desempenhar nas lutas de classe. Somente um proletariado consciente e organizado como classe lutará eficientemente para a solução do problema agrário e levará os trabalhadores do campo a fazer sentir o seu peso na política nacional.

A Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo só se formará em oposição a todas as facções das classes dominantes. Surgindo como ação defensiva das massas trabalhadoras contra o crescimento da exploração e o agravamento da opressão política, ela, todavia, não poderá ficar no meio do caminho. Organizando as massas da cidade e do campo, isto é, a imensa maioria da população do país, mais dia menos dia, ela terá de colocar o problema do governo, ela quererá deixar de ser oposição. Ela terá de lutar por um governo seu que, embora não seja socialista ainda, defenda de fato os interesses da maioria do povo e não de uma minoria privilegiada. Um GOVERNO REVOLUCIONÁRIO DOS TRABALHADORES DA CIDADE E DO CAMPO se encarregaria disso, realizando todas essas reformas e pondo em prática todas essas medidas anti-imperialistas, que os nossos demagogos burgueses prometem nas horas das campanhas eleitorais, mas a que a nossa burguesia não está disposta, nem é capaz de fazer. Trata-se de tarefas burguesas ainda, é verdade, pois esse governo atuará ainda dentro dos quadros de uma sociedade burguesa, mas ele só poderia realizar essas tarefas apoiando-se nas massas e na sua ação revolucionária, nos sindicatos, nos comitês de empresa e de bairros, sindicatos rurais e Ligas e demais órgãos de representação que surjam durante a luta. Tais representações populares teriam de encontrar-se num órgão central e nacional, num Congresso de Operários, Camponeses e de Estudantes, cujas deliberações teriam força de lei.

A ação mais imediata e mais importante de tal governo revolucionário será eliminar as premissas sociais e políticas para golpes reacionários e bonapartistas, que pesam tradicionalmente sobre a política nacional. Mas isso representa igualmente o primeiro passo real para a dissolução da Velha Sociedade — indispensável e inseparável da luta em torno de objetivos socialistas propriamente ditos.

# CAMINHO E CARÁTER DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA\*

## PREFÁCIO À VERSÃO EM ALEMÃO\*\*

Muita coisa mudou na América Latina desde que os escritos seguintes foram publicados pela primeira vez. No Brasil, os chamados guerrilheiros urbanos foram esmagados em uma luta desigual contra a repressão, e suas organizações, com exceção de alguns remanescentes dispersos, foram destruídas. Os grupos de comandos de “ação direta” organizados militarmente não conseguiram deter a expansão econômica sob a ditadura. Ao contrário, foram vítimas dessa expansão, que muito rapidamente minou suas bases na pequena burguesia, seu criadouro natural. Mas o ponto baixo que se seguiu a essa derrota da tática militar nas cidades já ficou para trás. Por sua vez, a expansão econômica também contribuiu para elevar a autoconfiança de parcelas do operariado nos centros industriais. Passados a crise

---

\* Escrito por Érico Sachs em setembro de 1970, sob o pseudônimo de Ernesto Martins, quando o autor se encontrava exilado no México. Circulou no mesmo ano, no Brasil, entre militantes da esquerda revolucionária, em edição mimeografada providenciada pela Organização de Combate Marxista Leninista — Política Operária (OCML-PO). Na versão em alemão o título é “Luta de classes e Subdesenvolvimento. Caminho e caráter da revolução no Brasil” (KLASSENKAMPF UND UNTERENTWICKLUNG. Weg und Charakter der Revolution in Brasilien).

\*\* Escrito por Érico Sachs (Ernesto Martins) em Genebra, março de 1974. Tradução de Sérgio Paiva.

e o medo do desemprego, a mão de obra voltou a ser uma mercadoria cobiçada, não só a mão de obra especializada, sempre escassa no Brasil, mas também a qualificada e a não qualificada disponíveis nos centros industriais. Mesmo o terror da maquinaria repressiva não era mais suficiente para reprimir os trabalhadores. As greves da Volkswagen em São Paulo e da Atlas no Rio de Janeiro foram dois dos casos mais marcantes. Enquanto isso, a luta dos trabalhadores mais uma vez ultrapassou o nível da empresa individual. A formação de oposições sindicais, que precisam ser sistematicamente impedidas pela polícia de vencer as eleições, é um sinal do amadurecimento de novas lutas.

Por outro lado, há sinais crescentes de que a expansão econômica, o “milagre econômico brasileiro”, já passou do seu ápice. Se o ritmo da inflação no Brasil é um termômetro de sua situação econômica, a tendência dos últimos anos já se inverteu. Como a taxa de inflação anual vem diminuindo desde 1967, seu atual aumento é novamente um dos principais problemas da política governamental. Antes mesmo dos efeitos da crise internacional do petróleo, o *The Economist*, de Londres, estimava a taxa de inflação para 1973 em 20% contra os 13 a 15% indicados pelo Governo. O fato de a situação ser mais crítica do que foi admitido oficialmente ficou patente nas medidas do Governo para frear o investimento de capital estrangeiro, ao prever que 40% dos valores dos investimentos fossem depositados em moeda estrangeira. No entanto, a medida teve que ser abandonada no início deste ano, uma vez que o investimento em divisas era necessário para poder liquidar os preços mais altos do petróleo. Velhos buracos voltam a ser abertos para preencher novos, e o país se aproxima do círculo vicioso inflacionário com todas as suas consequências sociais e políticas.

Mas entre a primeira publicação desses escritos e hoje situam-se a luta e a derrota do proletariado chileno, que está sentindo

a brutalidade de uma classe dominante quando seus privilégios são violados. O instrumento dessa repressão visando à preservação da ordem, a ditadura militar, foi concebido segundo suas próprias palavras de acordo com o “modelo brasileiro”, embora neste caso os alunos se mostrem superiores ao mestre, e muitos generais brasileiros possam ficar pálidos de inveja ao admirar o banho de sangue de seus colegas chilenos. Mais precisamente, havia mais em jogo no Chile. No Brasil, os trabalhadores ainda não haviam ameaçado com o socialismo. Eles simplesmente se recusavam a carregar nos seus ombros o ônus do combate à inflação e se contentavam em querer nacionalizar algumas indústrias-chave de propriedade estrangeira. Porém, apesar dessas diferenças, há um denominador comum: quando os políticos burgueses (chamados de las momias as múmias no Chile) não conseguem colocar o proletariado em seu lugar, então deixam a cena para os militares, os “gorilas”, como são chamados em toda a América Latina.

Como em toda derrota, se a chilena serviu primeiramente para fortalecer as ditaduras militares e de direita em toda a América Latina, a importância dos acontecimentos chilenos certamente não pode ser reduzida apenas a isso. A longo prazo, as próprias experiências do proletariado chileno influenciarão as lutas de classes em todo o subcontinente. Depois de Cuba, é o Chile que contribui para o enriquecimento da experiência da classe operária na América Latina.

Cuba deu a direção socialista e, na prática, retirou da ordem do dia a “revolução democrática burguesa”. Também demonstrou na prática que a revolução socialista é a única solução que permite a um país libertar-se das garras do imperialismo norte-americano. Os líderes da revolução cubana não escolheram conscientemente esse caminho nem os guerrilheiros nas montanhas nem o PC reformista nas cidades tinham objetivos socialistas em mente. Isso foi literalmente imposto a eles pelo imperialismo, quando ficou claro que ninguém pode

se libertar de sua dominação tendo como base a ordem econômica capitalista. Esse desenvolvimento pragmático da Revolução Cubana, que representou sua força na época (não poderia ter se afirmado de outra forma, sob a correlação de forças existente), tornou-se fraqueza na hora de aplicar sua experiência ao continente. Na segunda parte, em “Luta armada e luta de classes”, procuramos abordar este problema. O fato é que o “modelo” da Revolução Cubana, a guerrilha nas montanhas que desencadeou o levante nas cidades, foi mal compreendido e absolutizado por um lado e, por outro, perdeu sua atualidade imediata na maioria dos países latino-americanos, como resultado do desenvolvimento objetivo das lutas de classes. A admissão do impasse desse tipo de “luta armada” como princípio foi a sua transferência para as cidades. E, ao fazer isso, ela aconteceu não apenas independentemente dos trabalhadores rurais, mas também das lutas do proletariado urbano, ao entrar em contradição com suas necessidades. Este tipo de “luta armada” apenas correspondeu às demandas por parte de uma minoria radical da pequena burguesia de falar e agir em nome do “povo revolucionário”. As experiências dos últimos anos em países como Venezuela, Brasil e Uruguai mostraram que a história já ultrapassou essas demandas, mas o papel que esse movimento conseguiu desempenhar ao longo dos anos indicou o grau do relativo subdesenvolvimento de nossas lutas de classes. O “castrismo”, como expressão ideológica da revolução cubana, não tinha alternativa a oferecer a isso.

A estrutura mais complexa da sociedade chilena imprimiu de antemão sua marca na luta de classes. Ao contrário de Cuba, a luta dos trabalhadores chilenos esteve colocada desde o início sob os auspícios do socialismo. A Unidade Popular havia feito campanha com um programa de ação socialista, e o PC do Chile foi o primeiro na América Latina a assinar tal programa. Tudo isso significa que o operariado chileno já tinha pouquíssimas ilusões sobre as reformas burguesas, que já

existiam para eles há anos. Mas o que os trabalhadores ainda alimentavam eram as ilusões sobre o caminho que levaria às soluções socialistas, e foi aí que entrou o reformismo.

O reformismo chileno não pode ser colocado na mesma panela do reformismo europeu; ele não integrou a classe trabalhadora ao sistema capitalista muito menos ao imperialista. Declarou guerra ao grande capital nacional e estrangeiro, prometeu estatizar e nacionalizar (e cumpriu essas promessas) e construir um Chile socialista. O reformismo expressou-se principalmente nos métodos de luta que propôs. Foi o “caminho legal” de Allende que reuniu sob o mesmo teto as várias facções reformistas, do PC aos socialistas cristãos.

Não há dúvida de que o programa da UP no governo Allende correspondia ao nível de consciência da classe operária. O operariado chileno, fortalecido por longos períodos de democracia parlamentar, havia formado seus sindicatos e partidos políticos, organizações de massa que não são tão comuns naquela parte do mundo. Sem dúvida, essas circunstâncias ajudaram a influenciar ideologicamente a classe trabalhadora, mas o reformismo dos principais partidos operários não agiu para neutralizar isso. Não se deve esquecer de que, apesar dessa persistência de ilusões democrático-parlamentares, o operariado organizado era crítico. Ele tinha atrás de si a experiência da Frente Popular, governo de coalizão com partidos burgueses. Ele não queria repetir essa “experiência”. O programa de ação do governo excluiu desde o início a participação de parceiros burgueses. Não foi por acaso que a aliança que levou Allende ao poder não se chamava mais “Frente Popular”, mas “Unidade Popular” uma nuance que a imprensa burguesa europeia nunca entendeu.

Também logo ficou claro que a classe operária estava aprendendo mais rápido do que seus expoentes políticos na “Unidade Popular”. Quando a Reação, após as eleições municipais de abril de 1971, se voltou para a ofensiva aber-

ta, que atingiu um auge provisório na primeira “greve dos ônibus”, a atitude da classe operária e a do governo já eram opostas. Enquanto os operários respondiam com requisições, expropriações de fábricas e criação de órgãos de autogoverno, tudo a caminho de esmagar a rebelião das classes médias, a direção da UP preferia a solução da entrada dos militares no governo. Se a maioria da classe operária aceitou essa solução e não se rebelou, foi porque via o governo de UP como o “seu” governo. Na realidade, o envolvimento dos militares não só deu início praticamente à capitulação, como também mudou fundamentalmente o caráter do governo. Pôs um fim definitivo à fase de governo operário e camponês, função que mais ou menos até então a equipe de Allende desempenhara. Na prática, a executiva da UP passou de fator impulsionador do processo a fator impeditivo.

O abismo entre liderança e massa ficou ainda mais claro na segunda “greve” dos caminhoneiros, quando o proletariado industrial formou os *Cordones Industriales* e os *Comandos Municipales*. O fato de essas tentativas de autogoverno da classe trabalhadora ainda não terem se tornado um órgão efetivo de duplo poder, no sentido de conselhos ou soviets como interpretava o MIR deve-se ao fato de que eles ainda não haviam se reunido em escala nacional, por meio de um congresso e da criação de uma Executiva. Isso também se deve ao fato de que uma parte suficientemente grande do proletariado ainda não ter entrado em conflito aberto com a política da UP. O governo tinha, pelo menos, conseguido atribuir funções defensivas em escala local aos *cordones* e *comandos*, cujas formação e propagação não pôde impedir. Qualquer desenvolvimento adicional dessa situação foi interrompido pelo golpe militar.

Este fato não pode diminuir a importância dos *cordones* para o futuro das lutas de classes na América Latina. Os soviets russos, que surgiram em 1905, não apenas ressurgiram espontaneamente na Rússia em 1917, mas também se espa-

lharam pela Europa Ocidental um ano depois sob a forma de conselhos,\* entre outras. Na América Latina nenhuma reação, por mais sangrenta que seja, pode desfazer a experiência dos *cordones*; nenhum militar pode fechar as fronteiras de seu país tão firmemente que impeça o enlace das experiências do país vizinho com as novas situações revolucionárias.

Porém, também as experiências revolucionárias não se afirmam em linha reta e de forma “lógica”. Por enquanto, a esquerda latino-americana sofreu sua primeira derrota, e isso nunca é fácil. Nos últimos anos, os observadores de mentalidade marxista e esta é uma grande parte da esquerda latino-americana encararam duas linhas no continente: a da “legalidade”, como praticada pela UP chilena, e a da “luta armada”, que representa para grupos pequeno-burgueses a única ação aceitável de conteúdo revolucionário. Os extremos alimentam-se uns dos outros — isso tem sido frequentemente observado. Às vezes, as mesmas forças também vão de um extremo ao outro — como nos mostrou o exemplo de Debray. É de se esperar, porém, que justamente no Chile, onde emergiu um movimento proletário de massas de caráter marxista, se tal fase vier a ocorrer, ela nunca será tão importante como foi em outros países latino-americanos.

Para o próprio Brasil, vemos pouco perigo de um ressurgimento desse tipo de luta armada como resultado do evento chileno. A experiência própria dos últimos anos foi bastante rica em relação a isso.

Quando tornamos esses escritos acessíveis aos leitores europeus de hoje, não somos movidos apenas pelo desejo de contribuir para a troca geral de experiências na esquerda revolucionária internacional. Por muito tempo uma auréola bastante romântica se formou nos países industrializados em torno das lutas de classes na América Latina, e as expectativas muitas vezes acrí-

---

\* *Räten*. [Nota do tradutor].

ticas colocadas no chamado “Terceiro Mundo” provavelmente deveriam ajudar a superar o período de seca que a esquerda revolucionária europeia passava. Mas isso não ajuda ninguém. Ficamos felizes em prescindir dessa auréola, e a romantização geralmente não passa de um recuo para os métodos pré-marxistas. Da mesma forma, nós, marxistas em países subdesenvolvidos, nunca nos entendemos como vivendo em um “Terceiro Mundo”. Vemos nossos países como parte do mundo capitalista, no qual o imperialismo e o subdesenvolvimento são faces inseparáveis e complementares de um sistema que só pode ser derrotado e superado em uma luta comum. Portanto, também não consideramos secundário que uma compreensão mútua dos problemas se desenvolva com base na independência dos diferentes movimentos. Isso é em si e para si um pré-requisito para qualquer solidariedade internacional efetiva. Tanto hoje, quando deve limitar-se principalmente a declarações de princípios, como amanhã, quando voltará a ser uma força material, através da coordenação da luta em diferentes países.

Ernesto Martins  
Genebra, março de 1974

## PARTE I

### REVOLUÇÃO SOCIALISTA OU CARICATURA DE REVOLUÇÃO

Por outra parte as burguesias autóctones perderam toda a sua capacidade de oposição ao imperialismo — se alguma vez a tiveram — e só formam seu vagão de reboque. Não cabem dúvidas, ou revolução socialista ou caricatura de revolução. (Mensagem à Tricontinental — E. Guevara)

Guevara, nos últimos anos de sua vida, havia chegado à conclusão, expressando-a por escrito, que a revolução na América Latina será socialista ou será uma caricatura de revolução. Com isto se afastou publicamente das correntes aparentemente radicais que não pretendiam passar da caracterização “popular” e “democrática” da atual fase de luta e que simplesmente se negaram a definir o caráter do processo revolucionário, fugindo da definição sob pretexto de não querer “cicatrizsar” o problema. Já se tornava extremamente difícil defender a debilitada tese da “revolução burguesa na América Latina” e a definição de Guevara foi um golpe a mais contra o populismo “teórico” nas esquerdas em toda América Latina, as quais se viram obrigadas a uma precipitada revisão de suas concepções ideológicas e, não poucas vezes, se sentiram forçadas a enfatizar profissões de fé socialista para poder sobreviver.

Para a elaboração de uma estratégia e tática marxista no continente, o simples abandono da tese da revolução burguesa não é o bastante. O recuo tático e as profissões de fé socialista, na maioria das vezes, servem só para encobrir o (conservadorismo) das concepções de luta superadas e a manutenção de princípios e práticas pequeno-burguesas sob um rótulo novo.

Já o movimento revolucionário, que se nomeia marxista-leninista, tem que ter claro não só os objetivos da luta, como também os meios para alcançar a meta.

## AS IMPLICAÇÕES DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA

Que significa a afirmação de que a revolução na América Latina é socialista?

Aplicando o conceito aos termos concretos da luta de classes nos diversos países da América Latina, evidentemente tem implicações diferentes nas Regiões do Continente diferenciadas pelo seu grau de desenvolvimento e composições de classe. Parte, no entanto, das premissas de que: a) há um denominador comum na estrutura, na história e no futuro dos países latino-americanos, e b) que o processo revolucionário é continental, ao menos no que diz respeito à parte latina do continente.

Parte igualmente de outra premissa, tirada da experiência histórica da América Latina. Já que o processo revolucionário é continental no sentido de que só nesta dimensão vencerá o inimigo comum, o imperialismo, e enfrentará os problemas sociais herdados do domínio de uma burguesia subdesenvolvida, a solução terá que ser socialista. Somente os objetivos socialistas e as classes que os encarnam podem desenvolver a solidariedade continental necessária à luta de emancipação e superar os particularismos “chauvinistas” e interesses locais, que caracterizam a fase das lutas burguesas.

Então, isto significa que a América Latina já está na iminência da revolução? Que nos encontramos diante de uma situação revolucionária ou em véspera de sua eclosão, na qual as condições para a instalação de um sistema e de governos socialistas já estão dadas?

Evidentemente que não. A caracterização socialista da revolução, em si, não significa mais que constatar que hoje não

há mais lugar no continente para outras revoluções a não ser as socialistas, tomando revolução no sentido marxista de mudança de domínio de classes e transformação da sociedade, tanto da sua infra como da sua superestrutura.

Significa que, enquanto se mantiverem intactas as bases e as estruturas burguesa-capitalista, todos os movimentos, mesmo os iniciados com método revolucionário, ficarão no meio do caminho, isto é, produzirão caricaturas de revolução. E revoluções feitas pela metade, como a história já nos ensinou, acabam em reações contrarrevolucionárias. Estas conclusões são feitas, e não podem ser feitas de outro modo, independentemente do fato de que a situação esteja ou não madura para lançar a palavra de ordem da revolução socialista, de que as classes exploradas estejam ou não prontas para acatá-la, de que todas as condições estejam dadas etc. Este aspecto da questão se relaciona com as tarefas da vanguarda revolucionária, da sua estratégia e tática a seguir — e que representa outro ponto do debate. A constatação do objetivo da revolução socialista parte do fato de que o ciclo das revoluções burguesas, mesmo tal como existiu nas condições latino-americanas, se esgotou como fator de progresso social. Não significa que essas revoluções burguesas tenham sido concluídas, levadas até o final, como se deu em países de capitalismo clássico, dos quais a França é o exemplo mais nítido. Indubitavelmente as “tarefas” que as revoluções burguesas deixaram não passam de aspectos secundários das futuras revoluções socialistas. Desde a “questão agrária” até as “tarefas democráticas” existe uma série de problemas que a sociedade burguesa em decadência já não soluciona.

Não menos importante para essas conclusões é o fato comprovado de que dentro das bases e da estrutura burguesa-capitalista não há solução para o problema mais agudo entre os que oprimem os povos deste continente, problema que freia e corta todos os caminhos do progresso e impede o desdobramento de suas forças produtivas: o domínio imperialista. Ne-

nhum povo, e não só desta parte do globo, soube se liberar das garras da exploração imperialista sem romper as bases capitalistas das relações de produção. O único país que conseguiu escapar ao “domínio imperialista” foi Cuba. E conseguiu unicamente mediante uma revolução socialista.

Cuba não deu esse salto de uma maneira premeditada. Nem a guerrilha na serra, nem as organizações de luta dos operários nas cidades tinham se colocado objetivos socialistas de revolução. Mesmo depois da insurreição vitoriosa o governo revolucionário tentou primeiro expropriar somente os capitalistas estrangeiros, deixando intacta a economia de mercado.

Viui-se forçado em seguida a expropriar sua própria burguesia para não pôr em perigo todo o processo revolucionário. Com isto criou um fato consumado nas lutas de classes na América Latina, um novo ponto de partida para seu processo revolucionário e delineou seu objetivo histórico. Esta é a importância primordial que a Revolução Cubana tem para nós, independentemente da interpretação que seus próprios dirigentes podem dar e da estratégia e tática que podem nos recomendar.

## □ QUE É A “REVOLUÇÃO POPULAR”?

O populismo reinante nas esquerdas procura diluir sistematicamente as categorias marxistas, originadas em uma concepção materialista da história da sociedade da qual evidentemente não compartilham. Por muito tempo tentou e evidentemente ainda tenta por outros meios substituir conceitos marxistas definidos como revolução burguesa ou socialista, por indefinidas revoluções “populares”. Consequente com essa linha populista, parte de “movimentos” e “lutas populares” para chegar através da formação de “frentes populares” ao apoio a “governos populares”. Se Marx já denunciou esse populismo no seu tempo (em que as contradições de classes ainda não haviam alcançado a agudeza

de hoje) e Engels não poupou observações sarcásticas sobre o “Estado Popular” dos social-democratas alemães, Lenin, por sua vez, dedicou considerável lugar nas suas polêmicas para restabelecer os conceitos revolucionários do marxismo. Hoje, a tarefa se coloca de novo e em escala muito maior. Com a expansão do marxismo desde a Segunda Guerra Mundial (hoje todo mundo é marxista-leninista), o populismo penetrou novamente no movimento operário. E hoje ninguém se dá ao trabalho, ao incômodo de dizer que está “revisando” o marxismo e o leninismo. A profissão de fé de adesão à doutrina dos fundadores do socialismo científico serve de “salvo-conduto” para as “teorias” e práticas mais absurdas. Sem dúvida esta não é a única porta pela qual o populismo entrou no movimento comunista internacional. Além do revisionismo iniciado por Stalin — que inventou as “Frentes Populares” como pretensa tática de “Cavalo de Troia” e as “Democracias Populares” para não espantar a burguesia ocidental com Repúblicas Socialistas e Ditaduras do Proletariado —, em consequência da guerra se deu o fenômeno de revoluções como as asiáticas, que eram populares de fato, de um ponto de vista marxista e sob o prisma marxista. Eram populares justamente porque não eram proletárias. Eram revoluções agrárias, levadas adiante e realizadas por camponeses em países em que o proletariado era numericamente reduzido demais para chefiar (encabeçar) fisicamente a revolução. Naqueles países era igualmente insignificante o papel da pequena burguesia urbana, e muito mais reduzida numericamente que esta, a burguesia incipiente. Nesses países o campesinato era o povo, a força motriz da revolução.

Entretanto, transportar esses modelos de revolução agrária para sociedades industrializadas, com suas divisões de classes cristalizadas e antagonismos em outro nível, choca-se não só com qualquer dialética da luta de classes como também serve geralmente a segundas intenções. Essas tentativas mecanicistas de generalizar experiências podem, consciente ou inconscientemente, serem ocasionadas pelo fenômeno de querer ver

o desenvolvimento das lutas de classe em escala internacional como continuação da própria revolução (assim como existiram gerais que viram em cada nova guerra o prosseguimento da guerra anterior). Cabe aos revolucionários dos demais países retificar esse erro a tempo.

Mas o modelo também é transportado consciente ou inconscientemente (o resultado será o mesmo) porque convém para sustentar concepções políticas já existentes de antemão. Pois se na China, por exemplo, o papel da pequena burguesia da cidade, como classe, era insignificante, não sucede o mesmo nas sociedades industriais. Nestas, a pequena burguesia tem reivindicações próprias que pesam na luta de classe, uma delas, e não a menos importante, é representar o povo, falar em nome do povo, estar por cima da contradição trabalho assalariado-capital. E mesmo quando se radicaliza, quando participa de movimentos revolucionários e “aceita” o marxismo, traz consigo suas concepções populistas e procura, agora sob o rótulo “teórico”, opô-las ao “sectarismo” da luta de classe proletária. E é por isso mesmo que as profissões de fé revolucionárias não produzem sempre uma prática consequente.

Para os marxistas, as possibilidades históricas e, portanto, os objetivos de um determinado processo revolucionário têm que ser definidos com toda a clareza, para que se possa desenvolver uma estratégia correspondente.

Só queremos recordar de passagem a atuação de Marx. Mesmo dizendo, na Revolução de 1848, que o proletariado “tenha interesse em tornar a revolução permanente”, deixava claro que a fase então presente era burguesa e elaborava uma estratégia e tática apropriadas para a revolução burguesa. O que previa na estratégia era melhorar a situação do proletariado, deixá-lo em situação mais favorável para iniciar a luta pela revolução socialista. O mesmo pode-se verificar na atuação de Lenin, que em 1905 não deixou dúvidas de que se tratava de abrir as portas do capitalismo russo, mas em 1917 formulou clara e insofisma-

velmente o objetivo da revolução socialista e da Ditadura do Proletariado nas *Teses de Abril*. Ainda que Lenin tenha falado da “revolução ininterrupta”, nunca aceitou a diluição subjetivista da “revolução permanente” de Trotsky, por exemplo.

Os dois teóricos do socialismo científico trataram a revolução socialista como duas etapas histórica e qualitativamente distintas, que podiam se encontrar em um processo revolucionário “permanente” ou “ininterrupto”, mas que tinham de ser distinguidos tanto por seus objetivos inerentes como pelas alianças de classe que lhes servem de bases.

Lenin, em *O Estado e a Revolução*, se refere especificamente a “revoluções populares” e usa o adjetivo para distinguir o desenvolvimento da Revolução Russa de 1905, um movimento com ampla participação de massas populares, da Revolução Turca de 1911, realizada por jovens oficiais através de golpes militares.

Não usa o termo para substituir os conceitos fundamentais de revolução burguesa ou socialista, mas sim para distinguir dois modos de realização da revolução burguesa como se deram na realidade. Não aplicou essa distinção para a revolução socialista, pois desta supôs, de antemão, que só poderia ser realizada através da intervenção das massas populares. E nesse sentido nossos populistas são consequentes, pois na maioria dos casos se escondem concepções e objetivos burgueses sob o pretexto da “revolução popular”. Basta dizer que quase todos eles deixaram “aberta uma porta” para que os burgueses nacionais deem sua adesão a tais movimentos.

## □ EXEMPLO CONCRETO DA REVOLUÇÃO CHINESA

O exemplo clássico em nossa época de uma revolução que pode ser chamada de popular é dado pela Revolução Chinesa. Trata-se justamente de um processo histórico em que as duas fases,

a da revolução burguesa e a da socialista, se encontraram, em que uma revolução agrária desembocou no socialismo.

As circunstâncias históricas concretas que possibilitaram a execução da Revolução Chinesa são conhecidas. A revolução burguesa, cujos inícios se situam nos levantes dos *Taiping*, foi retomada sob a direção de Sun Yat-Sen, que criou o *Kuomintang*\* como instrumento político partidário. Os comunistas chineses, depois de discussões internas, entraram no *Kuomintang*, onde encontraram suas bases de massas e procuraram criar um polo proletário para impelir o processo adiante e radicalizá-lo. Depois da traição do *Kuomintang* o PC não soube reconhecer o momento adequado para separar-se dele e se tornou vítima do terror contrarrevolucionário. Isso mais as aventuras ultraesquerdistas do fim da década dos anos 1920 destruíram não só as organizações comunistas nas cidades como também eliminaram praticamente o numericamente reduzido proletariado chinês como fator político ativo, o qual não interveio como classe senão até o fim da guerra civil. Os comunistas sobreviventes se deslocaram até o interior e criaram as bases camponesas armadas. A revolução se tornou agrária, alimentada pelos remanescentes do feudalismo asiático.

As lutas proletárias anteriores, no entanto, haviam criado um Partido Comunista, e o fato de que a burguesia chinesa traiu o campesinato e desistiu de uma luta frontal contra o feudalismo no campo fez com que os camponeses aceitassem a liderança comunista para completar a tarefa da revolução burguesa. Esse aspecto da revolução burguesa, antifeudal, foi completado na China sem e contra a burguesia, como Mao Tsé-Tung sublinhou mais de uma vez. Entretanto, o fato de os comunistas terem conquistado essa liderança dos camponeses,

---

\* O *Kuomintang*, isto é, Partido Nacionalista Chinês, foi fundado após a Revolução Xinhai de 1911, que depôs a dinastia Qing e estabeleceu uma república na China. [Nota dos editores].

mais a influência do exemplo e o escudo material da vizinha União Soviética, permitiu aos comunistas chineses a instauração de um poder socialista, ainda que fosse socialista somente em sua tendência, como ocorreu na própria Rússia Soviética em 1917.

O caráter popular dessa revolução e da República que criou foi proporcionado pelo seu caráter agrário, pelo fato de terem sido os camponeses a sua força motriz, os quais representavam a imensa maioria da sociedade agrária chinesa e pelo fato de que os camponeses em rebelião podiam e tinham que ignorar por muito tempo as divisões de classe nas cidades.

Inseparável de Revolução Chinesa é o conceito de Guerra Popular Revolucionária que se caracterizou pela prolongada confrontação armada entre unidades guerrilheiras camponesas e o Exército da repressão. Protegidas por bases liberadas, essas unidades guerrilheiras cresceram durante mais de vinte anos de luta, de regimento a brigadas, divisões e exércitos. A revolução vai do campo até as cidades, que são cercadas e tomadas no final da guerra e cuja libertação marca o fim da guerra civil.

É duvidosa a interpretação que frequentemente se dá ao papel da burguesia nacional chinesa. Apesar de existirem as já citadas constatações de Mao sobre que a revolução foi feita sem e contra a burguesia, falam mais alto outras versões, igualmente de fonte chinesa, que insistem em uma pretensa “colaboração da burguesia nacional”. Nestas versões se apoia Lin Piao, no célebre *Viva o triunfo da guerra popular* (que leva como subtítulo “A significação internacional da teoria do Camarada Mao Tsé-Tung sobre a guerra popular”), quando recomenda aos povos do mundo capitalista subdesenvolvido a inclusão das burguesias nacionais na luta.

A falta de clareza sobre o papel da burguesia chinesa na Revolução é facilitada provavelmente pelo fato de que os comunistas chineses, durante a guerra contra o Japão, convidaram a burguesia chinesa para a formação de “frentes nacio-

nais” (quando Mao Tsé-Tung desenvolvia a teoria dos Quatro Meses). Mas mesmo essa frente surgida com o *Kuomintang*, que se deu e se manteve sob pressão soviética e norte-americana sobre Chiang Kai-Shek, não passava de um armistício mal disfarçado em uma guerra civil que recrudesceu quando o perigo japonês foi eliminado. Os comunistas nunca conseguiram a formação de um governo de coalizão para a coordenação comum do esforço de guerra.

A burguesia nacional chinesa participou do dispositivo de Chiang Kai-Shek no território sob o domínio deste, ou colaborou forçadamente com os japoneses nos territórios ocupados, da mesma maneira como colaboraram os burgueses continentais europeus com o nazismo. A facção da burguesia chinesa que chegou a colaborar com a Revolução, e que continua colaborando, o fez depois da vitória comunista e o fez porque não tinha outra saída, levando em conta os meios de coerção de que o governo revolucionário dispunha. Isso é o que há de concreto sobre a “colaboração de burguesia nacional”, mas trata-se evidentemente de uma experiência dificilmente aplicável a nosso terreno na atual fase de luta.

É evidente também que nossos companheiros chineses conhecem esses fatos tão bem como nós. Se continuam sustentando a ficção da “colaboração da burguesia nacional” e recomendam a participação das burguesias nacionais na “revolução anti-imperialista e antifeudal” dos povos da Ásia, da África e da América Latina, isso tem causas e razões concretas.

Em primeiro lugar, generalizam a situação reinante na China pré-revolucionária a todo mundo capitalista subdesenvolvido e abstraem as condições sociais e históricas reinantes nas diversas regiões. Para eles trata-se evidente e genericamente de vencer as fases burguesas do processo revolucionário (Revoluções Nacional-Democráticas), que desembocará como na China (Nova Democracia) no socialismo, mas que deve ser tratado e iniciado à base de alianças de classe da revolução

burguesa. O que pelo menos no caso da América Latina já não corresponde aos fatos.

Em segundo lugar, mesmo nos casos onde ainda se colocam na ordem do dia as revoluções burguesas, a participação de burguesias nacionais em revoluções se torna cada vez mais duvidosa. A burguesia hoje prefere o caminho das reformas e dos compromissos, que não põe em risco sua base social. Se, no entanto, a ficção contrária é sustentada deve-se provavelmente ao fato de que no caso chinês ajudou a neutralizar agressões internas e externas sobre a parte revolucionária chinesa. Mas no caso chinês a ficção pôde ser proveitosa aos revolucionários em virtude de condições internacionais particulares, reinantes na ocasião. O armistício na guerra civil se enquadrou na aliança formada entre uma potência socialista, a União Soviética, e parte do campo imperialista, contra outra coalizão imperialista mais agressiva. Esta possibilidade de aproveitamento de contradições interimperialistas passou. A situação internacional agora é completamente diferente. Hoje, quando aparece a contradição entre sistemas sociais, isto é, entre socialismo e capitalismo, como a contradição fundamental da política mundial, quem se torna vítima da ficção do papel revolucionário das burguesias nacionais é o próprio movimento revolucionário, como demonstrou, entre outros, o caso da Indonésia.

A experiência chinesa representa um enriquecimento ao marxismo e às revoluções do nosso século precisamente pela capacidade que os comunistas chineses demonstraram em adaptarem o marxismo às lutas de classe no seu país em situações concretas e novas. Seus ensinamentos são aproveitados e igualmente adaptados em todas as regiões em que predominem condições socialmente similares às da China pré-revolucionária, onde o campesinato representa a força motriz da revolução por não ter surgido um proletariado industrial bastante desenvolvido para exercer o papel de coveiro do capitalismo. Entretanto, querer generalizar o modelo chinês como válido para

todo o “mundo colonial e semicolonial”, isto é, para o mundo capitalista subdesenvolvido, é atuar tão esquematicamente como atuaram os “conselheiros” de 1927, quando insistiram junto aos chineses que sua revolução tinha que se comportar à maneira russa. O mundo subdesenvolvido não é tão homogêneo, e hoje muito menos que um quarto de século atrás, quando os exércitos de guerrilheiros entraram em Pequim.

Querer que a revolução no Brasil ou no Chile se comporte conforme o modelo chinês é desconhecer toda uma realidade de desenvolvimento capitalista nos dois países e no continente. Propagar nesses países a guerra popular revolucionária, a revolução do campo à cidade, é ignorar o papel que o proletariado já conquistou nas lutas de classe nos citados países e abrir as portas do movimento revolucionário ao populismo pequeno-burguês, que continua ignorando a importância da contradição trabalho assalariado-capital, que domina a vida de seus países e que proporciona a base imperialista do continente.

Na sociedade capitalista — insistiu Lenin mais de uma vez — já não podemos falar de povo genericamente. O povo se dividiu em classes, que se comportam conforme os interesses sociais criados pela sociedade capitalista. Nosso problema mais urgente é dar consciência de classe ao proletariado e o único caminho para isso é não deixar nenhuma ilusão sobre os interesses de classes existentes na sociedade.

## LUTAMOS CONTRA UMA SOCIEDADE CAPITALISTA

Política Operária, desde a sua fundação (pode-se dizer que foi essa uma das razões de sua fundação), defendeu a tese da revolução socialista como única solução possível dos problemas sociais no continente e, especificamente, no Brasil. Fomos os primeiros e por muito tempo os únicos no país que se deram ao trabalho de uma fundamentação teórica e que procuraram

tirar as consequências práticas da situação. Ainda que, desde logo, devamos muito aos trabalhos pioneiros de companheiros de outros países latino-americanos, como o equatoriano Manuel Agustín Aguirre.\*

Tínhamos chegado a duas conclusões básicas:

a) que a América Latina não conheceu em sua história revoluções burguesas no sentido europeu ou asiático, onde a burguesia das cidades compactuava e até participava de uma luta popular contra uma velha ordem feudal;

b) a América Latina não conheceu o feudalismo como ordem social própria, apesar das tentativas espontâneas dos descobridores e conquistadores de transportar para o Novo Mundo os valores reinantes ainda em suas pátrias. O continente foi conquistado, povoado e desenvolvido (isto é, subdesenvolvido) em função do capitalismo mundial, no início principalmente pelo capitalismo mercantil, e formado pelas necessidades deste. Participou passivamente desse sistema capitalista desde o início, fonte de acumulação primitiva para as metrópoles e reserva para futuras expansões do sistema. Quando se libertou do estado colonial direto, continuou como fornecedor de matérias-primas, mercado e domínio das metrópoles capitalistas até ser absorvido e integrado ao imperialismo, que englobou essas regiões em um sistema mundial sem necessitar destruir e decompor velhas relações feudais, como na Ásia por exemplo. A miséria latino-americana, tal como a conhecemos através de sua história, já é miséria da própria sociedade capitalista.

O problema da transformação social, que encontramos na América Latina, se desenrolou dentro do quadro de uma

---

\* Manuel Aguirre (1903-1992). Considerado um dos maiores marxistas-leninistas do Equador. Foi professor da Faculdade de Ciências Econômicas de Quito e Assessor Econômico da Confederação dos Trabalhadores do Equador (CTE). Vide artigo “América Latina e o socialismo”, in: *Movimento socialista* nº 2, Rio de Janeiro, dez. 1959. [Nota dos editores].

sociedade capitalista. Trata-se do deslocamento do peso da burguesia do campo para a cidade, fenômeno que foi acompanhado pela destruição dos chamados governos oligárquicos, como no Brasil em 1930.

A “revolução burguesa”, na medida em que se deu, não foi tanto uma luta contra o feudalismo, mas sim uma luta entre a burguesia industrial nascente contra a antiga estrutura mercantil e rural. A sociedade “pré-revolucionária” era formada por um capitalismo primitivo e primário, mas que apesar de tudo já era capitalismo na sua essência. A “revolução burguesa” no Brasil acabou em compromissos com a bênção do imperialismo e é característico que o movimento “revolucionário” não tenha chegado a tocar no campo. A facção rural da classe dominante ganhou tempo para se transformar em industrial e para adaptar o primitivo capitalismo rural às novas necessidades. Isso quer dizer que a revolução burguesa no Brasil (e em geral na América Latina), em termos de transformação social, não se deu como “negação” de uma sociedade pré-capitalista, mas sim “como transformação de quantidade em qualidade”, à base da ordem social existente. Dentro do compromisso das classes dominantes, a hegemonia da burguesia da cidade foi assegurada pelo crescimento de seu poder econômico.

Foi André Gunder Frank\* quem analisou melhor e aprofundou mais os estudos do desenvolvimento capitalista

---

\* André Gunder Frank (1929-2005) foi um dos principais cientistas sociais de esquerda do fim do século XX. Publicou o ensaio “O desenvolvimento do subdesenvolvimento” e, em seguida, o seu livro *Capitalismo e subdesenvolvimento na América Latina* (1967), argumentando que a abordagem reformista de quase todas as teorias do desenvolvimento estava errada. “O subdesenvolvimento”, escreveu, “não é devido à sobrevivência de instituições arcaicas e à existência de escassez de capital em regiões que permaneceram isoladas do fluxo da história mundial. Ao contrário, o subdesenvolvimento era e ainda é gerado pelos mesmos processos históricos que também geraram desenvolvimento econômico: o próprio desenvolvimento capitalista”. [Nota dos editores].

na América Latina. Mostra concretamente, nos casos do Brasil e Chile, as origens e o crescimento das classes dominantes nativas e suas relações com as burguesias da metrópole capitalista. A grande contribuição de Frank consistiu em demonstrar com base em investigações históricas e de análises da sociedade atual: a) que durante quatro séculos a função de nosso subdesenvolvimento dentro do capitalismo mundial como fornecedor de recursos para a acumulação nas metrópoles não mudou; b) que não há perspectivas de libertação dos países subdesenvolvidos dentro de relações de produção capitalistas. A classe dominante do continente não fez mais e não faz mais do que se adaptar às necessidades do capitalismo mundial, sem poder superar seu papel de dependente. Esta “continuidade na troca” representa um fator fundamental na análise histórica e dialética. Mas no instante de realçar o fenômeno da “continuidade na troca”, Frank deixa em segundo lugar o significado do salto qualitativo, que representa a transformação das economias agrário-mercantis, de características coloniais, em capitalistas industriais subdesenvolvidas dentro do contexto geral das lutas de classes em escala internacional. Entretanto, não se apercebeu da importância do surgimento do proletariado industrial o de sua intervenção no cenário da política latino-americana, e isso explica por que, apesar de ver claramente a incapacidade da burguesia de encabeçar ou participar de qualquer movimento revolucionário e de ver a solução socialista como a única saída para os problemas vitais do continente, considera essa luta, entretanto, sob o ângulo da “libertação nacional”.

Para a discussão em termos de uma estratégia revolucionária, tal como se está dando atualmente, é importante ter em mente o quanto essa situação contém de elementos que podem ser levados em conta. Tanto a Revolução Russa como a Chinesa, em escala ainda maior, tiveram tarefas da revolução burguesa para cumprir. A mais importante era a da transformação do

campo, que havia sido o baluarte do antigo regime. Em ambos os casos — na China novamente em grau muito maior — essa ingerência da revolução burguesa influiu ativamente para assegurar a vitória socialista.

A situação na América Latina já não é a mesma. Ainda que o campo conserve toda sua potencialidade revolucionária e a aliança entre operários e camponeses (e entre operários e trabalhadores do campo — isso varia de país para país) seja uma das bases fundamentais de qualquer estratégia revolucionária, existem características próprias que influem no transcurso da luta.

Em primeiro lugar a não existência de uma sociedade feudal no continente faz com que tampouco haja, na maioria dos países, tradições de “guerras camponesas”, como se deram na história europeia e asiática. Uma exceção a essa regra está representada pelos países que antes da conquista já dispunham de uma ordem agrária tácita, destruída pelos brancos. A rebelião das populações indígenas e mestiças não restabelece, evidentemente, a antiga ordem, mas torna-se um elemento da revolução burguesa, lhe dá o caráter popular e contribui para o restabelecimento do poder burguês-capitalista nas cidades, ainda que contra a vontade da burguesia. O grande exemplo é o México, mas a Revolução Boliviana de 1952, mesmo não contando com a participação ativa camponesa na fase de luta, trouxe resultados não menos radicais. A atual reforma do Peru, de caráter preventivo, mostra que a força da pressão indígena não se esgotou ainda. Nesses países, a transformação do estatuto agrário deu-se principalmente pela criação do minifúndio. Entretanto, a burguesia peruana está procurando outro caminho, o da formação de cooperativas agrocapitalistas.

No resto da América Latina a transformação se dá principalmente pela chamada racionalização e modernização dos latifúndios, isto é, a inversão do capital em base de um cálculo

industrial, na agricultura. Neste sentido, Cuba pré-revolucionária representa provavelmente o exemplo clássico no continente. Isso significa a existência de um proletariado assalariado e de um semiproletariado (meeiros) no campo, capazes de desenvolver formas de luta próprias, que se aproximam das do proletariado industrial.

Ambas as formas de transformação burguesa no campo não resolvem o problema agrário. A sociedade capitalista na América Latina não assegura a existência nem do pequeno camponês, nem do assalariado rural. E a luta no campo, que se agrava e se aprofunda a longo prazo, já se desenrola no terreno da economia e sociedade capitalista, isto é, em um nível mais alto, como demonstrou Cuba.

Em termos gerais pode-se constatar que a revolução burguesa, tal como se deu na América Latina, tinha duas tarefas essenciais a cumprir: a) levar a burguesia urbana ao poder e isso com todas as consequências de adaptação do aparato estatal a sua necessidade; b) a transformação do campo, cuja estrutura criada pelo capital mercantil-colonial já não corresponde às necessidades da expansão da burguesia industrial e urbana, integrada ao sistema imperialista.

E isso indica que as tarefas que a revolução burguesa deixou para nós já não têm o mesmo peso na revolução como tiveram na China e ainda na Rússia. Pesarão, na verdade, na construção do socialismo, quando sentiremos a incapacidade da burguesia de criar uma sociedade industrial que nos facilite a expansão das forças produtivas em bases socialistas.

## □ PAPEL DO IMPERIALISMO □

O auge do processo de industrialização da América Latina deu-se em uma fase do imperialismo que foi caracterizada por

August Thalheimer,\* em 1956, como sendo de “cooperação antagônica”, sob a égide dos Estados Unidos. O resultado da Segunda Guerra Mundial trouxe para o mundo capitalista uma situação em que as contradições interimperialistas, que dominam as relações internacionais desde o fim do século passado, se tomaram secundárias em vista de uma contradição mais profunda e fundamental entre os dois sistemas sociais que dominam o globo.

A expansão do campo socialista e o predomínio material e tecnológico dos Estados Unidos no mundo capitalista fazem com que as potências imperialistas mais débeis se submetam às mais fortes, em uma pirâmide invertida que é dominada pelos Estados Unidos, a superdotada potência imperialista e policial do sistema capitalista. Essa integração do mundo imperialista não elimina nem supera nenhum dos antagonismos existentes no sistema, entre as potências imperialistas e entre elas e as não imperialistas, as quais são objeto da exploração imperialista. Sem dúvidas, evita que esses antagonismos cheguem às últimas consequências de confrontações armadas entre potências imperialistas, em virtude de uma cooperação que predomina contra a ameaça do socialismo e da revolução mundial.

A cooperação antagônica entre as potências imperialistas encontra sua prolongação lógica nas relações entre essas e as burguesias nacionais do mundo capitalista subdesenvolvido. Na América Latina e no Brasil, isso teve como consequências

---

\* August Thalheimer (1884-1948), militante e teórico comunista alemão. Participou da Liga Espartaquista Alemã (grupo Spartacus), de Karl Libknecht e Rosa Luxemburgo. Doutor em filosofia, foi dirigente do PC alemão (KPD) e considerado por Lenin como “o melhor marxista da Alemanha”. Expulso do PC alemão em janeiro de 1929, funda a Oposição Comunista Alemã (KPD-O) juntamente com Blander. Morreu no exílio em Cuba, impedido de retornar à Alemanha pelos aliados, no pós-guerra. Parte de sua produção teórica está traduzida e publicada no Portal do CVM: <http://centrovictormeyer.org.br/acervos/arquivo-thalheimer/>. Acesso em: 19 de outubro de 2022. [Nota dos editores].

gerais: a) que ficou limitado o campo de manobras para as burguesias nativas, que periodicamente souberam explorar as contradições entre potências imperialistas (Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha etc.) para melhorar suas próprias posições; b) uma aceitação e crescente dependência do domínio do imperialismo norte-americano em uma associação econômica, na qual o capital imperialista participa na industrialização, ocupa posições de mando virtual e influi decisivamente no ritmo das atividades econômicas.

A “cooperação antagonica” não libera o mundo capitalista de choques internos em todos os níveis, altos e baixos. Há momentos em que o antagonismo parece predominar, em que as burguesias nacionais ameaçam com uma política externa “independente”, se rebelam contra os esquemas do Fundo Monetário Internacional e nacionalizam empresas estrangeiras particularmente impopulares. O mesmo fenômeno se dá entre as próprias potências imperialistas nos momentos de relaxamento periódico da tensão internacional. Desaparece quando surge um novo recrudescimento da tensão internacional e, como na França em 1968, quando o regime capitalista está posto em xeque. A prazo prevalece a cooperação pela manutenção do sistema.

Na América Latina o fenômeno está particularmente presente tanto nas cidades e no campo como nas crises econômicas agudas. Nos momentos em que os antagonismos vêm à superfície, a oposição burguesa, entretanto, não visa ao sistema em si e é limitada de antemão pelos interesses de autoconservação. A oposição é dirigida unicamente contra o sistema de distribuição da mais-valia produzida pelo proletariado do continente, da qual o imperialismo leva a parte de leão.

Quando consegue melhorar sua posição na sociedade com o imperialismo (o que nem sempre acontece na realidade), a burguesia nativa continua colaborando com o imperialismo em novos termos.

Que esse processo está vivo no continente, demonstram os exemplos do Peru e da Bolívia de antes do golpe de Banzer. O Peru, na mesma semana em que expropriou a empresa de má fama International Petroleum Co., outorgou outras três concessões de exploração petroleira a companhias norte-americanas “independentes” em condições “mais vantajosas” e não deixou de entregar novamente suas minas de cobre ao imperialismo norte-americano. Na Bolívia, onde o processo parecia tomar rumos mais radicais, pouco antes do golpe de Banzer, houve um recesso que indicava que a burguesia boliviana não estava disposta a correr o risco de provocar um choque com o imperialismo que poderia pôr em perigo sua precária estabilidade interna. Tanto na Bolívia como no Peru, o regime oscilou entre ditadura militar aberta e tentativas de um populismo controlado. Seu instrumento de “cooperação antagônica” nas suas diversas fases é o exército e este tem seu papel específico a desempenhar nos governos burgueses do continente.

## EXÉRCITO E REVOLUÇÃO BURGUESA

Na maioria dos países da América Latina o papel desempenhado pelo Exército está em estreita dependência do desdobramento da revolução burguesa. No Brasil, por exemplo, o processo de transformação das tropas coloniais em exércitos a serviço da nascente burguesia urbana começou cedo. É conhecido o papel de Deodoro da Fonseca na questão dos escravos fugidos e do Exército na instalação da República. Se a consciência burguesa dos oficiais se expressava através do positivismo, isso refletia o estado de espírito da burguesia da época, que não nasceu sob signos revolucionários. Esse aburguesamento do corpo de oficiais foi facilitado pelo fato de que a classe média e a pequena burguesia foram as fontes de recrutamento. E se, por um lado, a carreira da hierarquia militar

possibilitou uma ascensão na escala social e abriu perspectivas da integração de uma minoria nas classes dominantes, por outro, o grosso dos oficiais trazia consigo a ideologia da classe média isolada do poder. O fenômeno persiste até hoje e os exércitos, desde sua formação no sentido moderno, desempenham o papel de tropas de choque da burguesia, em sua ascensão como em sua decadência.

A Revolução de 1930, no Brasil, se deu sob o signo do “tenentismo” e representou de certo modo o auge de um movimento que esses jovens oficiais iniciaram em 1922. Entretanto, mais importante que o signo em si foi o fato de a revolução ter se dado praticamente sob a direção de uma parte do Exército, que não perdeu o controle do movimento em âmbito nacional e, nos locais em que perdeu, o recuperou em seguida. Ainda onde houve armamento da população civil, isso se realizou sob a vigilância de unidades do Exército e sob o mando de oficiais. Mas os tenentes revolucionários não continuaram sendo tenentes para sempre e tampouco “revolucionários”. Acompanhando o desenvolvimento de sua classe de origem, deram lugar a coronéis e generais que prepararam e realizaram o golpe de Estado em 1964.

O Brasil, seguramente, não é o único exemplo nesse sentido. Na Bolívia o processo foi mais rápido e mais radical. Nesse país o Exército foi praticamente extinto na Revolução de 1952. Os oficiais foram mortos ou fugiram para o exterior, com exceção de uma pequena minoria que havia participado da tomada de La Paz. Os governos revolucionários, que no início representavam uma coalizão entre representantes da pequena burguesia nacionalista e cujas bases foram proporcionadas por camponeses, que continuavam apoiando o regime, criaram um exército, “para proteger a revolução e a democracia”, que, a princípio débil, começou a crescer e se fortalecer, tornando-se um dos pilares do Estado e, finalmente, o próprio árbitro do Estado, quando a burguesia já não soube governar com os recursos populistas.

O Peru nunca conheceu uma revolução burguesa como a boliviana nem ainda nos moldes da brasileira de 1930. A lembrança dos governos oligárquicos está, entretanto, presente. A situação do campo peruano continua mais explosiva ainda do que na Bolívia, por exemplo, que teve uma válvula de escape em 1952, com a divisão das terras. Nestas circunstâncias, a atuação do Exército peruano tem um duplo caráter: a) reformador, no sentido de adaptar a estrutura social do país às necessidades da burguesia urbana; e b) preventivo, no sentido de eliminar o potencial revolucionário existente, principalmente no campo, para garantir o desenvolvimento da sociedade burguesa-capitalista.

O que os oficiais “revolucionários” peruanos e bolivianos têm em comum é sua ideologia nacionalista, que pode adquirir matizes os mais diversos, mas que se situa no terreno da defesa da sociedade burguesa. Isso, dito de passagem, é também característica de um grande setor da oficialidade brasileira, de mais baixa graduação (a “interdependência” de Castelo Branco nunca chegou a ser popular entre eles). Mas as consequências práticas desse nacionalismo latente dependem das necessidades objetivas de suas burguesias, às quais estão servindo, e do nível da “cooperação antagônica” que está prevalecendo. E neste sentido não há diferença entre os militares peruanos e bolivianos, a não ser que estes mataram a Che Guevara, e aqueles “só” mataram a De La Puente. Em ambos os países os guerrilheiros continuam presos e as forças armadas matarão de novo se a ordem social for ameaçada.

O que os regimes militares entendem por política nacionalista é que todas as decisões nacionais passem por suas mãos, que sejam eles que cuidem dos termos e das condições de cooperação com o imperialismo. Entendem que são eles mesmos os “donos em sua casa”, sua própria polícia, que serão eles os que prendem e matam seus próprios operários revolucionários e guerrilheiros. Que são eles mesmos os que

oprimem e governam seus próprios povos, de acordo com a hierarquia de sua oficialidade.

O caminho mais longo nessa direção foi percorrido pelo Exército brasileiro. De “guardião das tradições democráticas” se tornou símbolo continental de gorilismo, fazendo sombra até a seus inspiradores argentinos. Hoje, o Exército brasileiro instalou uma máquina de terror em moldes fascistas, a qual se distingue de seus precursores italianos e alemães somente pelo fato de não haver conseguido uma mobilização de massas como sustentáculo de seu regime. A estrutura e a situação geral do país ainda não geraram o fenômeno fascismo. Somente permitiu copiar os métodos de repressão.

Entretanto, o que a ditadura militar brasileira tem em comum com o fascismo (e ainda com o bonapartismo populista) é que se trata de um governo indireto da burguesia. Ainda que haja deixado cair a máscara democrática e a ditadura esteja aberta e nua, foi necessário que ela fosse confiada ao Exército quando, no momento da crise, a própria burguesia se sentiu incapaz de exercê-la de maneira tradicional e velada. Lançou mão do instrumento que já havia servido no passado, no caminho de ascenso ao poder.

Nesse sentido, a ditadura militar no Brasil não passa de um capítulo a mais da “revolução burguesa”. Esperemos que seja o último.

## PROCESSO REVOLUCIONÁRIO E GOVERNO DE TRANSIÇÃO

Dissemos que a revolução no Brasil será socialista por não restar outra alternativa para que o processo revolucionário se imponha no país.

Dissemos também que a constatação do caráter socialista da revolução não quer dizer que a situação já esteja madura

para desencadeá-la e, implicitamente, colocar o problema da formação de um governo socialista.

Que significado tem isto na prática? Significa que não estamos interessados nas lutas que não tenham objetivos socialistas? Significa que não estamos interessados em derrubar a ditadura militar se esta derrubada não conduzir ao estabelecimento de um governo socialista no país? E, finalmente, significa que não podemos mais apoiar a nenhum governo se não for socialista?

Evidentemente que não. Uma tal conclusão seria contrária a toda a experiência da luta de classes e a todos os ensinamentos do marxismo revolucionário.

Em princípio apoiamos todas as lutas parciais, todo o movimento que ajude de fato a objetivos socialistas, quer dizer, nossa estratégia visa melhorar a situação do proletariado e de sua vanguarda na luta de classe, para colocá-la em posição favorável ao enfrentamento da revolução socialista. No caso concreto do Brasil, nas atuais circunstâncias, não podemos partir da premissa de que a derrubada da ditadura militar já leve automaticamente a uma solução socialista. Isso não corresponde às relações das forças sociais existentes no país. Além disso, a experiência geral ensina que o processo revolucionário é mais complexo.

Não seremos nós, evidentemente, que engrossaremos o coro da oposição burguesa e pequeno-burguesa da “redemocratização”. Ao contrário, o combatemos. Em primeiro lugar porque não temos interesse em restabelecer o antigo *status quo*, que consolidará novamente o domínio da burguesia com uma folha de parreira “democrática”. Em segundo lugar porque, se houver uma derrocada do presente regime militar, o equilíbrio artificial da sociedade burguesa estremeceria tanto que qualquer nova experiência em termos de república democrática não passará de um intervalo para que a classe dominante prepare outra forma de ditadura aberta.

Qualquer democracia real e duradoura que seguir à derrubada da ditadura militar para se impor terá que ter um

caráter revolucionário, isto é, terá que se apoiar nas classes revolucionárias do país — inclusive militarmente.

Em outras palavras, pode e deve surgir uma fase de transição em que a velha ordem burguesa esteja estremecida, mas o salto qualitativo para uma nova ordem não foi dado e não pode ser dado ainda de imediato. Como deve comportar-se o proletariado e seus aliados frente ao poder que a burguesia já não está em condições de exercer, **ainda que** o momento da revolução socialista não esteja maduro?

Isso coloca o problema do Governo de Transição.

Trata-se de uma das noções de estratégia de luta do marxismo revolucionário que se perdeu durante os anos do reformismo stalinista e que foi definida justamente em uma época em que Lenin e os comunistas procuraram elaborar, pela primeira vez, uma estratégia global da revolução mundial: nos quatro primeiros Congressos da Terceira Internacional Comunista. A resolução adotada (no IV Congresso) prevê que o proletariado e os partidos comunistas, que não integram nem apoiam os governos burgueses, podem se encontrar em situações nas quais se impõem a participação e a sustentação de governos não socialistas, sob a condição que esse ato leve adiante o processo revolucionário (como foi a perspectiva naquele momento), evite a vitória de um movimento de direita que tenda a destruir o movimento operário (fascismo). Tal governo já não será burguês, será um “Governo Operário” nos países altamente industrializados, onde os partidos operários estiverem em condições de formá-lo, e será um “Governo Operário e Camponês” nos outros onde o proletariado não poderá governar sem o apoio efetivo do campo. Adverte a resolução do Congresso que não se trata ainda de um governo socialista nem da ditadura do proletariado e não deve ser confundido com eles.

Nós, no Brasil, levando em conta as particularidades do país, definimos esse Governo de Transição como o “Governo

Revolucionário dos Trabalhadores” a ser formado por uma Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo.

Levando em conta, igualmente, as particularidades do país, acreditamos que o surgimento desse governo não pode ser produto de um processo eleitoral e terá, para se impor, que resultar da intervenção ativa e violenta das massas trabalhadoras.

Acreditamos que tal governo não pode exercer seu poder por intermédio dos instrumentos “democráticos” tradicionais — Congresso, Judiciário, Polícia, Exército etc. —, os quais têm que ser neutralizados e eliminados. Tem que se apoiar diretamente nas organizações de massas dos trabalhadores e suas forças armadas e estimular seu crescimento.

Esta é a característica principal que distingue o Governo Revolucionário dos Trabalhadores dos governos “populares” e “democráticos” que sob rótulo radical procuram salvar e conservar o aparelho estatal burguês e governar com ele. Estes serão “governos de transição” da burguesia e para a burguesia e procurarão fazer com que a estrutura básica da sociedade burguesa passe ilesa pelas convulsões até que possa ser nova e abertamente consolidada.

Tomemos os exemplos já clássicos de governos de transição na América Latina: Bolívia e Cuba. O Governo Revolucionário de La Paz, em 1952, foi de transição. Mas o já mencionado predomínio da liderança pequeno-burguesa que, além disso, soube assegurar-se do apoio camponês e, por outro lado, a falta de perspectiva e clareza da representação do proletariado, que ficou isolado, fez com que os sucessivos governos se tornassem de “transição” para o restabelecimento da ordem burguesa.

Em Cuba, por outro lado, o Governo de Transição encontrou sem maiores dificuldades o caminho mais curto para a revolução socialista. Realizado à base da aliança entre os trabalhadores da cidade e do campo e apoiado nas forças armadas revolucionárias — do exército convencional não sobrou uma pedra em pé — a revolução marchou para frente apesar

e graças à defecção da ala pequeno-burguesa do Movimento 26 de Julho.

A prática das lutas sociais na América Latina comprovou que o Governo de Transição, entretanto, não é um poder socialista, nem a ditadura do proletariado, assim como a democracia revolucionária não se identifica com a democracia socialista. Representa uma encruzilhada no caminho revolucionário. Se este governo se limita aos métodos de democracia burguesa, ou tenta restabelecê-la, prepara o caminho para a restauração do poder burguês. Para se impor e se manter deve lançar mão de métodos democráticos que sobrepassem e destruam a democracia burguesa, ainda não sendo, entretanto, socialista.

Pode-se perguntar por que o proletariado, se está em condições de estabelecer tal governo, não institui imediatamente a ditadura do proletariado e o socialismo. Mas, essa pergunta abstrai as relações de forças existentes em cada momento concreto do processo revolucionário. Abstrai a situação de seus aliados nos diversos momentos do processo e dos termos em que estão dando seu apoio à classe operária. Abstrai, finalmente, a situação do próprio proletariado, de sua atuação objetiva e de sua consciência nas diversas fases de luta. O Governo de Transição se justifica e se impõe em um momento da luta de classe em que as massas já se encontram em rebelião contra a velha sociedade, mas ainda não alcançaram as consequências práticas para enfrentar a construção de uma nova. Quando ainda não compreendem que para garantir a expropriação das propriedades imperialistas é necessário também expropriar, econômica e politicamente, a própria burguesia.

Quando não compreendem ainda que para acabar a exploração e a miséria é necessário trocar as relações de produção com toda sua superestrutura. Isto é, se justifica e se impõe em um momento em que já há rebelião contra a ordem burguesa, mas essa rebelião se dá ainda dentro do quadro ideológico burguês herdado da velha sociedade. Mas será a própria agudiza-

ção das contradições sociais durante o Governo de Transição e o papel impulsor que a vanguarda revolucionária desempenhará em seu meio, o melhor e mais rápido meio de elevar a consciência das massas trabalhadoras ao nível necessário para uma revolução socialista.

Está também implícito aqui que o Governo de Transição não representa uma solução social a longo prazo. Seu tempo de vida está limitado, de um modo natural. Nenhuma classe operária pode governar por muito tempo com base em uma estrutura social burguesa-capitalista. Ou dá o passo decisivo para a ditadura do proletariado ou será vencida pelas leis econômicas sociais capitalistas e terá que ceder o lugar novamente às forças burguesas aliadas ao imperialismo.

O papel que o Governo de Transição desempenhará (será importante porque decidirá se situações potencialmente revolucionárias desembocarão em transformações sociais ou serão contornadas pela classe dominante) estará na dependência direta da possibilidade desse governo mobilizar e se apoiar nas massas trabalhadoras e da situação da classe que teoricamente representa a força motriz e hegemônica do próprio processo revolucionário: o proletariado.

E isso quer dizer que todo processo revolucionário depende do nível e dos rumos que as atividades das vanguardas estão tomando atualmente no país. Para que desempenhemos o papel de vanguarda hoje não bastam mais as profissões de fé sobre objetivos socialistas. Ao fim e ao cabo todo mundo “quer” o socialismo. Ser vanguarda marxista-leninista no Brasil é saber tirar as consequências práticas da caracterização socialista do processo revolucionário. Significa, pelo menos, contribuir na prática para a maturação dos fatores que levam à revolução socialista.

## PARTE II

### A FORÇA MOTRIZ DO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

E a revolução no Brasil será proletária ou não será revolução...

(II Congresso da Política Operária — 1962)

Se a caracterização socialista da revolução no Brasil foi uma das causas fundamentais do surgimento da Política Operária, outra, não menos decisiva, foi a sua definição proletária. A intervenção direta da classe operária e sua liderança sobre as demais classes e camadas oprimidas da sociedade são premissa para a revolução, nas condições do Brasil, atingir os objetivos socialistas que a história coloca na ordem do dia. Isto é, para não ficar no meio do caminho, para não se tornar “caricatura da revolução”.

Para chegar a essa conclusão partimos da análise da sociedade brasileira. Esta tinha dado passos decisivos no caminho da industrialização na década de 1950, quando a parte industrial do Produto Nacional ultrapassou a contribuição agrária, tradicionalmente preponderante. Podemos nos poupar de citar as estatísticas correspondentes que são amplamente conhecidas e divulgadas: basta lembrar que, tomando em conjunto a produção industrial e os chamados Serviços, o total começou a perfazer mais da metade do Produto Nacional e essa situação evidentemente não mudou mais, a não ser no sentido de uma crescente acentuação dos fatores industriais capitalistas.

Essa análise e suas conclusões óbvias pairavam sobre a vintena de delegados reunidos pela primeira vez, vindos dos quatro cantos do país para elaborar as diretrizes da Política Operária em escala nacional, e foram confirmadas poucos anos

depois. O golpe militar de 1964 foi um nítido produto das contradições entre trabalho assalariado e capital, as quais tinham se tornado fundamentais na sociedade brasileira. Foi produto direto da crise econômica cíclica do capitalismo brasileiro, começada em 1961/62, tendo atingido o seu ponto mais baixo em 1964/65 e da qual o regime começou a sair lentamente dois anos mais tarde. Foi, de certo modo, o cartão de visita do capitalismo brasileiro no cenário econômico mundial. Não é que o país não tenha conhecido o fenômeno das crises cíclicas no passado, mas o conheceu como apêndice da economia mundial e em consequência das crises nas metrópoles capitalistas. A crise brasileira, iniciada em 1961, entretanto, foi legitimamente nacional e se deu justamente numa fase de alta da conjuntura econômica, tanto nos Estados Unidos como nos centros do Mercado Comum Europeu. Foi a saturação da mais recente onda de industrialização no Brasil e suas consequências sociais e políticas que fizeram a classe dominante temer pela manutenção do sistema e entregar o poder às forças armadas, como garantia da ordem existente.

## □ PROLETARIADO COMO FORÇA MOTRIZ

Uma vez estabelecida a contradição fundamental como sendo entre capital e trabalho assalariado, tínhamos de enfrentar as consequências. Tratava-se antes de tudo de definir a força motriz do processo revolucionário. Está implícito à concepção materialista e histórica do marxismo que a força motriz da revolução se encontra nos centros de produção, que sustentam a sociedade, e como estes, lenta mas seguramente, tinham-se mudado para as cidades como resultado da industrialização, não havia mais dúvidas sobre o papel do proletariado industrial como classe hegemônica no processo revolucionário. Falar de uma classe hegemônica significa raciocinar em termos

de uma aliança de classes e esta, em termos brasileiros, tinha de abranger, além da classe operária industrial, os trabalhadores do campo e as camadas radicalizadas da pequena burguesia urbana. Falamos de camadas radicalizadas e não da pequena burguesia, contraditória e dividida e que representa também uma reserva da burguesia na luta de classes (a justeza dessa análise foi igualmente confirmada em 1964, quando a grande maioria da pequena burguesia aderiu e apoiou o golpe militar). A formação dessa aliança revolucionária e, concretamente, a mobilização do potencial revolucionário do campo, o despertar e a organização dos 11 milhões de trabalhadores rurais e camponeses de duvidosas posses de terra, na luta de classes no terreno de uma sociedade preponderantemente capitalista-industrial, exigem a presença de uma classe operária que tivesse consciência do seu papel e capacidade de liderança. Isso quer dizer que nas condições da sociedade brasileira a hegemonia proletária não pode se limitar a uma liderança ideológica (como foi o caso na China) e, sim, implica a intervenção e a liderança física dos quatro milhões de operários no processo revolucionário. Isso significava também que o partido revolucionário tem de ser um partido operário e que as vanguardas marxistas-leninistas existentes têm de encontrar o caminho para o proletariado, se quiserem desempenhar o papel que pretendem.

Já assinalamos que a caracterização da Revolução Brasileira como socialista não significa ainda que as condições já estivessem maduras para pô-la na ordem do dia da luta imediata. Tampouco, o fato de constatar o papel hegemônico do proletariado no processo revolucionário não significa ainda que a classe operária brasileira já estivesse em condições de exercê-lo. Há, porém, uma diferença implícita nas duas colocações. Como a revolução socialista depende do fato de o proletariado exercer realmente o papel hegemônico e como este não se limita ao ato da revolução, mas é necessário no processo revolucio-

nário em todas as suas fases, o problema fundamental das lutas de classe no país é o da formação dessa classe operária capaz de dar conta da sua missão.

Esse problema fundamental se revelou em todos os momentos da política brasileira que levou ao golpe militar. Foi confirmado diariamente na política nacional pelo fato de o proletariado não estar exercendo esse papel independente e muito menos hegemônico. Ele atuava como instrumento de facções da classe dominante e estava à mercê da política delas. Trinta anos de reformismo e de política de colaboração de classe do Partido Comunista Brasileiro tinham atrasado o processo histórico que Marx chamava de transformação do proletariado de classe **em si** em classe **para si**, da formação de uma classe operária independente, livre da tutela ideológica e política da burguesia e oposta à sociedade burguesa.

O que significa “classe operária **para si**” em condições latino-americanas?

Historicamente, isto é, até hoje, o nível político mais alto atingido por um proletariado, neste continente, foi sem dúvida em Cuba. Foi o país onde o proletariado agiu **como classe** mesmo quando a ditadura de Batista destruiu as suas organizações de massa legais, procurando substituí-las por entidades oficiais sob o controle do Estado. A classe operária cubana formou suas organizações clandestinas (os comitês de defesa) que continuavam a dirigir a luta nas empresas. O proletariado, que já contava com a experiência da greve geral contra Machado, em 1933, soube conservar e reforçar sua consciência de classe coletiva também sob a repressão de Batista. E foi essa consciência e a oposição ativa ao regime que a guerrilha conseguiu catalisar e que conduziu à greve insurrecional e à revolução socialista. Todavia, e isso explica também a política interna e externa de Cuba nos dias de hoje, a organização proletária em Cuba não chegou a um nível de representação política direta da classe, como os “*soviets*” no início da Revolução Russa, ou órgãos

semelhantes que outras revoluções produziram. O proletariado cubano entregou o poder executivo a uma cúpula revolucionária, que fala em seu nome, e isso explica por que Cuba, até hoje, não se preocupou em adotar uma Constituição Socialista.\*

Atualmente, na América Latina capitalista, o proletariado mais amadurecido como classe é, sem dúvida, o chileno. Trata-se de um proletariado que, embora dominado por partidos reformistas, age como classe. É em sua imensa maioria socialista ou comunista, “marxista”, levando em conta as limitações do reformismo oficial. Pode flutuar e hesitar entre socialistas, comunistas e agrupamentos menores, mas não dará mais a sua confiança e seu voto aos representantes políticos da burguesia, que é reconhecida como classe antagônica (a não ser que as lideranças reformistas o recomendem, mas mesmo isso já criou dificuldades). Se este potencial de classe na luta política chilena — como nos casos francês e italiano — não se traduz em ações mais consequentes, isso se deve a circunstâncias políticas e históricas, que não se limitam àquele país.

O proletariado mais agressivo, nos últimos anos, mostrou ser o argentino. Foi na República Argentina, principalmente no interior, onde o operário industrial foi às ruas, as massas parcialmente armadas, para enfrentar a repressão. Os operários de Córdoba deram uma lição prática de luta de classe ao proletariado de toda a América Latina. A consciência do proletariado argentino, todavia, ainda se esconde por baixo de uma ideologia peronista, que se torna um ônus para a formação da classe independente. Existe uma grande discrepância entre o movimento real do proletariado argentino e as formas sob as quais toma consciência de sua luta. A superação dessa discrepância é uma condição para a formação da classe **para si**.

---

\* Cuba adotou uma Constituição em 1976, na qual se assinala o caráter socialista do Estado, organizado com base na Assembleia Nacional do Poder Popular. [Nota dos editores].

Entre as classes operárias maiores do continente é provavelmente a mexicana que se encontra num estágio de amadurecimento mais remoto ainda. Tradições históricas particulares — país de maior revolução agrária do continente e que mais tarde iniciou o processo de industrialização — atrasaram o processo de formação política do proletariado. A isso se juntou o fato de o Partido Comunista Mexicano nunca ter preenchido o papel de um partido do proletariado e o resultado foi a institucionalização do movimento operário dentro do partido burguês oficial (PRI) nas últimas duas décadas de quase ininterrupta expansão do capitalismo mexicano.

A posição do proletariado brasileiro se situa hoje entre os graus de desenvolvimento do argentino e mexicano. Rompeu as amarras de uma integração oficial, que no Brasil se deu principalmente por intermédio de um sindicalismo estatal, sob o controle do Ministério do Trabalho, mas não encontrou ainda suas formas de organização próprias, que lhe permitissem travar a luta como classe em escala nacional. Foi a própria ditadura que mais contribuiu para afastar o proletariado dos organismos sindicais oficiais. Sendo o congelamento salarial uma das metas do golpe de Estado, a ditadura tem pouca margem para desenvolver uma demagogia trabalhista. O proletariado compreendeu isso instintivamente e resistiu como classe ao golpe. Na medida em que se pôde movimentar como classe depois do golpe — geralmente em escala regional — manifestou-se contra a ditadura. As greves gerais de Minas e de Osasco, no fundo, eram greves políticas, apesar das reivindicações terem se limitado ao terreno salarial. Não se pode afirmar, todavia, que o proletariado brasileiro já tenha adquirido a sua independência e maioria. Apesar do desencanto com o trabalhismo e o desgaste das antigas lideranças populistas, o vácuo ainda não foi preenchido pelo surgimento de uma liderança política operária e isso significa que fica aberta a possibilidade de novas influências burguesas e pequeno-burguesas, estranhas à classe.

Esse atraso da classe operária brasileira se deve antes de tudo ao atraso das suas chamadas “vanguardas”, a histórica, representada pelo PCB, mas não menos às novas, produto da desintegração do PCB, como veremos em seguida. Mas para compreender o fenômeno em toda a sua amplitude temos de fazer um balanço crítico do desenvolvimento objetivo do proletariado brasileiro nos últimos anos.

## □ CAMINHO DO PROLETARIADO BRASILEIRO

A atual classe operária brasileira se formou e se desenvolveu durante o Estado Novo — a ditadura bonapartista de Getúlio Vargas, e nos anos do pós-guerra, nas fases de expansão industrial do país. Ela é produto dessas fases maiores mais recentes da industrialização, iniciada com a instalação da indústria pesada, começada em Volta Redonda, e pouco ou quase nada tem em comum com o jovem proletariado brasileiro da Primeira Guerra Mundial, formado em grande parte por imigrantes de tradição anarquista, bastante combativos para produzir as greves gerais que abalaram São Paulo e Rio de Janeiro, entre 1917 e 1919. A quebra na continuidade do crescimento, no sentido político, a ruptura entre as gerações, foi causada pela repressão do Estado Novo, que destruiu o sindicalismo livre operário e, simultaneamente, inaugurou uma política paternalista de legislação social e de salário mínimo, apoiada num sindicalismo oficial e estatal. Essa situação só foi possível também em virtude da atuação desastrosa do Partido Comunista Brasileiro, que, sob a nova orientação do *Komintern* e a liderança de Prestes, tinha perdido o caráter de partido operário — a começar pela infeliz tentativa de quartelada de 1935 — e, isolado da sua base de classes, não sobreviveu à clandestinidade do Estado Novo como organização nacional.

Dividido em grupos regionais e ideológicos e sem atividade no seio do proletariado, acentuou-se no meio do Partido

a influência e a liderança pequeno-burguesa, à base de apoios “à burguesia progressista” e “antifascista”, os quais tiveram continuidade lógica em apoios “às forças progressistas no seio do governo”, da “política de industrialização” e do “esforço de guerra”. Isso tudo ainda se deu numa fase de violenta repressão ao movimento operário e enquanto os próprios quadros comunistas estavam sendo presos e torturados.

O resultado dessa situação foi que a jovem classe operária, formada agora em grande parte por migrantes do campo, **ficou durante quase uma década sob a influência unilateral da demagogia governamental**, sem que a esquerda tivesse força material ou ideológica para se opor a isso e quebrar o monopólio burguês.

Com o fim da guerra, a anistia política e a reorganização do PCB em bases legais, essa linha política foi oficializada. Quando a burguesia brasileira, cansada da tutela do Estado Novo, procurou se desfazer da ditadura e estabelecer uma democracia burguesa, que lhe garantisse uma participação maior e mais direta no exercício do poder, Getúlio Vargas pôde mobilizar massas operárias em sua defesa, alegando que a volta de “políticos” destruiria a legislação trabalhista criada por ele. O PCB não via caminho melhor nessa situação do que apoiar Vargas. Estabeleceu-se a aliança trabalhista-comunista. Prestes aparecia ao lado do ex-ditador nos comícios públicos. “Constituinte com Getúlio”, “Getúlio é governo de fato” e outras foram as palavras de ordem que dominavam os comícios-monstros do Rio e São Paulo, onde o Partido reunia massas operárias não menos numerosas do que o ex-ditador.

Apesar da confusão reinante no seio do proletariado e por baixo do trabalhismo reinante, havia uma profunda radicalização das massas. Os salários reais tinham caído durante a ditadura para menos da metade e o relaxamento da repressão e do clima político geral, em 1945, bastavam para que o proletariado se lançasse em ondas de greves de massa inéditas

na história do país e que arrastavam as camadas mais atrasadas e getulistas do proletariado. Este movimento espontâneo da classe operária teria sido a maior oportunidade para um partido revolucionário erradicar o trabalhismo do seu meio e reduzi-lo às suas bases peleguistas. O Partido Comunista, entretanto, consequente com sua nova linha, prestou-se a desempenhar o papel de “bombeiro” para apagar o fogo. O governo exibiu entrevistas filmadas em todos os cinemas do país, nas quais Prestes se pronunciava contra as greves e apelava para os operários a “apertar o cinto” e a fazer “sacrifícios patrióticos”.

Pela mesma razão, tanto antes como depois da queda final de Vargas, o Partido Comunista Brasileiro negou-se a atacar a estrutura sindical criada pelo Estado Novo nos moldes do sindicalismo italiano dos tempos do fascismo, contentando-se com postos de cúpula nas direções sindicais, em aliança com os velhos pelegos. A estrutura sindical não mudou até os dias de hoje.

É evidente que o pós-guerra era decisivo para a formação, ou não formação, de um proletariado independente no Brasil. Não pode ser subestimada a importância do fato de o proletariado brasileiro não conhecer sindicatos operários livres desde 1937 e, praticamente, desde aquela época, não ter tido vida sindical. E isso foi, talvez, nas condições brasileiras, o fator mais poderoso de atraso do amadurecimento da classe.

Esse aspecto, todavia, só representou uma face da política de colaboração de classes. Outro foi a completa ausência de propaganda e educação socialista no seio das massas. Não houve nem ao menos uma agitação anticapitalista. Qualquer colocação de classe dos problemas foi evitada sistematicamente, em nome de uma pretensa revolução democrático-burguesa, posteriormente “nacionalista” e “anti-imperialista”.

As consequências políticas não se fizeram esperar. A política burguesa do PCB, que tinha se adaptado ao nível do

trabalhismo, decepcionou as massas e destruiu sua combatividade. Os apoios eleitorais a políticos burgueses “progressistas”, como Ademar de Barros em São Paulo, o qual poucos meses depois de sua eleição começou uma política de repressão contra a classe operária e os próprios comunistas, desmobilizaram essa política também no terreno eleitoral. A decepção das massas se traduziu em passividade e apoliticismo crescentes. O número dos membros do PCB caiu de 200 a 40 mil, entre 1945 e 1947 — última vez que foram publicadas cifras oficiais. E a retificação da linha partidária, tentada com o *Manifesto de Agosto* (que não passou de uma reação sectária ao oportunismo anterior), não mudou mais a situação geral de declínio do movimento operário.

Uma nova ascensão do movimento de massas iniciou-se em 1957/58 e inaugurou novo marco no desenvolvimento do proletariado como classe. O movimento começou lentamente, como resultado da intensificação da política inflacionista do governo Kubitschek. O PCB, embora ainda desfrutasse do monopólio “marxista” na classe operária, enfrentou essa nova onda em posição mais fraca do que em 1945. Liquidando a fase sectária do *Manifesto de Agosto*, procurou adaptar-se a uma situação de semilegalidade e o fez voltando às posições de colaboração de classe com a burguesia sob um novo rótulo. Prestes, voltando do esconderijo, inaugurou a política de “apoio à burguesia nacional” e o novo programa do Partido foi adaptado a uma pretensa revolução “nacionalista-democrática”. Igualmente foi renovada a aliança com o trabalhismo, que tinha reavivado sob a direção de Goulart, herdeiro de Getúlio Vargas.

As contradições de classe no Brasil estavam se aprofundando. O ritmo de expansão econômica sob o governo Kubitschek só foi possível se sustentar ao preço da intensificação do processo inflacionário, que aumentou não só as contradições no seio das classes dominantes, mas também, fundamentalmente, entre as classes dominantes e o proletariado.

A intranquilidade no meio do proletariado se manifestou primeiro por uma série de greves isoladas e movimentos parciais. O ritmo destas, entretanto, estava crescendo e em pouco tempo deu lugar às greves gerais. Sob a pressão desse movimento de massas, o governo desistiu de aplicar as leis de repressão da Consolidação Trabalhista, fez concessões e limitou-se a recorrer à corrupção, mediante os recursos do Fundo Sindical. As greves vitoriosas automaticamente foram tratadas como “legais”. Não houve mais intervenções nos sindicatos e as diretorias eleitas foram empossadas.

A política governamental foi novamente facilitada pela aliança trabalhista-comunista, que apoiou praticamente o “desenvolvimentismo” de Kubitschek.

O barômetro da situação de classe do proletariado, nessa primeira fase de nova ascensão, foram as eleições presidenciais de 1960, que revelaram profunda divisão do proletariado brasileiro e o pouco amadurecimento de sua consciência de classe. O voto operário no país se dividiu principalmente entre os dois candidatos burgueses, entre o “nacionalista” General Lott e o demagogo populista Jânio Quadros. Este já tinha unificado em torno de si praticamente toda a burguesia brasileira e o capital estrangeiro, contando ainda com a esmagadora maioria do voto das classes médias, como protesto contra a inflação. O voto operário só foi unânime na eleição do vice-presidente, João Goulart. O atraso do proletariado se manifestou de modo duplo: primeiro, por ter dado os seus votos a candidatos burgueses, inimigos naturais de sua classe, e, segundo, pelo fato de não ter dado pelo menos o seu voto como uma classe unida e ter-se deixado dividir pela burguesia.

Não havia dúvida de que a consciência de classe tinha regredido, de certo modo, em relação a 1945. Isso se via tanto pela votação dos candidatos apoiados pelos comunistas como pelo número de comunistas eleitos, que era ridículo em comparação ao pleito de 1945, apesar do número de eleitores inscritos

ter crescido para mais do dobro. O vácuo criado pela decepção com a política do PCB não foi preenchido pela esquerda. Os votos iam para as diversas facções do trabalhismo populista.

Isso, todavia, só foi a primeira fase. A situação não ficou nesse pé. A renúncia de Jânio e a tentativa de estabelecer a primeira Junta Militar aceleraram rapidamente o progresso de radicalização das massas. Radicalização, entretanto — já havíamos visto isso antes —, ainda não significou conscientização. Por enquanto a luta política se travava ainda sob matizes burgueses. A investidura de Jango como Presidente da República tinha como consequência imediata um renascimento das ilusões reformista-populistas, alimentadas pelo PCB. Em seguida, com as decepções em torno da gestão de Jango e o desgaste de Jânio, causado pela sua renúncia e na medida em que o PCB perdia posições e o controle da situação, foi outro líder burguês, Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul, quem penetrou no proletariado nacional.\*

A aceleração da inflação aumentou a intranquilidade da classe operária. A desvalorização constante dos salários reais tinha financiado, em grande parte, a expansão industrial. No fim da década dos anos 1950, a burguesia brasileira, todavia, já tinha chegado à conclusão de que o ritmo inflacionário atingido não lhe ofereceria mais vantagens. De um lado, a desvalorização da moeda não impedia mais a queda da taxa de lucro e não representava mais garantia contra a crise cíclica; de outro, criava um fator de instabilidade social com consequências imprevisíveis. No início, o reajustamento salarial, à base do salário-mínimo, se dava de dois em dois anos. Em seguida,

---

\* No texto em alemão a frase está com a seguinte redação: “Na sequência, quando também Goulart voltou a decepcionar as massas, e também o PCB — que estava ligado à política governamental — perdeu novamente posições, foi um outro político burguês, Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul, que teve sucesso em penetrar na classe operária com uma fraseologia pseudorradical”. [Nota dos editores].

passou a vigorar de ano em ano. Depois da renúncia de Jânio, impôs-se um reajustamento virtual de seis em seis meses e os operários do Rio de Janeiro e de São Paulo começaram a exigir aumentos periódicos de três em três meses. A política nacional da época girava em grande parte em torno da corrida entre preços e salários.

O PCB se viu obrigado a protestar publicamente contra os “sacrifícios impostos ao povo”, mas pela boca dos seus ideólogos partidários defendia a inflação como único recurso de desenvolvimento de um país subdesenvolvido. Na prática tinha de tomar alguma medida e, assim, convocou greves gerais de apoio ao governo, como a célebre greve a favor do “Gabinete Nacionalista de San Thiago Dantas”, na época em que a burguesia tentava a experiência parlamentarista.

O modo como se realizaram as greves gerais também refletia a situação de classe do proletariado. Na Guanabara, por exemplo, onde as tradições proletárias estavam mais diluídas por influências pequeno-burguesas e pela proximidade do foco do peleguismo — o Ministério do Trabalho —, o PCB e seus aliados não confiavam no acatamento da palavra de ordem pelos operários, que não dispunham de organizações de base nas empresas. Os reformistas também não se dispunham a encorajar esse tipo de organização de base, pois o receava como fator de radicalização da luta. Encontraram então um expediente para solucionar o problema: limitaram-se a parar as duas estradas de ferro, a “Central” e a “Leopoldina”, e as barcas dos transportes marítimos Rio-Niterói. Como 80% do proletariado tinha de usar esses meios de transporte para chegar aos lugares de trabalho, a greve geral estava “declarada” e “cumprida”.

Em São Paulo, onde o proletariado era politicamente mais retraído em virtude das decepções do passado, também as chamadas greves políticas (em apoio a políticos burgueses) geralmente fracassaram. Mas, na greve de reivindicações operárias de 1963, o proletariado paulista se lembrou das

suas tradições de luta e a parede funcionou nos próprios locais de trabalho, onde organizações de base foram improvisadas na hora.

É preciso levar em conta também que as greves não eram nacionais. Limitavam-se a uns poucos centros industriais maiores. No interior do país não havia organização. Somente no decorrer das greves e sob a pressão de baixo se formou o Comando Geral dos Trabalhadores, à base da aliança entre PCB e pelegos, mas que não chegou a alterar o nível de organização operária no país.

Foi nessa situação que o proletariado enfrentou a crise política que precedeu ao golpe militar de 1964. Para completar o quadro é preciso destacar alguns fenômenos ainda.

Primeiro, a penetração de Brizola no meio da classe operária. Para conseguir isso, adaptou a sua linguagem à situação radicalizada. Falava em “classes dominantes” e “explorados” — sem com isso descuidar das suas relações com a burguesia nacional, na medida em que essa ainda lhe dava crédito. A decepção com Jango e a atitude dúbia do PCB fez que ele conseguisse vencer as desconfianças do proletariado industrial e que suas alocações radiofônicas encontrassem um público crescente. Seus apelos a favor da criação de “Grupos de Onze” encontraram eco nas regiões mais afastadas do país e células e bases sindicais inteiras do PCB começaram a ignorar praticamente as diretrizes partidárias e se colocaram à disposição de Brizola.

Em segundo lugar, o campo começou a se movimentar em seguida à classe operária e em dependência da cidade. Pouco tempo antes tinha fracassado o intento de organizar as “Ligas Camponesas” em escala nacional. As Ligas só tomaram importância regionalmente, no Nordeste, especificamente nas regiões açucareiras de Pernambuco e Paraíba. No resto do Brasil, não passavam de pequenas ilhas isoladas. Em troca, os primeiros anos da década de 1960 assistiram ao surgimento de sindicatos rurais e à organização de camponeses em bases improvisadas,

acompanhadas de invasões de terras. O movimento só estava em seu começo e como os camponeses não tinham condições de se organizarem, nem nacionalmente, nem em âmbito regional, ficou à mercê do ritmo das conjunturas da luta de classes nas cidades.

Em terceiro lugar, deu-se no decorrer da crise um processo de decomposição no seio das forças armadas. O movimento dos sargentos e o ainda mais radical dos marinheiros ameaçavam cindir horizontalmente as forças armadas, provocando espontaneamente uma aproximação entre os setores mais combativos do proletariado e os militares rebeldes. Ambas as partes sentiam o que a Política Operária formulou publicamente: “o movimento dos sargentos e dos marinheiros tinha de formar a cobertura armada da classe operária no presente estágio da luta”. E, quando houve a confraternização entre metalúrgicos e marinheiros no sindicato de São Cristóvão e a conseguinte adesão dos fuzileiros navais, mandados para prender os marinheiros, estava dado um exemplo histórico de “modelo” da revolução proletária no Brasil.

Foi, evidentemente, uma antecipação de “modelo”, que ainda não correspondia às relações de forças existentes e que, além disso, não contava com o elemento do trabalhador rural presente — a não ser indiretamente pela origem social dos marinheiros —, mas que indicava o caminho. A burguesia compreendeu a ameaça e tratou de dar o golpe, antes que o movimento se alastrasse.

Resumindo, os poucos meses antes do desfecho do golpe tinham contribuído mais do que anos anteriores para o amadurecimento objetivo da classe operária. A classe estava em movimento e por isso mesmo a situação estava contraditória. As manifestações de certos setores avançados ainda não refletiram a consciência geral da classe, que ainda não ultrapassara o nível do trabalhismo. Isso foi demonstrado pelo comício monstro em frente à Central do Brasil, convocado pelas três facções que

então predominavam: Jango, Brizola e o PCB. Mas na hora do golpe, quando as ditas correntes estavam em franca debandada e tinham desaparecido, o proletariado foi a única classe urbana que se mantinha como **classe** contra o golpe. Foi uma posição defensiva, mas a classe estava unida. Estava sem liderança. A velha, reformista e populista, tinha desaparecido e a nova, revolucionária, não tinha surgido ainda. E sem um partido revolucionário não se completa o processo de transformação da classe **em si** em uma **para si**.

## A COLOCAÇÃO POLÍTICA DEPOIS DO GOLPE

A ditadura militar mudou as condições de luta, mas não alterou o problema fundamental das relações de classe e do processo revolucionário no Brasil.

O problema fundamental continua a ser a formação do proletariado, a conquista de sua independência ideológica e política. A mobilização das massas proletárias sob bandeira própria e sua intervenção ativa na política nacional são o único meio para alterar as relações de classe, que deram lugar à ditadura militar.

A essa conclusão a Política Operária já tinha chegado depois do golpe e seu primeiro Pleno Nacional o declarou nas suas “Teses Tiradentes”:

O traço essencial que caracterizou a política nacional antes do golpe e que possibilitou a instauração da ditadura militar sem uma resistência das massas e dos partidos políticos foi a ausência de um movimento operário independente, capaz de aglomerar em torno de si o campesinato e as camadas radicalizadas da pequena burguesia. O populismo reinante no movimento das massas trabalhadoras, que diluiu as fronteiras de uma

política de classe mediante a penetração das concepções e ilusões pequeno-burguesas no proletariado, permitiu que este ficasse a reboque de uma das frações da classe dominante, que o traiu para evitar um aguçamento das lutas sociais, entregando a proteção da sociedade burguesa-latifundiária às Forças Armadas e escolhendo o acerto com o imperialismo norte-americano.

Isso não significa que nós restringimos o processo revolucionário no Brasil à atuação do proletariado, como os nossos críticos de ontem e hoje gostam de dar a entender. Estava perfeitamente claro para nós que o proletariado isolado não pode, nas condições da estrutura social do Brasil, lançar-se sozinho à luta revolucionária da conquista do poder e da transformação da sociedade. Ele tem os seus aliados naturais em potencial: os trabalhadores do campo e as camadas radicais e proletarizadas da pequena burguesia urbana. Mas qualquer aliança de classe a ser criada se torna ilusória e não passará além das quatro paredes dentro das quais costuma ser gerada, enquanto não houver a transformação qualitativa do proletariado que lhe permita **de fato** exercer o papel de liderança e levar os seus aliados potenciais a uma luta mais consequente. Por isso as “Teses Tiradentes” constataavam:

A formação dessa classe operária independente continua sendo a tarefa fundamental de qualquer movimento consequente no país (...) é a premissa de qualquer luta revolucionária consequente, seja contra a exploração imperialista, seja contra a opressão da reação interna.

A transformação do proletariado em classe política e independente não pode ser confiada à ação espontânea da história. Esta só cria as condições objetivas. A criação da classe **para si** pressupõe a atuação consciente e contínua de um agente da

história, a vanguarda revolucionária que, na medida em que o processo avança e é acelerado por ela, se transforma em partido político do proletariado. E o partido surge na medida em que a classe operária fornece os quadros para integrá-lo e segue a sua orientação na luta.

Apesar de depois da derrota de abril, provocada por uma prolongada política reformista e revisionista das esquerdas, todas as condições objetivas para uma conscientização da classe operária estarem dadas, o proletariado dificilmente dará esse passo decisivo sozinho, de força própria. Para a formação da classe operária independente é necessária a atuação de agitadores e propagandistas revolucionários, que definam para ela os seus interesses, despertem a sua solidariedade de classe e a autoconfiança na sua força, liderem-na nas lutas parciais e indiquem claramente os seus objetivos finais. Essas tarefas só podem ser preenchidas pelas vanguardas marxistas-leninistas existentes, que no decorrer da luta se transformem em partido. O processo da formação da classe operária independente está estreitamente ligado ao surgimento do partido revolucionário da classe operária e o progresso deste reflete o amadurecimento da classe operária. (“Teses Tiradentes”)

Foi esta a estratégia com que a Política Operária entrou na luta clandestina contra a ditadura. Ou melhor, foi esta a linha estratégica elaborada, pois uma estratégia na luta de classe só existe na medida em que se formam as forças materiais, os “exércitos” a serem levados para a batalha. Nossa tarefa ainda consistia e ainda consiste em criar a força material, o “exército” proletário.

Como organização política, como vanguarda marxista-leninista, a Política Operária subordinou todos os aspectos da

luta de classes, o estudantil, o do campo, a luta armada e sua forma particular de guerra de guerrilha, ao objetivo estratégico da mobilização e organização do proletariado industrial. E como toda estratégia é uma questão de economia de recursos disponíveis, concentrou todas as suas forças e quadros:

1. nas indústrias-chave, cujo movimento repercute em toda a classe, e
2. no movimento estudantil, que naquela altura era a grande fonte de quadros revolucionários com a mobilidade exigida pelas condições de clandestinidade e os quais, naquele momento, eram indispensáveis para a organização de vanguardas operárias.

Trabalhamos em dois níveis. Primeiro, penetramos diretamente nas fábricas e nos bairros, formando quadros operários, criando organizações de base e dando o exemplo da atividade revolucionária no seio da classe; segundo, dirigimo-nos à nova esquerda, que estava surgindo depois do golpe de maneira confusa, mediante uma série de lutas internas nas organizações tradicionais, principalmente o PCB. Grande parte da nossa literatura estava destinada a esse fim e concentrava seu peso na importância, na orientação e nas particularidades do trabalho operário. Os resultados se fizeram sentir durante a reorganização da nova esquerda e o estabelecimento de frentes formais e tácitas nas fábricas e bairros. Fomos favorecidos nesse sentido pelo começo de um movimento em ascensão da classe operária, em 1966, que atingiu o seu auge em 1968, para recuar novamente perante a repressão do novo golpe. Nem as greves gerais de Minas nem de Osasco teriam sido realizadas sem o insistente e concentrado trabalho da Política Operária no seio do proletariado e junto às esquerdas.

O fato de quase toda a nova esquerda ter acompanhado a onda do trabalho operário nos dois anos de relativo ascenso

não significa que já tivesse se definido para uma linha proletária de luta de classe. Ao contrário, quando a onda começou a declinar, em fins de 1968, e a atingir em seguida o seu ponto mais baixo, os novos revolucionários escolheram objetivos mais “imediatos” e sua concepção de “luta armada” os fez desertarem do trabalho nas fábricas, e a consequência geral foi a liquidação, destruição e desaparecimento de grande parte das organizações operárias construídas nos últimos dois anos, com seus núcleos de operários revolucionários, Comitês de Empresas e redes de distribuição de literatura. Quando o proletariado, no ponto baixo da onda, mais precisou da assistência das vanguardas, ficou abandonado e mais uma vez se criou uma situação em que a imensa maioria da classe operária ficou submetida a um monopólio da influência governamental.

O “marxismo-leninismo” da maioria da nova esquerda não teve muito fôlego. Mas, para poder dar continuidade à luta, impõe-se o esclarecimento do problema fundamental para a esquerda brasileira: em que consiste a concepção marxista-leninista da luta de classes e da revolução proletária? Impõe-se voltar às fontes, para ter o critério da medida.

## MARX, LENIN E O PAPEL DO PROLETARIADO

Desde que Marx, na *Miséria da filosofia*, definiu o processo de transformação do proletariado de classe **em si** à classe **para si**, isto é, da transformação de uma classe que existe objetiva e passivamente em uma classe consciente do seu papel na sociedade e que se lança na luta pela sua emancipação, dedicou sua vida e obra à aceleração do processo histórico que considerava premissa para a libertação de toda a humanidade. Não o fez de maneira “obreirista” ou populista, cortejando ou idealizando o proletariado, como tinham feito Proudhon e outros, antes e depois dele. Marx se dispôs a educar a classe operária a fim de

dar-lhe consciência do seu papel, procurando transmitir a ela o máximo dos conhecimentos das leis da sociedade e da luta de classes, os quais ele mesmo, em companhia de Engels, descobrira e sistematizara. Como educação, Marx não entendeu uma atitude paternalista ou acadêmica, e sim a assistência e orientação na luta diária que o operário trava contra o capital, nas lutas parciais e políticas no seio e contra a sociedade burguesa e que servem de escola para a formação de um proletariado com consciência de classe. De certa fase em diante, como instrumento principal dessa luta surgiram os partidos políticos da classe operária, para cuja formação Marx e Engels apelaram por ocasião da liquidação da Primeira Internacional. Esses partidos políticos operários, por sua vez, não eram outra coisa senão a fusão do socialismo científico, do marxismo, com o movimento operário vivo da época. A penetração da teoria revolucionária nas massas tinha-se transformado em força material.

Depois da morte de Marx, Engels continua a obra na mesma direção e no mesmo sentido, assistindo diretamente às vanguardas revolucionárias e aos partidos já criados em uma dúzia de países europeus (e alguns americanos), no empenho de formar o proletariado mundial independente, coveiro do capitalismo. A tarefa dos revolucionários — escreveu ele, e isso era quase um testamento legado aos companheiros de luta — em todos os países modernos (industrializados) consiste em organizar o proletariado em partido político.

Lenin retomou essa herança em circunstâncias particulares. Retomou-a num país que não tinha feito ainda nem a tentativa de revolução burguesa e onde esta ainda estava na ordem do dia; e a retomou numa época que se destacou pelo início da revolução mundial.

No começo da sua atividade política militante, colocou de imediato a fundação do partido do proletariado da Rússia como problema fundamental e primordial. Vejamos como coloca a questão nas “Tarefas dos social-democratas russos”:

O trabalho socialista dos social-democratas russos consiste em fazer **propaganda** das doutrinas do socialismo científico, em difundir entre os operários um conceito justo sobre o atual regime econômico-social, sobre seus fundamentos e seu desenvolvimento, sobre as diferentes **classes** da sociedade russa, sobre suas relações mútuas, sobre a luta dessas classes entre si, sobre o papel da classe operária nessa luta, sua atitude perante as classes que estão em decadência e perante as que estão em crescimento, sua atitude perante o passado e o futuro do capitalismo, sobre a tarefa histórica da social-democracia internacional e da classe operária russa (...).

Nosso trabalho, antes de tudo e sobretudo, é dirigido para os operários de fábrica das cidades. A social-democracia russa não deve dispersar suas forças, deve se concentrar na atividade entre o proletariado industrial, que é mais suscetível de assimilar as ideias social-democratas, é o mais desenvolvido intelectualmente e politicamente, o mais importante pelo seu número e pela sua concentração nos grandes centros políticos do país (...).

Por isso se enganam profundamente os que acusam a social-democracia russa de estreiteza, de tender a fazer caso omisso das massas da população trabalhadora, para atender somente aos operários de fábricas. Ao contrário, a agitação nas camadas avançadas do proletariado é o caminho mais seguro, o único caminho para conseguir também o despertar de todo o proletariado russo (...).

Ao radical russo parece frequentemente que o social-democrata, em lugar de chamar de um modo direto e imediato os operários avançados à luta política, afirma a necessidade de desenvolver o movimento operário, de organizar a luta de classes do proletariado; parece-lhe que a social-democracia **retrocede** assim do seu democratismo, relega a um segundo plano a luta política.

Mas, se há **retrocesso**, somente pode se tratar do retrocesso do qual fala o provérbio francês: “é preciso recuar para saltar melhor” (...).

A um partidário da “Vontade do Povo” (populistas, posteriormente “Socialistas Revolucionários” — E.M.) o conceito da luta política é equivalente ao conceito da **conjura** política (...) Mas (os social-democratas) sempre acreditaram e continuam a acreditar que essa luta não deve ser realizada por alguns conjurados, e sim por um partido revolucionário, que se apoie no movimento operário. Aham que a luta contra o absolutismo não deve consistir em organizar conjuras, e sim em educar, disciplinar e organizar o proletariado. (“As tarefas dos social-democratas russos” — passim. Grifos de Lenin.)

Não pretendemos abusar de citações, mas aqui Lenin coloca de maneira sucinta os problemas fundamentais da formação de um proletariado como classe e as tarefas decorrentes de uma vanguarda. É evidente que a questão da concentração de forças não é um **princípio** do marxismo: trata-se de um problema de **relações de forças** e do grau de amadurecimento do proletariado. Questão de princípio é a formação e organização do proletariado, mas todo movimento tem de saber decidir se o número de quadros disponível é bastante para que a organização se dedique a mais de uma frente e desempenhe de fato um papel na luta de classe.

Que essa concepção de luta deu os resultados desejados nas condições russas, já evidenciara a Revolução de 1905, cujos traços marcantes Lenin destaca no seu relato do mesmo nome:

A peculiaridade da Revolução Russa consiste precisamente em que foi uma revolução **democrático-burguesa**, pelo seu conteúdo social, enquanto que pelos seus meios de luta foi uma revolução **proletária** (...) foi simulta-

neamente uma revolução proletária, não só por ser o proletariado a sua força dirigente, a vanguarda do movimento, mas também porque o meio especificamente proletário de luta, a greve, foi o meio principal das massas em movimento (...).\*

(...) Somente as ondas de greve de massas, que se estendiam por todo o país, despertaram as vastas massas camponesas do seu sono letárgico. A palavra “grevista” adquiriu para os camponeses um sentido completamente novo, chegando a ser algo como rebelde ou revolucionário, conceitos que antes se expressavam com a palavra de “estudante”. Mas como o “estudante” pertencia às camadas médias, à gente de “letras”, aos “senhores”, ficava estranho ao povo. O “grevista”, ao contrário, havia saído do povo, figurava entre os “explorados”.

Não se deve perder de vista que essa situação descrita por Lenin se deu sete anos depois da publicação das “Tarefas...”, citada mais acima, quando se tinha dado início ao trabalho sistemático na classe operária e dois anos depois da fundação do Partido, que foi em 1902. Os liberais ainda puderam duvidar da capacidade revolucionária do proletariado russo. O Partido era fraco e os quadros poucos, mas como salientou o próprio Lenin:

Não obstante, o panorama mudou por completo no curso de uns poucos meses. As centenas de social-democratas revolucionários se transformaram “prontamente” em milhares, os milhares se converteram em dirigentes de dois ou três milhões de proletários. A luta proletária suscitou uma grande efervescência e, em parte, um movimento revolucionário no seio de uma massa de

---

\* Grifos de Érico Sachs (Ernesto Martins). [Nota dos editores].

camponeses de cinquenta a cem milhões de pessoas; o movimento camponês repercutiu no Exército e provocou insurreições de soldados, choques armados de uma parte do Exército contra outra. Assim, pois, um país enorme, de 130 milhões de habitantes, se lançou à Revolução (...). (“Sobre a Revolução Russa de 1905”).

Se citamos aqui o exemplo de revolução proletária dado por Lenin, não o fazemos com o intuito de querer substituir a análise dos fatores que caracterizam as lutas de classes no Brasil, nem queremos dizer com isto que a situação na Rússia, em 1905, era semelhante à do Brasil de hoje. Ao lado das particularidades nacionais, sociais, culturais etc., que **toda** revolução apresenta, há ainda a particularidade específica da Revolução Russa de 1905 ter sido democrático-burguesa, dirigida contra os remanescentes feudais, que se mantinham sob a forma do absolutismo. Mas o que a Rússia já tinha em comum com os países industriais era a existência do proletariado e, consequentemente, o papel que desempenhava nas lutas de classe. Por isso mesmo podemos citar o caso russo como **exemplo** de colocação do problema. Lenin mostra o **método** marxista aplicado à prática revolucionária.

Podemos escolher outros exemplos: a luta de classes em escala internacional está rica em experiências, positivas e negativas, e todas aquelas colhidas em países capitalistas, onde já existe uma contradição fundamental e a polarização de trabalho assalariado e capital, revelam problemas fundamentais semelhantes, causados pela estrutura de classes da sociedade capitalista. Se escolhemos Lenin, de primeira mão, é porque o líder revolucionário russo ainda está, cremos, acima da suspeita de “revisionismo”, “pacifismo” etc., porque “teoricamente” ainda representa um critério, um ponto de referência, numa fase de luta que se destaca pela absoluta falta de critérios, sejam teóricos ou práticos.

Mesmo assim isso não quer dizer que os pontos de vista de Lenin não possam estar superados. O marxismo não é um dogma fossilizado, no qual os “papas” já pensaram todos os problemas para nós, antecipada e definitivamente. Marxismo é antes de tudo método e é experiência acumulada e aproveitada. Mas é método materialista dialético. E na medida em que surgem constantemente novas experiências, experiências que contradizem as anteriores, elas devem poder ser digeridas e aproveitadas à base da concepção materialista da sociedade e da dialética da luta de classes.

Acreditamos que isso foi feito no caso da Revolução Chinesa, que foi uma contribuição completamente nova ao marxismo de então. No caso da América Latina (inclusive da Revolução Cubana), e especialmente no do Brasil, o aproveitamento crítico dos novos fatores na luta de classes e da própria experiência passada ainda está num modesto início. A discussão sobre os rumos da Revolução Brasileira não chegou ainda ao nível de um debate entre marxistas-leninistas, de um lado, e não marxistas e não leninistas, de outro.

Olhemos mais de perto e veremos por quê.

## PARTE III

### A TEORIA E A PRÁTICA

Pois **sem** o povo trabalhador são impotentes todos os gêneros de bombas. (Lenin)

#### EM QUE CONSISTE O TÃO FALADO PAPEL DA CLASSE OPERÁRIA?

Hoje todo mundo concorda que o proletariado é a classe mais revolucionária da sociedade, à qual cabe a liderança na luta das demais classes oprimidas e exploradas. Como todo o mundo é “marxista-leninista”, paga este tributo teórico à causa, mas...

Geralmente há um “mas” no fim da definição. Não nos referimos aqui aos malabarismos “teóricos” do velho PCB, cuja “prática” bastou para desmoralizar qualquer justificativa por escrito. Se olharmos a nova esquerda, saída das rebeliões internas do PCB e do movimento estudantil, veremos igualmente que a “hegemonia do proletariado” toma as formas mais diversas e duvidosas.

Para a cisão “chinesa”, o PCdoB (que, dito de passagem, encara a Revolução Brasileira como burguesa-democrática e continua a propagar “frentes de unidade patrióticas”), a hegemonia da classe operária é ideológica e se manifesta através da liderança do partido revolucionário (concretamente, do PCdoB). A revolução, que se realiza mediante a guerra popular, vai do campo para a cidade e sua força motriz principal são os camponeses brasileiros. Não é preciso um conhecimento particularmente aprofundado para saber que o PCdoB decalca o modelo da revolução chinesa para o cenário nacional. Raul Villa já tratou extensamente da esterilidade teórica e prática

dessa corrente, mas para não pensar que as coisas tenham mudado no meio-tempo, basta ler o último documento do PCdoB, divulgado pela Agência Sinjua, no qual se reafirma que: a) a Revolução Brasileira tem um caráter nacional e democrático; b) a questão camponesa é o problema-chave da Revolução Brasileira; e c) portanto, as cidades não podem ser o cenário principal da guerra de libertação do povo brasileiro.

Assim mesmo, nem o PCdoB pode ignorar a existência de um proletariado industrial no Brasil. O papel que lhe atribui, entretanto, na luta prática, é puramente auxiliar:

Não obstante, isso não significa que as grandes cidades não tenham um importante papel a desempenhar. Nos centros urbanos se encontram três (?)<sup>\*</sup> milhões de operários e uma grande camada da pequena burguesia, os quais, junto com os camponeses e assalariados agrícolas, constituem as forças motrizes da revolução. (Retraduzido do espanhol — E.M.)

É evidente que não tem nenhum papel de liderança para o proletariado neste “modelo” de revolução. As grandes cidades têm “importante papel”, mas não são o **cenário principal**. E se a “questão camponesa” é o problema-chave da revolução, o papel do proletariado se reduz, na prática, ao de um simples aliado, no **mesmo nível** da “grande camada da pequena burguesia” — nas melhores tradições do populismo prestista. Não é por acaso a ausência prática do PCdoB nas lutas operárias contra a ditadura. Estava ausente nas greves de Minas como também na de Osasco. E onde poderia ter estado presente, como na Guanabara em 1968, sabotou a greve dos metalúrgicos da mesma maneira e dentro da mesma linha do velho PCB.

---

<sup>\*</sup> Interrogação de Érico Sachs no texto original.

Pela concepção teórica que essa corrente tem da Revolução Brasileira e pela sua prática política diária, a “hegemonia do proletariado” do PCdoB não passa de um princípio abstrato, de um tributo obrigatório que se paga aos clássicos do marxismo, mas não tem consequência prática alguma.

No extremo oposto da escala das organizações da nova esquerda brasileira encontramos os grupos e agrupamentos, que surgiram direta ou indiretamente sob o impacto do “debrayismo” adaptado às suas necessidades imediatas. Para tais correntes, independente das divergências que as separam entre si, o partido não pode desempenhar o papel “chinês”, de representante ideológico do proletariado junto ao “povo”, pois negam de antemão o papel do partido político do proletariado nas lutas de classe, substituindo-o, em nome da “luta armada”, por uma vanguarda militar, geralmente por “Comandos Político-Militares”.

Com essa liquidação das concepções leninistas de luta, negam automaticamente o papel do proletariado no processo revolucionário, pois é justamente por intermédio da formação do partido político revolucionário que o proletariado se constitui como classe independente na sociedade burguesa e se torna capaz de liderar as demais classes e camadas de classe na luta comum.

Tomando o agrupamento que, embora já não seja o mais importante, também influiu decisivamente no sentido ideológico para a formação de grupos análogos, o de Marighella, vemos que o papel da classe operária é tão pouco definido como o foi no caso anterior, do PCdoB. Não encontramos as fórmulas simplistas da “revolução do campo para a cidade (...)”, mas “a cidade é a zona de luta complementar”, “a zona rural é a estratégica” e a cidade “a zona tática”. Trata-se evidentemente de uma variante da “guerra popular”, mas com uma diferença: o papel do camponês é tão pouco definido como o do operário na luta atual. O vácuo é preenchido pela classe média: “ela constitui atualmente uma das forças mais combativas”.

Veremos em seguida que esse “atualmente” não é tão transitório como poderia parecer e que a classe média “combativa” serve de base para a elaboração de toda uma estratégia. Para compreender melhor o fenômeno, lemos em “Operações e táticas de guerrilhas” (retraduzido do espanhol):

Os revolucionários não podem atingir seus objetivos a não ser com o apoio das classes capazes de lutar para a conquista do poder. No Brasil, em consequência de condições históricas e do fato da motivação patriótica, essas classes são o proletariado, os camponeses e a classe média. Graças aos seus interesses e a sua posição, seja em relação ao socialismo, seja em relação à libertação nacional, essas classes se opõem aos grandes capitalistas e latifundiários e são inimigos do imperialismo norte-americano. O proletariado é a única classe cujo interesse imediato é o socialismo, mas todas as classes que se opõem às classes dominantes e ao imperialismo são unidas pelo seu interesse pela libertação nacional.

Trata-se de um documento escrito em linguagem “marxista” herdada do PCB. Também no velho partido é obrigatório respeitar a hierarquia “teórica” de proletariado, camponeses e classe média, sem que isso implicasse as consequências práticas que a formulação poderia sugerir. Também no velho PCB se falava da classe média, ignorando as suas contradições internas, procurando um denominador comum entre ela e o proletariado, mas que sempre sacrificava os interesses do proletariado aos da classe média. No presente caso, o proletariado é a única classe cujo interesse “imediato” é o socialismo, mas o objetivo é a “libertação nacional”.

O grupo de Marighella foi um dos últimos a fazer a profissão de fé da luta pela revolução socialista. E o fez em seguida ao Manifesto de Guevara e sob pressão das próprias bases, des-

contentes com a não definição que perdurou por muito tempo. Mas o que a profissão de fé significa na luta prática, mostra o citado documento (e todos os demais), é que o socialismo é subordinado a uma pretensa “libertação nacional”. Dizemos pretensa porque trata-se da ficção de poder libertar o país **sem romper o sistema capitalista**, sem uma revolução socialista. E essa, justamente, é a ficção própria da classe média, da pequena burguesia. E essa ficção perdura quando e enquanto o proletariado não está sendo preparado, ideológica e organizativamente, para se colocar à testa do processo revolucionário. Essa autolimitação se manifesta igualmente no declarado objetivo da Revolução Brasileira, que consistiria na formação de um “Governo Popular Revolucionário” e igualmente nos diversos “programas de unidade”, que não ultrapassam o terreno de uma revolução democrático-burguesa. Mas trata-se de uma revolução democrático-burguesa sem nenhum traço de hegemonia proletária na luta.

Encontramos o tema e a formulação com as mais diversas variações. A ex-Colina, que mais tarde integrou a VAR, colocou-se no mesmo ponto de vista quando defendeu que “a classe média tinha de abrir as portas para a luta proletária”. Na prática, essa linha não deve ter dado certo, pois não foi por puro acaso que na greve industrial de Minas não foi possível mobilizar os estudantes para ações de apoio e de solidariedade, e que entre as poucas fábricas que não entraram em greve estavam justamente aquelas “sob controle” da Colina.

No seio das dissidências estudantis do Rio de Janeiro e de São Paulo, as quais posteriormente se juntaram a Marighella, uma das piores acusações lançadas contra inimigos internos e externos era ser “insurrecionalista”, que era tido como sinônimo de “revisionista” ou “reformista” e dirigido contra aqueles que viam no levante do proletariado urbano o auge do processo revolucionário. Esses companheiros que ficaram sinceramente surpresos quando descobriram que os leninistas tinham sido “insurrecionalistas”, não tinham deixado em nenhum mo-

mento das suas atividades políticas de pagar o seu tributo ao papel do “proletariado na Revolução Brasileira”.

É evidente que, por baixo de uma fina capa de “marxismo-leninismo” e por trás das profissões de fé de revolução socialista, se abrigam as concepções mais diversas de luta de classe. E do mesmo modo como — nas palavras de Marx — não se pode julgar um indivíduo pelo que ele pensa de si mesmo, não podemos julgar as correntes dessa nova esquerda pelas suas profissões de fé.

Entre essas concepções mais diversas há de tudo, menos uma concepção proletária de luta de classes e da revolução. O proletariado entra aqui “em termos”, como princípio e álibi. Na melhor das hipóteses, a guerrilha, o “exército popular” ou de “libertação nacional”, age em seu nome, toma o poder em seu nome e, pelos planos militares preestabelecidos, exercerá o poder em seu nome.

Essas concepções antimaterialistas e irracionais de luta de classes e da revolução têm evidentemente as suas causas e origens sociais. Não só que se alimentam na luta diária na pequena burguesia radical, como as “concepções teóricas” igualmente refletem uma origem social. Mas a irracionalidade pequeno-burguesa não para aqui. Ela encontra a sua continuidade lógica na “estratégia e tática”, independentemente da fra-seologia marxista, sob a qual pretende se esconder.

## A CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA

Tomemos o documento de fundação da VAR, em 1968. Começa dizendo que o espectro da luta armada ronda a América Latina. E que os fuzis nas mãos dos explorados e oprimidos estão ameaçando jogar por terra seu domínio secular.

É de supor que o documento explicasse melhor por que chegou o momento da luta armada. Mas nada disso acontece.

Depois de constatar que o capitalismo nasceu do feudalismo e se transformou posteriormente em imperialismo, e de prestar o seu tributo à revolução socialista e à hegemonia do proletariado, chega à conclusão de que o único caminho é “um longo processo de luta armada, que levará atrás de si massas crescentes e resolutas até a tomada do poder”. A forma de luta armada é a guerra de guerrilha.

O documento não coloca nem a luta armada, nem a sua forma específica dentro do contexto da luta de classes no Brasil. Para a VAR, a guerrilha é a luta de classes, é a revolução. A luta armada existe independente de qualquer consideração de conjuntura e é uma consequência do fato de o capitalismo ter se transformado em imperialismo.

Marighella, por sua vez, apelou para a “guerra revolucionária”. Declarou essa guerra formalmente em circulares “aos homens das classes dominantes”, nas quais se anuncia a instalação de um “Imposto Compulsório Revolucionário”. Sua concepção de guerra revolucionária, ou luta de guerrilha, era mais complexa do que as expostas no documento da VAR. Dividiu a guerra revolucionária em três fases: a da guerrilha urbana, a da rural e a do Exército Revolucionário de Libertação Nacional, sendo que a primeira fase era tida como premissa do surgimento das seguintes. Marighella, todavia, só “teorizou” a **posteriori** uma prática imposta pelas circunstâncias. Institucionalizou a guerrilha urbana depois de uma série de tentativas frustradas de guerrilha no campo e, ele como todos os outros grupos semelhantes, se especializou na atividade “preparatória” da segunda fase rural. De resto, a concepção sobre luta armada e guerrilha é idêntica à da VAR.

Em 1968, Marighella chegou à conclusão que:

A primeira fase da guerrilha revolucionária está em vias de se completar, o que não significa, de maneira alguma, diminuir o **ritmo** da guerrilha urbana, e da guerra psico-

lógica. (...) A segunda fase da guerrilha revolucionária é a guerrilha rural. E não surge por casualidade. É fruto de tudo quanto se preparou e realizou anteriormente dentro da lei básica da guerra e segundo o plano estratégico e tático global estabelecido de antemão. E é através da guerrilha que criaremos o exército revolucionário de libertação nacional, o único que tem capacidade para aniquilar as forças militares dos gorilas. (“Sobre a guerrilha rural”)

Em que se baseia esse plano estratégico geral? Em alguma experiência viva de luta de classes na América Latina? Marighella explica:

O princípio básico da estratégia revolucionária nas condições de uma crise política permanente é desencadear tanto na cidade como no campo um tal volume de ações revolucionárias que o inimigo se vê obrigado a transformar a situação política em uma situação militar. Então, o descontentamento alcançará todas as camadas e os militares serão responsáveis absolutos por todos os abusos. (“Sobre problemas e princípios estratégicos”)

Não se pode afirmar que se trate de uma estratégia elaborada à base de experiência das lutas de classe no continente, ou à base de uma análise das relações de classes da sociedade brasileira, a qual procuramos em vão nos documentos — a não ser que se queira tomar como análise a simples constatação de que o povo está oprimido e descontente. Trata-se de uma **estratégia** construída à base de premissas subjetivas. Da premissa de ser a ação do revolucionário que cria a situação revolucionária. Com isso, depois de ter liquidado o conceito do partido revolucionário do proletariado como instrumento de formação da classe independente, Marighella abandona um segundo princípio básico do marxismo-leninismo.

Tanto para Marx como para Lenin, os revolucionários não **criam** as situações revolucionárias e não **fazem** as revoluções. Esse conhecimento foi uma das premissas para o socialismo se tornar científico. Os revolucionários só podem aproveitar as situações revolucionárias que a própria sociedade produz, na medida em que aprendem a discernir as leis sociais que regem a vida da sociedade e transformar essas situações em revolução, na medida em que souberem mobilizar e dirigir a classe revolucionária para preencher o seu papel. Pois revolução significa a substituição do domínio de uma **classe** por outra **classe**.

Toda a atividade militante, tanto de Marx como de Lenin, estava marcada pela defesa e aplicação desse conhecimento. Marx, no fim da sua primeira experiência revolucionária de 1848, foi obrigado a enfrentar a facção Willich-Schapper na Liga dos Comunistas, porque essa queria continuar as insurreições a todo custo. Mostrou ele como a situação revolucionária tinha sido provocada pela crise econômica e como a superação dessa crise impedia naquele momento um recrudescimento do movimento revolucionário, que tinha sofrido derrotas militares. A situação mudara e os revolucionários tinham de se adaptar às condições criadas para poder preparar o proletariado para enfrentar melhor as novas situações revolucionárias, que surgiriam inevitavelmente, porque é a própria sociedade que se encarrega de produzi-las. Mas os revolucionários certamente não preencheriam seu papel se insistissem em bater com a cabeça contra a parede. O mesmo problema, em outros termos, Marx enfrentou ainda quase no fim da vida, nas lutas com os adeptos de Bakunin, cujos conceitos subjetivos de revolução tinham contribuído para a dissolução da Primeira Internacional.

Lenin começou a sua atividade marxista com a luta contra os *Narodniks*, os populistas russos, conservadores das tradições da conjura e do terrorismo como armas principais de libertação do povo. E terminou a vida debatendo-se com tendências voluntaristas dentro da própria Internacional Comunista, onde

facções e partidos inteiros não queriam se conformar com o fato de a primeira onda da revolução mundial ter passado. E insistiu na mudança das táticas, adequando-as a uma situação não revolucionária, porque se não se preparar o proletariado durante as fases de relativa estabilidade do capitalismo, não se será capaz também de aproveitar a próxima situação revolucionária.

Um dos aspectos fundamentais da estratégia e tática do marxismo-leninismo é justamente levar em conta a conjuntura revolucionária na elaboração das linhas políticas. E é justamente essa experiência que os quatro primeiros congressos da Internacional Comunista, com a colaboração direta de Lenin, procuraram sistematizar em escala mundial.

A situação do Brasil em 1968 de maneira nenhuma pode ser considerada como revolucionária. Ao contrário, o país saiu da crise econômica cíclica. Tanto em 1968 como em 1969, a expansão foi ao redor de 9% ao ano. A crise política existente, que levou ao segundo golpe militar de dezembro de 1968, deve-se ao fato de as Forças Armadas precisarem convencer parte da classe dominante da necessidade de continuar a ditadura (e isso implicou o seu reforço), apesar do alívio da crise econômica e da retomada da expansão. A oposição burguesa encontrou respaldo na classe média, desiludida com a ditadura. De outro lado, havia um ascenso do movimento da classe operária, que, encorajada pela expansão econômica e pela absorção do desemprego industrial dos últimos anos, começou a reagir contra o rebaixamento do nível de vida que sofrera. O campo estava quieto ainda, sem nenhum indício de que o movimento nas cidades já o tivesse atingido. Tudo isso forneceu um terreno propício para a retomada da luta em um nível de consciência mais alto do que antes de 1964. Mas estávamos longe de poder colocar em xeque o sistema social.

Apesar disso, Marighella **declarou** a guerra revolucionária na cidade e no campo. O resultado foi um confronto direto entre parte da esquerda clandestina e o aparelho de repressão;

confronto que se deu absolutamente sem a participação das massas, nem sequer em termos de um apoio protetor — e o resultado dessa luta desigual nas cidades foi o sacrifício da imensa maioria dos quadros que constituía o “movimento armado”.

Até aqui, nós citamos Marighella como expoente de toda a corrente da luta armada, apesar do fracionamento existente. Embora ele tenha se preocupado mais do que qualquer outro em fundamentar teoricamente a sua posição — fundamentação que frequentemente não foi aceita pelos demais —, a **prática** de todos os grupos da chamada guerrilha urbana foi a mesma. Mas agora temos o direito de perguntar por que justamente Marighella, com seus trinta anos de responsabilidades de liderança no Partido Comunista Brasileiro — e não Lamarca, que vem de um setor completamente diferente —, tomou essa atitude, a qual não podia ignorar que se chocava frontalmente com toda a experiência e ensinamento leninistas. É verdade que, pouco antes do seu assassinato pela polícia paulista, em uma entrevista concedida a Conrad Detrez, na revista *Front*, declarou não ser mais marxista-leninista “ortodoxo”. Mas até onde existe aqui um marxismo-leninismo “não ortodoxo”?

Parece ter sido a concepção fundamental e contraditória, que teve da revolução brasileira, o que melhor explica os equívocos de Marighella. Embora não aceitasse os esquemas e modelos dos nossos “chineses” ortodoxos — esse caminho lhe parecia problemático demais para o Brasil, onde o campesinato tem outras características —, acreditou que a revolução poderia se movimentar do campo para a cidade. A solução, acreditou ele ter encontrado no precedente cubano e assim tomou elementos emprestados das duas revoluções para a formação do seu “plano estratégico”. O fato é que não aceitou o “foco catalisador” de Che Guevara e se decidiu pelo “Exército de Libertação”. Mas não é toda síntese que é dialética.

O exemplo chinês era importante para o plano dele, porque foi justamente na China onde a conjuntura revolucionária e

os altos e baixos nas lutas de classes não tiveram o mesmo peso como nos países industrializados e nunca chegaram a provocar uma interrupção na luta armada, uma vez desencadeada. Em primeiro lugar, porque na China e principalmente no interior do país o capitalismo era pouco desenvolvido e rudimentar, de maneira que o ciclo econômico pouco influía. Em segundo lugar, a própria revolução tinha se tornado agrária. E, terceiro, mas nem por isso menos importante, porque os comunistas chineses tinham podido estabelecer “regiões libertadas”, com administração e governo próprios, e podiam, portanto, aguardar em posições fortificadas o recrudescimento da conjuntura revolucionária no país.

Esta perspectiva não se dá para a revolução brasileira, embora hoje se fale muito também sobre um “Vietnã” no Brasil. Esquece-se, todavia, que os camponeses sul-vietnamitas podiam lutar esse tempo todo, porque tinham um *hinterland* no Norte e, atrás do Norte, tinham a China e a Rússia para aguentar a guerra prolongada. Na América Latina, por enquanto, somente a reação poderia contar com semelhante apoio material para uma luta prolongada em termos de regiões geográficas. E Marighella sabia disso e o disse claramente:

Em nenhum momento a guerrilha brasileira deve defender áreas, territórios, regiões, ou qualquer base ou posição fixa. Se atuássemos assim, permitiríamos ao inimigo concentrar suas forças em campanhas de cerco e aniquilamento contra posições conhecidas e vulneráveis. (“Sobre problemas e princípios estratégicos”)

Esta já é uma experiência da Revolução Cubana. Uma outra conclusão que, todavia, Marighella não quis tirar é que a guerra revolucionária em Cuba, a guerrilha, foi iniciada em um momento de grave crise econômica (e social) em que um entre quatro cubanos estava desempregado e em que Cuba não con-

seguia vender a maior parte da sua colheita de açúcar, a espinha dorsal da sua economia.

A mesma incongruência se manifesta nas funções que Marighella atribui à guerrilha rural. Para ele, é um núcleo do Exército de Libertação. Na prática, isso significa que, como na China, a revolução vai do campo para a cidade, que é tomada e libertada. Ele deixa isso claro:

Somente quando as forças armadas da reação já estiverem destruídas e a máquina do Estado militar burguês não puder mais atuar contra as massas, é que deve ser decretada a greve geral na cidade em combinação com a luta guerrilheira, para ser vitoriosa. (“Sobre problemas e princípios estratégicos”)

Aqui temos uma interpretação um pouco unilateral da experiência cubana. Quando a guerrilha desceu da serra, as forças armadas de Batista não estavam destruídas ainda, apesar de todas as derrotas que sofreram. Ainda perfaziam 15 vezes, pelo menos, o número de guerrilheiros em armas. A máquina do Estado militar burguês, todavia, não pôde agir mais contra as massas, porque estas estavam em greve geral insurrecional vitoriosa, o que permitiu à guerrilha entrar em Havana sem dar um tiro. Foi a combinação desses dois fatores — o da guerrilha, que possibilitou a greve nas cidades, e a vitória dessa greve, que permitiu à guerrilha penetrar nas cidades — que representou o traço fundamental da Revolução Cubana. Mas em Cuba não houve “Exército de Libertação Nacional”. A guerrilha foi o **catalisador** de um processo revolucionário, “um pequeno motor que punha em movimento um grande motor”, como disse Fidel. E os dois motores se movimentaram na mesma direção.

Como surgirá então o Exército de Libertação Nacional no Brasil? Da mesma maneira como na Revolução Chinesa? Esse caminho Marighella já tinha eliminado parcialmente,

quando negou a possibilidade de regiões libertadas. Ele, porém, é mais claro ainda sobre a situação do nosso campo:

Não é provável que das lutas reivindicatórias (dos camponeses) surjam guerrilhas rurais no sentido estratégico. Os camponeses brasileiros têm consciência política limitada e a tradição das suas lutas não vai além do misticismo ou do banditismo, sendo ainda recente e limitada sua experiência de luta de classes sob a direção do proletariado. (“Sobre problemas e princípios estratégicos”)

Se estes são os fatos que predominam no campo, e nós concordamos que essa é a realidade, como se formará então o Exército de Libertação Nacional, a arma estratégica da revolução? Com os quadros estudantis e de ex-estudantes, vindos das cidades? Isso é uma atitude tão idealista como a de lançar esses quadros em um confronto armado com o aparelho de repressão das cidades. Já que Marighella teve a lucidez de ver que o movimento camponês surgiu sob o impacto do proletariado da cidade, suas conclusões deviam ser diferentes.

A população do campo, trabalhadores assalariados, meeiros, posseiros e pequenos camponeses, só vai se movimentar, organizar e intervir nas lutas de classe em escala nacional, em torno de um movimento proletário nas cidades, em torno de uma classe operária que defenda os interesses elementares dos seus aliados no campo e os ensine a lutar, dando o exemplo da própria luta. Por isso, no presente momento e por algum tempo, o “problema-chave” não é a “questão camponesa” e, sim, a situação do proletariado, sem o qual não resolveremos o problema do campo; e a “zona estratégica” é a cidade, onde essa classe operária tem de ser formada e mobilizada.

E, por isso, a guerrilha só pode desempenhar no Brasil um papel semelhante ao que desempenhou em Cuba, isto é, de catalisador de um processo revolucionário, cuja principal for-

ça motriz é o proletariado industrial. Todavia, preencherá essa função somente dentro da conjuntura revolucionária. No Brasil, no presente momento, não existe situação revolucionária ou mesmo pré-revolucionária que lhe permitisse desempenhar esse papel. O sacrifício, nos últimos dois anos, dos recursos materiais das esquerdas na chamada guerrilha urbana reduz atualmente mesmo as chances de sobrevivência de um foco guerrilheiro, independentemente do seu desempenho político.

### “LUTA ARMADA” COMO NOVA VERSÃO DA “AÇÃO DIRETA”

Estreitamente ligado à concepção de Marighella de “guerra revolucionária”, contínua e independente da conjuntura econômica e política da sociedade capitalista, é o seu conceito de “luta armada”. Em “O papel da ação revolucionária na organização” ele explica o que vê de novo na sua estratégia e tática:

Nas atuais condições do Brasil existem entre os revolucionários duas concepções distintas de trabalho de massa e de relações com o povo. Uma dessas concepções é a das organizações que partem das reivindicações imediatas e, através dessa atividade, buscam ganhar as massas para a revolução.

A ditadura militar, em troca, não admite a luta reivindicatória e lança contra ela decretos proibitivos, leis de exceção e, sobretudo, uma potência de fogo crescente e, portanto, não vacila em reprimir com chumbo as manifestações de rua.

As organizações que restringem suas atividades ao trabalho de massas através da luta reivindicatória e com vistas a sua transformação em luta política terminam reduzidas à impotência frente à superioridade armada do inimigo.

A outra concepção, acerca do trabalho de massas e das relações com o povo, é a das organizações cuja preocupação fundamental consiste em partir para a luta armada e tem como fim enfrentar a ditadura através de um poder de fogo mesmo pequeno, mas manejado pelos revolucionários e pelos movimentos de massas.

Ao redor desse poder de fogo, que surge do nada e que vai crescendo pouco a pouco, a massa se aglutina, constrói a sua unidade e marcha até a tomada do poder.

Se na primeira parte da citação Marighella explica por que nas condições brasileiras acha impossível (?) realizar o trabalho de agitação, propaganda e organização no seio da classe operária, o qual é o “pão de cada dia” do revolucionário marxista, na segunda resume o seu conceito de luta de classes nas novas circunstâncias: é o “poder de fogo” dos revolucionários, o qual “surge do nada”, mas que “vai crescendo pouco a pouco” e em torno do qual “a massa se aglutina” até tomar o poder.

Esse conceito de “luta armada” revelou dois pontos capitais fracos. Em primeiro lugar, apesar das reiteradas afirmações de se tratar de uma nova “concepção acerca do trabalho de massas” e que “as massas se aglutinam” em torno desse “potencial de fogo”, não há lugar para as “massas” nesta forma de luta, travada por grupos herméticos que pensam **substituir** a ação das massas, que a ditadura militar “não admite”.

Em segundo lugar, e isso a experiência de dois anos mostrou para quem não soube aproveitar as lições da história, a massa, longe de se aglutinar em torno do “potencial de fogo”, se retraiu, caiu na passividade, e a “Vanguarda político-militar”, apesar da auréola romântica que conseguiu criar em muitas camadas, está hoje mais isolada do que no início da sua ação. É precisamente a falta de ligação com as massas de trabalhadores e sua falta de atividade política que fez, após as primeiras ondas de euforia, com que os grupos armados hoje,

em vez de aumentarem o seu “poder de fogo”, não pudessem nem substituir as perdas que sofreram nesta luta desigual.

Dissemos que este aspecto da questão era novo para aqueles que não souberam aprender com a história das lutas de classes. Pois aquilo que Marighella e os demais grupos apresentaram como algo de “novo” nas condições brasileiras, a “luta armada”, não passa de um rótulo novo para um conteúdo antigo, apresentado como “ação direta” pelos anarquistas ou de “terror estimulante” pelos populistas russos.

Que se trata de uma tática terrorista, Marighella não nega. Na mesma obra, já citada assinala:

Sendo nosso caminho o da violência, do radicalismo e do terrorismo (as únicas armas que podem ser opostas eficientemente à violência inumerável da ditadura), os que afluem a nossa organização não vêm enganados e, sim, atraídos pela violência que nos caracteriza.

Novo, na experiência brasileira, só era o fato de apresentar essa tática como “marxista-leninista”, de querer reduzir a concepção de revolução armada e violenta a táticas terroristas. Desta maneira, o “dever de cada revolucionário é fazer a revolução”, levado às últimas consequências, nos leva de volta aos tempos de Max Stirner.

Para o marxismo e para o leninismo, **luta armada** sempre foi e continua sendo **luta de classes armada** e não a obra de grupos ou indivíduos, por mais heroicos que se possam revelar. Luta armada significa armar uma classe ou uma facção de classe, mas significa, em todo caso, armar massas de oprimidos.

Marx deixou claro isso em todas as revoluções europeias a que assistiu e especialmente em relação às táticas bakuninistas e blanquistas. Lenin defendeu e fomentou a guerrilha urbana na Revolução Russa de 1905. Mas se tratou de uma situação revolucionária e a guerrilha urbana servia para prepa-

rar o levante do proletariado de São Petersburgo e de Moscou. O que ele entendia por guerrilha urbana era a ação de pequenos grupos de operários armados que saíram das fábricas para dizimar e desmoralizar as forças da repressão.

A luta armada, em termos marxistas, sempre foi e continua sendo inseparável da estratégia geral da revolução, que pode ser desenvolvida levando em conta os fatores materiais da luta de classe, as conjunturas, altas e baixas, do desenvolvimento da sociedade. Isso diz respeito igualmente à forma peculiar de luta armada, o foco guerrilheiro. Isolado do contexto geral da luta de classes, tende a substituir o movimento de massas, em vez de catalisá-lo, e dez anos de experiências latino-americanas assim o demonstram. O fato de nós sabermos que a revolução é um ato violento e que se realiza por intermédio de uma luta armada não quer dizer que ser revolucionário é ter atividade de violência e viver com a arma na mão. Querer que os quadros “sejam atraídos pela violência que nos caracteriza” é regredir para uma atitude anarquista primária, é não ter aprendido nada do marxismo-leninismo e ter esquecido o pouco que sabia.

Traduzido isto para a situação atual do Brasil, significa que não há luta armada no país e não há situação que a justifique do ponto de vista da luta proletária. O que há é a tentativa de substituir a luta de classes por ações armadas de grupos isolados das massas. E seu isolamento das massas é o preço da sua sobrevivência como grupos armados.

Combater a ficção da “luta armada” e reduzi-la às suas verdadeiras proporções de tática terrorista não significa aderir a uma “linha pacífica”, como procuram fazer crer os apologistas da dita tática. No Brasil de hoje o uso da arma na luta diária se impõe e se justifica permanentemente frente à repressão. Mais de uma vez se deram libertações de presos políticos de arma na mão. Expropriações são um recurso legítimo de uma organização clandestina, principalmente depois do Ato 5. Igualmente não se discute a validade de sequestros, quando realizados em

termos políticos. Isso tudo, entretanto, não passa de atos defensivos de um movimento clandestino frente à repressão e só tem sentido como ações complementares de uma política militante no seio das massas trabalhadoras, e não como substituto dessa.

A expropriação é uma questão de relações de forças e de segurança da organização ilegal. Nenhuma organização com uma linha proletária atuante vai se lançar em atos de expropriação, quando estes impedem e desorganizam o trabalho operário e a forçam a um duelo com a máquina de repressão. O diabo não se cutuca com vara curta. Quando, todavia, a expropriação se torna praticamente a única atividade de grupos inteiros e esse é o caso na maioria deles, de fato se torna **tática** e se torna **tática terrorista**. Quando centenas de jovens são lançados nessa atividade, como sendo a atividade revolucionária, eles próprios começam a acreditar que estão expropriando a burguesia, como caminho da revolução. Quando essa atividade é divulgada, procura-se dar essa crença ao “povo”: “Fizemos dos assaltos a bancos uma modalidade popular da ação revolucionária”, diz Marighella em “As perspectivas da revolução brasileira”.

O resultado foi que durante dois anos a grande maioria dos grupos “dispersos e isolados entre si” se lançou a torto e a direito em expropriações de bancos, independentemente de saber se podiam ou não usar esse dinheiro e também dos caminhos incontroláveis que esses recursos tomaram. Resultado também foi que a grande maioria dos pequenos grupos sucumbiu no confronto e os maiores não escaparam à sangria. Grande parte dos reagrupamentos havidos nos últimos dois anos na nova esquerda foi produto da destruição de grupos inteiros, cujos restos se reuniam sob novo rótulo. Foi esse o caso da Colina, cujos militantes sobreviventes em liberdade tiveram de abandonar Belo Horizonte e que, fundindo-se com a antiga VPR, que tinha sofrido perdas semelhantes, fundaram a VAR. Ambas as organizações tinham perdido as suas bases operárias, arrastadas pelas quedas dos seus aparelhos militares.

Destino semelhante tinha sofrido uma das organizações mais enraizadas no proletariado de Minas, a “Corrente”. Tendo uma posição dúbia — trabalhava com a Política Operária nas fábricas, porque Marighella não tinha orientação para o trabalho operário e colaborava com Marighella no setor militar, porque a Política Operária “subestimava a luta armada” —, toda a organização foi arrastada pelas aventuras armadas. Um fim parecido estava reservado ao PCBR na Guanabara, quando a direção e a espinha dorsal da organização caiu, após a formação de um “Comando Político-Militar” por uma oposição interna. E na própria ALN, de Marighella, as bases operárias que o tinham acompanhado na cisão ficaram em pleno abandono porque não cabiam no esquema de “luta armada” e procuraram outras organizações para uma orientação do trabalho no seio da classe operária.

Não é de admirar que as massas não se tenham “aglutinado”. A classe média não aderiu. Na pequena burguesia, sempre dividida, a maioria conservadora não tinha muita compreensão para as táticas terroristas que contrariavam seus instintos de propriedade e de segurança. A parte esquerdizante e radicalizada da pequena burguesia mostrou simpatia e mesmo entusiasmo, no sentido de que, finalmente, **alguém** estava fazendo alguma coisa, mas as suas atividades se limitaram a computar os casos de expropriações e, frente ao terror policial crescente, essa camada recuou.

Reação semelhante, e com os mesmos resultados, atingiu grande parte da classe operária, a oposição natural mais pronunciada contra o regime. Entretanto a parte mais consciente do proletariado, aquela que se empenha em organizar a classe e tem consciência dos problemas de luta, não pode dar-se por satisfeita. Para ela não há lugar nesse duelo entre “grupos armados” e repressão, a não ser que se separem da classe e se integrem aos grupos militares. Além disso, viram como, nos últimos dois anos, se perderam sistematicamente os seus quadros em virtude

da “luta armada” e se perdeu o apoio de organizações inteiras que, bem ou mal, sustentavam as atividades nas fábricas.

Não foi sem motivos que a massa não se “aglutinou”. E os quadros dessa “luta armada” já o sentem. Este sentimento se manifestou nas declarações de alguns dos quarenta presos trocados pelo embaixador alemão, quando da sua chegada à Argélia. Carlos Minc Baumfeld declarou ao *Der Spiegel* que a guerra contra a ditadura mais brutal da América Latina será prolongada, de dez a vinte anos. E isso, “não só por causa da superioridade do inimigo”, mas antes de tudo porque as massas do povo brasileiro se encontram “num nível muito baixo de consciência política”. Responsáveis por essa situação, segundo o ex-sargento Darci Rodrigues, são em parte as próprias esquerdas, “que se preocuparam demasiadamente pouco com a consciência das massas”.

E a luta será mais prolongada ainda, se as vanguardas marxistas não abandonarem sua posição duvidosa frente à “luta armada” e se decidirem consequentemente por uma linha de luta proletária. Os desvios e as aventuras têm de ser desmascarados e combatidos, e esse é o único caminho para a alternativa revolucionária se impor no Brasil. Silêncio é cívica, hoje, como foi antes de 1964, quando combatemos o oportunismo de direita responsável pelas derrotas da classe operária. Devemos a clareza de nossas posições a respeito desse assunto aos inúmeros quadros operários conscientes dos problemas da sua classe e da Revolução Brasileira; eles estão esperando orientação em escala nacional. Eles, com um heroísmo anônimo, esses anos todos, ficaram nos seus postos – nas condições mais adversas — e levaram à frente, com os recursos que tinham à disposição, a obra revolucionária, e não deixaram que a flama se extinguísse. Eles não nutriram as ilusões imediatistas da esquerda “armada” e não tinham as satisfações duvidosas das ações espetaculares que repercutiram na imprensa burguesa. Mas sabiam e continuam sabendo que não só não se liberta um povo de noventa milhões com “ações es-

petaculares”, como também não se transforma uma sociedade dessa maneira. Estes são os fiadores da futura revolução socialista e proletária do Brasil.

## E MAIS UMA VEZ LENIN

Se nós, para encerrar este capítulo, evocamos mais uma vez Lenin, não o fazemos para forçar paralelos históricos. Os paralelos se impõem, todavia, através da história das lutas de classes da época moderna, na medida em que sucessivos países são absorvidos pela evolução do capitalismo, criando as várias classes que constituem a sociedade burguesa. E estas classes, em condições de estrutura social semelhante, desenvolvem frequentemente reações ideológicas semelhantes. Isso se dá também em relação a uma classe criada pela sociedade burguesa, a qual, falando francês, português, russo ou espanhol, parece traduzir as mesmas ideias de uma língua para outra, embora insista cada vez mais em estar fazendo uma contribuição nova e original para a solução dos problemas dos seus países. Trata-se da pequena burguesia da sociedade capitalista, também chamada de classe média pelos anglo-saxões, mais pragmáticos. Trata-se do berço da maioria das ideologias dominantes, desde os preconceitos da vida diária até as “ciências sociais” das universidades burguesas. É da pequena burguesia que surgem os ideólogos que dizem ao capitalismo nacional o que fazer para proteger seus interesses autóctones e que dizem ao proletariado o que fazer para proteger os seus “interesses” socialistas. Às vezes são os mesmos ideólogos que se encarregam das duas tarefas. E quanto menos desenvolvido o movimento operário, e quanto mais baixo o nível de sua fusão com o marxismo, mais alta é a voz dos ideólogos da classe média.

Por isso parece que nós — e não somente nós — estamos agora na fase das doenças infantis, pelas quais outros povos passaram antes de nós. Em todo caso não se pode negar que

nós estamos debatendo alguns dos problemas fundamentais e de princípio do socialismo proletário que Lenin já enfrentou em 1902.

Lembremo-nos que os nossos terroristas fazem questão de reafirmar em todos os seus documentos que a chamada “luta armada” não está em contradição com o trabalho de massas, que, ao contrário, é hoje a única maneira de “aglomerar” massas etc. Marighella pretende apresentar uma tática nova quando diz, em “O papel da ação revolucionária na Organização”:

De acordo com esse ponto de vista, o movimento de massas não terá condições de subsistir se não estiver escudado no próprio poder de fogo dos revolucionários. Nossa organização é seguidora dessa concepção revolucionária e por isso não pode ser acusada de subestimar o movimento de massas.

Fato é que os socialistas-revolucionários russos apresentaram argumentos análogos para defender a mesma posição. Não dispomos dos documentos originais deles, mas Lenin deixa pouca dúvida a respeito quando verifica, em “Aventureirismo revolucionário”:

Os socialistas-revolucionários ao defender o terror, cuja inutilidade tem sido demonstrada pela experiência do movimento revolucionário russo, declaram que admitem o terror unicamente ligado ao trabalho de massas e que, por isso, não os afetam os argumentos com que os social-democratas russos refutavam (e têm refutado extensamente) a conveniência deste método de luta (...).

Não repetiremos os erros dos terroristas, não nos distrairemos do trabalho entre as massas — asseguram os socialistas-revolucionários; porém, ao mesmo tempo, recomendam zelosamente ao Partido atos como o

assassinato de Sipiaguin por Balmáshev, ainda que todo o mundo saiba e veja muito bem que este ato não teve — nem poderia ter, pela forma como foi realizado — nenhuma relação com as massas e que aqueles que o cometeram não confiavam nem contavam com nenhum apoio ou ação concreta da multidão. Os socialistas revolucionários não percebem, ingenuamente, que sua inclinação para o terror está unida por mais estreitas relações causais ao fato de ter-se encontrado desde o primeiro momento, e de seguir encontrando-se, à margem do movimento operário, sem tratar sequer de se converter no partido de uma classe revolucionária que sustente sua luta de classe.

E se Marighella afirma que a ditadura militar “não admite a luta reivindicativa” e lança contra ela “sobretudo uma potência de fogo crescente e, portanto, não vacila em reprimir com chumbo as manifestações de rua”, que, portanto, o seu caminho é de “violência, do radicalismo e do terrorismo, as únicas armas que podem ser opostas eficientemente à violência inumerável da ditadura (...)”, o que distingue ele de um socialista-revolucionário do início do século? Citando Lenin:

Contra a multidão, a autocracia tem os soldados; contra as organizações revolucionárias, a polícia secreta e não secreta; porém o que poderá salvá-la de indivíduos isolados ou de pequenos círculos, que se preparam constantemente para o ataque, inclusive conservando secretas relações entre si e que atacam? Nenhuma força ajudará contra a imunidade à captura. Portanto, nossa tarefa é clara: afastar todo verdugo autoritário da autocracia pelo único meio que a autocracia nos deixou: a morte.

Mesmo a receita da “dispersão das forças” é recomendada também por Marighella, que, no apelo “Ao povo brasi-

leiro”, aconselha atacar por todos os lados com muitos grupos armados e de pequenos efetivos “compartimentados uns dos outros e sem elos de ligação”. E essa falta de imaginação dos adeptos da “ação direta” através das décadas de luta de classe tem como consequências problemas que se repetem no seio de classes operárias jovens:

Exortar ao terror, à organização de atentados contra os ministros por pessoas isoladas e círculos desconhecidos entre si, num momento em que os revolucionários **carecem** de forças e meios **suficientes** para dirigir as massas, que já se põem de pé, significa implicitamente não só interromper o trabalho entre as massas como desorganizá-lo de maneira direta (...) os duelos, justamente porque não passam de **duelos** dos Balmáshev, causam somente uma impressão efêmera de momento e levam afinal inclusive à apatia, à espera passiva do **duelo** seguinte. (Gri-fos de Lenin. — Idem)

E que não se diga que no Brasil a situação é diferente porque na “nossa” prática terrorista a ênfase é dada a “pequenos grupos” e não à ação isolada de indivíduos. Os pequenos grupos, “compartimentados uns dos outros” e cada um travando a sua própria “luta armada”, agem da mesma maneira descoordenada como os indivíduos agiram e são tão isolados do movimento de massas como os indivíduos o eram.

E para não deixar dúvidas sobre a posição de princípio de Lenin a respeito do problema, queremos deixar aqui algumas das suas conclusões:

A social-democracia estará sempre em guarda contra o aventureirismo e denunciará implacavelmente as ilusões que terminam de maneira inevitável no mais completo desengano. Devemos ter presentes que um partido revo-

lucionário é digno deste nome unicamente quando dirige **de verdade** o movimento de uma classe revolucionária. Devemos ter presente que todo movimento popular adquire formas infinitamente diversas, elabora sem cessar novas formas e abandona as velhas, criando variações ou novas combinações das formas velhas e novas. É o nosso dever participar de maneira ativa neste processo de elaboração de métodos e meios de luta.

Sem negar em princípio, de maneira alguma, nem a violência nem o terror, exigimos que se trabalhasse na preparação de formas de violência que previssem e assegurassem a participação direta das massas. Não fechamos os olhos ante a dificuldade desta tarefa, porém trabalharemos com firmeza e tenacidade para cumpri-la, sem que nos turvem as objeções de se tratar de “um futuro longínquo e impreciso”. Sim, senhores, somos partidários também das futuras formas do movimento, e não somente das passadas. Preferimos o longo e difícil trabalho que tem futuro e não a “fácil” repetição do que já foi condenado pelo passado.

## E O QUE FAZER?

“Mas — ouvimos objetar os amigos bem-intencionados —, qual é a vossa alternativa de luta armada? Afinal, a luta armada já se tornou um fato consumado no Brasil de hoje”.

Não estamos tão convictos que essa forma de “luta armada” já se tenha tornado “fato consumado” no sentido de uma instituição nas lutas de classe do país. Trata-se de um movimento que tem as suas origens sociais e há condições objetivas que o favorecem — como o declínio do movimento de massas, depois de 1968. Mas por isso mesmo representa também uma “onda” que está sujeita a se esgotar. As reservas dos grupos armados

ainda vivem do afluxo de quadros que o movimento de massas anterior a 1968 criou, mas, como já vimos, foram forçados a desistir do trabalho político entre as massas, e a condição do seu aperfeiçoamento e de sua segurança dependem do seu isolamento conspirativo. Acontece, todavia, que as perdas são inevitáveis no confronto com o aparelho de repressão e o fato de não haver, da parte deles, o mínimo de trabalho de massas necessário — com uma constante triagem de quadros — para substituir as perdas põe limites físicos a esse modo de “ação direta”. Esse fenômeno já está bem sensível nas condições brasileiras.

Em segundo lugar, há os resultados concretos. Quando, após todos os sacrifícios e o heroísmo individual e coletivo dos militantes que se dedicam a esse gênero de combate à ditadura, se descobre que tudo isso não abalou e não abala a máquina repressiva, nem a administrativa, nem o ritmo de expansão econômica, então chega um momento de desilusão política. Quando se descobre que para a ditadura a ação dos grupos armados é uma ocasião propícia de eliminar boa parte do potencial em quadros revolucionários do país e que esse gênero de “luta armada” tem o efeito de alfinetadas contra o elefante, o animal enfurece-se, mas não deixa de ser elefante vivo — então chega a hora desses militantes perguntarem se não se está pagando um preço alto demais para essa experiência. Quando, finalmente, se descobre que, após cada golpe bem-sucedido, a massa, depois da euforia inicial, volta a ser o que era antes, mas não se “aglomera”, chega a hora de perguntar se os meios atingiram os fins. E a pergunta será colocada. E quanto mais cedo, menos doloroso será o desfecho.

Qual é a nossa alternativa de “luta armada”? É armar massas, é armar classes.

Já salientamos que para nós o auge da luta armada é a insurreição dos trabalhadores como ato físico da revolução. E a nossa “estratégia de luta armada” é prepará-la politicamente e militarmente, como na guerra de guerrilhas, quando as condições o possibilitam. Mas, por isso, não limitamos o uso de armas à in-

surreição e à guerrilha. Quando necessário, uma reunião armada é um ato de defesa natural contra um inimigo que atira – mas ainda não é “luta armada”. Uma demonstração de rua armada igualmente ainda não é “tática de luta armada”, embora possa se transformar nisso.\* Há uma questão de critério na atuação do revolucionário e esse vai guiá-lo para evitar “cutucar o diabo com vara curta”. Queremos somente lembrar que tais formas de proteção e de defesa já estavam presentes na vida política no país. Mesmo depois do AI-5, nossos companheiros realizaram comícios na entrada da Volkswagen, em São Paulo, com cobertura armada, para possibilitar a fuga dos operários e uma retirada, em caso de chegada da polícia. Sabemos também que nesse, como em casos anteriores, se agiu com meios insuficientes, mas a experiência indica o caminho do futuro.

Antes de tudo, porém, queremos deixar claro que “luta armada” não é, para nós, nenhum fetiche para substituir a luta de classes. Para nós a guerra continua sendo “a continuação da política com outros meios”. E o problema é criar as condições políticas para poder passar para o estágio da luta armada, para poder armar a classe.

Quando falamos em criar as condições políticas, referimo-nos às condições que uma vanguarda revolucionária **pode** criar, isto é, formar e organizar a classe operária, e a sua luta armada será a continuação lógica da sua luta política consciente contra o regime. E o próprio regime se encarregará de preparar o terreno para isso.

Dar consciência de classe ao proletariado não se consegue indo às fábricas para convidar os operários a aderir à “luta armada”. Isso, na melhor das hipóteses, se consegue com um ou outro operário, desligando-o da classe. Organizar o pro-

---

\* A frase “Uma demonstração de rua armada...” na versão em alemão consta como “*Eine bewaffnete Strassendemonstration*” e quer dizer “Uma manifestação armada de rua”. [Nota dos editores].

letariado, tampouco, se consegue querendo transformar toda greve em luta armada. Com isso só se consegue dificultar gratuitamente as greves. Formar e organizar o proletariado só se consegue mediante um trabalho político, de conscientização, de agitação e propaganda, de lutas diárias e de lutas parciais contra o regime.

E por isso insistimos de novo: é a formação dessa classe operária, ou pelo menos dos seus setores decisivos, que repercute na classe toda, a premissa que cria as condições de luta armada. A mobilização do proletariado repercutirá em toda a sociedade brasileira e modificará as relações de forças na luta de classes. Não só preparará ela mesma como exército de guerra civil e representará o polo nacional para a organização das massas camponesas, como se fará sentir nas próprias forças armadas, em escala muito maior do que em 1964.

Mas, nesse processo, nós temos um papel ativo a preencher e esse não consiste em travar uma luta armada mirim e querer provocar uma miniguerra civil, **esperando** que as massas se “aglomerem”. Para ganhar as massas proletárias é preciso trabalhá-las, conscientizá-las e ensiná-las a lutar.

Afinal, como diz a canção que foi cantada justamente porque ia ao encontro das aspirações das massas:

“Esperar não é saber  
quem sabe faz a hora  
não espera acontecer”.

## PARTE IV

# PROLETARIADO BRASILEIRO E REVOLUÇÃO MUNDIAL

## A HERANÇA DO PASSADO

Para compreender e julgar a situação criada no Brasil, temos de levar em conta o fato de que a sua esquerda e seu movimento operário não venceram ainda a crise, na qual está se debatendo desde o pós-guerra; pelo menos, foi o que se tornou patente com a derrota sofrida em 1964.

Devemos compreender, também, que essa crise não é somente “nossa”. Situações semelhantes à do Brasil se encontram em todo o continente, nos mais diversos níveis; e não só no continente, pois a crise afeta igualmente, embora de modo diferente, o proletariado dos países altamente industrializados e lá tem causas ainda mais antigas do que entre nós, que surgimos mais tarde no cenário das lutas de classes proletárias.

Trata-se da crise geral do movimento comunista, que foi fundado e fundamentado teoricamente por Lenin e seus companheiros nos tempos da Terceira Internacional, que não chegou a preencher o papel para o qual estava destinada. Para avaliar o alcance desse fato, temos de ter clareza sobre o que o leninismo significou e continua significando no desenvolvimento do marxismo e do movimento operário militante.

Já mencionamos que toda a atividade política de Marx e Engels consistia em fazer penetrar a sua teoria do socialismo científico no movimento operário da época. O grande instrumento do qual podiam se utilizar foi a Associação Internacional dos Trabalhadores, a Primeira Internacional. Esta tinha um papel limitado e de fato não sobreviveu ao choque entre os

continuadores das velhas seitas utópicas e os marxistas, mas um dos seus resultados mais importantes (embora demorasse a surgir) foi a fundação de partidos políticos da classe operária na maioria dos países industrializados de então. Já assinalamos também que esses partidos representaram o resultado material da fusão do marxismo com o movimento operário da época, causa e efeito da formação de uma classe operária **para si**, e que cresceram e se fortaleceram de tal maneira que em fins do século passado poderiam pensar em se reunir novamente em uma Internacional. Formaram a Segunda Internacional, que foi a primeira criada à base da doutrina de Marx e Engels.

Esta Segunda Internacional, revolucionária durante a primeira parte da sua existência (como divisor de águas pode-se, *grosso modo*, tomar o ano de 1905), representava o marxismo, teórico e prático, tal como tinha sido deixado por Marx e Engels. Não demorou, todavia, para que a Segunda Internacional degenerasse completamente como instrumento de lutas revolucionárias e se adaptasse à sociedade burguesa-capitalista e se integrasse nela. Como pôde acontecer isso? Principalmente por três razões.

Em primeiro lugar, foi fundada em condições em que a luta proletária ainda se desenvolvia no terreno da sociedade burguesa. Na maioria dos países das seções associadas à Internacional, o problema da revolução burguesa não tinha sido solucionado e as “Repúblicas Democráticas” encabeçavam os programas de ação. E mesmo nos países onde este problema estava superado, como a França, não se podia colocar o problema da revolução socialista, da tomada do poder pela classe operária.

Em segundo lugar, a rápida expansão do marxismo nas últimas décadas do século passado foi acompanhada pelo rebaixamento do seu nível. Rosa Luxemburgo já tinha chamado a atenção para o fato de que o marxismo representa um edifício teórico imenso e uno, mas que toda a geração de militantes só tirava dele o que necessitava para a luta imediata. Lenin, por sua vez, destacava o perigo da penetração de elementos peque-

no-burgueses no movimento operário, os quais, em vez de assimilar o socialismo científico, traziam consigo as ideologias da pequena burguesia para as fileiras proletárias, e ele considerava esse fenômeno responsável pelo revisionismo. A limitação dos objetivos de luta, em parte imposta pelas condições da sociedade burguesa de então, favorecia na maioria dos partidos da Segunda Internacional o desenvolvimento dos fenômenos citados por Lenin e Luxemburgo. O marxismo começou a “limitar-se” aos argumentos necessários à luta pela conquista dos direitos da classe operária dentro da sociedade capitalista e pela democracia política, “enriquecido” frequentemente pelas interpretações dos “aliados” pequeno-burgueses.

Em terceiro lugar, o capitalismo começou a passar por uma mudança qualitativa, conhecida hoje como fase do imperialismo. Essa mudança, lenta e imperceptível no começo, teve para o movimento operário uma série de consequências práticas e teóricas. De início permitiu às burguesias europeias a elevação do nível de vida das massas trabalhadoras. Esse fenômeno em si não interrompeu o crescimento da classe nem restabeleceu a tutela burguesa sobre ela. A elevação do nível de vida não foi um presente da burguesia, foi conquistada em duras lutas de classes, nas quais o proletariado expandiu e melhorou as suas formas de organização. Mas a burguesia podia satisfazer grande parte das reivindicações operárias e neutralizar a combatividade do proletariado. Os objetivos dessa luta se tornaram um “fim em si”, processo que foi facilitado pela crescente fraqueza teórica dos partidos da Internacional e que criou as bases materiais do reformismo.

No campo teórico tornou-se claro, para a minoria de esquerda existente na Segunda Internacional, encabeçada por Lenin e Luxemburgo, que o imperialismo e suas consequências tinham de ser interpretados à luz do método. O marxismo “popularizado”, reinante na Segunda Internacional, não dava para isso e uma das razões do seu fracasso foi a sua incapacidade de

enfrentar a nova situação. Mas mesmo o “edifício” teórico que Marx e Engels tinham deixado ao proletariado não dava mais para enfrentar as novas tarefas. O socialismo científico tinha de ser desenvolvido e isso só poderia ser feito à base do próprio método materialista e dialético de Marx e Engels. Para poder desenvolvê-lo, antes de tudo, era preciso restabelecer as categorias revolucionárias do marxismo, “esquecidas” nos tempos da Segunda Internacional. Lenin empreendeu essa obra; não foi o único que se dedicou a isso, mas foi quem realizou o trabalho mais completo e mais sistemático. Adaptou o marxismo à fase imperialista do capitalismo.

O que tinha sido inicialmente uma necessidade teórica logo se tornou uma imposição prática com a Revolução de Outubro na Rússia. Pela primeira vez um proletariado tinha realizado uma revolução vitoriosa e tomado o poder e isso mudou radicalmente as condições e objetivos de luta em toda a Europa e não demoraria para despertar a Ásia. A época da revolução mundial tinha se iniciado.

Estava claro para Lenin e seus companheiros, aos quais se juntaram os revolucionários de todos os países, que o proletariado não estava preparado para enfrentar a conjuntura revolucionária em plena expansão nos países mais industrializados. Estava sob o domínio dos partidos da Segunda Internacional que, de reformistas, tinham se transformado em defensores abertos da sociedade capitalista. O problema fundamental era transmitir ao proletariado europeu as experiências da revolução russa e reviver suas próprias tradições revolucionárias. Novamente, na história das lutas de classe, se impunha a fusão de uma teoria revolucionária, o leninismo, com o movimento operário existente. Não se tratava de simples repetição da história. Tratava-se de uma fusão em nível mais alto e que podia aproveitar o que o marxismo revolucionário tinha criado no passado. O instrumento dessa fusão foi a Terceira Internacional, a Internacional Comunista.

A nova Internacional nasceu em bases precárias. O único partido que liderava de fato uma classe operária era o Partido Comunista Russo. Havia um segundo, o búlgaro, os chamados “corações estreitos”, ala revolucionária da social-democracia búlgara, que há muitos anos trabalhava em relações estreitas com os bolcheviques, mas que não pesava muito na escala internacional. Existia a Liga Espartaquista alemã, em torno de Luxemburgo e Liebknecht (que pouco depois foram assassinados), mas que somente em 1921, após a absorção dos socialistas independentes, se tornaria efetivamente um partido dirigindo um setor da classe operária. Os principais partidos, o francês, italiano etc., se formaram depois da criação da Internacional em Moscou. Lenin, apesar de ciente dessas fraquezas, tinha tido pouca escolha. Fundou a Internacional assim mesmo, para criar uma liderança revolucionária que pudesse enfrentar as tarefas que a situação revolucionária colocava na ordem do dia. Ele tinha pouco tempo, a tentativa tinha de ser feita, antes que a onda revolucionária se esgotasse.

A tentativa falhou. Em 1921/22, Lenin e a liderança da Internacional tinham chegado à conclusão de que a primeira onda da revolução mundial tinha passado, sem que a ditadura do proletariado se estabelecesse além das fronteiras russas. A tarefa da Internacional era adaptar a sua estratégia e tática à nova situação criada e preparar o proletariado para que pudesse enfrentar a próxima onda revolucionária em melhores condições.

O ponto vulnerável da nova Internacional foi a fraqueza dos partidos que a compuseram. Não tanto a fraqueza numérica em termos de militantes, essa foi superada em muitos países em relativamente pouco tempo, mas a sua fraqueza teórica, agravada pela falta de experiência e tradições próprias. Os partidos comunistas tinham de amadurecer para poder cumprir a sua missão e essa foi uma das preocupações maiores de Lenin, principalmente depois de 1921, quando era evidente que eles

tinham tempo para isso. Significava, todavia, na realidade, que a Terceira Internacional ainda não era produto da fusão do leninismo com o movimento operário existente. Na melhor das hipóteses era um produto incompleto, mas tinha a sua razão de ser como instrumento desse processo em andamento.

O processo de fusão e de amadurecimento dos partidos nacionais não chegou a se consumar. A fraqueza ideológica e material dos partidos tinha criado uma extrema dependência de parte deles em relação ao Partido Comunista da União Soviética, o “partido dirigente”, o único que tinha feito uma revolução vitoriosa, e esse fenômeno se acentuou depois da morte de Lenin, em 1924. Não é que antes não tenha existido, mas o próprio Lenin procurou superar essa deficiência do órgão internacional. Em uma das suas últimas intervenções, no IV Congresso, Lenin lançou uma advertência que era ao mesmo tempo uma autocrítica. Disse que a Internacional tinha adotado demasiadas resoluções “russas”, isto é, redigidas em uma linguagem que o proletariado do Ocidente não entendia. A classe operária do Ocidente não podia fazer a revolução imitando a russa, mas criando as suas próprias formas de luta, adaptadas à sua realidade.

Os sucessores de Lenin não tinham essa preocupação. Empenhados em agudas lutas internas, as facções hostis do PCUS se preocupavam antes de tudo em obter dos demais partidos da Internacional apoio contra os seus adversários. Tanto Stalin como Trotsky subordinavam os problemas e o futuro do comunismo mundial aos seus interesses faccionistas. E a fraqueza e dependência da Internacional, por sua vez, fizeram com que ela forçosamente apoiasse a facção mais forte, a que se identificava com a liderança da União Soviética, para em seguida tornar-se um simples instrumento dela.

O resto de voz e de autodeterminação que a Internacional tinha tido ainda nos tempos de Lenin foi perdido na fase das lutas de facções no partido russo. A espinha dorsal da

Internacional foi quebrada na Alemanha, com o afastamento de mais de 5.000 quadros, na maioria velhos espartaquistas e que mais tarde formaram a Oposição Comunista Alemã. O exemplo alemão foi repetido nos principais partidos, onde Stalin se apressava em ocupar os cargos com elementos de confiança dele.

Apesar disso, mutilada e expurgada, a Internacional ainda era revolucionária. Seu ultraesquerdismo simplório e sua tática do “social-fascismo” causou a derrota do proletariado alemão, mas seu objetivo de luta ainda era a revolução mundial e, na atuação diária, não tinha ainda abandonado os princípios da luta de classes proletária. A grande reviravolta veio com o VII Congresso da Internacional, com a política da “Frente Popular”, quando Stalin, através da volta de Dimitroff, descobriu a existência de uma “burguesia progressista” nos países imperialistas do Ocidente, a qual merecia o apoio dos comunistas e quando a defesa da democracia começou a substituir os objetivos leninistas da revolução proletária.

A nova linha foi posta à prova, quase imediatamente depois, na Espanha, onde um proletariado combativo tinha respondido ao golpe militar com uma insurreição, isto é, com um início de revolução. Foi, de fato, a primeira vez, desde os tempos de Lenin, que se tinha criado uma situação revolucionária num país europeu. O *Comintern* e o Partido Comunista Espanhol enfrentaram essa nova situação criada com a palavra de ordem inédita: primeiro ganhar a guerra civil, depois a revolução.

Havia se formado na Espanha um segundo partido comunista, o Partido Operário de Unidade Marxista (POUM). Era um partido ainda novo, com a existência de um ano, aproximadamente. Sua maior fraqueza era ser um partido regional da Catalunha, mas tinha uma visão nítida dos problemas globais da Espanha. Reivindicava, para ganhar a guerra contra Franco: a) a imediata independência do Marrocos espanhol,

onde Franco tinha a sua base; b) a imediata expropriação das grandes propriedades de terras, para ganhar os camponeses, soldados do exército de Franco; e c) o estabelecimento de um governo operário, pois somente tal governo poderia travar uma guerra revolucionária e essa era a única perspectiva para derrotar o fascismo.

O Partido Comunista Espanhol não pôde acompanhar esse programa. Era parte do *Comintern* e este já tinha se colocado definitivamente a serviço da política externa soviética — o que é a explicação para a reviravolta do VII Congresso. E a política externa soviética visava à aliança com as chamadas “burguesias democráticas” para melhorar a situação internacional da URSS. E nessas condições o PCE tinha de formar governos de coalizão com os aliados burgueses espanhóis, os liberais, que nunca teriam aceitado a perda das colônias, ou a simples expropriação das terras, e, muito menos, uma guerra revolucionária. Portanto, o objetivo da guerra foi limitado ao restabelecimento da República Democrática, a única solução que a estrutura social da Espanha naquele momento não permitia. O desfecho da revolução espanhola é conhecido.

A Internacional morreu de fato na Espanha. A sua dissolução posterior por Stalin, durante a guerra, quando a sua mera existência se tornou um ônus para a política externa soviética, só confirmou um fato consumado. Mas a Espanha não testemunhou somente a degenerescência do stalinismo, que tinha dado início ao “revisionismo moderno”, dominante até hoje nos partidos sob influência soviética. O trotskismo passou pela mesma prova de fogo ao enfrentar uma situação revolucionária no Ocidente e falhou do mesmo modo. Se os stalinistas afogaram a energia revolucionária do proletariado espanhol em “Frentes Populares”, os trotskistas atacaram sua vanguarda revolucionária, porque esta não repetia o “esquema” da revolução de outubro na Rússia. A esterilidade do trotskismo se tornou evidente na incapacidade

de admitir outras situações revolucionárias do que aquelas que lhe deram origem. O que não impediu o próprio Trotsky de atacar a vanguarda revolucionária com toda fúria do profeta desprezado.

As consequências do novo revisionismo — desta vez sob rótulo comunista — estavam, porém, para se revelar ainda em toda a sua amplitude. A guerra civil espanhola foi seguida pela guerra mundial, e o desfecho desta criou novamente uma profunda crise no capitalismo europeu e uma situação revolucionária de proporções muito mais vastas do que ocorreu no pós-Primeira Guerra — e dessa vez estendia-se sobre largas regiões do mundo. Foi essa a segunda onda da revolução mundial, anunciada e esperada por Lenin, mas cuja irrupção não mais assistiu. O desfecho desta segunda onda revolucionária nos países altamente industrializados do continente europeu é igualmente conhecido. A onda da revolução se expandiu na Europa ocidental, na França, na Itália, mas o problema da revolução socialista nem sequer foi colocado. Na Alemanha ocidental, a revolução foi sacrificada de antemão à política externa soviética, que pretendia salvar a aliança com as “democracias ocidentais” para os tempos de pós-guerra. O mesmo destino sofreu a revolução grega.

Onde mais claramente se pôde ver o novo papel dos partidos comunistas, foi exatamente na Itália e na França. Repetindo a prática dos partidos da Segunda Internacional no pós-Primeira Guerra, líderes comunistas entraram em governos burgueses, geralmente como ministros de trabalho, neutralizando assim o antagonismo da classe operária. E os operários italianos e franceses, julgando que a presença de ministros comunistas era um passo em direção ao socialismo, tiveram de descobrir posteriormente que a participação dos seus partidos nos governos de coalizão não tinha servido para outra coisa senão para restabelecer o antigo regime e evitar a revolução. Uma vez consolidado o sistema burguês e a ameaça revolucio-

nária superada, a burguesia deu aos seus ministros os pontapés históricos e governou com a democracia cristã. Os ministros comunistas não tinham ao menos sabido preencher a função que Stalin lhes havia atribuído: não souberam evitar a Guerra Fria. E o proletariado europeu tinha perdido pela segunda vez a chance de se desfazer do domínio capitalista na Europa. Com uma diferença, aliás. Em 1945, o proletariado europeu era revolucionário. Tinha se libertado das ilusões reformistas sobre o caminho democrático-parlamentar e pensou que seus partidos o estavam levando para a revolução.

Ouçó perguntar os companheiros:

— Mas por que levantar agora esse peso de um passado, que para nós é história? É tão importante isso frente à situação e aos problemas que estamos enfrentando?

É importante sim. E é decisivo para nós compreender e digerir este passado, para poder superar as suas consequências. Trata-se, de certo modo, do nosso passado, pois somos parte do movimento comunista internacional. Sentimos as suas consequências no cenário nacional e internacional, que hoje não podem mais ser separados. A crise do movimento revolucionário mundial, que nos envolve em todos os passos de nossas atividades, é consequência direta do fato de não ter sido aproveitada a situação revolucionária do pós-guerra. “Erros” históricos desse gênero não se cometem impunemente e o preço que pagamos é a presente desarticulação do comunismo mundial, é o fato de as vanguardas revolucionárias nos diversos países, isoladamente, ainda terem de “remar contra a corrente”.

Em segundo lugar, temos aí as consequências diretas sobre o jovem movimento operário brasileiro. Não sofremos, no Brasil, uma influência visível nem da Primeira nem da Segunda Internacional. Somos filhos legítimos da Internacional Comunista, que ajudou a formar o PCB com quadros em sua maioria vindos do anarquismo. As tradições ainda se fizeram sentir por muito tempo, mas dentro da disciplina da Interna-

cional, que foi acatada. Se tomamos a história do PCB, vemos o reflexo da história da *Comintern* projetado sobre um país subdesenvolvido. O PCB, fundado em 1922, já durante a situação pós-revolucionária, precisou de alguns anos para se firmar e tomar corpo. Logo em seguida veio o curso ultraesquerdista da *Comintern*, que encontrou a sua versão nacional sob a forma do “obreirismo” (para a satisfação dos velhos anarquistas). O agravamento do ultraesquerdismo, o “social-fascismo” etc., teve como consequência uma maior acentuação do sectarismo nacional, que ia da dissolução do “bloco operário-camponês” até o abstencionismo na Revolução de 1930, sob o pretexto de se tratar de um conflito “interimperialista”. A mudança da Internacional para a linha da “Frente Popular” e do apoio às burguesias progressistas virou no Brasil “Aliança Libertadora Nacional”, que na prática abriu as portas do partido aos aliados pequeno-burgueses sob a égide de Prestes. Durante a guerra, setores do partido começaram a apoiar as forças “progressistas e antifascistas” no seio do governo Vargas. As tentativas de Stalin de conservar a aliança com os anglo-saxões no pós-guerra foram apoiadas eficientemente por Luiz Carlos Prestes, quando apertou a mão do embaixador norte-americano em praça pública, mas o partido descobriu a existência do inimigo principal com o início da Guerra Fria. O “Manifesto de Agosto” coincide com os temores do governo soviético de uma próxima Terceira Guerra Mundial, e a volta de Prestes, em 1958, se dá novamente sob o signo da “coexistência pacífica”, a ponto de o Partido se recusar a participar de manifestações contra a visita de Eisenhower ao Brasil. E todas essas fases, voltas e reviravoltas, ajudaram a forjar e deformar o proletariado brasileiro e seus expoentes políticos.

Não podemos, certamente, afirmar que a política mundial não nos afeta “em casa”. E não podemos igualmente querer solucionar os nossos problemas ignorando os problemas

globais da revolução mundial. O passado pesa, enquanto não for superado, mas só será superado na medida em que aprendemos a experiência. Para aprender a experiência, é preciso compreender, por exemplo, porque a Internacional Comunista, fundada justamente para combater e superar o reformismo da Segunda Internacional, vinte anos depois acabou de maneira inglória, como neorreformista, e que partidos inteiros tomaram o mesmo rumo. Claro que há os fatos da subordinação da Internacional à política externa soviética, que foi um dos traços essenciais do stalinismo. Mas as afamadas palavras de Stalin: “Já que essa gente não faz revolução nem em mil anos, que faça alguma coisa para nós pelo dinheiro que recebem” são expressão de uma situação extrema, de plena degenerescência de um movimento revolucionário. O problema é: como chegaram ao ponto de degenerar assim? Como é que, de um estado-maior da revolução mundial, se transformaram em simples instrumento da política externa da União Soviética?

Há um fenômeno novo nas lutas de classes internacionais. Um fenômeno que Lenin já tinha visto, mas que com todo seu impacto é produto da época pós-leninista. Trata-se das relações entre os países, onde o proletariado já tomou o poder e o proletariado dos países capitalistas, onde o proletariado ainda luta pelo poder. Seus interesses e pontos de vista não coincidem sempre, mesmo quando se trata de dois fatores revolucionários — e aí abstraímos o caos extremo da política soviética durante e depois de Stalin.

Em primeiro lugar, há a tendência de toda revolução vitoriosa de ver a revolução mundial como continuação da própria. Isso é compreensível, pois os revolucionários vitoriosos se inclinam a generalizar sua experiência e as condições de luta que as formou. O fenômeno tem a sua complementação natural na atitude das novas gerações de revolucionários nos países capitalistas, as quais começam a querer copiar o processo revolucionário vitorioso que “deu certo”. Quando depois de algum

tempo, de sacrifícios e de desgastes, se descobre que as meras cópias e imitações “não deram certo”, vemos facilmente a tendência oposta de jogar fora “a experiência revolucionária”, que é identificada com o “marxismo-leninismo”, começar experiências pragmáticas ou se adaptar ao ambiente dominante, que geralmente é reformista. Não há dúvida de que esse fenômeno facilitou a decadência da *Comintern*.

Em segundo lugar, há a tendência inerente aos governos revolucionários de identificar suas necessidades e perspectivas com as existentes nos processos revolucionários dos países capitalistas. Essa tendência existiu claramente nos primeiros anos da Rússia revolucionária, quando o problema principal consistia em romper o isolamento da República Soviética e quando “revolução mundial” significava ajuda do proletariado ocidental ao Estado Operário. Tal atitude foi responsável pela análise errada da situação na Polônia, a qual tinha provocado a marcha à Varsóvia, em 1921, e foi igualmente responsável pelas experiências como o “Outubro Alemão”, em 1923, quando todas as facções do Partido russo insistiram que a situação na Alemanha estaria “madura”.

Esse fenômeno não pertence ao passado. Não há dúvidas que experiências que os dirigentes cubanos fazem há uma década com o movimento revolucionário no continente devem-se à sua ânsia de romper o isolamento do socialismo cubano no continente, diminuir a sua dependência da ajuda material da União Soviética e vencer os pontos de estrangulamento econômicos e sociais. Os seus constantes apelos à “luta armada”, em todas as circunstâncias, refletem, de um lado, a tendência da generalização da própria experiência e, de outro, a procura de soluções “mais rápidas”.

A defesa dessas necessidades nacionais da revolução vitoriosa pode ser tentada com métodos aparentemente revolucionários, mas que estes não são os únicos recursos válidos, mostram as recentes declarações de Fidel sobre as possibilida-

des de vitória “pacífica” do socialismo no Chile e as interpretações cubanas duvidosas sobre o caráter do regime militar peruano. Já antes, a imprensa cubana tinha revelado uma estranha incompreensão da greve de maio na França, país com que manteve relações relativamente boas, pelo menos com o governo de De Gaulle. Em todos esses casos se revelam tendências de subordinação dos interesses da revolução mundial e do proletariado internacional aos nacionais do país socialista.

No caso da China, o mesmo fato se manifesta em um nível diferente. O seu problema não é tanto o rompimento imediato do seu isolamento, para o qual a liderança chinesa encontrou meios de suportá-lo. O problema cardinal da China é o conflito com a União Soviética, que contém muitos elementos de contradição nacionais, de potências, cuja não solução é outra herança do stalinismo. A China está empenhada em projetar esse problema sobre o proletariado mundial, sob a forma da “luta contra o revisionismo”. As meias-verdades da luta chinesa contra o revisionismo (para ela, Stalin era um revolucionário e o revisionismo começou com Khrushchev) mostram que se trata de uma luta ideológica, que é manejada com fins limitados — os da política externa. Não se trata de um balanço e de uma crítica do revisionismo, que seriam de fato do interesse da revolução mundial, mas da criação de um mito (o da política stalinista revolucionária), que é um obstáculo para o proletariado revolucionário vencer a sua crise.

Colocando nesta luta “contra o revisionismo” os Estados Unidos e a União Soviética praticamente no mesmo pé (eles estão unidos para dividir o mundo), essa atitude é fundamentada “teoricamente” na “volta ao capitalismo” do regime soviético e no “social-imperialismo” de Moscou, que lembra perigosamente a “teoria do social-fascismo” do *Comintern* da década dos 1930 e, de fato, trata-se de fundamentar uma linha ultraesquerdista em escala mundial e nas atuais relações internacionais. Na prática, a liderança chinesa nega hoje a contradição funda-

mental entre o capitalismo e o socialismo, que determina em última instância as relações internacionais e a política mundial desde o fim da guerra e continua determinando.

Também no caso chinês, temos um outro precedente da subordinação de interesses do proletariado de um país capitalista aos da potência socialista. Temos a experiência da Indonésia, onde um partido comunista de orientação chinesa praticou uma política de colaboração de classes em função das relações externas da China com a Indonésia. Também nesse caso os resultados são conhecidos.

É evidente que as contradições de interesses, que surgem entre potências socialistas e o proletariado de países capitalistas, não podem ser antagônicas nem fundamentais. A prazo, os interesses são comuns. Trata-se da derrota do capitalismo mundial, uma velha aspiração do proletariado de todos os países e cuja sobrevivência estrangula, em diversos graus, o desenvolvimento da economia e da sociedade em todos os países do mundo socialista. Solidariedade internacional, porém, não pode mais significar o sacrifício dos interesses do proletariado e da revolução mundial a interesses imediatos de potências socialistas. Solidariedade internacional significa encontrar em todos os momentos de luta um denominador comum entre interesses divergentes, o qual não sacrifique problemas vitais de ambas as partes e que não comprometa os objetivos finais da revolução mundial.

## SOMOS PARTE DA REVOLUÇÃO MUNDIAL

Hoje enfrentamos novamente a tarefa da fusão da teoria revolucionária com o movimento operário em escala mundial. Novamente não se trata de simples repetição da história. A penetração da teoria revolucionária na massa só é possível quando é constantemente desenvolvida, enriquecida e confrontada com a realidade em mudança. Desde os tempos de Lenin, a socieda-

de capitalista continuou a se desenvolver e as lutas de classes não pararam. O campo socialista se expandiu, o movimento revolucionário atingiu os quatro cantos do globo. Vivemos na época da revolução mundial. Se o *Manifesto Comunista* ainda falava do “espectro do comunismo” que rondava a Europa, nos tempos de Lenin a teoria já se tinha tornado força material na Europa e na Ásia e hoje se tornou realidade na América.

Há uma série de problemas novos surgidos na época pós-leninista, os quais têm de ser assimilados dentro do marxismo-leninismo. As relações entre as potências socialistas e o proletariado dos países capitalistas só representam um entre muitos.

Outro, fundamental, representam as mudanças qualitativas que o imperialismo sofreu após a Segunda Guerra. Há a tendência de integração dos países imperialistas mais fracos pelos mais fortes. Hoje, as metrópoles não precisam mais de tropas coloniais para dominar o mundo subdesenvolvido. Desapareceram as perspectivas de guerras interimperialistas pela repartição do mundo frente às ameaças da existência de um campo socialista e da revolução mundial. Todos esses fenômenos, caracterizados como “cooperação antagônica” e que determinam as relações das potências imperialistas entre si e entre as potências imperialistas, de um lado, e as burguesias nacionais dos países subdesenvolvidos, de outro, ainda estão à espera de análises mais profundas.

Uma contribuição completamente nova na época pós-leninista foi a Revolução Chinesa. Não se trata só do fato de a Revolução Chinesa ter mudado radicalmente as relações de forças entre capitalismo e socialismo em escala mundial. Pela primeira vez, uma revolução agrária pôde tomar rumos socialistas e esse fenômeno criou um impacto inédito entre os povos da Ásia e da África, especialmente.

Outros problemas novos surgiram com a industrialização de vastas regiões da América Latina, onde se criou um tipo

de país capitalista-industrial subdesenvolvido, com suas formas de dependência específica com a metrópole imperialista. O mesmo fenômeno colocou na ordem do dia a questão da revolução proletária em países de estrutura subdesenvolvida e das formas concretas sob as quais o jovem proletariado conquistará seu papel hegemônico no processo revolucionário.

Um dos problemas fundamentais é o dos rumos que a próxima onda da revolução mundial pode tomar. Criou-se nas últimas décadas a noção da “estratégia periférica” da revolução mundial que, deslocando-se para a periferia do mundo capitalista, estava travando uma batalha de cerco das metrópoles. A revolução ia do campo à cidade, sendo que as regiões subdesenvolvidas representavam o “campo” e as metrópoles, “as cidades” em escala mundial. Essa concepção, definida pela primeira vez por Bukharin no Congresso dos Povos Orientais em 1920, hoje não está mais tão bem fundamentada, como parecia há uns anos atrás. Em primeiro lugar, não há essa “imunidade” do proletariado dos países imperialistas à revolução, como às vezes se pretende fazer crer. Se a classe operária da Europa Ocidental em 1918 ainda teve ilusões democrático-burguesas, em 1945 ela as tinha perdido e se tornou vítima de uma armadilha histórica, pensando que suas lideranças comunistas a estavam levando para a revolução, e o seu posterior reformismo foi uma reação ao fracasso das esperanças revolucionárias e à reconstrução do capitalismo europeu. O Maio Francês revelou a existência de um potencial revolucionário e indica igualmente — tanto como as lutas na Itália — uma retomada do processo revolucionário em países imperialistas. Em segundo lugar, a onda revolucionária, depois de ter mudado de rumos para o Oriente, atingindo a China, Coreia e o Vietnã do Norte, declinou da mesma maneira como no Ocidente. Ela estagnou nas Filipinas, Índia e Indonésia do mesmo modo como na Europa. O último impulso desta segunda onda da Revolução Mundial alcançou Cuba, mas não chegou mais a atingir o continente americano.

E, finalmente, está no interesse do proletariado mundial que o próximo ciclo da revolução mundial atinja os países industrializados do Ocidente. A vitória da revolução num país da Europa Ocidental colocaria toda a luta de classes em escala mundial em nível mais alto. Teria repercussão inevitável em todo o campo socialista, no sentido de uma superação dos fenômenos de degenerescência da ditadura do proletariado, que a União Soviética projetou, de uma ou de outra maneira, sobre essa parte do mundo. Conferiria à Revolução Mundial um novo centro impulsionador, representado pelo proletariado de um país capitalista desenvolvido, com um potencial industrial correspondente ao seu dispor. Seria o caminho mais curto para o comunismo mundial vencer e superar a sua crise. Pois não esqueçamos que em última instância a crise foi provocada pelo fato de a revolução ter parado nas portas do Ocidente e todas as revoluções terem se realizado em países com um proletariado fraco em diversos graus. Não esqueçamos também que o socialismo é resultado e negação da sociedade capitalista. E, se o imperialismo soube causar uma inversão dos rumos da revolução mundial, no sentido de se ter iniciado nos países mais atrasados, a história mostra que pagamos um preço por isso. As revoluções em países subdesenvolvidos produzem um “socialismo subdesenvolvido”, já disse Paul Baran, e nós seremos maus revolucionários se procurarmos encobrir esse fato. Evidentemente, não podemos esperar que as revoluções se produzam nas condições históricas mais favoráveis, mas as tentativas de transformar os males em virtudes não nos ajudam a vencer a crise.

É nesta situação que se dá a nova fusão do marxismo-leninismo com o movimento operário. Ela está se dando num momento de curva baixa da conjuntura revolucionária no mundo, mas o ponto mais baixo da curva parece superado. A relativa estabilidade do mundo capitalista está chegando novamente a um fim e suas crises estão se anunciando de maneira

inconfundível. Seus primeiros sintomas foram a crise do dólar e do ouro, que, nos Estados Unidos, o baluarte do capitalismo mundial, se transformou em queda de produção e crescimento de desemprego. A radicalização do proletariado europeu mostrou que ele não se integrou no “neo” capitalismo e se sua combatividade ainda não se traduziu em ações reais consequentes, isso se deve ainda à velha liderança reformista da qual tem de se descartar. A sociedade capitalista, entretanto, produz sempre de novo os seus coveiros.

A fraqueza nossa, na presente situação, é de não dispormos de um órgão internacional para uma tarefa que tem de ser vencida em escala internacional. E essa situação de fato não pode ser vencida artificialmente. Uma nova Internacional, um novo Estado-Maior da Revolução Mundial, só pode surgir como resultado da existência de partidos revolucionários, que liderem realmente a classe operária. O problema consiste hoje na criação desses partidos revolucionários do proletariado em cada país. Soluções artificiais como a fundação da “Quarta Internacional” por Trotsky, não mudaram as relações de forças e se tornaram uma caricatura de qualquer associação internacional do proletariado. A chamada “Quarta”, que não chegou a se tornar uma Internacional, criou durante seus 30 anos de existência uma miniatura do *Comintern*, sustentada por seitas que se dividiram e subdividiram e às vezes se fundiram de novo em lutas internas que refletiram a sua impotência de intervir nas lutas de classes.

Não menos artificiais, todavia, são as tentativas de criar novos centros da revolução mundial, nos moldes e em substituição da velha Moscou perdida. É artificial, porque a luta do proletariado mundial não pode ser mais dirigida por um centro geográfico. O centro, que faz falta, deve ser criado pelas vanguardas revolucionárias do proletariado mundial. A tentativa de substituir a caída imagem de Stalin pela de Mao Tsé-Tung como chefe mundial do comunismo, a prática dos partidos

“pró-chineses”, é motivada, em grande parte, pelo desejo de que o prestígio da Revolução Chinesa resolva para eles as dificuldades que encontram de se tornar vanguarda real de um movimento revolucionário. É um velho sonho querer colher sem precisar plantar, mas que esse caminho não é, na realidade, uma solução para nossos problemas, mostra-o a esterilidade dos “partidos chineses”, tanto entre nós como na Europa, e isso um quarto de século depois da vitória da Revolução Chinesa e mais de uma década depois de o maoísmo ter declarado a sua independência.

O papel da Rússia Soviética como centro coordenador da revolução mundial já tinha sido limitado pelas particularidades em que se desenrolaram as suas lutas de classes e sob as quais se deu a sua revolução. O proletariado russo mal conhecia a vida sindical e os poucos sindicatos existentes não tiveram papel na insurreição operária nem precisavam ser levados em conta como possíveis adversários da revolução. A falta de experiência democrática e de autogestão do proletariado russo, que durante a maior parte da sua existência teve de enfrentar o absolutismo mais primitivo da Europa, dificultou o aproveitamento da experiência da sua vitória pela classe operária do Ocidente. As mesmas causas dificultaram igualmente a compreensão das condições de luta do proletariado ocidental pelos líderes revolucionários russos — fato que se fez sentir com maior peso depois do afastamento de Lenin, mas que já tinha sido responsável pela adoção de resoluções “russas” por parte da Internacional. Mais limitadas ainda são as possibilidades da Revolução Chinesa para figurar como centro “orientador” do proletariado mundial. A experiência de luta operária da revolução agrária chinesa está muito menos desenvolvida do que era a dos bolcheviques para enfrentar os problemas da luta proletária em países mais industrializados. E, ao contrário da liderança revolucionária russa, a qual em grande parte conhecia o Ocidente, tinha con-

vivido com sua classe operária e participado ativamente da luta contra o revisionismo e o reformismo da Segunda Internacional, a liderança revolucionária chinesa, pelas condições em que travou sua luta, foi forçada a um isolamento nacional, que implicava uma ignorância de fato dos problemas de luta de classes nos centros do mundo capitalista e do neorrevisionismo stalinista. Basta comparar as obras de Lenin e as de Mao Tsé-Tung para ver a diferença da problemática de luta e de experiências. Experiência viva.

Há mais de vinte anos, ainda em pleno pós-guerra, quando surgiu em diversos países o clamor para a fundação de uma nova Internacional, August Thalheimer, pouco antes do seu falecimento em Cuba, previu que o proletariado internacional ia carecer desse instrumento de luta durante um intervalo de tempo bastante grande. Salientou ele a necessidade de continuar a obra interrompida da fase leninista da Terceira Internacional e isso só poderia ser feito adaptando os seus princípios gerais à realidade nacional de cada país. O caminho da criação de uma nova Internacional começa pela formação de partidos nacionais.

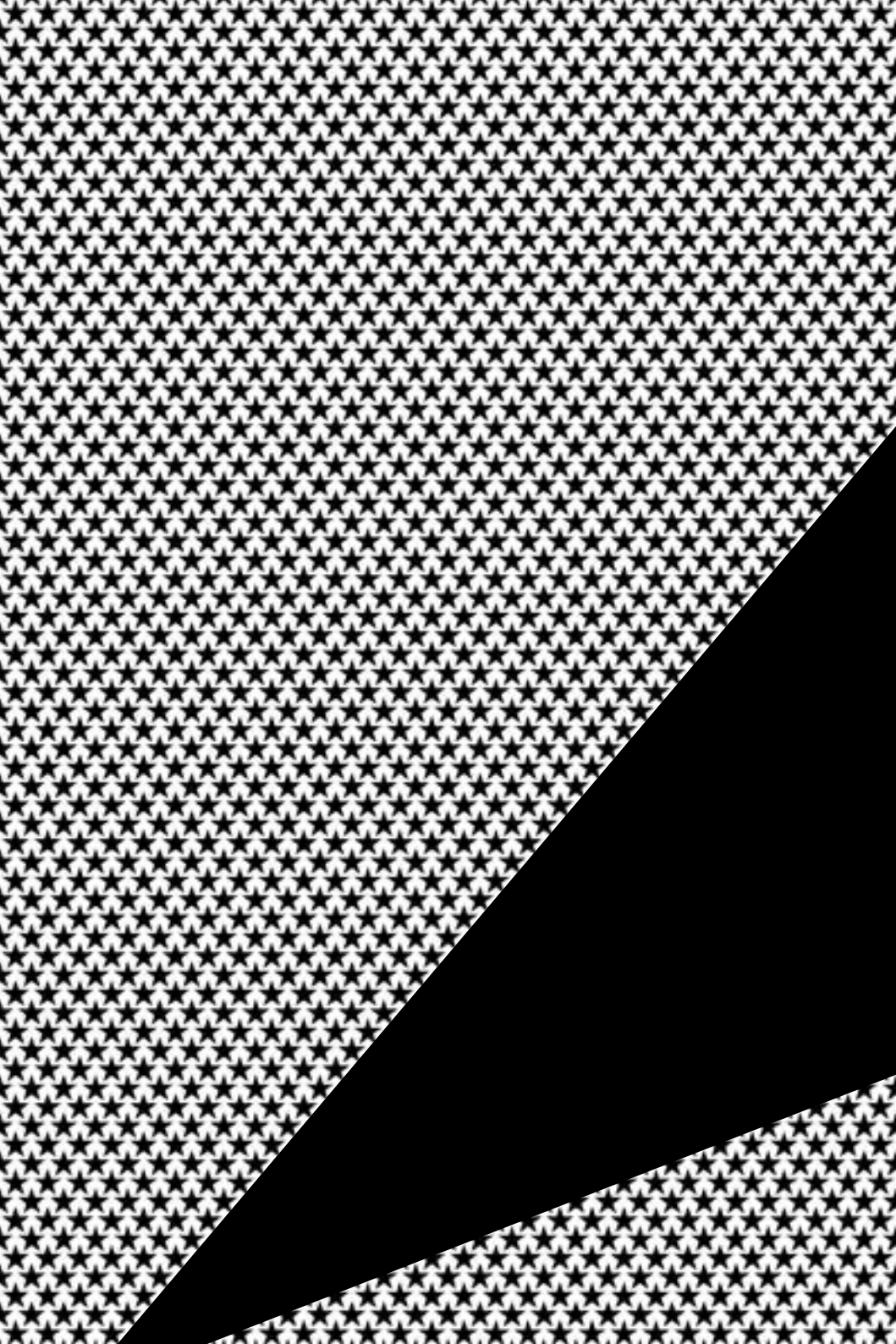
Há um outro aspecto do problema, sobre o qual Thalheimer chamou a atenção. Num mundo em que a terça parte da sua população já fez a revolução socialista, é difícil querer formar uma Internacional sem a participação de pelo menos uma parte dos partidos no poder. E a experiência mostra ser conveniente que participe mais de um partido de países socialistas, para neutralizar o efeito de dependência dos partidos dos países capitalistas e para evitar que os problemas específicos de uma potência socialista pesem demasiadamente sobre a Internacional.

Essa perspectiva, que temos de enfrentar, não significa que temos de nos encerrar em nossa realidade nacional e esperar condições favoráveis no resto do mundo para a formação de uma nova Internacional. Não é essa a concepção leninista de luta de classes em escala mundial. Temos de estabelecer e es-

treitar os vínculos com todas aquelas organizações semelhantes à Política Operária que estejam dispostas e em condições para uma cooperação regional ou internacional e para uma permuta das experiências de luta. Isso diz respeito, especialmente, às vanguardas revolucionárias que lutam em condições semelhantes às nossas na América Latina, mas não relega a um segundo plano as ligações com grupos e correntes revolucionárias nos países capitalistas desenvolvidos. Podemos e devemos, inclusive, formalizar essas ligações e criar órgãos de cooperação e de intercâmbio internacional, quando for possível. Isso é um caminho para a criação de uma nova Internacional, mas devemos estar cientes que ainda não é a Internacional nem pode substituí-la.

E a colaboração mais efetiva que podemos dar ao movimento comunista internacional é prosseguir e avançar na luta pela formação do partido revolucionário do proletariado brasileiro. Temos consciência do fato de que a luta que travamos no Brasil é parte de uma luta que se desenrola hoje em quase todos os países do mundo capitalista. Fazemos parte dessa vanguarda comunista-internacional que continua a obra de Marx e Lenin, que mudou a face do globo e continua a mudá-la.

E por isso continuamos marchando, “a certeza na frente e a história na mão”, como diz a já citada canção.





# PARTE 2

## INTERREGNO CONJUNTURAL (1974/1978)

Sérgio Paiva

Os textos escritos por Érico Sachs entre 1974 e 1978 refletem uma conjuntura em que a ditadura militar brasileira começava a dar os seus primeiros sinais de enfraquecimento, com a diminuição do ritmo de crescimento econômico, a elevação da inflação e o aumento da dívida externa, sob o impacto da crise mundial de 1973 desencadeada pela elevação dos preços do petróleo.

Por outro lado, o marco histórico do ressurgimento do movimento operário brasileiro, a greve dos operários da Scania em São Bernardo, só viria a ocorrer no final desse período, em 12 de maio de 1978. Nesse interregno conjuntural, a experiência militarista da esquerda revolucionária brasileira já havia se esgotado completamente e foi dado o impulso para um esforço autocrítico nos agrupamentos políticos que sobreviveram à repressão do regime.

Internacionalmente, o golpe militar no Chile, de 11 de setembro de 1973, também contribuiu para trazer consequências diretas para a esquerda brasileira, na medida em que exigiu um balanço político da experiência do governo da Unidade Popular e a discussão de uma tática adequada à nova conjuntura, aberta pela implantação da ditadura militar naquele país.

Além disso, muitos militantes da esquerda revolucionária brasileira encontravam-se exilados no Chile no momento do golpe. Muitos foram assassinados, entre eles Luís Carlos Al-

meida, cujo nome de guerra era Tavares, da Política Operária, e parte significativa conseguiu obter asilo político, transferindo-se para o continente europeu. Dentre estes, destacava-se Eder Sader (também conhecido pelo nome com que assinava seus textos, Raul Vila), militante da direção da OCML-PO\* e do MIR chileno, que se estabeleceu em Paris.

Como parte do esforço de autocritica e de debate entre os grupos políticos da esquerda revolucionária que defendiam a estratégia socialista, foi fundada em Paris a revista política *Brasil Socialista*, com a participação inicial do MR-8, da APMML e da Política Operária, esta última representada na comissão editorial por Eder Sader. Os dois primeiros grupos fizeram autocritica da fase militarista e adotaram formalmente a estratégia socialista, o que propiciava, em princípio, uma ação comum.

Érico Sachs, após lograr fugir da prisão do DOPS do Rio de Janeiro, asilou-se na Embaixada do México e conseguiu a sua transferência para aquele país em 1970. No final do ano, partiu para a Alemanha, estabelecendo-se em Colônia e, depois, nas cercanias de Heidelberg. Com Alice Helga Werner e José Luiz Homem da Costa, militantes da PO que estudavam em Berlim, formaram o núcleo do grupo da PO-Exterior, com o objetivo de participar e influir nas discussões da Organização tanto no Brasil quanto na Europa.

Por outro lado, a PO no Brasil (OCML-PO) enfrentava a crise gerada pela clandestinidade, pelas ondas de prisões e pela fraqueza do movimento operário, aprovando linhas po-

---

\* A Organização de Combate Marxista-Leninista — Política Operária surgiu do fracionamento do Partido Operário Comunista (POC) em 1970, sob a liderança de Eder Sader, e tinha como objetivo refundar a Política Operária. Nessa época, Érico Sachs já se encontrava exilado no México. Já o POC, Partido Operário Comunista, havia sido fruto da fusão da ORM-POLOP (Organização Revolucionária Marxista — Política Operária) com a Dissidência Interna do Partido Comunista Brasileiro (PCB) do Rio Grande do Sul, em 1968.

líticas artificiais que produziram fracionamentos sucessivos e contribuíram para agravar ainda mais o enfraquecimento e o isolamento do grupo.

A trajetória política da OCML-PO teve início com a aprovação do “Plano Tático de Construção Partidária” (PTCP), no final de 1971, no auge da repressão da ditadura militar. O plano tático definia a penetração na classe operária como a atividade central da organização, o que incluía a formação de bases políticas e de lideranças no operariado e a criação de “canais de expressão” para o “descontentamento latente da classe”.

O principal “canal de expressão” previsto pelo PTCP seria o Comitê de Empresa, enquanto organismo representativo de massa. Admitia-se, entretanto, que, devido às dificuldades conjunturais, os comitês constituiriam uma palavra de ordem de propaganda e que o máximo que se poderia almejar naquele momento seria a formação de “núcleos de Comitês”. Prevvia-se também a oposição aos sindicatos estatais e mesmo o seu boicote, onde fosse necessário.

Não demorou muito para a realidade se impor ao plano, e já no início de 1972, após uma onda de quedas dentro e fora da Organização, a Direção Nacional emitiu a Circular nº 1 para os quadros, na qual estabelecia a sobrevivência física como prioridade, questionando a possibilidade de aplicação do PTCP e iniciando o período caracterizado como Recuo Organizado Provisório (ROP).

Após um longo processo de discussão interna, a 3ª Conferência da OCML, realizada em 1975, caracterizou como liquidacionista a posição anterior de recuo e inaugurou uma revisão completa dos fundamentos políticos da Organização. A base teórica da nova linha política foi buscada na teoria da dependência, formulada por Rui Mauro Marini.\*

---

\* Ruy Mauro Marini militou no início da ORM-POLOP e desligou-se da Organização após o golpe militar, exilando-se no México.

Segundo a nova posição, a superexploração e a ditadura militar teriam um caráter estrutural no quadro do capitalismo dependente brasileiro. Assim, o arrocho salarial seria uma necessidade estrutural, e a luta para derrubá-lo teria, objetivamente, um conteúdo revolucionário.

Ao mesmo tempo, as lutas parciais eram negadas e consideradas reformistas. Com isso, a luta por um índice de reajuste que anulasse o arrocho salarial teria o condão de abalar as bases do capitalismo dependente e desencadear a luta política, culminando com a instauração do Governo Revolucionário dos Trabalhadores (GRT).

A partir daí o que se seguiu foi um longo processo de discussão. Nele, a participação da PO-Exterior foi decisiva para deter a escalada voluntarista que tomara conta da OCML e que foi sendo gradativamente criticada e, finalmente, abandonada, com a realização da 4ª e da 5ª Conferências, nos anos de 1977 e 1978.

Em julho de 1974 foram restabelecidas as comunicações entre a OCML e os militantes na Europa. O primeiro resultado disso foi o texto **Carta de longe**, em que Érico Sachs caracterizava que o auge da ditadura havia passado e que começavam a surgir dificuldades econômicas que abalavam a unidade dos militares.

O racha na repressão beneficiava o proletariado. Começaram a surgir greves esporádicas e ações de resistência, prenunciando uma mudança de conjuntura. Érico propunha, então, a realização de um “trabalho de mosaico” para avaliar a situação do proletariado e evitar o voluntarismo e o imediatismo, frutos de um método subjetivo e idealista que ameaçava transformar a Organização numa seita à margem do movimento vivo.

Como exemplos do voluntarismo da história da PO, citou as aventuras militaristas da Organização após o golpe militar e o chamado à “greve geral” em São Paulo, na esteira

da greve dos metalúrgicos de Osasco, desconhecendo a mudança de conjuntura resultante da edição pela ditadura do Ato Institucional nº 5. Como exemplos de imediatismo citou a fundação do POC, que portava o nome de “partido”, mas não possuía qualidades para poder ser caracterizado como tal. A própria “refundação” da PO, com a OCML (Organização de Combate Marxista-Leninista), continha elementos de voluntarismo.

Para Érico, era um nome pomposo que se prestava à confusão com os maoístas. Avaliava que a manutenção da continuidade da Organização em dez anos de atividade clandestina era um fato positivo, mas que o grupo deveria resgatar a aplicação do método materialista na interpretação da luta de classes. Era preciso parar de encontrar “receitas” para problemas sociais; era preciso compreendê-los para tirar as consequências políticas. A luta não era uma simples consequência da agitação e propaganda. Concluiu, então, que o problema básico fora a formação de quadros deficiente, que não havia conseguido liberar a Organização dos resquícios subjetivistas e voluntaristas típicos de sua origem estudantil.

O texto seguinte vem com a assinatura da PO-Exterior. Trata-se da **Resolução de Friburgo**, datada de dezembro de 1974, na qual o grupo formaliza o seu rompimento com a revista *Brasil Socialista*. O motivo foi a publicação ter estabelecido como inimigo principal a ditadura militar e, apesar de ter feito profissão de fé na revolução socialista e no papel hegemônico da classe operária, ter adotado como plataforma política a luta pelas “liberdades democráticas”.

A Declaração assinalava que a ditadura militar tinha um caráter de classe burguês e que a classe operária deveria ser educada para reconhecer a burguesia como o seu verdadeiro inimigo. Isso significava se opor a todos os tipos de ditadura burguesa, inclusive a democrática. Ao evitar a caracterização de classe da ditadura militar, a plataforma de lutas democrá-

ticas não contribuía para a formação do proletariado como classe independente.

O próximo texto, **Palavras necessárias**, foi redigido em janeiro de 1975 e teve como principal objetivo a participação na discussão interna da OCML-PO, centrando a crítica no caráter voluntarista do “Plano Tático de Construção Partidária” (PTCP).

Érico Sachs ressaltava não ser possível enquadrar a luta de classes em planos preestabelecidos e que a construção do partido revolucionário representaria um salto qualitativo, indicando que parcela significativa do proletariado brasileiro teria se livrado da tutela burguesa. Esse salto qualitativo não poderia ser visto como tarefa de uma Organização. Seria fruto da luta e do processo social no qual o grupo constituiria um fator dentre muitos.

Propunha recuar para um trabalho “artesanal competente”. Neste, a atividade externa primordial deveria ser a de propaganda em pequenos círculos operários clandestinos, tendo como ponto de partida problemas concretos tratados em linguagem acessível. Essa seria a única maneira de acumular forças naquela fase da luta. Não seria possível determinar o ritmo das lutas de classe no país: apenas a classe iria decidir quando e como recomençar as lutas. No máximo, a Organização seria um catalisador de um processo objetivo e independente de sua vontade.

No texto **Como aprender, com quem aprender**, de fevereiro de 1975, Érico Sachs responde a um artigo de Eder Sader (Raul Villa) que fazia críticas às posições assumidas por Érico, à linha política do MIR, após o golpe militar chileno. Nesse artigo, Érico caracterizou o governo da Unidade Popular, até o ingresso nele dos ministros militares, como um governo de transição, apoiado na classe operária, em trabalhadores rurais e em camadas da pequena burguesia urbana, sem a participação da classe dominante, e que tentava implantar um programa socialista, embora utilizando métodos reformistas.

Também criticava o MIR por caracterizar a Junta Militar como a expressão de um setor ultrarreacionário da burguesia, sendo, na verdade, a expressão política dos interesses das classes dominantes como um todo, lideradas pelo grande capital. Para Érico, as contradições que Raul Villa e o MIR pretendiam encontrar no interior da burguesia poderiam existir, mas não teriam o alcance imaginado. Nas condições chilenas, qualquer tentativa burguesa de derrubar a ditadura traria consigo conflitos sociais que a classe dominante não teria qualquer interesse em desencadear.

Além disso, a defesa pelo MIR da Assembleia Constituinte e das bandeiras democráticas contrariava a estratégia socialista. Tais bandeiras, ao visarem à expansão da democracia burguesa, sempre constituíram uma arma da reação, destinada a impedir a revolução proletária. A queda do fascismo na Europa havia demonstrado isso e a situação se repetia naquele momento em Portugal.

Assim, a luta contra a Junta Militar deveria ser travada como luta contra as burguesias chilena e internacional, e não contra determinada forma de domínio ou contra frações de classe. A conquista da democracia não era um passo histórico, mas sim a volta a um tipo de domínio da burguesia que havia sido abandonado quando o proletariado a ameaçou (o que poderia se repetir).

Por fim, Érico escreveu que seria possível apoiar qualquer reivindicação “democrática” que interessasse ao proletariado e favorecesse sua luta, mas a ditadura militar seria derrotada, não pelas reivindicações de volta à democracia, mas sim pelo amadurecimento das contradições econômicas, sociais e políticas. Nesse momento caberia lutar juntos com a pequena burguesia, e mesmo com a burguesia, mas “bater juntos, marchar separados”.

Em **Liquidar o passado para destruir o futuro?**, escrito em janeiro de 1976, Érico Sachs detém-se na análise crítica do

documento *Tarefas atuais da DI*, produzido pela direção nacional da OCML-PO após a 3ª Conferência. Nesse documento, foi proposta uma nova estratégia, que tinha como base a “teoria da dependência”, desenvolvida por Rui Mauro Marini, cuja principal consequência era a caracterização da “superexploração” e da ditadura militar como estruturais.

Érico Sachs caracterizava essa teoria como oriunda da politologia e da sociologia pequeno-burguesas, com um viés claramente terceiro-mundista. Também sublinhava que o valor da força de trabalho não era universal, mas dependia de fatores históricos, sociais e políticos, variando no tempo e no espaço, de acordo com o grau de organização da classe operária e também da produtividade na indústria. Estranhava a argumentação de que a luta contra o arrocho seria objetivamente revolucionária, por ser inviável ao sistema pagar o valor da força de trabalho, o que colocaria na ordem do dia a consigna do Governo Revolucionário dos Trabalhadores (GRT).

Para Érico, o GRT não era um passo obrigatório, mas a sua propaganda se tornava atual sempre que um governo burguês de “esquerda” vinha cortejar as massas proletárias, ou na medida em que movimentos políticos reformistas tentassem ganhar as massas para seus objetivos. Para o GRT se tornar uma palavra de ordem de ação, seria necessário que o proletariado brasileiro tivesse a capacidade de mobilizar em torno de si os trabalhadores do campo e as camadas radicais da pequena burguesia. E, para isso, a independência da classe operária era elemento prévio e essencial.

Érico sustentava que essa independência não deveria ser vista como o ponto final de uma evolução, e sim o início de uma luta mais consequente. Não significava que a classe já lutasse diretamente pelo poder. Seria, inclusive, possível que essa independência fosse alcançada ainda sob o domínio de partidos reformistas ou de um movimento sindical e que incorporasse ilusões políticas sobre o caminho ao socialismo.

Por fim, encontrava uma origem comum entre o ultraesquerdismo dos autores das *Tarefas* e o oportunismo de direita dos apologistas das plataformas democráticas: a incapacidade de assimilação do método marxista e o predomínio do subjetivismo. E propõe a rejeição total das propostas do documento, voltando a se referir à necessidade da aplicação de métodos artesanais, porém eficientes, para formar quadros operários e acumular forças na situação política da época.

Em **Meias-verdades não resolvem**, de maio de 1977, Érico Sachs avaliava que a 4ª Conferência havia caminhado na direção certa da autocritica, mas que ainda não havia esgotado todos os problemas existentes. Deixava claro, mais uma vez, que o GRT não era um caminho próximo nem obrigatório e que guardava sentido como palavra de ordem de propaganda em relação a governos populistas que buscassem o apoio do proletariado, ou para expressar as condições de apoio ou entrada em qualquer governo. Para sustentar o GRT, seriam necessárias a existência de uma classe operária independente e a constituição de uma Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo.

No momento, a questão fundamental era o proletariado lutar por suas reivindicações, e a discussão travada no grupo em torno do índice de reajuste salarial, se 110% ou 200%, fora absolutamente estéril. Seria necessário auscultar os operários e apoiar suas reivindicações, pois “o operário não entra em greve porque nós temos lá os nossos conceitos sobre economia e dependência e sim porque obedecem a uma força motriz coletiva”.

Afirmava que não havia sindicatos operários no Brasil, mas um sindicato oficial herdado do Estado Novo, e que a palavra de ordem dos Comitês de Empresa havia sido comprovada nas lutas de classes do país, em Contagem e em Osasco. Além disso, dizia que o trabalho de Delegados e Oposições Sindicais só teria sentido se abrisse o caminho para dentro das empresas,

em direção à formação de núcleos de operários mais ou menos combativos e conscientes.

A luta pela liberdade sindical deveria prever a abolição dos controles financeiros do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos, a abolição do estatuto padrão, a abolição da Comissão de Enquadramento (e de qualquer forma de influência estatal na estruturação dos sindicatos), a abolição do imposto sindical e, por fim, a formação de uma central sindical.

Por fim, voltava a sublinhar que o prolongado isolamento da Organização na clandestinidade e a passividade do proletariado acabaram por dar origem a esquemas e soluções voluntaristas, fruto da influência da ideologia estudantil pequeno-burguesa. Foi categórico ao afirmar que a OCML-PO estava em plena crise e que havia virado uma seita em lenta decomposição.

Via que a única forma de o grupo superar aquela situação seria que aprendesse a raciocinar como marxistas, utilizando o método materialista dialético, e que tirasse as consequências práticas disso. Posicionava-se contra a convocação de um Congresso e a elaboração de um novo programa, colocando como alternativas a promoção de debates em todos os níveis e a elaboração de uma plataforma de lutas.

Finalmente, no artigo **Carta a um revolucionário que se preza**, Érico Sachs respondia a Eder Sader em relação ao seu texto, “Para um Balanço da PO”, publicado no nº 7 de *Brasil Socialista*. Mais uma vez, ressaltava a marca do voluntarismo na Organização, resultado de sua composição social estudantil. A refundação da Política Operária com a OCML-PO foi acompanhada de uma falsa avaliação da conjuntura, uma vez que a economia começava a se recuperar e o movimento a entrar em descenso.

Érico sustentava que a PO e qualquer grupo análogo só poderiam existir enquanto uma organização de propaganda de uma linha revolucionária dentro do proletariado. As lutas que

havia travado não eram significantes a ponto de mudar esse quadro. E, por fim, declarava o que vislumbrava como o futuro imediato da Organização e o seu papel dentro dela:

(...) quero dizer que organizações revolucionárias, enraizadas na realidade das lutas de classes, não sucumbem tão facilmente, têm muita tenacidade para sobreviver. Por isso, temos a esperança de que a crise seja superada. E não só que temos essa esperança, como trabalharemos nesse sentido.

## CARTA DE LONGE\*

Os companheiros, antes de tudo, têm de levar em conta que a nossa participação nos debates internos se dá em condições muito precárias. A falta de contato contínuo força-nos, aqui fora, a restringir a nossa contribuição a alguns aspectos da luta, que consideramos fundamentais, mas que, em virtude das circunstâncias, só podemos apresentar de uma maneira muito geral. Esperamos que uma continuação da correspondência permita passar do geral ao concreto e, assim, retomar o fio.

Visto de fora, temos a impressão que o auge da expansão e da consolidação da ditadura militar passou, e isso implica também uma superação do ponto baixo para a Esquerda. Do ponto de vista econômico, o regime está enfrentando dificuldades, que não são transitórias e que tendem a agravar-se. Iniciou-se uma baixa nos preços de matérias-primas que o Brasil está exportando e uma alta dos produtos importados, como o petróleo. A tentativa de diversificação das exportações, mediante a subvenção de produtos industrializados, aumentou a dependência da economia brasileira do mercado mundial. Deste modo sentirá em breve os efeitos da diminuição da taxa de crescimento, que atualmente está se dando nos países industriais. As reclamações da indústria norte-americana contra o *dumping* dos sapatos brasileiros mostram o acirramento da concorrência nos grandes mercados capitalistas. A suspensão das importações de carne de gado por parte da Comunidade Econômica Europeia revela o mesmo fenômeno no setor agrícola.

---

\* Documento redigido por Érico Sachs em julho de 1974 na Alemanha, assinado com o pseudônimo Ernesto Martins, para circulação interna na OCML-PO.

O primeiro resultado dessas dificuldades, no que diz respeito ao Brasil, é o aumento da taxa inflacionária — 20% no primeiro semestre deste ano, conforme o *JB*.<sup>\*</sup> É preciso levar em consideração que esse aumento radical da inflação (mais de 100% em relação ao ano passado) ainda se dá numa fase de expansão econômica. As consequências se tornarão muito mais graves quando a expansão diminuir. Politicamente, o Governo Geisel não parece um fator de estabilização. A volta de diversos expoentes da antiga “Sorbonne” tende a aumentar as contradições existentes nas Forças Armadas, contradições que o governo Médici, bem ou mal, soube superar. A experiência mostrou que a situação nas Forças Armadas reflete muito a situação geral na classe média. Enquanto esta estava neutralizada, em virtude das casquinhas que sobreram da expansão industrial, um Médici pôde unificar as Forças Armadas. Um processo inverso terá consequências nas fileiras e acabará com a aparente harmonia.

Por outro lado, temos também a impressão que cresceu a autoconfiança de setores do proletariado nos grandes centros industriais. Cresceu durante a expansão econômica, na medida em que a mão de obra qualificada e mesmo semiquificada se tornaram raras. As notícias de greves esporádicas e ações de resistência são sintomas de um potencial de luta latente, que irromperá quando as necessidades materiais vencerem o medo ou quando surgirem seus primeiros rachas na máquina de repressão.

Não estamos prognosticando reviravoltas imediatas. Cremos, entretanto, que o nadir está passando, embora o caminho de volta possa ser espinhoso. Temos de estar preparados para uma mudança de conjuntura.

Um dos fatores fundamentais, que temos de saber analisar e levar em conta para enfrentar lutas futuras (e evidente-

---

<sup>\*</sup> Refere-se ao *Jornal do Brasil*, tradicional diário carioca. [Nota dos editores].

mente também no presente), é o estado da classe operária. Não podemos fechar os olhos perante o fato de que no decorrer da ilegalidade toda uma nova geração de operários industriais, não ligados diretamente às lutas anteriores, entrou no processo de produção. A expansão industrial dos últimos anos, por outro lado, aumentou e multiplicou as contradições potenciais inerentes à sociedade capitalista. Como age e se comporta esse proletariado de hoje? Qual o seu nível ideológico e político? Quais as suas formas e capacidade de luta?

Temos de lembrar-nos que não atuamos no vácuo, que a luta de classes não vive de princípios abstratos e, sim, se desenrola em condições concretas. Toda a nossa tática do passado, a nossa luta pelos comitês de empresas, por exemplo, a nossa atitude frente aos sindicatos, por outra, os nossos conceitos organizatórios, e mesmo a nossa linha estratégica, na medida em que fomos capazes de levá-la adiante, foram determinados pelo nível então existente do proletariado brasileiro e pelas suas relações com as demais classes da sociedade brasileira. Para enfrentar o futuro — e desde já — temos de ter consciência do atual estado de coisas no seio do proletariado, das mudanças positivas ou negativas que se deram. Nós não podemos fazer isso daqui; isso é tarefa dos companheiros em casa.

Não subestimamos as dificuldades de semelhante análise. Ela é mais difícil ainda em épocas como a de hoje, em que o proletariado não tem possibilidade de livre manifestação. Em verdade, trata-se de um trabalho de mosaico, sujeito a erros e retificações. A justeza ou os erros das nossas avaliações só serão confirmados na medida em que se desenvolverem lutas e movimentos espontâneos maiores, pois é nessas condições que o proletariado revela de fato a sua verdadeira face. O trabalho tem que ser feito, entretanto, desde já, consciente e constantemente, sob pena e risco de nós nos tornarmos uma seita à margem do movimento vivo.

E falando disso chegamos a outro problema fundamental do nosso futuro. Trata-se de nós mesmos como organismo político. Trata-se, em poucas palavras, da nossa consciência quanto ao papel que desempenhamos e podemos desempenhar nesta e em próximas fases da luta de classes no Brasil. De certo modo esse problema foi debatido por vocês no decorrer dos últimos anos. A falta de contatos já mencionados fez que não conseguíssemos participar dessas discussões, como queríamos. Neste momento não podemos fazer mais do que levantar de maneira muito sucinta os problemas principais, como os vemos daqui e na retrospectiva.

Os perigos, que tradicionalmente enfrentamos na vida da Organização, vinham de dois lados, do **voluntarismo** e do **imediatismo**. Os dois fenômenos frequentemente apareceram juntos e isso não é de admirar, pois ambos são resultado de um método subjetivo e idealista. Ambos são consequência de uma má avaliação de relações de forças sociais. Mas, vamos por ponto:

O **voluntarismo**: a manifestação mais grosseira de voluntarismo deu-se na fase das aventuras militaristas, quando pequenos grupos conspirativos pensavam poder alterar as relações sociais mediante ações armadas. Não precisamos, aqui, perder mais palavras a respeito dessa experiência. A PO, como organização, revelou-se imune a tais desvios primários. A única autocritica que devemos fazer nesse sentido é ter hesitado muito tempo antes de ter iniciado uma luta ideológica frontal contra essas tendências. Por termos visto nessa corrente uma “reação ao reformismo” e a considerado parte da “esquerda revolucionária”, esquecemos que se tratava, antes de tudo, de um extremo oposto ao reformismo pequeno-burguês, e que extremos — como Lenin já nos tinha ensinado — acabam por se tocar. O núcleo da Organização, que estava dando continuidade à velha PO, não caía mais nessa tentação e não bebia dessa água, mas isso não quer dizer que estávamos imunes a todas as formas de

voluntarismo, quando tínhamos novos problemas para enfrentar. Quero limitar-me aqui a citar alguns exemplos mais típicos.

Voluntarista foi a nossa atividade em torno da preparação da luta de guerrilha nos dois anos imediatos ao golpe militar de 1964. Foi voluntarista, porque se baseou num julgamento errado das nossas possibilidades como organização, do nosso amadurecimento político e do nosso enraizamento nas lutas de classes. Abandonamos essa tentativa em 1966, quando chegamos à conclusão de que o momento político para a saída de uma guerrilha tinha passado. Não houve consequências mais graves, além da perda de tempo e de recursos. Hoje, percorrido tempo em que passamos por lutas internas e colhemos experiências, podemos julgar mais claramente as nossas insuficiências de então, mas temos de ver também que a nossa atitude naquela ocasião foi motivada igualmente por uma boa dose de imediatismo. Tacitamente tínhamos partido da premissa de que a Organização, em condições de sair com uma guerrilha rural, tomaria também a liderança política na cidade. A experiência posterior mostrou que estávamos longe de poder preencher tais papéis.

Outra experiência voluntarista passamos no decorrer das greves em 1968, quando novamente nós nos deixamos levar por avaliações pouco realistas das nossas forças e da situação objetiva da luta de classes. Chegamos a acreditar — e o publicamos na nossa imprensa — que tínhamos desencadeado e exercido um papel de liderança na greve de Osasco. Isso poderia ter passado por um erro “local”, devido à pouca experiência de uma célula. O fato de não ter sido meramente isso, o fato de ter tido razões mais profundas para tais “erros”, demonstrou o nosso órgão central, quando saiu em seguida com a palavra de ordem de “organizar a greve geral em São Paulo”. As posições erradas, evidentemente, não tinham sido locais, tinham tomado conta da Organização e deviam ter causas mais profundas, que iam manifestar-se posteriormente ainda. Assim mesmo, o

desvio de 1968 pôde ser superado, mediante discussão interna, sem maiores consequências naquele momento.

Outra fase do voluntarismo, que evidentemente tem certa relação com os acontecimentos anteriores, situa-se com a cisão do POC, a chamada “refundação” ou fundação da “nova PO”. Manifestou-se no próprio ato da constituição do grupo, quando se escolheu um novo nome, que, além de meio pomposo, ainda se presta à desvantagem de confusões com os maóístas. Esse aspecto formal e secundário tomou importância prática, na medida em que refletia um pensamento presente naquela ocasião (ou talvez um estado de espírito artificialmente fomentado), de se estar criando naquele momento de fato uma organização de combate completamente nova, uma organização que ia superar não só o mal-entendido do POC, como também as insuficiências da velha ORM. Bastavam planos de trabalho melhores e uma atividade prática mais consequente, para alterar as relações de forças nas Esquerdas e nas lutas de classe no país. À base de um documento mal interpretado — “Para uma prática partidária” — foi desencadeada uma prática ativista e subjetivista, articulando ilusões sobre a própria situação e da situação objetiva reinante no país, procedimento que tinha de levar a um desgaste físico e a um enfraquecimento do grupo. A Organização criou um mundo artificial para si e, antes de despertar frente a uma realidade diferente daquela esboçada para os seus militantes, sofrera perdas inúteis, passou por um empobrecimento da vida política interna, que levou frequentemente a soluções administrativas de divergências, e as consequências se fizeram sentir inclusive no nível dos padrões de segurança. Acontece que a situação geral do país, depois do 5º Ato, não tinha sido compreendida, e quando o “recesso provisório” do movimento operário revelou ser mais duradouro do que originalmente suposto, o grupo não estava preparado para enfrentar a nova situação. Mas, além disso, além da avaliação errada de uma conjuntura concreta, a atitude do grupo

revelou uma falsa apreciação do seu próprio papel na luta de classes. Esse erro fundamental só pôde acontecer devido a um abandono do método materialista, que sempre dominou a vida política da Organização desde o seu surgimento. (E nesse sentido a “refundação” foi um rompimento de continuidade com a velha ORM — mas não para o melhor).

Sabemos, também, que essa fase na existência da Organização não ficou sem reação interna. O debate em torno do PTCP o mostrou. Mas, simples retificações da linha não bastam. O problema fundamental, o da superação definitiva das tendências voluntaristas e do domínio de um método de luta materialista e dialético por parte da Organização, só será solucionado na medida em que também essas experiências negativas forem sistematizadas e analisadas em todos os níveis da organização. O aproveitamento crítico de experiência faz parte da educação dos quadros.

O **imediatismo** também está presente em muitas fases da vida da Organização, mas para não alongar demasiadamente este texto limitaremos-nos à experiência mais importante nesse sentido, que mais consequências teve para a Organização. Trata-se da fusão com a Dissidência do Sul e a fundação do POC. Foi imediatista, primeiro, quando demos à nova organização o nome de “Partido”. Sabíamos muito bem que não éramos um partido, isto é, uma vanguarda que dirigisse de fato a classe ou pelo menos um setor representativo dela. Escolhemos o nome de “partido”, porque pretendíamos, naquela fase do reagrupamento das forças da Esquerda, criar um polo para correntes à procura de novos caminhos. Deixamos isso claro para os nossos militantes — ou pelo menos achamos que tínhamos deixado claro. Na prática, os efeitos eram outros. O grupo, agora reforçado numericamente pela fusão, começou a sentir-se como partido e querer agir como tal. E isso se deu às custas do realismo na apreciação das relações de forças existentes e facilitou desvios, como os já descritos.

Pior ainda foi a maneira como a fusão se tinha dado. Abandonamos o velho princípio de não aceitar ingressos globais na Organização e de não nos dissolver em outra, mais larga, a não ser que isso represente de fato um salto qualitativo nas lutas de classes, isto é, um passo concreto para a formação do partido da classe operária. Soubemos que isso não tinha sido o caso, mas achamos poder realizar a fusão naquelas circunstâncias, porque a outra parte concordava com todas as nossas posições. Essa concordância verbal da liderança (tratamos principalmente com esta, e não com as bases) do grupo do Sul fez que fechássemos os olhos diante de suas fraquezas e seus vícios evidentes. Achamos poder assimilá-los depois da fusão. A prática nos mostrou em seguida que essa concordância com nossas posições e a vontade de fundir-se conosco se deviam ao fato de o grupo do Sul ter estado ameaçado de desintegração, pois não conseguia subsistir como organismo local e a sua direção receava perder o controle. Na nossa atitude, porém, não influíram considerações menos oportunistas. Tínhamos passado pela ainda recente cisão do IV Congresso. Foi um ponto baixo na vida da Organização e deixamo-nos vencer pela tentação de sucessos baratos. Foi uma experiência nova para nós, de fato. Valeu pelos ensinamentos. Mostrou quão pouco valem meras concordâncias, quando não estão acompanhadas e fundamentadas por uma prática comum. A aceitação verbal de posições teóricas — principalmente num ambiente estudantil ou entre quadros que saem do movimento estudantil — representa frequentemente resultado de um mero processo intelectual, que não está estruturado em experiência de luta real. Mesmo quando sincero, não passa de “teoria”, no sentido abstrato, que pode ser aceita (por falta de outras melhores), mas que é abandonada quando não houver ou não se conseguir desenvolver uma prática correspondente. E como a grande parte dos quadros vindos da classe média não chega a colher essa experiência prática, que os transforme em revolucionários marxistas,

as teorias continuam construções intelectuais, erguidas sobre areia. Se nós não tivéssemos esquecido esses fatos e trabalhado com a Dissidência de modo mais consequente e menos imediatista, teríamos também, entre eles, dividido as águas. Teríamos conseguido, provavelmente, número menor de concordâncias e adesões, mas em bases mais reais.

Não estamos evocando esses pecados do passado para convidar os companheiros a uma autocrítica coletiva. Autocrítica já tivemos bastante na vida da Organização, já se tornaram uma rotina. Nós, entretanto, não somos católicos e a confissão não nos redime. Uma atitude verdadeiramente autocrítica não se pode limitar a denunciar os efeitos, mas tem de enfrentar as causas. E mesmo correndo o perigo de repetirmo-nos, temos de insistir que as causas residem num método deficiente. E a nossa insistência na aplicação de um método materialista, isto é, marxista, na luta de classe, significa não querer encontrar “receitas” para solucionar problemas sociais e, sim, compreendê-los para tirar as consequências. Significa que as soluções não podem brotar das nossas cabeças e, sim, que a realidade tem que refletir-se nas nossas cabeças. Para nós, importa, principalmente neste momento, que o método marxista não consiste somente na análise correta de uma situação e de uma conjuntura dada, mas, também, no julgamento realista do próprio papel na luta, e para isso é necessária uma noção justa do papel de uma vanguarda nas lutas de classe proletárias em geral. Trata-se de uma experiência que a herança do marxismo do passado nos legou e cujos ensinamentos tentamos aplicar e desenvolver nas condições concretas do Brasil durante os primeiros anos das nossas atividades. Seria bom “desenterrar” essa literatura, que é quase desconhecida aos quadros mais novos.

Na nossa literatura mais recente, o ritmo da luta de classe parece demasiadamente frequente como produto de agitação e propaganda. “Basta agitar bem e as greves surgirão e a luta recrudescerá...”. E quando as greves não surgem e a luta não re-

crudesce, é porque não agitamos bastante, porque trabalhamos mal... Esse ponto de vista é profundamente errado. Já estava errado nos tempos legais e o é mais ainda nas condições da clandestinidade, quando as consequências dos erros se tornam mais graves.

Não sei até que ponto nós, velhos, temos responsabilidade nisso. Costumamos frequentemente citar as palavras de Marx: “A teoria se torna força material quando penetra nas massas”. Mas nunca vimos nessa penetração da teoria nas massas um ato unilateral, que dependia unicamente da ação dos revolucionários. O mesmo Marx diria em seguida: “A teoria só se realiza no seio do povo na medida em que for a realização das suas necessidades (...) Não basta que a ideia exija a sua realização, a própria realidade tem de exigir a ideia”.

Temos de ter clareza (e poder tirar as consequências disso) que a atividade de uma vanguarda só representa um lado da medalha, um aspecto das lutas de classe. O outro é a situação objetiva — econômica, política, grau de desenvolvimento etc., que tem de ser aceito a todo o momento como terreno dado, como base das nossas atividades. Isso quer dizer que a nossa agitação (e mesmo a nossa propaganda) tem de orientar-se pelas necessidades concretas de cada momento, visar a objetivos compatíveis com o estado de coisas existente e falar uma linguagem que as massas entendam em dado momento.

Pode-se perguntar por que essas fraquezas nossas, que se repetiam no passado e às quais ainda estamos expostos. Temos de ver e reconhecer que o nosso problema básico, em todas as circunstâncias que percorremos, foi o da educação dos quadros. Verdade é que nunca resolvemos satisfatoriamente o problema da formação dos quadros. Os que se formaram e amadureceram pouca ajuda receberam. Geralmente prevalecia o diletantismo nesse terreno. Quando enfrentados com o problema da superação da estrutura estudantil da Organização, emitiam-se palavras de ordem como: “Todos os estudantes têm de fazer trabalho ope-

rário”. Mais tarde a orientação se tornou mais sumária ainda. Estudantes, que talvez tenham assistido a um primeiro encontro com um operário, foram destacados para “organizar” uma fábrica ou para “desencadear uma greve”. Preparação para as atividades nas fábricas ou nos bairros, pouco havia na Organização e nenhuma em certas seções. O resultado foi uma “seleção natural” anárquica. Quem “dava no couro” ficava. Quem não dava quebrava louça, desanimava, ou chegava à conclusão de que o negócio não dava certo e ia à procura de outros caminhos.

É verdade, também, que esse gênero de atividades se dava sob certa pressão. A liderança da Organização, ela não “liderava” somente. Ela também estava exposta às pressões de baixo, das bases, que exigiam frequentemente atividades e um campo de ação, coisas que o CN e as SRs nem sempre estavam em condições de fornecer. O resultado, muitas vezes, foram atividades fictícias e desgastantes, porque improdutivas.

É claro que semelhantes pressões existem em organizações vivas e existirão no futuro, mas o caráter dessas pressões sofridas é determinado pelo nível dos quadros. E esse foi o nosso ponto fraco. O quadro novo, principalmente o de origem estudantil, por muito tempo ainda conserva resquícios subjetivistas e voluntaristas, mesmo quando teoricamente os repudia. Ele vem para **fazer** a revolução, e somente uma prática consequente pode ensiná-lo que não passamos por agentes de um processo histórico e social, no qual só influímos conscientemente na medida em que conhecemos as leis sociais, que regem esse processo, e na medida em que desenvolvemos uma prática correspondente. Por isso mesmo tentamos recrutar quadros que já desenvolveram atividades práticas conosco e que, dessa maneira, já tinham passado por um processo de formação. Nem sempre o conseguimos antes do ingresso formal e pouco nesse sentido fizemos depois. Por isso não podíamos queixar-nos, quando sofríamos pressões primárias, mas em vez de tirar as consequências da situação, reforçamos involuntariamente essas tendências.

Nos primeiros anos da nossa existência como organização, dizíamos e voltamos a insistir junto às nossas bases que “nós valíamos pelas nossas posições”. Demos ênfase a essa formulação, porque não podíamos fazer muito mais do que formular e comprovar posições na luta de classes. Nesse sentido, o da adaptação do marxismo à realidade brasileira, realizamos um trabalho pioneiro, que encontrou a sua formulação no Programa Socialista, em parte. Foi a fase em que procuramos libertar-nos do estigma da organização estudantil. Começamos a desenvolver atividades na classe operária, mas temos de confessar que durante a clandestinidade não nos libertamos completamente do nosso passado estudantil.

É verdade que no decorrer do tempo a proporção dos estudantes diminuiu nas nossas fileiras, as nossas preocupações mudaram de qualidade e começamos a desempenhar um papel novo, mas não nos tornamos ainda uma vanguarda operária — nem pela composição social, nem pelo enraizamento na classe. Na ilegalidade ganhamos importância, mas não devido a nossa penetração nas massas, e, sim, devido à destruição dos grandes partidos tradicionais. Hoje, num nível diferente, valemos novamente pelas nossas posições. Num nível diferente, porque amadurecemos e nos depuramos em lutas externas e internas. Bem ou mal, houve essa seleção natural dos quadros e somos uma das poucas organizações que sobreviveu e manteve a continuidade depois de dez anos de clandestinidade. Isso não é pouco, considerando que em ilegalidades, como se deram sob o fascismo alemão ou italiano, essa continuidade de organizações revolucionárias não estava dada. Nós sobrevivemos sem poder contar com a ajuda externa de “potências socialistas” ou de organismos internacionais quaisquer que sejam. Sobrevivemos em virtude de posições fundamentais e apesar das dificuldades frequentemente encontradas em pô-las em prática. Não importa também que sejam poucos em comparação com outras correntes. Importa também que esses poucos saibam aprender

dos erros cometidos na luta, que para esses poucos a teoria não esteja separada da prática e que encarnem experiência viva das lutas de classe no país. Só assim teremos uma linguagem comum para poder debater as necessidades de cada nova fase e se adaptar a ela. Pois, nesse sentido, a primeira parte da citação de Marx continua perfeitamente válida, e a teoria, para poder penetrar na massa, ela tem de ser elaborada e constantemente adaptada às necessidades da luta. A “realização das necessidades”, ela virá no seu devido tempo, mas essa realização só em parte poderá ser processo espontâneo. Os quadros revolucionários da clandestinidade serão o ponto de partida do movimento revolucionário do proletariado de amanhã. E quanto mais nós nos enraizarmos hoje na classe, quanto maior o número de quadros operários que conseguirmos formar, mais fácil será desempenhar amanhã o nosso papel.

# RESOLUÇÃO DE FRIEBURGO\*

1) Em primeiro lugar temos de verificar que nossas apreensões quanto ao estatuto da revista e as nossas críticas ao modo de proceder dos companheiros de Paris foram justificadas pelo texto ao Editorial do primeiro número. Este mostrou que os métodos de trabalho adotados tinham razões políticas e que as divergências surgidas, no fundo, dizem respeito à função da revista e à orientação a ser seguida por ela. Trata-se, em última instância, da linha política na atual fase das lutas de classe no Brasil. Essas divergências se resumem essencialmente no ponto programático da luta por liberdades democráticas que, após as nossas objeções, foi rebatizado pela redação em “luta por liberdades políticas”. A mudança de nome, todavia, não alterou o conteúdo político da linha proposta, como mostra claramente o mencionado Editorial.

2) Em que consiste o tal programa democrático, dito político? Após as costumeiras palavras introdutórias e uma profissão de fé de revolução socialista (“ou será socialista ou não será revolução...”) e depois de pagar o habitual tributo ao papel hegemônico da classe operária, o Editorial entra no assunto propriamente dito:

Hoje, no caminho da Revolução Socialista, levando em conta a atual correlação de forças na sociedade e o baixo grau de consciência, mobilização e organização das massas revolucionárias, preocupa-nos essencialmente

---

\* Documento assinado pelo grupo PO-Exterior, redigido em dezembro de 1974. A sua redação é atribuída a Érico Sachs.

organizar a resistência dos trabalhadores contra a ditadura militar. Procuramos estimular, unir e fazer convergir contra o **inimigo principal**, a ditadura militar, todas as lutas operárias e populares, sejam as de caráter econômico — contra a exploração dos trabalhadores, por melhores condições de vida e de trabalho etc. —, sejam as de caráter político — pelas liberdades políticas para a classe operária e o povo, contra a opressão em todas as suas formas, contra o imperialismo. Nosso objetivo imediato é levar as massas a resistirem, a defenderem seus interesses mais vitais, a não cederem sem luta um centímetro ao inimigo; e levar as massas a lutarem e, dentro de seus combates reais, recuperarem a confiança em si mesmas, **a reconhecerem seus verdadeiros inimigos**; e esclarecer as massas trabalhadoras, por todos os meios ao nosso alcance, para que elas, **acumulando forças**, preparem-se para passar a ofensiva, pois os fatores decisivos para a derrubada da ditadura militar são a sua ação, organização e violência — por mais que os eunucos do liberalismo pensem em contrário. (Grifos nossos)

Que diz essa formulação, aparentemente tão radical, no fundo? “Fazer convergir contra o inimigo principal, a ditadura militar, todas as lutas operárias e populares” seria uma plataforma que muita gente poderia assinar, do PCB até os “eunucos do liberalismo”. Seria uma injustiça afirmar que todos os matizes do liberalismo estariam, em princípio, contra uma ação violenta da classe operária para a derrubada da ditadura militar, se o proletariado dessa maneira tirasse as castanhas do fogo para eles. Acontece que semelhante plataforma só contribuiria para preparar o proletariado para que tirasse as castanhas do fogo para os outros, na hora crítica. Enquanto não dizemos nada sobre o caráter de classe da ditadura militar e das lutas contra ela travadas, a classe operária não está em condições

de reconhecer os seus verdadeiros inimigos, apesar das afirmações em contrário. E acontece também, e isso não é puro acaso, que a chamada “plataforma de luta” democrática, dita política, evita qualquer caracterização classista da ditadura militar. Dessa maneira, abre as portas para “acumular forças” no sentido pequeno-burguês, no sentido da acumulação quantitativa de forças, no sentido de uma diluição das lutas proletárias no “movimento popular”.

A PO, desde o primeiro momento, caracterizou a ditadura militar como “ditadura aberta e indireta da burguesia”, tirando dessa definição as implicações que se impõem para a luta proletária. Não nos comprometemos com movimentos “antiditatoriais” e essa foi a razão decisiva por que rejeitamos, por exemplo, participar no “Movimento contra a Ditadura” que a antiga AP lançou no passado. Nada mudou nas relações de classe no Brasil que pudesse justificar uma reviravolta nossa, mas se os autores do Editorial pretendem justificar essa estratégia com o “baixo grau de consciência, mobilização e organização das massas revolucionárias (?) ...”, certamente não indicam um caminho para superar essas fraquezas. Dito de passagem, o argumento do nosso atraso sempre foi levantado quando se tratava de justificar posições reformistas ou centrista. Sempre, em todas as fases da luta, defendemos o ponto de vista de que o proletariado brasileiro só se fortalecerá, organizará e mobilizará em torno das suas reivindicações de classe, à base de um programa que corresponda aos seus interesses atuais e futuros. Num país onde a revolução burguesa não está mais na ordem do dia, onde a revolução “será socialista ou não será revolução”, o proletariado só terá consciência de classe quando educado em torno das metas finais da sua luta, quando oposto a **todas** as formas de ditadura burguesa, também a democrática. É claro que presentemente não podemos dizer, ainda, o que seguirá a derrubada da ditadura militar. As relações de força hoje existentes indicam que não será seguida de imediato pela Ditadura

do Proletariado. O nosso papel, como comunistas leninistas, exige, entretanto, a luta constante e contínua, pela Ditadura do Proletariado e pelo socialismo. Para intervir em fases críticas, nas quais os objetivos finais ainda não são realizáveis, mas com o fito de aproximar-se deles, incluímos no nosso programa a reivindicação do Governo Revolucionário dos Trabalhadores, como governo de transição. Essas preocupações são estranhas aos autores do Editorial e, por isso, a sua afirmação que “se levantarmos esses objetivos imediatos, não estamos afastando nem um pouco da luta pelos objetivos socialistas da Revolução Brasileira”, não passa de uma defesa gratuita.

3) Outro ponto, do qual temos de discordar e que está estreitamente relacionado com o anterior, consiste nos níveis descritos de “aproximação alcançados pelas principais organizações da tendência proletária da esquerda brasileira (...)”. Há uma diferença entre o trabalho prático em conjunto (em torno de tarefas concretas) e a criação de uma base teórico-política. O fato de as duas organizações, APML e MR-8, serem as mais chegadas a nós e estarem mais dispostas e capacitadas a ações comuns no interior não significa ainda a criação de uma base teórico-política comum. É justamente no campo teórico que a discussão tem de ser adiantada. O MR-8 encontra-se hoje, fundamentalmente, no mesmo nível teórico no qual se encontrava antes de embarcar na canoa militarista. As suas posições básicas, “democráticas” em relação à pequena burguesia, não mudaram. Não fazemos nenhum favor a essas organizações irmãs se procuramos esconder essas divergências. Por outro lado, a criação dessa prometida base teórico-política comum, no momento, só seria possível se aceitássemos as posições de luta democrática deles. É isso mesmo que os companheiros de Paris estão fazendo, mas não podem ignorar que isso contradiz as posições fundamentais que a Organização defendeu em toda sua história contra posições internas e externas. Nesse momento e para o futuro próximo, o anunciado processo de fusão — e

é esta a impressão que o leitor desprevenido tem que colher do Editorial — só poderia ser realizado sob o preço do abandono de posições fundamentais da Organização, como estão definidas no Programa Socialista. Isso o Editorial está pleiteando, mas dessa maneira meramente procura fazer pressão **de fora para dentro**, tentando criar fatos consumados para os companheiros no Interior.

4) Está evidente que os nossos companheiros participantes da revista fizeram uma série de concessões teóricas que se manifestam tanto no conteúdo como na própria linguagem.

Quando se veem formulações como a da **“luta contra a ditadura militar e a superexploração”**, só podemos perguntar: para que lutamos então? Para o restabelecimento da exploração capitalista comum?

Com a **“luta armada”** como “definição revolucionária” já tivemos bastante experiência. Por que se evita apresentar a revolução como insurreição do proletariado e dos trabalhadores do campo? E, finalmente, volta a **construção partidária** como tarefa a ser realizada, provavelmente com ponto culminante do processo de aproximação “político-ideológico”. Semelhante “partido” não passaria de fato de uma construção sectária e voluntarista que existiria à margem do proletariado, e não como partido da classe operária. Não é de admirar, nessas circunstâncias, que o Editorial em toda a sua extensão não entra em nenhuma tarefa concreta da vanguarda revolucionária no Brasil e em nenhum dos problemas agudos da sua luta de classes. Contenta-se em “construir”.

5) Quanto aos métodos do trabalho criticados, as nossas objeções foram confirmadas. Não tivemos oportunidade de discutir e propor emendas nem para o Estatuto, nem para o Editorial. Quanto ao Estatuto, recebemos um projeto, mas quando houve oportunidade de debate, o projeto já estava superado e elaborado um outro, que íamos receber em seguida. Quando o recebemos e mandamos as nossas críticas (num pra-

zo de 72 horas), o duvidoso texto já tinha sido aprovado pela redação, como fato consumado. No que diz respeito ao Editorial, o processo foi semelhante.

Queremos deixar claro que essas críticas não atingem os companheiros da APML e do MR-8, que nesse caso só devem justificativas às suas organizações. Estamos criticando aqui o desempenho dos nossos companheiros, que consciente ou inconscientemente passam por cima de decisões coletivas.

6) Temos de deixar claro que a orientação da revista *Brasil Socialista* não corresponde às posições da PO no Interior, tal como vêm sendo defendidas desde seu surgimento. Da mesma forma, a maneira da organização da redação da revista não se deu conforme os padrões do trabalho em frente, que costumam ser adotados pela Organização em tais casos. Por isso decidimos:

- convidar os companheiros que se identificam com a linha política da PO no Brasil a se demitirem do corpo de redatores e administradores da revista;
- entregar à redação uma declaração que esclareça esses fatos e que desminta a impressão causada pelo editorial no sentido da participação da PO na direção de *Brasil Socialista*;
- livrar da responsabilidade da redação; não há impedimento para colaboração assinada sob a condição de a liberdade de exposição das nossas posições estar garantida, mesmo quando se chocarem com a orientação impressa pela revista.

# PALAVRAS NECESSÁRIAS\*

1) Hoje está patente que o Recuo foi necessário e indispensável para a sobrevivência da Organização.\*\* Isso diz respeito tanto à diminuição das atividades quanto à suspensão temporária do Órgão Central. A discussão interna se impôs. As medidas até aí foram acertadas, em virtude da linha voluntarista seguida após a cisão e cuja continuação teria tido consequências calamitosas para a Organização. Em princípio, o problema consistiria na adaptação das atividades às condições reinantes — à fase de descenso. Mas, como essa adaptação não se tinha dado em tempo, forçosamente tinha de tomar a forma do Recuo.

A suspensão do Órgão Central\*\*\* nestas circunstâncias justifica-se não só por motivos de segurança. A função do Órgão Central consiste em formular e divulgar a linha mestra no decorrer da luta. Quando esta linha está posta em questão pelo choque com a realidade, o próprio jornal perde a sua eficiência (sinal é que, em sua última fase, o PO tinha se transformado em órgão de agitação e de denúncias).

Achamos acertadas essas medidas enquanto se davam sob o lema de “um passo para trás, para dar dois para frente”. Acontece, entretanto, que os passos para a frente não foram ensaiados ainda. Criou-se um ponto morto. Foi criado porque

---

\* Texto escrito por Érico Sachs em janeiro de 1975, na Alemanha, assinado com o pseudônimo Ernesto Martins, destinado a intervir no debate interno da OCML-PO.

\*\* Originalmente escrito como “O.”, designa uma Organização clandestina que não podia ser registrada pelo nome por razões de segurança. Neste caso, refere-se à OCML-PO.

\*\*\* Trata-se do jornal *Política Operária*, órgão central da OCML-PO.

a discussão então iniciada não conseguiu ligar os debates teóricos à prática diária. Neste sentido, ainda não se conseguiu superar as falhas de método do PTCP.\*

2) O PTCP foi uma tentativa de codificar uma tática da Organização em determinada fase das lutas de classe no país. Revela uma boa compreensão dos métodos de lutas de uma fase passada, mas não daquela para a qual foi escrita. Além disso, sofre a constante mescla de noções doutrinárias, estratégicas e táticas que são tratadas no mesmo nível. Os problemas essenciais de crítica ao PTCP já foram expostos pelos companheiros B. e O. e outros, e, em parte, na própria autocrítica do CN, mas um problema fundamental não foi tocado. Trata-se do fenômeno da elaboração de um “plano” conforme o qual devia se desenrolar a atividade da Organização em determinada conjuntura. O próprio PTCP justifica a sua razão de ser com um precedente histórico. Cita *O que fazer?*, de Lenin, como um “plano”: “O plano mais concreto e mais prático do que cabia fazer na Rússia de 1902 para preparar as massas para o futuro assalto ao poder”.

É verdade que Lenin tinha apresentado um “plano” em *O que fazer?*, mas não um plano “tático”. O que visava era concretamente à construção do partido revolucionário. A fundação do P.,\*\* naquela altura, já era ponto pacífico. A maioria dos círculos e grupos marxistas existentes na Rússia de então se empenhava para esse fim. As divergências que existiam diziam respeito a sua estrutura e seu funcionamento — isto é, principalmente ao seu estatuto. Lenin podia então apresentar um “plano” para a solução desse problema, porque lidava com fatores conhecidos e ponderáveis: os círculos dos revolucionários, os quadros da futura organização. Lenin, todavia, nunca

---

\* *Plano tático de construção partidária* (PTCP), documento da direção da OCML-PO.

\*\* Partido.

apresentou “planos” para realizar determinadas táticas; estas consistem sobretudo em métodos de luta para atingir determinados fins. E muito menos chegou a apresentar um “plano” para preparar as massas para o futuro assalto ao poder. Isso, inclusive, teria sido um “plano estratégico”, uma tentativa de enquadrar as lutas de classes em planos preestabelecidos, e o marxista Lenin certamente estava longe desta tentação.

3) Nós não estamos tão imunes a tais perigos. Isso mostra a maneira como surgem palavras de ordens e tarefas que facilmente se transformam em chavões. De uns tempos para cá, por exemplo, lê-se reiteradamente na nossa literatura da necessidade da “construção do Partido revolucionário”. O que significa isso na prática?

Existe, por acaso, no país, a matéria-prima para colocar essa perspectiva num futuro próximo ou médio? Existe esse movimento revolucionário ainda não coordenado, ao qual se impõe a necessidade de atuar em forma de partido? E o proletariado brasileiro já passou por aquelas mudanças qualitativas que só se adquirem em fases de lutas de classes agudas, mas que são igualmente necessárias para a fusão de um movimento operário com o marxismo? Não basta citar *O que fazer?*, companheiros. É preciso estudar em que condições foi escrito, qual a base material para a colocação dos problemas.

Se nós, na fase de ascensão das lutas operárias, e mesmo na clandestinidade, na época das cisões no PCB, falamos da necessidade da formação de um Partido revolucionário da classe operária, descrevemos as perspectivas de um processo histórico, resultado do aprofundamento das lutas de classes. Encaramos a formação deste Partido como salto qualitativo, resultado de uma mudança radical nas relações de classes no Brasil. Significaria que uma fração importante do proletariado brasileiro teria se livrado da tutela burguesa, do populismo, do reformismo etc., pois sem a presença física da classe qualquer partido seria uma ficção.

Querer transformar essa perspectiva histórica em **tarefa** para a Organização é puro voluntarismo. E que fique claro, é voluntarismo não só porque atualmente atravessamos uma conjuntura de recesso do movimento operário. Não é pela propaganda do partido nem pela agitação em torno dele que o proletariado brasileiro chegará a ter o seu partido revolucionário. A classe operária não luta e não se movimenta em torno da “construção do partido” (só intelectuais podem querer ver a luta de classe sob esse ângulo). A classe operária luta por reivindicações econômicas e políticas muito concretas, que temos de saber captar, definir e desenvolver. É no decorrer dessa luta, na medida em que adquire a sua maioria, que o proletariado se organizará dentro e em torno do partido revolucionário, como instrumento mais eficaz na guerra de classes. A formação do Partido, para nós, continua dentro das perspectivas das lutas de classes no país, inseparável do processo social de um proletariado politicamente independente, mas só pode ser resultado dessas lutas e desse processo. E aí só somos um fator entre muitos.

4) O voluntarismo manifesta-se também — como não podia deixar de ser — em nossa linguagem política, isto é, na nossa literatura. Afirmções categóricas podem dar a impressão da presença de princípios revolucionários inquebrantáveis, mas o marxismo não consiste em princípios abstratos. É, antes de tudo, um método do conhecimento de uma realidade social e a sua consequente prática.

O PTCP, por exemplo, começa dizendo: “Um programa revolucionário comunista tem o papel de traçar os caminhos para a tomada do poder político e para o estabelecimento da ditadura do proletariado”.

Vamos deixar de lado aqui o fato de essa definição não ser muito correta do ponto de vista teórico. O caminho que teria de “traçar” seria o da abolição da sociedade de classes, da exploração do homem pelo homem, da conquista do so-

cialismo. A tomada do poder e a ditadura do proletariado são marcos nesse caminho, mas não o fim. Mas, deixando isso a um segundo plano, seria mais justo dizer que o programa tem o papel de traçar o caminho **possível** para a realização dos objetivos. Um programa coloca às massas oprimidas uma alternativa à sua situação. Embora, para nós marxistas, haja uma relação causal entre a possibilidade e sua realização, essa não é mecânica (um estudo do *Anti-Dühring*, de Engels, seria útil nesse contexto). Em segundo lugar, um programa marxista também não tem esse caráter místico de representar uma verdade eterna, de uma vez por todas. Depende sempre do estado de conhecimento da realidade, das mudanças dessa própria realidade e das experiências colhidas na luta de classes. Muitos programas bons e justos em determinadas épocas tiveram de ser mudados, porque não correspondiam mais às necessidades. Isso se deu justamente por ser o marxismo uma doutrina viva, que se desenvolveu e continua a desenvolver-se. Por outro lado, não se deve querer tornar absoluto o papel do programa.

Basta lembrar que bolcheviques e mencheviques tinham aceitado o mesmo programa em 1903, o que não impediu que seguissem caminhos diferentes em seguida.

E finalmente, para tratar do nosso caso, os companheiros nunca refletiram sobre o fato de o nosso programa não responder mais a muitos problemas nacionais e internacionais que se esboçaram nos últimos anos? Isso no momento não é grave e não precisa ter consequências se a Organização raciocinar e agir dialeticamente (se isso não for o caso, também o melhor programa não adianta). Não estamos aconselhando modificações precipitadas, mas não há dúvida de que teremos de enfrentar a questão numa próxima fase de luta de massas, quando estivermos novamente em situação de apelar diretamente ao proletariado.

Quem lê a introdução ao PTCP tem forçosamente a impressão que o futuro da revolução proletária depende, antes de

tudo, de um programa revolucionário correto. É verdade que há uma ressalva no sentido de que existem “conjunturas partculares, a depender da correlação de forças entre a revolução e a reação, a depender das forças revolucionárias já organizadas e a depender do ânimo da classe operária”.

Mas, será que cada fase das lutas de classes pode ser enquadrada simplesmente no esquema “revolução contra reação”, como já estivéssemos à beira de uma guerra civil? E o que é esse “ânimo” da classe operária, do qual depende a “tarefa da transformação do programa em força material”? Será que o amadurecimento dos antagonismos no seio da sociedade agora se mede em “ânimos” ou “desânimos”? Deveras, seria uma concepção materialista da história estranha e sabemos que ninguém na Organização a defenderia teoricamente. Na prática, porém, é pelos mesmos padrões que se opera com conceitos como “penetração na classe operária”, “formação da vanguarda”, “formação de lideranças operárias” etc., que justamente por serem elevados a princípios abstratos perdem o conteúdo real.

Escrevemos muito sobre “revolução”. Usamos e abusamos do termo como substantivo, como adjetivo e como advérbio. Mas muito pouco encontramos, tanto no material do CN\* quanto no da discussão, sobre os problemas do proletariado e da sua luta latente, que nunca cessa. Creio que com semelhantes colocações e com semelhante linguagem só poderíamos ter contribuído para encurtar a vida dos Grupos Operários Independentes. Pois, se apresentamos tais posições a eles, nada podiam ter feito para “transformá-las em força material”. As nossas tarefas de hoje são muito menos sonoras e mais concretas e, por isso, mais difíceis de enfrentar. Aí, não bastam “pratos feitos” de ontem, também a linguagem tem de adaptar-se às tarefas, para que haja comunicação.

---

\* Comitê Nacional da OCML-PO, órgão dirigente da Organização.

Creio que podemos aprender algo com a prática militante de Marx. Quando este redigiu a *Mensagem Inaugural* e os *Estatutos da Primeira Internacional*, amigos objetaram a moderação da sua linguagem, em comparação com a usada no *Manifesto Comunista*. “É preciso de tempo”, escreveu Marx então a Engels, “para que o movimento novamente despertado permita a antiga audácia da linguagem”. Explica que o problema naquele momento era tomar a situação existente como ponto de partida, para levar o movimento às alturas do *Manifesto*.

5) O que significa o presente recesso para nós?

Muita coisa justa foi dita na discussão interna, mas é preciso ter a coragem de dizer as coisas por inteiro e não recuar as consequências que se impõem. Antes de tudo, temos que ver que a presente conjuntura nos fez recuar a uma fase de trabalho artesanal.

Quero prevenir aqui um possível mal-entendido. “Artesanal” é usado frequentemente no sentido pejorativo, principalmente depois de algumas traduções deficientes de obras de Lenin. Mas Lenin usou um termo (*custarnitchestvo*) que corresponde a um artesanato mal aprendido, isto é, o que costumamos chamar de diletantismo. Aqui, estou me referindo a um trabalho artesanal competente.

O trabalho, nessa conjuntura, tinha de ser artesanal não só porque as condições objetivas restringiam o raio de ação de cada quadro nosso, seja na fábrica, seja na universidade. Não só, também, porque nos obriga a proteger ao extremo os nossos quadros, porque substituí-los era difícil e demorado. Tinha de ser artesanal, principalmente, porque as condições dessa fase da clandestinidade impediam praticamente atividades de agitação. A nossa atividade externa primordial, nessa fase, tinha de ser a propaganda — entendendo propaganda como atividade política, na qual um conjunto de ideias é levado a um número restrito de pessoas.

Era a formação de pequenos círculos operários — ou mesmo de contatos individuais — que tinha de representar a espinha dorsal das nossas atividades clandestinas nessa fase de ilegalidade (e isso tinha de ser um trabalho ilegal, pois, como já foi dito, não se formam quadros revolucionários em ambiente de legalidade no Brasil de hoje). Tratava-se de um trabalho paciente do qual não se podia esperar resultados a curto prazo nem se podia exigir dos operários que transformassem imediatamente os seus novos conhecimentos em atividades. Tratava-se meramente, e para o futuro próximo, de estabelecer, manter e aprofundar essas ligações.

Para reunir esses operários, não se pode tomar o nosso programa como ponto de partida, é preciso saber, antes, interpretar para eles a realidade atual. O ponto de partida tem que ser os seus problemas concretos e devemos tratar deles numa linguagem que entendam. Só assim podem ser levados, sem assustá-los, a compreender colocações do programa e poderá ser elevado o seu vocabulário político.

São estas as justas dimensões sob as quais se pode encarar, nessa fase, problemas como a “penetração na classe operária”, “formação de lideranças operárias” etc. Trata-se, simultaneamente, de uma formação de quadros operários. Não de quadros militantes, pois enquanto não passarem por lutas, não é aconselhável encará-los como tais e querer integrá-los na Organização. Mas será uma escola de formação militante para os nossos quadros, que aprenderão a lidar com problemas operários, expor questões políticas e usar uma linguagem compreendida e aceita no proletariado. Esse gênero de atividade, artesanal competente, teria sido a única maneira de “acumular forças” no meio da classe na ainda presente conjuntura e de melhorar as nossas posições de partida na próxima mudança de conjuntura.

É evidente que não é toda atividade da Organização no seio do proletariado que se desenvolve nessas bases. Há conta-

tos em diversos níveis. Mas, independentemente do nível que for, temos de ter consciência de que não somos nós, nem a esquerda em geral, que na presente fase podemos determinar o ritmo das lutas de classe no país. Tem de deixar para a classe a decisão de quando e como recomençar as lutas.

6) Também é evidente que os nossos contatos diretos com a classe operária — embora sejam o nosso pão de cada dia — não esgotam as atividades políticas da Organização. Outro campo representam as correntes de esquerda de tendência proletária sobre as quais tenhamos de influir. Desconhecemos, aqui, os detalhes da situação como se criou nos últimos anos e só podemos julgar os fatos à base de experiências do passado.

Fato é que, na presente situação, o problema da acumulação de forças que indubitavelmente existe deve ser colocado de um ângulo qualitativo. Creio que há uma concordância geral de, em tempo de recesso, não ter sentido colocar o problema da fusão com outras Organizações. Mesmo a absorção de grupos fechados não é aconselhável quando não for precedida por luta comum, por uma prática comum, que corrobore as posições teóricas postuladas. Estas só, principalmente quando vindas de um ambiente estudantil, não bastam para garantir uma militância comunista, e qualquer impaciência nesse sentido, em vez de nos fortalecer, levará para dentro da Organização problemas que já superamos. Para acumular forças em ações isoladas e na medida em que surgirem possibilidades de ações de vulto maior e mais frequentes, bastam frentes e acordos restritos, formais e informais.

7) Uma condição *sine qua non* para que a Organização se adapte finalmente às tarefas da presente conjuntura e se prepare para enfrentar as da próxima, é que coloque a discussão interna em bases militantes e que procure amarrar os resultados mediante a formulação de uma Declaração Política que permita, de imediato, uma prática comum e consequente.

Isso não precisa nem deve prejudicar os debates de outros problemas fundamentais, principalmente dos que dizem respeito à análise das perspectivas do futuro.

A DI\* foi prejudicada, a nosso ver, pela maneira como o referendo foi realizado. Sem dúvidas, tratou-se de uma tentativa de solução democrática, mas tinha de falhar, porque era um documento só, sem alternativa palpável, que chegou a ser apresentado às bases. Sem a apresentação de posições alternativas, não podia haver solução para o impasse. Não há dúvida de que, com a continuação dos debates, começaram a surgir do seio da própria Organização, ao lado de críticas justas, também posições que podem levar a uma alternativa prática. Se isso não se deu ainda de maneira a superar o problema (pelo que podemos julgar à base do material recebido), deve-se isso à falta de uma atitude militante dos contribuintes na discussão. Parte-se, às vezes, de premissas muito remotas para chegar aos problemas vitais da Organização. Muitos problemas teóricos tratados nos debates ou não têm nenhuma relação direta com os temas dos debates, ou então são tratados em nível de abstração tão alto que qualquer relação com a prática da Organização se torna mera coincidência. Mas, “a verdade é concreta”, já disse Lenin, e isso diz respeito também à fundamentação teórica de uma linha política prática.

Um exemplo evidente de como não encarar o problema é o trabalho da célula 200, que mais se parece com o resultado de um seminário universitário do que com o produto de debates entre militantes comunistas. Apresentado como “Contribuição à discussão sobre conjuntura e linha tática”, dedica quase 50 das 52 páginas a considerações teóricas bastante ecléticas que, em vista da preeminência dos problemas atuais, bem poderiam ficar para uma data posterior. De resto, as poucas considerações sobre a linha tática desembocam numa citação meio duvi-

---

\* Discussão interna.

dosa de Ruy Mauro Marini, sem entrar na prática oportunista que levou aquele autor a romper com a Organização. Formulações teóricas em nível de abstração tão generalizado, que ainda permitem uma prática oportunista, não podem oferecer uma perspectiva de solução dos nossos problemas.

O problema fundamental da Organização, como um coletivo de militantes, é de manejar o seu armamento teórico em função das suas necessidades práticas imediatas e mediatas. Por isso mesmo, uma Declaração Política que defina a posição na atual conjuntura deve ser elaborada no país e terá que ser obra dos próprios participantes da luta.

8) Indispensável para uma coordenação das atividades internas e externas da Organização parece-nos a nova saída do Órgão Central da PO.

O achamos indispensável para a solução dos problemas internos, o encerramento produtivo da discussão e a orientação constante dos militantes na sua vida política. Mas é indispensável, também, a um prazo maior, para reafirmar o papel político da Organização no país.

O que precisamos, nesse momento, não é de um jornal de denúncias nem de agitação. Podemos dispensar tranquilamente títulos artísticos, que tomam mais páginas, ou caricaturas de páginas inteiras. O que precisamos é de um jornal **político** para quadros, que se dirija ao potencial latente da Esquerda e àquilo que uma das contribuições da DI chamou de “camada de vanguarda da classe”. O que precisamos é de um jornal que forneça a esses círculos e grupos, continuamente, análises da realidade nacional e internacional e uma perspectiva realista de luta. Tal órgão não precisa de tiragens excessivas. Sua circulação não pode nem deve ser ampla, e, sim, dirigida para os setores que nos interessam. Deve ter uma tiragem estritamente necessária, para evitar riscos de segurança desnecessários. Pela mesma razão, é aconselhável que não apareça em datas fixas, mas quando houver necessidade. Em princípio, quatro a seis

números por ano bastariam para o início. Dessa maneira, já funcionará como instrumento principal da Organização, para elaborar e divulgar as suas posições, e preparará as premissas para o surgimento de uma literatura de agitação e de propaganda, na medida em que a situação o permitir e exigir.

9) Talvez se coloque nesta altura, principalmente para os companheiros mais jovens, a pergunta: o que representamos de fato, qual o nosso papel na conjuntura atual e no futuro das lutas de classes?

É um questionamento justificado. Quanto mais nitidamente soubermos distinguir o nosso possível papel nas lutas de classe no país, tanto maior a possibilidade de nós o desempenharmos. Pelo que foi dito, deve ser claro para nós que não somos nenhum “Estado-Maior socialista” — nem mesmo automeado (automeações nem sempre correspondem a situações reais). Não dispomos de tropas para movimentos estratégicos nem podemos alegar que preenchemos esta função em estado potencial, com vista ao futuro. O futuro “Estado-Maior” terá de surgir do seio da classe e só faremos parte dele na medida da nossa presença na classe.

Mal podemos afirmar sermos uma “Organização de combate”, pois pelo menos durante os últimos anos se tornou muito problemático para nós preencher essa função. Temos de ter clareza que não conseguimos preencher esse papel, porque não soubemos escolher o terreno e o nível de luta contra o regime. Apesar disso, a perspectiva de nós nos tornarmos uma Organização de combate é realista, se for visada dentro da perspectiva da realidade material existente. Nenhum comando responsável lançará levianamente uma unidade à luta, sem essa estar preparada para isso. Não lhe indicará tarefas acima das suas forças de realizá-las. Observará cuidadosamente o seu reino individual e coletivo — sua formação e seu amadurecimento — antes de escolher terreno e métodos de luta. Assim mesmo, como Organização de combate, só seremos uma entre outras.

Não seremos os únicos que combaterão o regime nem mesmo os únicos que têm a revolução socialista na sua bandeira. Como Organização de combate, só atingiremos uma fração mínima do proletariado e dos trabalhadores do país.

Sempre pleiteamos constituir uma vanguarda revolucionária da classe operária. Uma vanguarda dessas se pode constituir de duas maneiras: ou como camada ou como setor mais combativo do proletariado, que lidere empiricamente, mas de fato. A classe ou uma vanguarda política que se destaque “da grande massa do proletariado pelo conhecimento teórico das condições, do caminho e dos resultados gerais do movimento proletário” (*Manifesto Comunista*).

Não há dúvida de que, na medida em que preenchemos esse papel, é o segundo caso que nos diz respeito. Para poder continuar a fazer jus ao papel, é preciso poder aplicar esses conhecimentos gerais a cada fase da luta, para interpretá-la aos demais. Também não basta só elaborar essas posições justas, é preciso dispor dos instrumentos para divulgá-las e irradiá-las.

Mesmo dispondo de todas essas premissas, isso não garante, ainda, uma posição de liderança real que, nas circunstâncias atuais, seria irreal pretender. Por enquanto, só podemos funcionar como um catalisador de um processo objetivo que não inventamos, que se dá independentemente das nossas vontades e cujo próximo estágio será a formação política da classe operária no país.

Como vanguarda política, como organização militante de comunistas, já obtivemos o nosso batismo de fogo, já desempenhamos e podemos continuar a desempenhar esse papel. Os nossos desvios e insuficiências, os devemos encarar como doenças infantis, no caminho do crescimento qualitativo. Nunca devemos esquecer que nós também somos um produto do ambiente no qual surgimos, da sociedade na qual atuamos, e que de certo modo refletimos o nível geral

das lutas de classes no país. Também como vanguarda temos de aprender e assimilar a dialética da luta. Já foi dito que comunistas não caem do céu, nem individualmente, nem como coletivo. Eles se tornam comunistas errando; erram porque lutam e aprendem porque é na luta que se dá o encontro entre a teoria e a prática.

# COMO APRENDER, COM QUEM APRENDER

*Sobre as considerações de Raul Villa a respeito da luta por “Direitos Democráticos”\**

Estou em situação meio incômoda. Tenho que entrar num debate público, desencadeado por uma carta pessoal. Em agosto do ano passado escrevi ao companheiro RV, transmitindo-lhe uma série de críticas e dúvidas sobre a linha política do MIR chileno depois do golpe militar. Dirigi essa carta a ele justamente por considerá-lo mais qualificado, em virtude da sua dupla experiência, colhida tanto no Brasil como no Chile, para responder às minhas dúvidas. Isso não se deu. A carta, como tal, nunca foi respondida. Em troca, RV veio a público, no início deste ano, com um documento intitulado “Sobre as considerações do companheiro EM a respeito da linha política do MIR”, que antes de representar uma contribuição para um debate objetivo dos problemas levantados, constitui uma polêmica em torno de posições já definidas e fechadas. Tenho de seguir, portanto, o terreno escolhido por RV, mas quero deixar claro que muitas das formulações da carta, reproduzidas por RV no seu documento, não eram destinadas à divulgação. Mesmo o simples fato da solidariedade com os companheiros do MIR, organização cujo

---

\* Texto escrito em fevereiro de 1975 por Érico Sachs sob o pseudônimo de Ernesto Martins (EM) em debate com Eder Sader (Raul Villa), publicado nas revistas *Marxismo Militante* — *Exterior* nº 1 e *Marxismo Militante* nº 4.

papel durante os anos críticos do governo da Unidade Popular sabemos avaliar, evitaria que tomássemos uma posição pública, que pudesse ser interpretada como um ataque frontal e fornecer munição aos seus críticos da direita, lá e cá.

Em primeiro lugar, tenho que defender-me de certos recursos polêmicos, dos quais RV lança mão no seu documento. Quando, entre outras, manifestei a minha surpresa com o “baixo nível das definições dos regimes com os quais tinham ou têm de lidar”, referi-me concretamente ao documento do MIR *La dictadura gorila en Chile y la táctica de los revolucionários*, que formula as suas posições depois do golpe militar, salientando ainda que “representa um passo atrás em relação às análises anteriores”. Passando por cima desta segunda parte da observação, RV pretende dar a impressão de que eu teria dado uma avaliação geral do MIR — o que lhe permite mostrar-se extremamente indignado e essa indignação não para até o fim de seu trabalho.

“Pois na verdade” — declara logo na primeira página — “minha opinião é que o rigor atingido pelo MIR na definição dos regimes (da formação social chilena), de cada governo (UP, Frei, Junta Militar), de cada composição de força, de cada tendência e de cada período ou conjuntura, é algo inusitado em nossa esquerda revolucionária”.

Para provar o rigor atingido no referido documento, RV acusa-me de ter “truncado” uma citação. Trata-se da seguinte:

**A UP (Unidade Popular) constituiu um governo pequeno-burguês de esquerda, expressão de uma aliança entre restos burgueses de um velho bloco histórico dominante (fração do PR), o reformismo operário (PC) e o centrismo de esquerda (PS — MAPU\*).** Sua base social de

---

\* MAPU — Movimento de Ação Popular Unitária. Partido político fundado em 19 de maio de 1969 por Rodrigo Ambrosio, vinculado ao campesinado e movimentos estudantis universitários.

apoio foi constituída inicialmente por um amplo movimento (que incluía importantes setores da pequena burguesia, da classe operária e de pobres do campo e da cidade). O projeto político da UP foi em essência e prática o modelo reformista.

Grifei aqui a parte por mim citada na carta, onde deixei reticências para o resto. Tinha feito esta citação parcial, justamente por tratar-se de uma carta cujo destinatário estava de posse do documento. O que pretendi chamar a atenção do companheiro RV, entretanto, é que essa definição sumária de maneira nenhuma pode esgotar o caráter e a significação do governo da UP. Tampouco me parece que a “aliança entre os restos burgueses de um velho bloco histórico”, o Partido Radical, de um lado, e o movimento operário reformista e centrista, era o seu traço mais saliente. O “velho bloco histórico” seria justamente, no caso, a coligação entre um partido da burguesia chilena, o PR, com o movimento operário, que se deu mais nitidamente sob a “Frente Popular”.

O paralelo me parece falho. Durante a época da Frente Popular, o Partido Radical era um dos partidos da classe dominante chilena, que se apoiava em largos setores da classe média. Este papel já tinha perdido na época da UP. Desgastou-se e teve de ceder este lugar à Democracia Cristã. Dentro da UP, onde teve um papel secundário, não representou mais a classe dominante, e, sim, camadas restritas da pequena burguesia, as quais ainda conseguiu manter sob sua influência. Ao mesmo tempo refletiu a situação dessas camadas pequeno-burguesas, quando se cindiu no decorrer do aguçamento das contradições de classe. A ala direita abandonou a UP e a ala esquerda declarou-se “marxista”.

Isso significa que, em termos de apoio social, a composição do governo da UP era diferente. A classe dominante não estava mais representada — pelo menos até a inclusão dos militares no governo. Até aí o governo se apoiava de fato na

classe operária, em trabalhadores rurais e camadas pequeno-burguesas urbanas. Foi o que permitiu (e obrigou) a Unidade Popular a lançar-se à luta com um programa socialista. O reformismo se manifestou, antes de tudo, nos métodos para realizar o fim proposto.

Por isso achamos que o governo da UP — estamos nos referindo sempre à sua primeira fase, sem os militares — se aproxima do tipo de Governo de Transição, que na Internacional Leninista foi caracterizado como “Governo Operário e Camponês”, isto é, um governo formado contra a vontade da classe dominante, sustentado pela classe operária e seus aliados, que, todavia, ainda não deram o passo decisivo para a conquista do poder e a consequente transformação qualitativa da sociedade. Não nos consta que o MIR tenha encarado, do ponto de vista teórico, a questão desse ângulo (pelo menos não vimos documento ou debate nesse sentido). Na prática, porém, agiu conforme as necessidades decorrentes da situação. Seu apoio crítico dado ao governo, de fora, resguardando ao mesmo tempo sua absoluta liberdade de crítica, foi a atitude mais consequente que podia tomar nas condições concretas do surgimento do Governo de Transição no Chile.

Todos esses problemas se perdem simplesmente na citada definição do recente documento do MIR. Por isso achei “um passo atrás em relação às análises anteriores”. Não dispomos de material original do MIR, da época, para poder fazer uma comparação, mas podemos lançar mão da autoridade do companheiro RV para nos tornarmos mais claros, se não o fomos. Pouco depois da posse de Allende, RV escreveu um artigo no qual se preocupa justamente com este aspecto da questão. No seu “Chile entre a legalidade burguesa e a revolução socialista”, afirma ainda: “E o Partido Radical, organização da classe média que é a esperança da moderação no governo, permaneceu com apenas 8% dos votos, revelando ser uma força secundária dentro da UP”.

E em seguida declara:

Já o reformismo desse programa não é o reformismo reboquista típico dos PC do continente. O fato do PC e PS serem partidos de forte composição operária, de terem de competir pela liderança de uma classe com grandes tradições de luta e ampla organização sindical, de terem de combater a alternativa reformista burguesa que atingiu o poder com a DC, levou-os a um programa mais marcadamente antikapitalista, que contrasta com as idealizações pró-burguesas de um PC brasileiro ou argentino, por exemplo.

Mais adiante, verifica que:

Se o programa da UP fosse julgado apenas por essa parte (análise da situação geral e caráter das grandes transformações econômicas) não hesitaríamos em chamá-lo de revolucionário, perdoando indefinições populistas que pontilham o documento. Mas o caráter reformista do programa é afirmado fundamentalmente pela sua estratégia quanto ao poder político.

Essas poucas citações do artigo de RV, que chegou a ser traduzido para o francês e o alemão (*Le Chili entre la Legalité Bourgeoise et La Révolution Socialiste. Les Temps Modernes* n° 310, maio de 1972, Paris; *Chile Zwischen Bürgerlicher Legäilitat und Sozialistischer Revolution. Probleme des Klassenkampfes* n° 3, maio de 1972, Berlim) e que na época representou de fato um dos poucos trabalhos informativos dos problemas chilenos publicados na Europa, mostram que naquela época, pelo menos, o seu autor não se satisfaz com lugares comuns sobre “blocos históricos” e “reformismo”.

Outra onda de indignação foi desencadeada por uma crítica minha à afirmação sumária do documento, no sentido

de que o gabinete UP-generais tenha sido “imposto por uma fração burguesa (o freiismo)”.

Não acho que se trata de um problema fundamental; tais divergências de interpretação ainda não provocariam contendas maiores entre revolucionários. Achei a formulação simplesmente leviana e sintomática para o nível geral do documento. O companheiro RV, no seu afã de defender a invulnerabilidade do texto todo, faz preceder os seus argumentos (ou já é argumento) de memorável exclamação: “Me espanta sim a segurança com que o companheiro, a milhares de quilômetros de distância, estabelece que ‘evidentemente’ o gabinete UP-generais ‘não foi imposto pela fração burguesa’”.

Deixando clara, assim, a minha pretensão descabida, prossegue a argumentação dizendo:

Primeiro, a entrada dos generais foi reivindicação da DC para a) segurá-lo por dentro e b) obrigá-lo a se opor ao processo embrionário de criação de um duplo poder, que se desenvolvia em 1972. Segundo, Allende resolveu ceder à pressão democrata-cristã, mas através da promoção de oficiais “legalistas” e sem um acordo direto com a DC.

O companheiro que me permita dizer que essa argumentação não convence, apesar das fontes literárias citadas, pois ela se choca com fatos. Mesmo a milhares de quilômetros de distância chegamos a perceber que a formação do governo UP-generais foi resultado do boicote dos caminhoneiros, fato que nem sequer entra no seu esquema apresentado. Esse boicote, que conseguiu levar em 1972 a vida econômica do Chile à beira do caos, representou o primeiro auge de uma campanha de pressão, levada avante por toda a classe dominante chilena — e não só por uma fração — contra o governo da UP.

A classe dominante chilena estava dividida, no sentido de que a sua maioria ainda acreditava poder derrubar o go-

verno dos trabalhadores mediante a tática do estrangulamento econômico. Mas a fração mais radical, que já então não confiava nesses métodos, nem por isso deixava de apoiar eficientemente o boicote e chegou a liderá-lo. O afamado líder do boicote, León Vilarín, foi expoente político da extrema direita. Foi a essa pressão, a de toda a classe dominante, da cidade e do campo, que Allende cedeu em outubro de 1972, selando, assim, o seu destino de setembro de 1973. Naquele momento, porém, a medida foi apresentada pelos reformistas (depois de certas hesitações) como mais um golpe genial do presidente. Conseguiu acabar com o movimento do boicote. A oposição, que naquela altura via na entrada dos generais no governo um ato de traição, graças ao qual Allende sobreviveu, recuou, porque não quis arriscar um conflito com o Exército, e esperou a sua vez.

Em segundo lugar, tenho que confessar que não sei dessas promoções de última hora, que RV alega terem precedido a entrada dos generais. Se as houve, não podem ter tido essa importância atribuída, pois o dispositivo do general Prats, que de fato garantiu o governo naquele momento, tinha sido formado em seguida ao assassinato do general Schneider, antes de Allende tomar posse.

Em terceiro lugar, tenho as minhas dúvidas sobre a afirmação de que a DC tenha esperado, com a entrada dos militares no governo, uma oposição ao duplo poder. Entre outras razões, porque o processo do duplo poder só começou mesmo a se fazer sentir em consequência do movimento do boicote, como resultado desse primeiro auge do confronto.

Finalmente, o próprio RV contradiz a sua afirmação anterior, quando admite que a entrada dos militares não se deu conforme as reivindicações da DC, isto é, não correspondia nem pela forma, nem pelo momento escolhido às aspirações dessa “**uma** fração burguesa”.

Para encerrar este aspecto da questão, repito que não o acho fundamental. Se dediquei aqui mais espaço do que talvez

mereça, é para dar ao leitor menos prevenido uma ideia da problemática do debate.

Fundamental, sim, acho outro aspecto do problema, que levantei na crítica e que o companheiro RV soube contornar pelo silêncio. Quando pus em dúvida o nível das definições dos regimes, com os quais o MIR tinha ou tem que lidar, o passado aí serve mais como ilustração, muito mais consequências tem a caracterização da ditadura militar atual. Das formulações deficientes do documento a respeito de experiências passadas, pode-se dizer que representam um passo atrás em relação a outras já feitas. Mais graves serão as consequências de uma falsa avaliação da ditadura militar, pois se trata do terreno sobre o qual os companheiros chilenos têm de desencadear a sua luta atual e futura. Foi este aspecto da questão que mais me preocupou, mas é justamente aí que RV se esquivou. Não sei se devemos tomar esse silêncio, sobre essa parte das definições do documento do MIR, como concordância tácita no sentido que a caracterização da ditadura militar é indefensável, mas não podemos simplesmente passar por cima da questão, pois esta encerra as chaves para problemas debatidos em seguida.

## DITADURA E CLASSE DOMINANTE

É a seguinte a definição do documento do MIR sobre a ditadura militar, citada na carta ao companheiro RV:

“A Junta Militar expressa a política de um setor da alta oficialidade, com forte apoio no corpo de oficiais, em aliança com um setor ultrarreacionário das classes dominantes, representantes dos interesses do grande capital, fundamentalmente industrial”.

O que primeiro chama atenção nessa formulação é o fato da Junta Militar só expressar a política de **um setor ultrarreacionário** das classes dominantes — fundamentalmente do grande capital industrial. Cabe a pergunta: em que consiste a classe dominante num país de capitalismo dependente, como o Chile?

Pelo grau de industrialização já atingido no Chile, ela consiste, antes de tudo, da burguesia industrial. Dela fazem parte igualmente as velhas oligarquias do campo, principalmente na medida em que se adaptaram ao processo de capitalização. Mas também o grande capital comercial interno e de importações e exportações. E por último, embora certamente não represente o setor menos importante, o capital financeiro e bancário, onde se reúnem e frequentemente sintetizam os interesses dos demais componentes da classe dominante nativa, de um lado, e, de outro, do capital estrangeiro. O chamado grande capital financeiro, que nunca é só financeiro, não é outra coisa do que o cume das classes dominantes, que em todo momento decisivo age e decide pela classe.

Para evitar mal-entendidos, queremos deixar claro aqui, de antemão, que nem as classes médias, nem os seus representantes políticos fazem parte da classe dominante, mesmo quando sob os regimes parlamentares anteriores administraram os negócios públicos da burguesia ou, como na luta contra o governo da UP, forneciam as suas tropas de choque, inclusive as forças armadas.

Torna-se incompreensível, portanto, por que o grande capital industrial aparece no documento simplesmente como **um setor ultrarreacionário**, como se houvesse outros setores no mesmo nível e menos reacionários. O documento do MIR não dá explicações a respeito. O companheiro RV tampouco.

Teria sido mais justo caracterizar a Junta Militar como expressão política dos interesses das classes dominantes, lideradas pelo grande capital. Isso, entretanto, também não esgotaria o assunto. Pois essa definição seria válida também para gover-

nos anteriores, como o de Frei, que foi um governo democrático-parlamentar e nada nos diz sobre a maneira particular com que uma ditadura militar cuida dos interesses da classe dominante. Ambas as formas de governo, Frei e a Junta, têm um denominador comum: são governos da burguesia. Importante para nós é justamente saber o que distingue as duas formas de governo da burguesia.

Mesmo correndo o perigo de ser chamado de “doutrinários” (a “superação do doutrinário” é o grito de guerra mais recente do companheiro RV), não podemos deixar de relembrar as nossas fontes, para clarear o problema, pois, como Lenin já observou, o marxismo é uma doutrina. Pedimos licença para voltar ao problema do Estado.

Em *Estado e revolução*, Lenin sistematiza a experiência marxista do estado da época. Citando Engels (das *Origens...*) sobre as vantagens que a república democrática oferece ao domínio do grande capital, Lenin comenta:

A república democrática representa o invólucro melhor possível do capitalismo e, por isso, depois de ter tomado conta desse melhor invólucro, o capital fundamenta o seu poder de maneira tão firme e tão sólida que **nenhuma** mudança, nem de pessoas, nem de instituições, nem de partidos da república burguesa-democrática, pode abalar esse poder.

Suponho que essa definição de Lenin seja tão bem conhecida que dispense mais comentários, mas quero lembrar que foi essa atitude, teórica e prática, frente à democracia burguesa, um dos motivos principais da fundação da Internacional Comunista. Esta, em sua plataforma de fundação, em 1919, declara: “A chamada democracia, isto é, a democracia burguesa, não é outra coisa senão a **ditadura velada da burguesia** (desaque meu, EM).

E é por ser velada que a república democrática é justamente o melhor invólucro possível da ditadura burguesa. Ao lado de garantias e direitos cívicos formais, oferece uma série de válvulas de escape, que vão da mudança de partidos desgastados, sem afetar o sistema, à divisão de poderes, que permite à burguesia controlar a legislação e a política diária. Mas — isso precisa ser destacado hoje em dia —, a república democrática só é o melhor invólucro possível enquanto o sistema capitalista funcionar sem maiores abalos do equilíbrio social, enquanto a burguesia puder governar, isto é, ditar. E isso, em épocas de aguçamento das lutas de classes, começa a não se dar mais.

O grande precedente histórico na sociedade burguesa moderna foi o golpe de Estado de Luís Bonaparte, em tempos de vida de Marx. Analisado e estudado pelo fundador do socialismo científico, os resultados desse estudo ainda ajudam a compreender os fenômenos contemporâneos.

O que foi o chamado bonapartismo? Uma ditadura, e uma ditadura **aberta** não velada. Segundo as características dadas por Marx no *Dezoito de brumário...*, principalmente, destaca-se antes de tudo por um reforço do Poder Executivo, às custas do Legislativo e do Judiciário. Marx fala de uma “autonomização do poder do Estado”. Entende com isso a autonomia que o poder estatal consegue não só da sociedade em geral (essa ele tem desde que se tornou Estado na sociedade dividida em classes), mas também em relação à classe dominante. “A luta parece desenvolver-se de tal maneira que todas as classes igualmente impotentes e igualmente emudecidas caem de joelhos diante da culatra do fuzil”.

O processo do reforço do poder do Estado é paulatino. Começou com Napoleão, mas: “Unicamente sob o segundo Bonaparte o Estado parece ter-se tornado completamente autonomizado”.

Para compreender o alcance das observações de Marx, é preciso ter em mente a crise pela qual a sociedade francesa

tinha passado. O levante do proletariado de junho de 1848 foi sufocado sangrentamente, mas a própria burguesia, dividida em frações, não estava em condições de governar. Marx, continuando no *Dezotoito de brumário...*, deixa claro que essa incapacidade de governar politicamente ameaça as suas próprias bases sociais:

Para que a calma se restabeleça no país, antes de mais nada, o seu parlamento burguês deve ser silenciado e para que seu **poder social permaneça inviolado o seu poder político deve ser quebrado**. Os burgueses particulares só podem continuar a explorar as demais classes e se regozijar sem preocupações com a propriedade, a família, a religião e a ordem, sob a condição de **que a sua classe seja condenada junto com as outras classes à nulidade política**. (Grifo do autor)

O Poder Executivo, porém, só aparentemente está acima das classes. A autonomia real conquistada é usada para impor os interesses da classe dominante, e aí se trata antes de tudo dos seus interesses históricos, e não forçosamente dos imediatos. O Executivo não pode agir de maneira diferente, pois ele mesmo é um produto da sociedade existente e não altera as suas bases econômicas e sociais: “Como autoridade executiva, que se tornou um poder autônomo, Bonaparte considera a sua missão salvaguardar a ordem burguesa”.

Salvaguardar a ordem burguesa é governar pela burguesia. Governar mediante uma ditadura aberta, sem rodeios ou pretextos. A própria burguesia não tem mais os recursos para intervir diretamente nos negócios de Estado. Teve de sacrificar voluntariamente ou involuntariamente os instrumentos de exercício do poder direto, dos partidos políticos, a chamada “liberdade de imprensa”, dos políticos de confiança ao Parlamento. Por isso essa forma de governo burguês mais tarde é definida por Thalheimer como **ditadura aberta e indireta** da burguesia.

Marx, posteriormente, numa retrospectiva da experiência bonapartista, em *Guerra civil na França*, fornece também os indícios das condições em que a burguesia sacrifica os seus instrumentos de ditadura velada e direta: “Na realidade era a única forma de governo possível numa época em que a burguesia já tinha perdido a capacidade de dominar a nação e em que a classe operária ainda não tinha adquirido essa capacidade”.

E isso diz respeito não só ao bonapartismo como também a todas as outras formas de ditadura indireta. Esse “empate” nas lutas de classes pode se dar devido a crises econômicas e políticas, mas se dá principalmente quando o proletariado se fortalece a ponto de pôr em perigo o domínio burguês sem, todavia, conseguir vencê-lo.

O bonapartismo não foi a única forma de ditadura indireta que o aguçamento das lutas de classes produziu. O fascismo foi outra. Não podemos nos estender aqui sobre as diferenças. Para nossa finalidade basta observar que o bonapartismo correspondeu mais às necessidades de uma burguesia industrial pouco desenvolvida, enquanto o fascismo só se deu em países-metrópoles, maduros, do capitalismo mundial. Esta forma de ditadura indireta da burguesia pressupõe a existência de uma pequena burguesia de cunho “anticapitalista”, isto é, de uma pequena burguesia ameaçada em sua existência pela centralização e concentração do capital e que se torna rebelde contra o grande capital. Não basta que esta pequena burguesia seja reacionária ou conservadora. Ela tem que sentir na própria carne os efeitos do capitalismo decadente. O “socialismo alemão” dos nazistas e a “nação proletária” dos fascistas italianos foram expressões dessa situação.

Nós, na América Latina, já tivemos a experiência de ditaduras bonapartistas. Tivemos o Estado Novo no Brasil e o peronismo na Argentina, que representaram formas de governo bonapartista adaptadas à realidade latino-americana. Não chegamos ainda a conhecer ditaduras fascistas. Embora não faltas-

sem tentativas de criação de movimentos fascistas, estes nunca foram capazes de desempenhar mais do que um papel auxiliar, por falta de bases sociais. A forma de ditadura indireta da burguesia, que se impõe no nível das lutas de classes atuais na América Latina, é a ditadura militar, tal como surgiu no Brasil em 1964 e, de forma mais brutal ainda, no Chile, em 1973.

## A DITADURA MILITAR “MODELO BRASILEIRO”

O que distingue as ditaduras militares “modelo brasileiro” das ditaduras latino-americanas tradicionais é justamente o fato de tratar-se, no nosso caso, de uma forma de governo do grande capital. As ditaduras tradicionais, sustentadas por oligarquias e ainda representadas pela paraguaia ou nicaraguense, se tornam mais raras, porque não correspondem mais às necessidades de um capitalismo dependente que se desenvolveu no hemisfério. O “modelo brasileiro” toma a função do fascismo onde este não encontrou condições para florescer (como o “modelo peruano” se aproxima mais ao bonapartismo). Chega a tomar emprestado do fascismo determinados traços, como a técnica de repressão e de propaganda, mas assim mesmo não é fascismo, não dispõe da capacidade de mobilização e do dinamismo ideológico desse.

Também no “modelo brasileiro” a classe média tem o seu papel funcional. Tem na fase de preparação e na do golpe e o tem posteriormente, fornecendo um apoio, ativo ou passivo, isso depende das circunstâncias. Como se trata de uma classe média conservadora, ainda defende o seu lugar dentro do desenvolvimento capitalista e deseja participar do crescimento. De maneira que em fase de expansão, o apoio se torna ativo e mais recalcitrante nos momentos de recesso econômico. Em todas as circunstâncias, é essa camada da sociedade que fornece não só os quadros para as próprias Forças Armadas, mas

igualmente os técnicos e administradores, de que os militares necessitam para poder governar.

A ditadura militar, sendo uma ditadura **aberta** da burguesia, só reforça as características do domínio do grande capital, da exploração e opressão das demais classes da sociedade; sendo uma ditadura indireta da burguesia, ela pode mais eficientemente impor o interesse da classe toda, não só contra as demais classes da sociedade, como também contra as tendências separatistas e o fracionamento nas próprias fileiras. Os mais fracos são sacrificados aos mais fortes, e o grande capital fala pela classe toda. E essa é a única maneira de unificar a classe burguesa nos momentos em que não se sente mais ameaçada. A força que o consegue sempre vem de fora, mas a força que o consegue no “modelo brasileiro” é o poder de Estado tornado autônomo e apoiado em baionetas.

Por isso, essa forma de ditadura militar é uma das variantes da ditadura **da** burguesia, e não de parte dela. É uma ditadura de classe, isto é, da classe inteira, e não de uma fração, de um “setor ultrarreacionário”.

Essa definição de **ditadura de classe** não depende das intenções subjetivas da burguesia, como da situação política, econômica e social em que se encontra. Ela não é livre arbítrio das suas ações. Ela não escolhe as formas de seu domínio. Se pudesse, conservaria para sempre o “invólucro melhor possível” do seu governo, a república democrática. Hesita e resiste em abandonar os instrumentos do seu poder direto, as instituições, os partidos etc. Marx mostra esse caminho tortuoso para a burguesia francesa, depois de 1848. Mussolini teve de organizar a sua “Marcha a Roma” para, entre outras, obrigar a própria burguesia italiana a entregar-lhe o poder e levou ainda anos para liquidar os instrumentos de domínio burguês direto. Na Alemanha o processo foi mais rápido, pois a burguesia alemã tinha mais a perder e esperava ganhar mais. No Brasil, não se pode afirmar que a burguesia tenha acolhido unanimemente

e de bom grado a perpetuação dos militares no poder. O Ato Institucional nº 5, entre outros, foi promulgado para disciplinar a própria classe dominante.

Uma vez, porém, criado o fato consumado da ditadura aberta e indireta da burguesia, a classe tem de identificar-se com ela, pois se impõe quando corresponde às necessidades de manutenção do domínio de classe. Sinal é que, uma vez instaurada a ditadura, burguesia nenhuma tenta derrotá-la. Para derrubar uma ditadura aberta, é preciso de algo mais do que as saudades democrático-parlamentares de uma oposição burguesa.

## □ CASO CHILENO

Voltemos à argumentação do companheiro RV. Como vimos, ele evita entrar na questão das relações classe-Estado na ditadura militar. Defende, entretanto, indiretamente, a fórmula do MIR, com sua constante ênfase na importância do fracionamento da burguesia chilena. “Não é menos certo” — nos adverte — “que aquele que não distinguir contradições no interior dessa unidade mais geral e histórica, ficará para sempre no reino da impotência doutrinária”.

É certamente uma perspectiva sinistra que o companheiro nos abre aqui, mas vamos ver o que tem a dizer concretamente sobre as “contradições no interior dessa unidade mais geral e histórica” que a burguesia chilena representa.

Em primeiro lugar, objeta o nosso método de encarar a questão:

Dado que o conjunto da classe dominante apoiou o golpe, o companheiro EM conclui que ela não está dividida. E como reforço ao seu argumento, adiciona que não lhe resta outra saída. Mas ele mistura duas coisas. Uma coisa são as soluções que se impõem; outra, diferente,

são os projetos e aspirações das forças sociais. Duas frações burguesas podem se dividir porque uma delas aspira uma solução que certamente não se imporá. O fato de que nós, a partir de uma análise marxista, tenhamos concluído pela inviabilidade de um projeto político não significa que uma força social que lute por ele tenha de abandoná-lo. Existem ilusões que são produtos necessários da situação social. O fato mais comum na história é a existência de uma força social com um projeto inviável tentando agir segundo ele. Por certo será importante avaliarmos tal inviabilidade, mas estaremos equivocados se concluirmos que isso cancela a prática dos projetos inviáveis e as contradições que eles produzem.

RV nos expõe, aqui, um método de abordagem de luta de classes digno de um professor de politologia num seminário sobre o papel da ideologia na história. Fato é que essas generalidades pouco nos dizem quando se trata de casos concretos como, por exemplo: as ilusões da burguesia brasileira no sentido de uma volta dos militares aos quartéis, depois do golpe de 1964, mudaram a situação de fato? Quais eram, então, as consequências da “divisão” no seio da classe dominante brasileira? Um marxista certamente não desconhecerá o papel da ideologia, mas não a tomará por força motriz nas lutas de classe, e a sua preocupação maior será querer saber qual a realidade material por trás desses aspectos ideológicos. Não precisamos, porém, deter-nos mais na questão de metodologia, pois o método real de RV é muito mais simples.

Primeiro, apresenta o quadro de uma classe dominante dividida cujas frações estão na iminência de um confronto direto (nós não negamos divisões no seio da burguesia chilena, somente negamos-lhe o alcance atribuído por RV).

Em segundo lugar, trata os expoentes políticos da burguesia chilena de ontem como se continuassem a representar as

diversas frações da classe, como se o golpe militar não tivesse criado mudanças.

Terceiro, para criar um quadro mais importante de divisão da classe dominante chilena, põe correntes burguesas e pequeno-burguesas na mesma panela, tratando-as no mesmo nível.

Por último, omite-se completamente quanto às consequências que as pretensas ou existentes divisões no campo inimigo possam acarretar na realidade chilena atual. Nada diz também sobre o caráter das “ilusões sociais” que a pretensa oposição de frações da burguesia possa nutrir em relação à Junta Militar. Vejamos:

Pinochet, Frei e Leighton se opuseram ao governo de Allende (embora de modo bem diferente) e se oporão à revolução proletária (embora de modo diferente e, no que diz respeito à corrente pequeno-burguesa de Leighton, não está afastada a hipótese que seja neutralizada ou até que preste um apoio vacilante por algum tempo). Mas infeliz do dirigente revolucionário que se contenta com a afirmação genérica da identidade de todas as correntes burguesas frente ao proletariado. Porque Leighton se opôs abertamente ao golpe, Frei não gostou da forma como ele se deu e Pinochet procura liquidar a ambos politicamente. E Leighton não é só Leighton: é todo o setor da DC que se passa para a oposição aberta e se une à esquerda na resistência à Junta. Frei não é só Frei: é toda a fração da grande burguesia que se vê marginalizada das decisões e que se opõe palacianamente à forma da ditadura indireta, que conspira com os setores ‘liberais’ dos Estados Unidos e até com Kissinger, com frações do Exército etc. E Pinochet não é só Pinochet: é o grande capital favorecido diretamente pela política da Junta e é as Forças Armadas como partido do grande capital. Hoje as três frações estão em luta aberta. O revolucio-

nário que, por medo de deixar ‘aberta a possibilidade de firmar frentes mais amplas possíveis com forças burguesas’, não quiser ver as divisões atuais no campo inimigo, estará se protegendo como um belo dogma que o ‘protege’ também da própria luta política.

Por estranho que possa parecer, essa linguagem já ouvimos no passado: “Deixem de ser sectários e dogmáticos, sejam abertos e amplos, não tenham receios da burguesia (...)”. Mas não é esse aspecto da questão que queremos tratar aqui. Passemos igualmente por cima das futuras relações da ala de Leighton e a revolução proletária, e da eminente adesão de toda uma ala da DC à resistência da esquerda. O que nos interessa no momento é a descrição das relações de classes dada por RV. “Hoje as três frações estão em luta aberta”, afirma ele. Pinochet é grande capital. Muito bem, é uma definição bastante genérica, para poder estar certa. Mas, Frei agora é promovido a representante de “toda a fração da grande burguesia, que se vê marginalizada das decisões (...)”. Aqui temos de parar para analisar. Primeiro, qual é a diferença entre “grande capital” e “grande burguesia”. Não a vemos muito bem numa sociedade capitalista, mesmo dependente, mas, se existir, num dos esquemas sociológicos mais recentes, acontece que o grande capital é igualmente marginalizado, pois trata-se justamente de uma ditadura indireta. Em troca, não é dada nenhuma prova para a afirmação que Frei representa hoje grande parte da grande burguesia chilena, e não há nenhuma tentativa para fundamentá-la. Frei foi representante da burguesia enquanto governo. Como tal, empenhou-se no programa de reformas burguesas e foi o caçula mimado da “Aliança para o Progresso”, que via em políticos como ele a melhor garantia contra uma radicalização das massas na América Latina. Com o fracasso do programa das reformas e as decepções criadas em todas as classes da sociedade chilena, Frei e a DC deixaram

de ser atração para a burguesia. Sinal é que, nas últimas eleições presidenciais, não tinha mais candidatura única contra Allende, e a burguesia preferiu Alessandri ao candidato da DC. Durante a UP, a burguesia precisou da DC na sua luta contra o governo. Hoje Frei não tem mais possibilidade material de representar a burguesia. Foi sacrificado e tinha de ser sacrificado pela classe dominante. Rompeu com a Junta, e tinha que romper, depois de todos os esforços de oferecer os seus serviços e depois de se convencer de que no esquema da Junta não tinha mais lugar para presidentes civis. Fez a mesma experiência de um Lacerda no Brasil, e o fez em prazo mais curto. Mas essa espécie de “divisão”, que RV nos apresenta, só o consegue confundindo um instrumento de governo burguês com a própria grande burguesia.

No que diz, respeito à “terceira fração”, representada por Leighton, este nunca representou burguesia nenhuma e sempre foi representante típico da pequena burguesia, de uma força auxiliar. De maneira que não precisamos levá-lo em conta no esquema das frações da classe dominante. De resto, as “divisões”, tal como RV nos apresenta, se reduzem sensivelmente...

Mas, suponhamos que o esquema de RV esteja certo, ou que haja esse gênero de divisões das classes dominantes, ou que haja pelo menos uma parcela de verdade nesse esquema. Quais seriam então as consequências? Quais seriam os resultados dessa “divisão” para com a estratégia de um movimento revolucionário? Já que RV insiste tanto nas suas advertências. Será que o companheiro espera um confronto no seio da classe dominante, confronto que derrube a ditadura militar? Ou espera que o proletariado chileno possa aproveitar essas “divisões” e passar para a ofensiva? E, afinal de contas, o que RV espera de “conspirações de círculos da grande burguesia chilena com o Sr. Kissinger”?

Mesmo “divisões” não são nenhuma panaceia e têm de ser vistas dentro de uma realidade de relações de forças exis-

tentes. Em 1970, a divisão da burguesia chilena (da qual uma parte pregava a necessidade de um golpe imediato, enquanto a outra pretendia derrubar Allende mediante o estrangulamento econômico) permitiu a posse do governo da UP. Hoje, as relações são outras. Quem decide pela burguesia é o poder executivo, e as divisões no seio da classe dominante só reforçam a sua autonomia de decisão.

O esquema irreal, que RV defende com tanto empenho e que lhe faz perder mesmo o senso crítico de argumentação, fecha-lhe também a visão dos problemas reais que a Junta enfrenta. Fato é que a política do governo militar chegou a um ponto morto. As dificuldades maiores que enfrenta estão no terreno econômico. Orlando Sáenz, antigo presidente da Sofofa (Sociedade de Fomento Fabril), critica hoje abertamente a política econômica da Junta. Critica especificamente (no seminário *La Tercera* de fins de fevereiro) a política de importações irresritas do Ministro da Economia, Fernando Léniz.

Raul Sahli, o atual presidente da Sofofa, é mais cauteloso (provavelmente em virtude de sua posição oficial), mas assim mesmo não poupa críticas à política econômica da Junta, afirmando não existirem planos nem a curto, nem a longo prazo para enfrentar problemas vitais, como o de abastecimento energético.

Chama a atenção aqui o fato de tratar-se de dois porta-vozes do grande capital chileno. A Sociedade de Fomento Fabril é órgão tradicional de defesa da burguesia industrial, isto é, do “setor ultrarreacionário das classes dominantes”. Um aspecto pitoresco da questão talvez seja o fato do Sr. León Vilarín, o já citado líder dos donos de caminhões, ter entrado no coro dos opositores do Ministro da Economia e ter pleiteado (e conseguido) um adiamento de uma programada liberalização dos controles de fretes.

O problema fundamental dessa política econômica é a sua orientação liberal, no sentido do nosso professor Gudin. Os

gritos de protestos contra as intervenções estatais na economia (que não datam só da época da UP) fizeram a Junta, ao tomar o poder, inaugurar uma política de volta à economia de mercado, e ela começou a agir no campo econômico de modo tão inflexível como no político. Tão inflexível que não souberam nem levar em conta os novos fatores: a queda dos preços de cobre, o aumento do petróleo e a crise nos países industriais. Seria esse, talvez, um caso para examinar o papel da ideologia na política econômica, mas desde já é de se prever que os interesses fundamentais da burguesia chilena se imporão contra a ideologia. É de se prever que a política econômica será retificada, mesmo se for acompanhada de conflitos maiores ou menores no seio da Junta. E que a retificação da política econômica encontrará um complemento no campo político. O Ministro do Exército interino, Cláudio Collados, já declarou que a campanha antimarxista interna não será mais levada avante na política externa.

Esperar mais, nas condições concretas, da burguesia chilena do que uma campanha de retificação no quadro da ditadura militar, da tentativa de “institucionalização” da ditadura, é criar ilusões para si mesmo. A situação lembra, de certo modo, a existente no Brasil na primeira fase da ditadura, depois de abril de 1964, quando a crise econômica se aproximava do seu auge. A burguesia brasileira, que então maldizia a “interdependência” de Castelo Branco e o “saneamento econômico” de Roberto Campos, não estava em condições nem cogitava desafiar abertamente o Executivo Militar. E os fatores que ajudavam a abortar qualquer oposição política efetiva da burguesia brasileira, eles estão presentes hoje no Chile com muito mais razões.

Em primeiro lugar, o proletariado chileno desafiou a sua burguesia num grau muito maior do que tinha sido o caso no Brasil. E o susto da ameaça do poder proletário ainda deve provocar pesadelos a todas as frações da burguesia chilena.

Isso exclui — segundo — qualquer tentativa da burguesia de derrubar o regime, pois teria de desencadear forças po-

pulares e conflitos sociais que acaba de ajudar a sufocar. E isso exclui também uma solução à maneira argentina. RV esquece que na Argentina existia ainda um vasto movimento bonapartista, o peronismo, do qual a burguesia podia esperar que resolvesse o problema de uma maneira melhor do que os militares. A burguesia chilena não tem essa alternativa.

Em terceiro lugar, é preciso ter em mente que a contradição fundamental da política chilena continua sendo a existente entre o capital e o trabalho assalariado. A afirmação do documento do MIR, no sentido de um aumento das contradições na classe dominante, porque “o movimento de massas submetido à repressão, as distintas frações burguesas têm condições mais favoráveis para resolver suas contradições”, tem de ser vista nas suas devidas proporções. A burguesia chilena, para reorganizar a sua economia (que ela ajudou a desorganizar na luta contra a UP), precisa da ditadura já por motivo de “arrocho salarial”. Mesmo derrotado politicamente, o proletariado chileno não teria aceitado pacificamente a brutal redução do seu nível de vida e prosseguiria a luta de classe no terreno econômico. A situação piorou mais ainda com a crise mundial, que por si só já adia qualquer perspectiva de recuperação econômica no Chile. Mais do que dantes — para falar com as palavras de Marx — para que o poder social da burguesia chilena continue mantido, o seu poder político deve continuar quebrado.

## SOBRE AS “TAREFAS DEMOCRÁTICAS”

Chegamos à essência do problema e das divergências, às “tarefas democráticas”. Também nesse ponto temos de advertir que a argumentação de RV não é muito correta, também aí inventa posições, para melhor “combatê-las”. Assim, eu não disse genericamente que a partir de abril de 1917 caiu a se-

paração entre tarefas democráticas e tarefas socialistas, como afirma. Na carta dirigida a ele escrevi: “(...) para Lenin, essa distinção e separação de tarefas democráticas e socialistas só existia enquanto o proletariado russo enfrentava a necessidade de uma revolução **burguesa**, isto é, até fevereiro de 1917. Essa separação de tarefas caiu com as *Teses de abril*”.

Em suma, defendi o ponto de vista de que, para marxistas, as plataformas democráticas tinham sentido e função em fases de preparação e durante revoluções burguesas. Citei especificamente o caso da Rússia, onde Lenin, em 1905, distinguiu **tarefas democráticas e tarefas socialistas** para o movimento revolucionário. Disse que essa dualidade de tarefas ficou superada em fevereiro de 1917, com a vitória da revolução burguesa. Lenin fundamentou isso teoricamente nas *Teses de abril*, no Congresso do Partido Bolchevique, que adotou nova plataforma de luta com vistas à revolução socialista e à Ditadura do Proletariado. Querer atribuir-me, por isso, a formulação de que “a partir de abril de 1917 caiu a separação entre tarefas democráticas e tarefas socialistas”, como uma questão de princípio, é um recurso pouco sério.

Tampouco escrevi: “Assembleia Constituinte = tática burguesa”, conforme “cita” RV, e, sim: “A Assembleia Constituinte é reivindicação típica de revolução burguesa contra regimes absolutistas”.

RV não discute o problema e não entra no mérito da questão. Procura convocar duas testemunhas a seu favor. Trata-se de duas testemunhas de peso na história do movimento comunista: Gramsci e Nin.

Tenho que confessar que não posso acompanhar a discussão sobre Gramsci. Não li o livro de M.A. Macciocchi e não disponho dos textos originais de Gramsci da época. Tenho de observar, entretanto, que tudo que RV cita de Gramsci não tem nada a ver nem com plataforma democrática, nem com Constituinte. E se ele cita o revolucionário italiano: “Sem conquista

de novas alianças, o proletariado se priva de toda oportunidade séria de um movimento revolucionário”, só resta constatar que aí “morreu Neves”. Já afirmamos alguma vez na história da PO, que o proletariado dispensa aliados?

No que diz respeito a Andrés Nin, RV foi definitivamente infeliz com o testemunho deste. Nin confirma a nossa posição e não faz mais do que se colocar à base do leninismo quando diz: “(...) impulsionar estas últimas (as massas/EM) à ação enérgica e constante para conseguir que a revolução democrática seja levada até as últimas consequências”. Se RV não estivesse tanto à cata de palavras e se tivesse se ocupado um pouco com o conteúdo das citações de Nin (sem falar dos problemas da revolução espanhola), teria notado que a questão fundamental debatida na época era o fato de que a revolução burguesa na Espanha (a revolução democrática) não tinha sido completada. Que a fuga do rei e a declaração da república pelos políticos da classe dominante não passavam de artifícios para evitar um aprofundamento do processo revolucionário e para a conservação das velhas estruturas e privilégios semifeudais. Joaquín Maurín, companheiro de Nin que tratou dessa questão de modo ainda mais detalhado no seu livro *Revolución y contrarrevolución en España* (Ruedo Ibérico), chega a definir, por isso, a esperada revolução proletária na Espanha como “democrático-socialista”. Quer deixar claro, com isso, que só o proletariado pode completar a revolução burguesa e o fará no quadro da revolução socialista.

Voltemos à tática do MIR. O que tínhamos objetado era o seguinte trecho: “Isso, nas condições de ter de emergir de um Estado de exceção, impõe-se que assuma a forma mais ampla de democracia formal, a convocação de uma Assembleia Constituinte, na qual todas as camadas do povo e todas as correntes políticas podem participar”.

O que decorre dessa definição dos objetivos de luta? Em primeiro lugar, que em condições de liquidação de uma dita-

dura aberta da burguesia (Estado de exceção), a tarefa é o restabelecimento da democracia burguesa. “Democracia formal” sempre foi o sinônimo de democracia burguesa para marxistas. Já que consideram que a democracia burguesa é uma ditadura velada da burguesia, ela não passa de formal.

Em segundo lugar, essa definição dos objetivos é reforçada pela exigência da convocação de uma Assembleia Constituinte “na qual **todas** as camadas do povo e **todas** as correntes políticas podem participar” (destaque meu). Quem tiver ainda alguma dúvida sobre o conteúdo da primeira parte da definição, a leitura da segunda a dissipará, pois encontra aqui os princípios fundamentais da representação parlamentar. A representação de “**todas** as camadas do povo e de **todas** as correntes políticas” elimina de antemão não só o objetivo da ditadura do proletariado, mas mesmo o estabelecimento de uma democracia revolucionária de um regime de transição.

O companheiro RV não pensa assim. Embora admita nessa ocasião que a “plataforma de luta atual do MIR carrega determinadas insuficiências que podem ser fontes de desvios”, sustenta tratar-se de uma “falha no interior de uma tática fundamentalmente justa”. A dúvida que tem é quanto à “indefinição do caráter do governo provisório”. Mas, é o caso de perguntar: será que o companheiro RV tem o direito de ser tão ingênuo? Qual pode ser o caráter de um governo provisório, criado à base de uma “democracia formal” e que deve convocar uma Assembleia Constituinte em bases de representação parlamentar?

Nesse seu esforço quase sobre-humano de “provar” que a linha política do MIR não visa à redemocratização, RV acusa-me: a) de desconhecer as relações entre tática e estratégia; e b) de querer substituir a análise de uma “tática adequada a cada período” por uma discussão no nível do programa e do caráter da revolução “burguesa” ou “socialista”.

As categorias que RV usa nessa ocasião não são sempre claras. Às vezes fala das relações entre tática e estratégia e, às

vezes, entre “tática e programa”, fala de uma “tática que tem o seu centro próprio ainda necessariamente articulado (portanto, distinto) com a estratégia”. Mas esse jogo de palavras só esconde os conceitos do autor. Para que uma tática seja de fato articulada com determinada estratégia, não bastam as profissões de fé no sentido de que não estamos nos afastando “um centímetro” sequer dos nossos objetivos. Uma tática tem que corresponder **de fato** a um determinado conceito estratégico, sob pena que este se torne letra morta. Tática é uma coisa distinta de estratégia, mas ela não pode ser contrária à estratégia. Essa liberdade tática de não precisar levar em conta a estratégia e os objetivos finais de luta já foi evocada por todos os matizes do reformismo, que em todas as ocasiões juraram de pés juntos que os objetivos finais não serão abandonados.

No que diz respeito à importância (ou não importância) do pressuposto do caráter de uma revolução (burguesa ou socialista) para a elaboração de uma estratégia e das táticas decorrentes, o companheiro RV já teve maior clareza. No seu *A guerra revolucionária e os ensinamentos de Mao*, escrito em 1968, trata desse problema, dizendo:

Mas a distinção é lógica e importante no caso. Porque então os defensores da ‘revolução popular’ e da ‘guerra popular de todo o povo’ teriam que provar que a nossa revolução é burguesa. É o que tentam fazer, além do carcomido partido de Prestes, a AP e o PCdoB, sem nenhuma fundamentação na realidade brasileira.

Naquele tempo — o citado artigo o deixa claro em toda a sua extensão —, RV ainda conhecia bem o papel distinto que a chamada luta democrática desempenhava em revoluções burguesas ou socialistas. Hoje coloca o problema diferente. Quando lembrei a ele que as bandeiras democráticas se tornaram armas da contrarrevolução na hora da queda do fascismo

e do nazismo, destinadas a impedir a revolução proletária da Europa, RV responde:

Ainda que seja certa a constatação sobre o papel das bandeiras democráticas (na verdade, caberia perguntar: quais bandeiras democráticas? Formuladas de que modo? E não tratar o assunto assim de modo tão geral) na hora da queda do fascismo, não se pode concluir que elas se tornaram **em geral**, em qualquer momento, uma arma contrarrevolucionária, e independentemente da forma como é levantada.

Não acredito que o companheiro RV, com suas dúvidas sobre o modo de definição das bandeiras democráticas, no caso, se aproxime à essência da questão. As “bandeiras democráticas”, “plataformas democráticas” ou “reivindicações democráticas” (programáticas) não visam a outra coisa do que à conquista e à expansão da democracia burguesa. Isso representa um passo histórico para a frente em países em que a revolução burguesa ainda está para se fazer, nos quais a luta proletária ainda não pode visar diretamente à instalação do socialismo. Nessas circunstâncias, o “modo” de formular esse objetivo se traduz na **tática**. Na já citada revolução de 1905, por exemplo, as diferenças **táticas** entre mencheviques e bolcheviques se manifestaram mais nitidamente na forma de governo, que devia surgir da derrocada do absolutismo. Enquanto os mencheviques pleiteavam um governo provisório, formado por liberais e apoiado de fora pelos social-democratas, os bolcheviques propugnavam por um governo de “ditadura democrática de operários e camponeses” no qual os social-democratas deveriam participar como força revolucionária mais decidida. Estas diferenças táticas tinham divergências de conceito estratégico como base. Enquanto os mencheviques defendiam o ponto de vista de que uma revolução burguesa tinha de ser liderada

pela burguesia, os bolcheviques achavam que a burguesia não liderava mais revolução nenhuma, que a revolução burguesa tinha de ser levada avante pelo proletariado e seus aliados no campo **contra** a vontade da burguesia. Embora existisse uma concordância programática entre as duas frações (bolcheviques e mencheviques tinham adotado o mesmo programa), as divergências de estratégia tinham como origem doutrinas diferentes. Enquanto os bolcheviques baseavam a sua estratégia e tática nas experiências das lutas de classes na Europa, tal como foram aproveitadas pelo marxismo, que criou uma doutrina de guerra de classe, os mencheviques, graças às influências pequeno-burguesas às quais estavam submetidos, não estavam em condições de se aproveitar dessas experiências. Pela situação social das suas lideranças, tendiam a um “antidoutinarismo”, pois para eles a herança marxista não tinha implicações para com a luta diária; na realidade seguiam as “doutrinas” democráticas, formadas por ideologias pequeno-burguesas e que dominavam a maioria direitista da Segunda Internacional.

Desde então as águas se dividiram e todas as lutas de classes, nas metrópoles do capitalismo e igualmente em muitos países periféricos, passaram para um nível mais alto. Nessas partes do mundo a conquista do poder pelo proletariado tornou-se objetivo do movimento revolucionário, e isso dividiu definitivamente bolcheviques e mencheviques em escala mundial. Hoje, são poucos os países do mundo onde a burguesia não está no poder ou participa dele. No Chile, caso que nos interessa nessa discussão, estávamos de acordo que a revolução burguesa não estava mais na ordem do dia, que se tratava de um país onde a revolução será socialista ou caricatura de revolução.

Isso tem implicações. Significa que no Chile a conquista da democracia não representa mais um passo histórico, uma fase a ser vencida no caminho da revolução socialista, e, sim, a volta a uma forma de domínio burguês que deu lugar a uma

ditadura militar quando ameaçado pela luta do proletariado. A uma forma de domínio burguês que tende a ser abandonada em prol de uma ditadura indireta da burguesia **sempre** que o proletariado ameace a ordem existente.

O proletariado chileno ameaçou a ordem existente, mas não conseguiu derrubá-la. Não o conseguiu, entre outras, porque ele mesmo tinha sido vítima de ilusões democráticas, isto é, ilusões sobre a possibilidade de resolver os seus problemas no quadro da democracia parlamentar, da legalidade etc., ilusões de poder reformar e aproveitar o Estado chileno para seus fins. A luta contra estas ilusões, isto é, no caso chileno, o aproveitamento dos ensinamentos da derrota para a classe operária, deve ser a base da estratégia e tática dos revolucionários chilenos na presente situação. A luta contra a Junta Militar deve ser travada como luta contra a sociedade burguesa chilena (e internacional, evidentemente), contra a burguesia chilena como classe social, e não contra determinada forma de domínio da burguesia e contra **setores** da classe.

Isso não nos torna indiferentes às formas de governo existentes na sociedade burguesa. A democracia burguesa não representa só o invólucro melhor possível para a classe dominante. É também o terreno no qual o proletariado melhor pode desenvolver as suas forças, organizar-se e travar a luta diária. Mas só representa esse terreno favorável na medida em que conseguimos desmascará-la perante a classe operária, na medida em que permite mobilizar o proletariado para sua revolução. Isso significa que não podemos mais apresentar ao proletariado a democracia burguesa como meta de luta nem como meta parcial, como plataforma ou bandeira. Apoiaremos qualquer reivindicação “democrática” que interesse ao proletariado e que de fato esteja atual. Mas não como princípio, não por ser “democrática”, e, sim, por se tratar de uma reivindicação que favorece a luta proletária. Evidentemente também temos um interesse na derrocada da ditadura. Mas a ditadura será der-

rotada não pelas reivindicações de volta da democracia, pelas plataformas democráticas ou concessões ideológicas do movimento de esquerda, e, sim, porque as contradições econômicas, sociais e políticas a tornam madura para cair. Nesse momento estaremos de fato lado a lado com a resistência pequeno-burguesa e mesmo burguesa, mas “marchar separados, bater juntos” fazia parte de todos os movimentos comunistas que não ostentavam somente o nome. E “marchar separados” não se refere só à independência organizatória da classe operária, diz respeito igualmente aos objetivos de luta. E a preocupação maior de todo comunista num momento desses deve ser que todo operário saiba que a luta não é só contra uma ditadura bárbara, mas também contra o sistema que lhe deu lugar. Nós, comunistas, não podemos combater a ditadura aberta da burguesia sob a bandeira da volta de uma ditadura velada. Não podemos combater a ditadura indireta da burguesia com uma plataforma de retomada da sua ditadura direta.

## A PLATAFORMA DE LUTA DO MIR

Afirma RV que a luta por direitos democráticos não é idêntica à “redemocratização”. Diríamos que se trata de uma redemocratização envergonhada. Já vimos as definições dos objetivos de luta no documento interno do MIR. Para não deixar dúvidas, o nº 100 do *El rebelde*, que circulou clandestinamente, traz uma “Plataforma de luta” do MIR que resume a sua linha política em quatro pontos:

- restituição das liberdades democráticas;
- defesa do nível de vida das massas;
- derrubada da ditadura e a instituição de um novo governo;
- constituição do Movimento de Resistência Popular.

Trata-se evidentemente de um desdobramento prático de formulações já vistas. Do ponto um e três já tratamos. O ponto dois representa uma reivindicação natural de qualquer movimento de esquerda e não é parte específica de tarefas democráticas. O que merece ser visto ainda: Movimento de Resistência Popular, também caracterizado no documento debatido como “ampla aliança social com extensos setores de pobres da cidade e do campo e da pequena burguesia proprietária e especialmente funcionária”. Sobre o caráter desse movimento, o documento já tinha dito:

Num período de refluxo do movimento de massas e de um Estado de exceção, a tarefa prioritária é fortalecer uma aliança mais ampla possível. É tarefa nossa, hoje pelo Chile, conseguir uma aliança contra a Ditadura, pelo restabelecimento das liberdades e pela defesa do nível de vida das massas, com o reformismo e com o centrismo e com a pequena burguesia democrática (Partido Radical e o setor Leighton do Partido Democrata Cristão).

Torna-se evidente que o MIR coloca aqui a conquista de massas pequeno-burguesas pelo movimento operário no nível de uma aliança com organizações políticas pequeno-burguesas, que continuam sob as antigas lideranças pequeno-burguesas. No mesmo documento consta:

Ao mesmo tempo, não devemos confundir o PDC, o partido, seu Conselho, e seus representantes (Frei, Hamilton, Carmona, ‘los piranas’ etc.) com um setor dele, a pequena burguesia democrática (definida assim por nós no CC de maio de 1972), constituído por Leighton, Donosco, Fuentealba etc., que apesar de suas vacilações se opuseram à derrubada de Allende antes de sua queda,

emitiram declarações imediatamente depois do golpe militar, condenando-o, e que hoje constituem um grupo virtualmente orgânico à parte do PDC; com o qual é possível fazer aliança.

O que criticamos é o caráter populista dessa frente. Caráter populista porque dilui as fronteiras de classe e sacrifica as reivindicações específicas do proletariado a plataformas gerais do “povo”, concretamente democráticas. É o antigo problema, que também já enfrentamos no Brasil depois de 1964: como ganhar setores da pequena burguesia? Fazer frentes com organizações pequeno-burguesas, deixar que as antigas lideranças conservem as suas influências, ou formar um movimento operário militante, que atraia setores da pequena burguesia e os tira das lideranças tradicionais?

O que criticamos era a absoluta falta de conteúdo de classe desse movimento. Os companheiros que me perdoem se eu me repetir, mas na carta a RV expus o problema da seguinte forma:

Qual seria uma alternativa revolucionária, no caso chileno? É evidente que nós não podemos elaborá-la. Isso é e continua sendo tarefa dos revolucionários chilenos. Há, entretanto, algumas conclusões, que se impõem, mesmo vendo a situação aqui de fora.

Em primeiro lugar, cabe a uma vanguarda revolucionária concentrar-se neste momento no proletariado, que perdeu quase todas as suas lideranças e está com suas organizações destruídas. Caberá procurar atenuar, na medida das suas forças, os efeitos da debandada geral, ensinando e estimulando os operários a criarem novas e simples formas organizatórias, apropriadas à clandestinidade. A isso ajudam tanto as tradições de organização sindical do proletariado chileno como as novas formas

organizatórias, criadas nos últimos anos, como “cordões” e “comandos”.

Em segundo lugar — se houver possibilidade de formar frentes em âmbito nacional ou regional e considerando o alto nível que as lutas de classes no Chile já tinham atingido — a vanguarda devia empenhar-se em formar uma frente única proletária (com reformistas e centristas), à base de reivindicações de classe. Devia procurar formar essa frente de cima para baixo e de baixo para cima, para vencer a resistência das antigas lideranças reformistas.

Em terceiro lugar, mas não por último em importância, é decisivo levar para dentro do proletariado as experiências da sua luta e os ensinamentos da sua derrota. Para isso o MIR estaria em situação privilegiada, mas não há dúvida que, primeiro, teria de se preparar para isso (ainda não vimos uma avaliação da maior contribuição que o proletariado chileno deu às lutas de classes no continente: os “cordões”). É evidente que esse processo de ensinamento é prolongado e que provavelmente perdurará toda a clandestinidade, mas, de maneira nenhuma, pode a vanguarda apresentar-se à classe com concessões às ilusões democráticas, que no passado deram lugar à derrota.

Bem, o que tem RV a responder? “Por isso”, contesta, “ao propor uma frente única proletária no lugar de uma frente de resistência, o companheiro coloca uma alternativa (reivindicação de classe ou reivindicações democráticas) onde deve haver uma articulação”.

Mas o que RV entende por “articulação” entre reivindicações de classe e reivindicações democráticas? Terá que explicar primeiro como articular a luta da classe operária contra a sociedade burguesa e a luta por uma determinada forma de domínio burguês: a “democracia formal”.

“Além disso”, prossegue, “o companheiro não se pergunta pela disposição ideológica das forças políticas e sociais em questão. A propósito de uma frente única proletária **isolada da resistência contra a ditadura**, não tem qualquer poder de atração sobre as próprias bases dos partidos operários tradicionais” (grifo nosso/EM).

Aí volta o velho e surrado argumento do “isolamento”, que ouvimos durante toda a nossa existência, quando pregamos uma política de classe. Resta perguntar ao companheiro RV por que uma frente de classe pode e deve ficar isolada da luta contra a ditadura. Pelo contrário, será a força mais poderosa que travará a luta de maneira mais tenaz e irreconciliável, pois representa a classe contra a qual o golpe militar se dirigiu em primeiro lugar. Além disso, representaria um polo de atração (um “polo proletário”, companheiro RV) para as camadas rebeldes de outras classes, que viriam engrossar as fileiras da resistência sem as suas lideranças tradicionais.

Em seguida, RV afirma que a frente única proletária não tem qualquer poder de atração sobre as próprias bases dos partidos tradicionais. Daríamos razão ao companheiro, se se limitasse a citar as lideranças tradicionais dos partidos operários. Temos, porém, nossas dúvidas quanto às bases. Essas dúvidas se justificam em parte pela história do movimento operário chileno, na qual tais frentes não são novidade. A Frap foi uma frente única proletária, formada por PC, PS, sindicatos e grupos políticos secundários. E foi a ala esquerda do PS e bases sindicais que se opuseram decididamente (e com sucesso) às tentativas do PC de transformar essa frente única em nova Frente Popular. O proletariado chileno conhece, portanto, o problema, e mais do que qualquer outro proletariado do hemisfério está preparado para enfrentá-lo de novo, devido as suas tradições de luta.

As dúvidas se justificam também pela situação atual da classe operária chilena. Os últimos meses da UP já abalaram

sensivelmente as ilusões democráticas, legalistas e populistas que tinham grassado no seu meio. A derrota, sem dúvida, reforçou a radicalização e a tornou mais predisposta a uma política classista. Mas, para que isso se dê de fato, é preciso o concurso de uma vanguarda que saiba formular essa política de classe. Que as lideranças dos partidos tradicionais não sentirão nenhuma atração por uma frente única proletária, é de supor. Elas levaram o proletariado chileno à derrota e pretendem continuar a linha política que levou à derrota. O PC continua a oferecer alianças a setores da burguesia, continua a depositar esperanças na democracia cristã. Tem fobia de toda política de classe, mas isso, para comunista, nunca foi obstáculo para lutar por uma frente proletária. Quando as cúpulas resistem, comunistas procuram realizá-la nas bases, nas fábricas e nos bairros, em torno de reivindicações concretas, e essa própria luta em torno de uma política de classe contribui (e é a arma mais eficiente) para desmascarar as cúpulas reformistas.

Finalmente, a luta por uma política de classe — independente da forma concreta que tomar e que só revolucionários chilenos podem concretizar — representa o único caminho para fazer o proletariado chileno compreender as causas da sua derrota e é premissa de uma futura vitória. As lutas de classes no Chile foram as mais agudas no hemisfério. Tinha-se criado uma situação em que as bases políticas e sociais das instituições democrático-parlamentares tinham completamente ruído no Chile. As alternativas reais que se colocavam eram a ditadura aberta da burguesia ou a tomada do poder pela classe operária, a Ditadura do Proletariado. Se o proletariado não deu esse passo decisivo, isso se deve antes de tudo às ilusões democráticas, legalistas e populistas que ainda alimentava. Todo o problema de uma política revolucionária no Chile, a premissa para a classe operária recuperar as suas forças e tomar a ofensiva para a derrocada de ditadura militar, consiste no aproveitamento das lições da derrota. Consiste em quebrar definitivamente os tabus

democráticos e pequeno-burgueses do passado e fazer da revolução proletária, da destruição do Estado burguês e da Ditadura do Proletariado as bandeiras da sua luta futura.

É de se perguntar, finalmente, por que o MIR, que no passado teve o papel de uma oposição revolucionária ao reformismo vigente no movimento operário chileno, mudou de rumos. Pois, não há dúvidas que abandonou as posições comunistas e, se quisermos situá-los hoje, seria na vasta faixa que existe entre revolução e reforma que, nos tempos da Internacional, foi qualificada de centrismo. Não é fácil responder a essa pergunta, mas há alguns indícios que nos permitem uma aproximação, pelo menos.

Em primeiro lugar, os companheiros chilenos parecem ter tido dificuldades para compreender a natureza real da ditadura. Acostumados a décadas de democracia parlamentar (mesmo quando escolheram uma clandestinidade voluntária nos tempos de Frei), a ditadura militar, o “Estado de exceção”, lhes parecia mesmo como uma situação excepcional, não só para o povo como para a própria classe dominante. Há por baixo disso a suposição de que a burguesia **pode** voltar a governar com outros meios. Não compreenderam ainda que a ditadura aberta e indireta, “a mais prostituída das formas de domínio burguês” (Marx), na fase do declínio do capitalismo, não representa mais exceção e se torna mais frequente na medida em que o sistema enfrenta a luta direta pela sobrevivência.

Além disso, e simultaneamente, nota-se no conceito estratégico do MIR o receio da ditadura se consolidar à maneira brasileira, superando a crise atual. Isso levou a uma tentativa de acumulação de forças que, por um lado, não desse fôlego ao regime para consolidar-se e, por outro, permitisse a sua derrocada em prazo mais breve possível, para voltar pelo menos a uma situação “normal”.

Esse raciocínio tem uma forte base de voluntarismo (voluntarismo não leva somente a desvios de esquerda). O método

permite justamente cair de um extremo ao outro. Na história do MIR, o voluntarismo está presente. Revelou-se nitidamente numa fase de aventuras militaristas, durante o governo Frei, causado por dificuldades de penetração numa classe operária já organizada por partidos reformistas, mas que por sua vez fez perder um precioso tempo na tentativa de penetrar no proletariado. O MIR fez autocritica, chegou a expurgar os elementos mais indóceis e voltou à luta de classes proletária antes do governo da UP tomar posse. No documento interno que debatemos nesta resposta, o voluntarismo volta novamente à tona. Volta a abrir novamente perspectivas militaristas, propagando a formação de um Exército Revolucionário do Povo (ERP) e incluindo a “propaganda armada” no seu instrumentário de luta. Apesar dos veementes protestos de RV, estas formulações estão aí e elas abrem as portas a novas aventuras militaristas. É verdade que o MIR fala de “lutas de massas” como condição para a derrocada do regime, mas essas ressalvas conhecemos por experiência própria. A VAR, o PCBR, não queriam ligar a luta armada à luta de massas? E o ERP da Argentina não usa hoje a mesma linguagem? Acredito pessoalmente que os quadros mais antigos, que já passaram por uma experiência militarista, sejam mais ponderados. O mesmo certamente não se dará com a maioria dos recrutas novos, que ingressaram na última fase da UP e cuja “impaciência revolucionária” é alimentada por tais formulações. Além disso, não devemos esquecer o fator da composição social do MIR. Movimento saído da classe média radical, das universidades, cuja base de massas eram *pobladores e mapuches*, encontram-se relativamente poucos operários industriais nas suas fileiras. O que reflete a pouca penetração do MIR na classe operária, fenômeno que começou a ser superado na última fase da UP. Hoje, depois da debandada da política reformista, seria a hora do MIR colher os frutos da sua atividade anterior e desafiar a liderança reformista na classe. Parece que não se sentiu em condições. Deixou essa atividade

revolucionária consequente para “depois” e dedicou-se à “frente mais ampla possível” — à acumulação de forças quantitativas. Todavia, o nosso julgamento da atual linha não deve ser projetado em definitivo sobre a organização toda. Resta saber se essa orientação será definitiva ou se as tradições revolucionárias presentes no seio dela se revelarão bastante fortes para levar a uma retificação. Em todo caso, o MIR ainda tem de provar, na prática, se será a vanguarda revolucionária do proletariado chileno sob a ditadura militar.

## A PROPÓSITO DAS “CONCLUSÕES”

É nas “conclusões” do seu trabalho que RV entra de fato no cerne da questão e explica não só o estilo estranho da sua resposta, como também os seus motivos.

Ao escrever a resposta ao companheiro EM [diz ele], ainda não se haviam ressaltado todas nossas divergências acerca da tática atual para o Brasil e da própria concepção da tática. Estava em meio da redação final da resposta quando toda a discussão se acelerou e se precipitou, esclarecendo inúmeros aspectos antes apenas vislumbrados.

Os motivos reais, antes não mencionados, consistem na defesa de uma “tática” de luta democrática no Brasil. Não pudemos, neste lugar, entrar numa discussão sobre a situação brasileira, porque RV não argumentou a respeito. Preferiu levantar o “exemplo” do MIR para abrir caminho. RV, todavia, merece uma retificação quando afirma que “toda discussão se acelerou (...)”. A discussão não se acelerou, pois não houve discussão. Fora a “resposta” a minha carta, escrita mais de meio ano depois, RV não apresentou nenhum documento de discussão so-

bre o problema das lutas democráticas no Brasil e soube evitar igualmente todos os debates verbais. O que se deu de fato foi uma tentativa sua de introduzir a discutida “tática” pela porta traseira — tentando criar um fato consumado.

Para aproveitar o exemplo do MIR nessa “discussão” sobre a linha a seguir em casa, RV joga com os diversos recursos. Aponta-nos o MIR como exemplo em todos os sentidos, em virtude do papel que desempenhou, do destaque que teve e, principalmente, como de um “núcleo de coesão forjado numa prática profissional, de modo que nós não logramos no Brasil”.

É verdade que o MIR era mais forte do que nós somos e que dispunha de um campo de trabalho muito mais vasto do que dispomos, no passado como no presente. Mas, o que o companheiro pretende esquecer é que toda a luta de classes no Chile tinha outras proporções da que entre nós. O PC era mais forte, sem falar do PS, e os sindicatos operários eram realmente sindicatos operários, que organizavam a classe. O próprio proletariado chileno estava incomparavelmente mais avançado no caminho da formação da classe para si do que o brasileiro. O papel que o MIR pode desempenhar correspondia ao nível das lutas de classe no Chile — embora ainda não correspondesse às suas necessidades.

Acha o companheiro RV que temos de aprender algo com o MIR. Concordamos plenamente. Temos de aprender com o MIR e com a experiência chilena em geral, pois indica algo sobre futuros problemas que teremos que enfrentar. Mas nós estamos acostumados a aprender como marxistas, isto é, criticamente, método que já comprovamos no passado, quando procuramos aprender com a Revolução Cubana. Mas, se RV, em vez de nos apresentar uma apologia da luta democrática (que não foi tática do MIR durante a UP e que surgiu na derrota), nos tivesse fornecido o relatório das experiências das atividades do MIR nas fábricas e sindicatos e do enfrentamento dos problemas diários da luta proletária, que prometera há

mais de um ano, teria de fato facilitado a nossa aprendizagem. E se o companheiro continuar realmente interessado que essas experiências sejam aproveitadas no Brasil, não é tarde demais para cumprir a promessa, e poderá ter certeza de que o assunto será discutido com todo o carinho.

Finalmente o companheiro usa um estranho argumento. Diz que, se as imprecisões do MIR constituíssem desvios já superados por nós, “poderíamos talvez assumir essa intransigência assumida pelo companheiro EM”. Mas, como nós mesmos caímos em diversos e seguidos desvios e “não realizamos uma efetiva autocrítica que localiza as fontes”, o próprio tom da crítica é descabido. Se o adotarmos, o destino que nos espera é o mesmo que guiou as várias seitas trotskistas e maoístas.

É mais um equívoco de RV. O único momento em que o grupo em questão esteve realmente ameaçado de se transformar numa seita foi em seguida à cisão de 1969/70. Entretanto, fez autocrítica de esforço próprio, no campo teórico, e continua a fazê-la na prática. Mas, um dos responsáveis por essa fase, o companheiro RV, nunca fez autocrítica. Preferiu “deixar em silêncio as questões candentes” e se dedicou às lutas democráticas.

No que diz respeito às minhas críticas ao MIR, isto é, à linha política do MIR depois do golpe, inicialmente não visou mais do que a uma crítica entre companheiros, exposta numa carta a um companheiro. O que está sem cabimento, e que não convence, são as queixas e as indignações de RV, pois foi ele quem trouxe o assunto a público. O fez com determinadas intenções e que não se queixe se falhou. Uma vez o problema levantado em público, temos de deixar claro que não se trata de “imprecisões” nem de “divergências de tática”, mas de questões fundamentais de uma política comunista, tal como nos foi legada da época leninista. Esse acervo doutrinário foi que ajudou a manter a nossa continuidade durante mais de uma década de luta clandestina, apesar de erros e desvios de comunistas que se revelaram capazes de retificá-los.

A aventura da “luta democrática”, que agora nos está sendo aconselhada, não representa alternativa para nós. Trata-se de um simples abandono de posições. E se RV conhecesse um pouco melhor a história do movimento operário, não teria usado fórmulas tão gastas como “a superação do doutrinarmos!”. É sob esta bandeira que todas as gerações de reformistas atacaram o marxismo revolucionário. Nós não podemos agir diferente dos nossos antecessores, quando defenderam a doutrina. E aliás, aí estamos em boa companhia.

Onde a consonância com o processo da evolução socioeconômica é o único e o mais alto critério de uma doutrina, não pode haver dogmatismo; quando a tarefa consiste no fomento da organização do proletariado, quando, conseqüentemente, o papel da ‘inteligência’ consiste em tornar supérflua a existência de dirigentes intelectuais especiais, não pode haver sectarismo. (Lenin, *Quem são os Amigos do Povo e como combatem os social-democratas*).

## POST-SCRIPTUM

Desde que o presente trabalho foi redigido e posto em circulação restrita, Raul Villa produziu novos documentos nos quais procura justificar suas novas posições. Responderemos em outra ocasião aos novos argumentos, na medida em que conservem atualidade. No momento, queremos constatar:

1) Raul Villa continua a basear a sua argumentação principal em textos de Lenin, da época da revolução burguesa russa, no intuito de provar que a luta pelos “direitos democráticos” faz parte da tática leninista. Assim cita, por exemplo, do “Que fazer?”, do capítulo “A classe operária, combatente de vanguarda pela democracia”, referência de Lenin às “tarefas

democráticas do conjunto de toda social-democracia em geral e da social-democracia russa atual em particular”.

Assistimos aqui a um exemplo flagrante daquilo que Lenin chamava de “jogar a palavra de Marx contra o conteúdo do marxismo”. Será que leninismo implica substituir “absolutismo russo” por “ditadura militar brasileira”, para encontrar tática justa? Será que não se passou nada neste mundo entre 1902 e hoje, de modo que possamos substituir tranquilamente a continuação e o desenvolvimento do método leninista por citações da época?

Lenin falava das tarefas “da social-democracia russa **atual em particular**” (grifos meus/EM), evidentemente por se tratar do exemplo clássico da necessidade de uma revolução burguesa na Europa de então. Trata-se evidentemente de um caso em que o estabelecimento de uma democracia burguesa significava ainda um **progresso histórico**, em relação às estruturas absolutistas e semifeudais. Lenin não deixou dúvidas, entre outros em “Duas táticas...”, de que o resultado da vitória da revolução de 1905 seria uma Rússia capitalista e que o socialismo ainda não estava na ordem do dia. O problema existia ainda, se bem que de forma diferente, para a maioria dos países europeus (sem falar do resto do mundo), que passaram por tentativas derrotadas de revolução burguesa, como em 1848. Mas mesmo nos poucos países, onde a revolução burguesa podia ser considerada fato consumado, como na Inglaterra e na França, por exemplo, o proletariado ainda não podia colocar o problema do poder, o problema da revolução socialista. Também nesses países o proletariado tinha de limitar a sua luta a reformas, a direitos democráticos, que a classe dominante lhe negava. E foi por isso mesmo que os revolucionários daquela época podiam ser social-democratas, estando nos mesmos partidos e na mesma Internacional com os oportunistas da direita e do centro. Apesar de todas as divergências, que já existiam, ainda havia tarefas fundamentais em comum.

É preciso poder ignorar muita coisa, para partir de premissas tão simples, como Raul Villa. É preciso poder ignorar todo um desenvolvimento histórico, desde a Primeira Guerra Mundial e a Revolução de Outubro na Rússia, a fundação da Internacional Comunista e o início da elaboração de uma estratégia global de luta pela revolução mundial, até a experiência da contrarrevolução internacional e do fascismo. Mas, se Raul Villa não for muito dado ao estudo histórico das lutas de classes, pelo menos poderia dedicar-se a uma experiência viva, ao caso de Portugal, onde as plataformas democráticas (a bandeira democrática) e, inclusive a Constituinte (defendida tão ardentemente no programa de ação do MIR), se tornaram as armas mais poderosas da reação.

2) No decorrer dos seus estudos de Lenin, Raul Villa descobriu a importância fundamental da tática justa para o “momento concreto”. Isso em si já seria um progresso considerável para o companheiro Villa, levando em conta a “tática” que defendeu em momentos concretos, como de 1970 em diante. Ele, todavia, não cai na tentação de tirar essas conclusões. Usa essa “descoberta” unicamente para defender a sua plataforma democrática. Acusa-me de partirmos de princípios gerais “doutrinários”, escamoteando o presente momento do Brasil.

Realmente, não é a nós que essa acusação deveria ser dirigida. Se cada momento concreto exige uma tática apropriada, porque então a insistência em querer generalizar a tática da revolução burguesa russa, que nasceu em condições completamente diferentes às nossas? Não queremos, porém, devolver a acusação. Não achamos Raul Villa “doutrinário”. Teve, sim, um desvio para o dogmatismo, querendo elevar uma tática concreta, produto de situação concreta, a um dogma. Mas também não o acusamos de dogmatismo propriamente dito. Trata-se simplesmente de mais um desses pequenos recursos, que usa para justificar a sua presente linha democrática. O fim justifica os meios.

3) Mas, quando Raul Villa pretende torna-se “doutrinário”, no sentido de expor uma doutrina de luta, como acontece nas suas “Notas sobre a questão da tática”, em Brasil Socialista no 31, ele se sai de maneira deveras infeliz. Alegando uma exposição das noções de “estratégia” e “tática” nas obras de Lenin, nem chegou a perceber, no decorrer dos seus “estudos”, que o revolucionário russo não empregava o termo “estratégia” na sua obra, a não ser nos últimos dias de sua vida, principalmente nas resoluções redigidas para a Internacional Comunista. Se Raul Villa estivesse realmente empenhado em estudar Lenin e não se limitando a catar citações de “apoio” à sua linha atual, não teria contado que, “nos textos de Lenin, vemos o emprego dos dois termos de modo quase indiferente, tudo dependendo da dimensão segundo a qual ele trata do problema”.

É só levando em conta que o termo “estratégia” entrou muito tarde no vocabulário de Lenin, que se compreende que este tenha intitulado a sua conhecida obra de “Duas táticas da social-democracia na revolução democrático-burguesa”. Pois, pelas categorias usadas hoje, tratava-se de duas estratégias, que separavam bolcheviques e mencheviques. Enquanto aqueles viam na classe operária a força hegemônica, que deveria levar avanti a revolução burguesa contra a burguesia hesitante, os mencheviques achavam que na revolução burguesa a hegemonia cabia à burguesia (aos liberais), que devia ser apoiada pelo proletariado.

Esses problemas, entretanto, não interessam realmente a Raul Villa. Só estorvariam o seu esforço de apresentar a linha democrática como “tática”.

4) Finalmente, temos de constatar que Raul Villa, também na sua última produção literária, não nos disse ainda em que consiste realmente a sua luta por “liberdades democráticas” no Brasil, no momento atual. Quais as implicações dessa “tática”, o que se esconde por trás dessa fórmula vaga?

Tomemos, por exemplo, um caso palpitante: qual a situação frente às eleições? Para os aliados mais próximos de Raul

Villa, a AP e o MR-8, que defendem linha política idêntica na questão, a “luta pelos direitos democráticos” implicou o abandono do voto nulo nas últimas eleições e no apoio de candidatos burgueses na chapa do MDB. A AP, por intermédio de um documento publicado no *Brasil Socialista* nº 2, procura fundamentar a sua mudança de linha, ligando especialmente a luta democrática ao voto. Justifica isso teoricamente pela necessidade de o proletariado fazer alianças com a pequena burguesia, mesmo quando não tiver a hegemonia dentro dessa “frente maior”. Supomos que o MR-8 não divirja essencialmente dessa posição, da qual não se distanciou e que acompanha na prática. Raul Villa, por sua vez, passa por cima desse problema, que evidentemente não representa mais mera “questão de tática” e que implica o abandono prático de uma política independente para a classe operária. É verdade que, em círculo restrito, manifestou a sua “dúvida” sobre a justeza do voto nulo, mas em público se omite. Por que companheiro, Raul Villa? Não se deve chocar os companheiros do Interior com doses cavalares?

E. M., setembro de 1975.

# LIQUIDAR O PASSADO PARA DESTRUIR O FUTURO?\*

## A PROPÓSITO DE UM DOCUMENTO DE DISCUSSÃO

O documento de discussão *Tarefas atuais na DI*,\*\* apresentado no interior\*\*\* com o fito da elaboração de uma “nova estratégia”, parte de algumas premissas aceitas de antemão pelos seus autores, embora contradigam a todos os fundamentos teóricos elaborados pela Organização e aceitos em seus Congressos. Essa revisão dos conceitos básicos e estratégicos, que se pretende introduzir dessa maneira pela porta traseira, apoia-se em duas “teorias” atualmente em voga e aceitas por quase toda a chamada “Esquerda Revolucionária Brasileira” — a “teoria da dependência” e a da “superexploração”. Não dispomos aqui do tempo nem de espaço para entrar no mérito das referidas elaborações teóricas, que pretendem enriquecer a análise teórica da realidade brasileira. Por ora, queremos nos limitar aos argumentos expostos nas *Tarefas*. A análise crítica das referidas “teorias” seguirá à parte.

---

\* Texto de intervenção na discussão interna da OCML-PO, redigido em janeiro de 1976 na Alemanha por Érico Sachs e assinado com o pseudônimo de Ernesto Martins.

\*\* DI é a abreviatura utilizada para designar “discussão interna”. [Nota dos editores].

\*\*\* “Interior” foi a designação utilizada pelos militantes no exterior ao se referirem à OCML-PO no Brasil. [Nota dos editores].

## DEPENDÊNCIA E NÍVEL SALARIAL

No ponto 1 do capítulo “Dependência e dominação de classe”, o documento afirma existir uma “incapacidade do sistema em absorver o “descontentamento das massas (...), já que lhe é inviável” pagar o valor da força de trabalho”.

Em primeiro lugar, fica-se na dúvida sobre o que os autores do documento entendem por “sistema”. Trata-se do sistema da ditadura militar ou estão se referindo ao sistema capitalista no Brasil? Supomos que seja este, pois já na “Introdução” afirmam que “a dependência coloca a ditadura militar como um dado estrutural”. E essa outra premissa aceita pelos companheiros é um ponto básico da sua argumentação.

Em segundo lugar, temos de perguntar: o que é “o valor da força de trabalho”? Como é que se mede este valor em termos tão absolutos, como são estabelecidos no documento?

Responderão, provavelmente com Marx, que o valor da força de trabalho consiste na soma dos valores das mercadorias necessárias ao operário assalariado para a sua reprodução. Mas, as mercadorias necessárias à reprodução (e seus preços) variam não só de país para país, como no mesmo país, em diversas épocas. Isso significa que não existe valor da força de trabalho universal, mas, sim, que varia no espaço e no tempo. Marx, em *O capital*, já fala da “Diversidade dos salários das nações” (sexta parte, XX capítulo, 1ª livro). Engels, por sua vez, salienta — tanto em prefácio posterior à *Situação da classe operária na Inglaterra* como nas polêmicas com Lassalle — que o valor da força de trabalho depende de fatores históricos, sociais e políticos próprios aos diversos países. E entre esses fatores não desprezíveis cita o grau de organização e de combatividade da classe operária, mencionando especialmente o papel dos sindicatos da classe operária na elevação dos níveis salariais no decorrer da segunda metade do século XIX.

Outro fator é o grau de produtividade de uma indústria em escala nacional. Evidentemente não no sentido de que um crescimento de produtividade leve forçosamente a um aumento salarial. Marx, no mesmo livro *O capital*, falando do movimento salarial num país, rejeita a afirmação de economistas burgueses no sentido de que “o salário geralmente sobe e desce de acordo com a produtividade do trabalho”. O capitalista não aumenta espontaneamente os salários quando cresce a produtividade social, mas Marx não deixa dúvida de que a produtividade é um fator que **possibilita** à economia capitalista aumentos reais de salário. Para essa possibilidade tornar-se realidade, pelo menos em uma determinada conjuntura, é necessária a ação da própria classe operária.

A luta salarial, entretanto, não é mera consequência do desenvolvimento econômico capitalista. Como mostra Marx, tanto em *O capital*” como também no mais acessível *Salário, preço e lucro*, a luta salarial é também um fator econômico. O grau de produtividade é determinado em última instância pelo nível de investimentos, isto é, pela composição orgânica do capital. Salários crescentes obrigam o capitalista a substituir a mão de obra por máquinas. As lutas salariais, evidentemente, não são os únicos fatores que obrigam o capitalista a uma constante “racionalização do trabalho”, isto é, que agem no sentido de uma crescente composição orgânica do capital — a própria concorrência entre os capitalistas é um poderoso estímulo desse processo.

Essas considerações são válidas para o funcionamento da economia capitalista em geral, e o surgimento de um capitalismo dependente não alterou as leis gerais da acumulação do capital. Se os autores das *Tarefas* afirmam agora que a dependência torna “inviável pagar o valor da força de trabalho para o sistema”, eles criam uma contradição suplementar. Como explicam, então, que na história do Brasil em vias de industrialização houve uma fase prolongada (de 1945 a 1964) em que existiu um nível salarial consideravelmente mais alto? Pois são as varia-

ções nos níveis nacionais dos salários que nos permitem falar da valorização ou desvalorização da força de trabalho.

E já que a “dependência coloca a ditadura militar como um dado estrutural”, poderia se perguntar: por que na referida fase do pós-guerra o sistema funcionava sem ditadura militar?

Ou, então, a dependência em si ainda não explica as particularidades da realidade brasileira. Isso se torna evidente, sem grandes ponderações teóricas, se tomarmos o caso do Canadá, por exemplo. O Canadá gerou um capitalismo altamente dependente, não menos do que o Brasil. Basta dizer que cerca de 60% da sua indústria se encontra em mãos do capital estrangeiro, principalmente norte-americano (exatamente quatro quintos do total dos investimentos estrangeiros). O capital americano domina mais de 70% da produção canadense de petróleo, carvão, borracha e da indústria química, além de 67% da construção de máquinas, 52% da mineração, 50% da indústria elétrica e de máquinas agrícolas e 100% da indústria automobilística. Apesar disso, o Canadá é um dos países de nível salarial mais alto do mundo. Acontece que o Canadá é um país dependente, mas não é um país subdesenvolvido. Não gerou as estruturas internas típicas do subdesenvolvimento que caracterizam o passado e o presente do Brasil.

Todo subdesenvolvimento implica dependência externa, mas a dependência em si ainda não significa subdesenvolvimento, como o pretendem fazer crer diversos representantes dessa corrente. Dependência como sinônimo de subdesenvolvimento, como está sendo usado hoje, torna-se um lugar comum, pois ela é encontrada no mundo capitalista de hoje em todos os níveis. É encontrada inclusive nas relações entre países industrializados. O capitalismo, principalmente em sua forma imperialista, não conhece outras formas de relação, seja na divisão de trabalho ou na cooperação, ou nas suas alianças políticas e militares, do que a submissão do mais fraco ao mais forte, e isso evidentemente gera dependência.

Os sociólogos e politicólogos da pequena burguesia, que descobriram o fator da dependência de hoje, fizeram dele uma pretensa fórmula científica que explica os males do chamado “Terceiro Mundo”. É um dos característicos dessa gente contentar-se com formulações gerais. Tão gerais que de parte deles não vimos ainda nenhuma tentativa de análise concreta do caso do Canadá, por exemplo. Mas isso é com eles. Mais grave torna-se a situação quando companheiros nossos, com uma absoluta falta de critério, começam a aderir a essa moda. E realmente absurda torna-se a situação quando esses companheiros procuram derivar dessas “teorias de dependência” uma tática nas lutas salariais.

É verdade que para isso lançam mão de outra teoria em voga, que também usa um vocabulário quase marxista. Estamos nos referindo à chamada “teoria da superexploração”.

Se colocamos em dúvida o seu caráter científico, não é certamente pelo fato de nela constar que o nosso proletariado está sendo superexplorado, mas pela construção “teórica” que ergue em torno do fato. Partindo da premissa tácita da existência de um valor da força de trabalho universal, procura provar, nas melhores tradições terceiro-mundistas, que o proletariado do capitalismo subdesenvolvido é superexplorado, enquanto o dos países industrializados é “somente” explorado — deixando abertas as portas para uma reabilitação das teses populistas de ontem.

Já prometemos uma discussão desse assunto para outra ocasião. Aqui nos interessa o fato de os autores das *Tarefas* terem tirado pragmaticamente os seus argumentos das duas “teorias”, para afirmar que o sistema não pode “pagar o valor da força de trabalho”.

Cabe a pergunta, também à margem de todas as considerações teóricas, se o capital imperialista, que se fixou no Brasil e que domina pelo menos 35% de economia nacional, ramos industriais-chaves e as empresas industriais maiores, se esse setor mais dinâmico do capital, que influi decisivamente na política salarial, “não pode pagar o valor da força de trabalho”.

Muito pelo contrário, uma das causas que fez o capital estrangeiro investir maciçamente no Brasil sob o regime militar é o fato de os salários estarem extremamente baixos (em virtude do “arrocho”) e isso lhe garantir um correspondente lucro extraordinário. Se a Ford e a VW do Brasil, por exemplo, exportam peças de carros para suas matrizes, isso barateia os custos de produção nas suas respectivas pátrias. E essas vantagens, entre outras, são conseguidas no Brasil com uma tecnologia de relativo atraso, isto é, com investimentos menores do que seriam necessários em casa, pois o crescimento da composição orgânica do capital aí é incomparavelmente mais lento do que nas metrópoles industriais. Por outro, um aumento geral dos salários reais no Brasil obrigaria tanto o capital estrangeiro quanto o nacional a investir mais, à base de uma tecnologia mais adiantada, para compensar o crescimento do capital variável. A prazo, isso não diminuiria o lucro do capital, mas de imediato prejudicaria o lucro fácil. Aumentaria o espaço de tempo necessário para a circulação do capital e diminuiria a taxa da mais-valia, fenômeno que se dá periodicamente em todos os países industriais. Querer concluir disso, porém, que o sistema não **pode** pagar “o valor da força de trabalho” é fazer um favor a nossa classe dominante. O capital estrangeiro e seus associados nacionais agradecem comovidamente...

O que é essencial na questão é que essa construção intelectual, como é apresentada nas *Tarefas*, desvia completamente do problema fundamental que a luta de classes no país coloca e que é primordial para nós, como revolucionários. Trata-se da situação objetiva da classe operária no seio da sociedade brasileira. Trata-se basicamente do fato de o proletariado não ter revelado um grau de organização e de combatividade para se opor à queda radical do seu nível de vida, que chegou a atingir 30 e 50%, conforme ano e cálculos. Trata-se igualmente do fato de o proletariado brasileiro não ter revelado força, também, para aproveitar a posterior expansão econômica e a escassez

de mão de obra para melhorar sensivelmente a sua situação, apesar do constante aumento da produtividade industrial. A falta de um movimento de resistência de massa contra a baixa do nível de vida tornou impossível criar um ponto de partida para a mobilização política proletária contra a ditadura militar.

O golpe militar de 1964 e a subsequente política de “ar-rocho” salarial foram resultados da crise econômica que o capitalismo brasileiro sofreu na década de 1960. À crise cíclica da superprodução juntou-se o fenômeno estrutural do esgotamento da fase de substituição das importações, chegando a verificar-se uma queda na renda *per capita*.

Em todas as crises econômicas, a classe dominante procura descarregar o ônus nos ombros da classe operária. E, pelo menos no início, o consegue geralmente. Vimos isso há pouco de novo, nos EUA e na Alemanha Ocidental. O crescimento do desemprego, o medo dos operários de perder o lugar de trabalho, desorientam a classe e a fazem aceitar sem lutas maiores uma diminuição dos seus salários reais. A burguesia brasileira (e isso inclui o capital estrangeiro), em 1964, não se satisfaz com uma reação conjuntural do mercado de trabalho. O sacrifício que impôs ao proletariado brasileiro exigiu medidas extraeconômicas. Temos que ver, porém, que a burguesia pôde tomar e sustentar estas medidas durante um período tão prolongado, devido ao baixo grau de organização e de amadurecimento político do proletariado na fase anterior a 1964. O proletariado brasileiro, ao contrário, por exemplo,\* (que politicamente se encontrava, há pouco ainda, num nível

---

\* Érico Sachs não esclarece a que proletariado está se referindo. Em **Caminho e caráter da Revolução Brasileira** (1970), Parte II, intitulada “A força motriz do processo revolucionário”, buscando responder o significado de “classe operária para si” em condições latino-americanas, Érico Sachs analisa o grau de amadurecimento do proletariado brasileiro, comparando-o com o proletariado chileno, argentino e mexicano. [Nota dos editores].

semelhante — o populismo) não tinha criado ainda nem uma consciência sindical. A geração dos operários de 1964 não sabia o que eram sindicatos operários livres. Somente o proletariado chileno sofreu uma queda semelhante do seu nível de vida, mas para isso foi necessário um banho de sangue, como não o conhecemos no Brasil.

Este fator, o do grau de amadurecimento como classe (ou a falta dele), do proletariado brasileiro, que determinou a situação durante a clandestinidade, representa um problema fundamental para a nossa atuação e determina os nossos conceitos estratégicos e as nossas táticas. Temos que ter consciência do fato de que nenhuma mobilização política da classe se dará enquanto o proletariado não se levantar contra sua situação material. Esta afirmação não é “economicismo”, como podem alegar os autores das *Tarefas* e, sim, uma experiência das lutas de classe em escala mundial. “Economicismo” seria querer satisfazer-se com as lutas econômicas e, dentro das tradições ideológicas de ontem, deixar a política para a burguesia ou pequena burguesia, como fazem os adeptos das “plataformas democráticas” e os que recomendam o voto em candidatos do MDB. Esse, evidentemente, não é o nosso caso.

## A PROPÓSITO DE UMA “REAVALIAÇÃO”

O que pretendem os autores das *Tarefas* com o enriquecimento duvidoso das bases teóricas da Organização? Tornam-se mais explícitos, em seguida, quando declaram: “Antes de mais nada, esta questão tem que ser enfrentada do ponto de vista de uma reavaliação do lugar que vem ocupando (...) a vanguarda proletária”.

Em que consiste essa reavaliação da vanguarda? Ou, em outras palavras: o que é necessário para mudar a situação atual? A resposta não conhece dúvidas: precisamos de uma estra-

tégia certa: “E nesse campo, a primeira questão a ser levantada é quanto à ausência de uma estratégia e sua substituição por uma fluida ‘linha estratégica’”.

Os autores das *Tarefas* passam por cima de toda a argumentação apresentada na ocasião, quando nós nos decidimos pela formulação da “linha estratégica”. Não precisamos repeti-la aqui, pois esperamos que as bases tenham acesso aos documentos durante os debates. Queremos lembrar somente que salientamos a necessidade de um fundamento material para uma estratégia. Assinalamos que somente um partido operário que tenha, de fato, um “exército proletário” atrás de si está em condições para isso. Uma pequena vanguarda teórica à margem do proletariado, que ainda tinha de encontrar o caminho à classe, não podia fazer mais do que elaborar uma “linha estratégica” no quadro de um processo social e histórico que estava se dando perante os nossos olhos: o do amadurecimento da classe, da penetração das categorias marxistas no proletariado, que levaria a uma fusão do marxismo revolucionário com o movimento operário vivo. Somente quando este processo atingir um ponto em que der lugar à criação de um partido revolucionário de classe, teremos atingido um nível em que se pode falar de estratégia propriamente dita. As *Tarefas* acham esta linha estratégica, dentro da qual temos de atuar, no sentido da conscientização e aceleração do processo, “fluida” e “espontaneísta”. Mas a sua opção por uma “estratégia” não passa de uma profissão de fé. Podem também satisfazer os militantes de um grupo reduzido e criar uma compensação pela sua falta de influência real. Mudar algo na situação existente no país, não mudam.

O problema cardinal para os nossos companheiros parece ser o da “penetração”, problema que eles interpretam, entretanto, de uma maneira toda particular: “(...) penetração como permanente, como tarefa constante, como uma linha evolutiva, linha que substitui o papel da estratégia e da tática (...)”.

E mais adiante: “Trata-se de ter os quadros que façam a penetração. Mas a penetração não é um objetivo. É uma linha genérica”.

A confusão está óbvia. Na primeira parte acusam a Organização de ter visto a penetração como “tarefa, que inclusive devia ser feita” pelos quadros. Simultaneamente alegam que não se trata de um objetivo, e, sim, de uma “linha genérica”.

Acontece (e os companheiros deviam saber disso) que a penetração como tarefa da Organização, a ser realizada pelos seus quadros, é uma invenção exclusiva da fase ultraesquerdista que se iniciou em 1970. Fato é que até esta fase do voluntarismo desenfreado (que os companheiros alegam combater), a penetração, a consequente fusão e o surgimento de um partido revolucionário do proletariado representavam os objetivos estratégicos dessa etapa das lutas de classe no Brasil. Não podiam ser “tarefas” de um reduzido grupo de revolucionários, porque se tratava de uma mudança qualitativa nas relações de classes da sociedade que estava se dando independentemente da existência das vanguardas teóricas existentes. O próprio surgimento destas vanguardas podia ser resultado desse processo social, e eles, por sua vez, podiam acelerá-lo (na medida em que se mostrassem à altura), mas o seu próprio futuro, sua transformação em vanguarda real da classe ou pelo menos do seu setor mais adiantado, dependia do ritmo do amadurecimento objetivo do proletariado.

Que os autores das *Tarefas* nunca entenderam esta problemática definida nos primeiros Congressos da Organização (e que agora pretendem “abolir”), eles demonstram quando afirmam:

E façamos justiça, o PTCP\* não faz mais do que seguir esse mesmo raciocínio, do que tentar responder a esse

---

\* “Plano tático de construção partidária”. [Nota dos editores].

“como penetrar”, e pagou aí o seu tributo: canais de expressão, trabalho legal, enfim o “vale-tudo” já que não é no campo da estratégia e da tática que está situada a discussão, mas sim no campo de como levar a “linha estratégica”.

O que o PTCP fez foi, em primeiro lugar, ignorar completamente as mudanças que se tinham dado na situação e nas condições da luta depois de 1969/70. Partindo de premissa, do “descenso provisório” e da “criação de um polo proletário, que se refletia na sociedade toda”, justificava esta ofensiva voluntarista com o manto ideológico da “penetração” como “tarefa”. Mas, se for o caso de fazer justiça, temos que ver que os autores do PTCP não revelaram incompreensão maior frente ao problema geral do que atualmente os das *Tarefas*.

É preciso salientar ainda que, além da colocação voluntarista do problema de penetração, os companheiros, em 1970, não viram que a conjuntura inaugurada pelo AI-5 tinha colocado definitivamente os objetivos estratégicos a uma distância maior. E isso se deu justamente porque o processo não é constante nem evolutivo, passa por saltos qualitativos, mas também sofre revezes. A repressão e a consolidação da ditadura militar não conseguiram, evidentemente, eliminar os objetivos estratégicos da luta de classes nem torná-los superados. A problemática fundamental da luta perdura: criação de um proletariado independente, capaz de liderar os trabalhadores do campo e as demais camadas potencialmente revolucionárias do país. O ritmo do processo, entretanto, sofreu uma interrupção. Reprimido, ele terá de irromper com violência redobrada no futuro, mas durante anos a classe ficou paralisada.

E aqui chegamos a outra questão, que contribuiu para as confusões surgidas. Na terminologia usada pela Organização, constavam dois termos que, entretanto, não eram usados como sinônimos. Trata-se da já conhecida “penetração” e de

“enraizamento”. Este, sim, era tido como tarefa de Organização. Criar raízes no proletariado, formar quadros operários no seu meio e mudar a composição social pequeno-burguesa, isto eram tarefas vistas como primordiais para a Organização, se esta pretendesse realmente desempenhar um papel na classe operária.

De fato, consideramos o enraizamento na classe uma tarefa constante e contínua para uma vanguarda, restrita que seja, mas que pretende crescer e se desenvolver conforme princípios leninistas de organização, pelos quais operários e intelectuais revolucionários criam uma linguagem comum e se dedicam à luta comum, a base de um centralismo democrático. Na organização bolchevique, por exemplo, a percentagem dos operários nunca baixou a menos de 60%, e isso foi considerado o mínimo necessário para a vanguarda não perder os laços com a classe.

Aliás, refletindo bem, é de se perguntar se se trata realmente de simples confusão, já que nas *Tarefas* tais preocupações, como as que acabamos de apresentar, são caracterizadas como “desvio obreirista”. De todas as acusações contra a PO-LOP levantadas nas *Tarefas* — e que não são poucas —, a do “obreirismo” provavelmente nos tenha surpreendido, considerando de que lado vinha. É verdade que atualmente a Organização valoriza muito os seus elementos “integrados”, mas estes não podem substituir os quadros operários. Qualquer tentativa neste sentido seria querer transformar um mal necessário em virtude. Afinal, as palavras de Marx de que “a emancipação dos operários só pode ser obra deles próprios” são mais do que um desfecho para textos festivos. Resumem a essência da concepção materialista da história contemporânea.

Não muito surpreendente torna-se a acusação de “propagandismo” lançada igualmente nas *Tarefas*. Essa nem sequer se procura fundamentar, a não ser mediante uma vaga crítica às “palavras de ordem propagandísticas”, que em si não é muito

clara, pois não esclarece se as objeções são feitas em princípio ou em relação a casos determinados. O modo de colocação do problema, porém, revela uma assustadora ignorância dos meios de luta ideológica de comunistas. A propaganda é o pão de cada dia de qualquer vanguarda realmente comunista que pretende influir sobre as massas, combater as influências ideológicas burguesas no seu meio, educá-las e conscientizá-las. Como se daria a mudança qualitativa de uma massa trabalhadora que ainda se encontra no nível do populismo? Por obra do Espírito Santo, por acaso? Mas não é gratuitamente que os autores das *Tarefas* têm tanta dificuldade para compreender o processo de conscientização da classe e do papel que nele teriam a desempenhar.

Lenin, por sua vez, durante os debates em torno das *Teses de abril*, foi acusado por Kamenev de querer transformar “um partido de massas” em um “grupo de propagandistas”. Respondendo, referindo-se à situação concreta de então (abril de 1917), o dirigente bolchevique perguntou: “Neste momento presente, a atuação dos propagandistas não representa justamente o eixo das atividades, a fim de livrar a linha proletária do delírio pequeno-burguês da defesa da pátria?”. E finalizando a sua polêmica contra Kamenev, constata laconicamente: “É deveras pouco apropriado querer falar com menosprezo de um ‘grupo de propagandistas’ da linha proletária”.

## QUAL SERIA A ALTERNATIVA?

Depois destas excursões no terreno da estratégia, e da propagada falta de estratégia, era de se esperar que o documento de discussão procurasse formular uma alternativa viável. Veremos o que apresenta.

Para superar a “linha fluida”, começa a redefinir certas categorias fundamentais, com as quais a Organização operou no passado. Dedicar-se primeiro aos Comitês de Empresa. Tomando

como ponto de partida o documento *Formar a vanguarda proletária*, que descreve os Comitês como **órgãos de representação da classe operária**, formados nos lugares de trabalho, não partidários e representativos, e que por isso mesmo têm que refletir o nível de consciência do proletariado, as *Tarefas* objetam:

Primeiro, que essa é a definição de um órgão **sindical**. Um órgão sindical também é representativo, e não partidário, tanto como o comitê. O que diferencia o comitê de um órgão sindical não é que o primeiro se assenta na fábrica, pois isso é apenas a diferença entre comitê e o sindicato primitivo tal como ele historicamente se constituiu. Mas é em relação ao caráter da **luta sindical**, que, principalmente, caberia ter demarcado a diferença específica do comitê. Pois tanto em Lenin (como consequência da Terceira Internacional) como em Gramsci, o que especifica o comitê é o seu controle operário da produção, de órgão de autogestão operário, reproduzindo ao nível da fábrica a consciência da classe, como “célula da futura sociedade comunista”.

Disso as *Tarefas* concluem que existem dois órgãos diferentes do proletariado, Comissões Operárias e Comitê de Empresa, e que nós não fizemos mais do que propagar a formação de Comissões. Citando uma resolução do II Congresso da Internacional Comunista, que lança palavras de ordem do controle operário da produção, o documento conclui que sem a luta por esse desígnio, não se pode falar de Comitês, que já são um órgão de luta política que travam essa luta sob a direção de uma vanguarda. As Comissões, por sua vez, nunca podem ultrapassar o nível da luta econômica, já que são marcadas pela sua origem espontânea, e tampouco podem dar o salto qualitativo de se transformar em Comitê. Assim, prossegue:

Portanto, o Comitê de Empresa descrito no FVP\* é, na verdade, um órgão sindical de luta, diferente da estrutura sindical, mas tendo como caráter a luta sindical; nesse sentido não se diferencia das Comissões, que surgem espontaneamente como canal de luta ao nível das massas, refletindo o fato de que, aqui, a luta econômica, salarial (“sindical”, nesse sentido), vai diretamente, imediatamente, contra o controle político (? E.M.).\*\* Evidentemente que o comitê nasce da luta espontânea, e, portanto, dos canais que essa luta espontânea assume. Mas entre uma coisa e outra há um salto de qualidade, salto que só pode ter claro se se toma como critério a própria qualidade do comitê, aquilo a que se visa com ele. E, ao contrário, o FVP vê apenas uma linha evolutiva: “Se tornará político (o Comitê — E.M.)\*\*\* e instrumento de lutas políticas na medida em que se forma e manifesta a consciência política do nosso proletariado”.

A redação nem sempre ajuda a compreensão das discussões, mas isso não é culpa nossa. O que mais dificuldades causa a eles é a relação entre a luta econômica e política do proletariado e, conseqüentemente, a formação da consciência de classe, mas vamos por pontos.

Em primeiro lugar, a afirmação de que o Comitê, tal como é descrito no FVP, não passa de um órgão sindical, pois o sindicato também é representativo e não partidário, revela uma lógica estranha, para não dizer “formal”. Da mesma maneira poderia dizer-se que a Comuna de Paris ou o *Soviet* de

---

\* Abreviatura do documento básico da OCML-PO *Formar a vanguarda proletária. A Linha Estratégica da Organização*, escrito por Érico Sachs (maio de 1967) disponível no Portal CVM. [Nota dos editores].

\*\* Interrogação introduzida por Érico Sachs.

\*\*\* Inserção entre parêntesis de Érico Sachs. [Nota dos editores].

Petrogrado não passavam de órgãos sindicais, pois eles eram representativos da classe, além de não partidários e de terem surgido espontaneamente.

Dito de passagem, há na primeira citação uma afirmação evidentemente errada, que pode ser resultado tanto de um lapso como de desconhecimento de causa. Os primeiros sindicatos surgiram em fábricas, eram sindicatos fabris. Portanto, não se trata de uma “diferença entre Comitê e o sindicato primitivo”, e, sim, de uma semelhança.

Em segundo lugar, mostra a maneira com que os companheiros citam Lenin, Gramsci e a Internacional, uma absoluta incapacidade de compreender a dialética da luta de classe, quando querem provar que o Comitê de Empresa só merece esse nome quando luta pelo “controle operário da produção”. Usam aí um recurso muito simples: citam textos escritos numa situação revolucionária na Europa Ocidental (Lenin no II Congresso da IC e Gramsci durante as ocupações de fábricas na Itália do Norte) e as codificam como verdades eternas, válidas para todas as situações e em todos os lugares. Dessa maneira, tiram o Comitê do contexto da luta viva de uma classe e o transformam em princípio abstrato (ou uma receita). Isso, evidentemente, não poderia ter sido a intenção de Lenin nem de Gramsci. Se os autores das *Tarefas* tivessem lido com mais atenção a referida resolução do II Congresso da IC e não tivessem interpretado de modo tão voluntarista, teriam encontrado outro trecho do próprio texto que, explicitamente, diz o seguinte:

O empenho pela criação de Conselhos de Empresa (isto é, comitês)\* que está se desenvolvendo entre os operários de diversos países, em escala crescente, parte de motivos os mais diversos (...), mas **desemboca finalmente** na luta

---

\* Idem.

pelo controle operário da indústria, a tarefa histórica específica dos Conselhos de Empresa (destaque meu, EM).

A resolução diz claramente que **desemboca finalmente** na luta pelo controle da indústria, mas se **inicia pelos motivos os mais diversos**. Não estabelece esta diferença mecanicista (nem aí nem em outro lugar qualquer) entre órgãos que iniciam a luta e órgãos que finalmente levantam a bandeira do controle da produção. No meio-tempo há todo um desenvolvimento qualitativo dos comitês que só pode ocorrer na medida em que se dá uma mudança qualitativa da atuação da classe que representam. E este desenvolvimento, evidentemente, não pode ser “evolutivo”, como pretendem compreender os nossos companheiros, mas marcado por ascensões, baixas e altos. Sinal é que os próprios comitês não conhecem continuidade assegurada. Formam-se e desaparecem de novo, para ressurgir em outra fase da luta.

Terceiro, o caráter extremamente voluntarista do esquema apresentado pelos autores do documento salta aos olhos quando afirmam que a diferença entre Comissão e Comitê se torna clara “se se toma como critério a própria qualidade do comitê, **aquilo a que se visa com ele**” (destaque meu). Mas a “qualidade de um comitê” não é determinada pelo que “se visa” (provavelmente o que visa um intelectual revolucionário, sentado diante de uma escrivadinha tranquila). Órgãos de luta de classe são produto de uma necessidade social e só podem surgir à base dessa necessidade e do nível das lutas. Nossa tarefa é saber distinguir o nível da luta para ajudar a classe a criar as formas de organização que ela é capaz de criar nessa fase determinada. Nós não inventamos os órgãos de representação da classe. Todos eles surgiram espontaneamente.

Fato é que a diferença entre Comitê e Comissões, como as *Tarefas* a apresentam, não existe. Trata-se de um esquema subjetivista que não tem ligação nenhuma com a realidade das

lutas de classe internacionais e muito menos com a nossa experiência. Se os órgãos de representação nos lugares de trabalho se chamam “Comitês”, “Comissões” ou “Conselhos”, isso ainda não deduz nada sobre o seu conteúdo. Não são órgãos sindicais pela sua natureza, mas terão evidentemente também de cuidar de problemas salariais nos lugares onde sindicatos operários não existem ou onde se tornaram tão reformistas que não cuidam nem desse aspecto.

Em Portugal existem Comissões e Comitês lado a lado e suas funções se distinguiram por isso. Ambos surgiram em protesto à atitude dos grandes partidos e dos sindicatos frente às reivindicações da classe. Na Espanha, as Comissões Operárias, que durante anos foram a espinha dorsal da luta do setor mais adiantado do proletariado, evidentemente eram mais do que “órgãos sindicais”, embora o PCE, em virtude da sua colaboração com partidos burgueses, tente reduzi-los a isso. É duvidoso se o conseguirá. O Português não conseguiu.

Preocupados em construir um esquema próprio, os companheiros revelaram completa cegueira frente a um dos problemas fundamentais no que diz respeito a órgãos representativos de base da classe operária. Trata-se dos órgãos de “duplo poder”.

Comitês ou Comissões, ou como se possam chamar indiferentemente nos diversos países, se distinguem qualitativamente desses órgãos de nível superior, que não representam somente a classe operária, mas que colocam em xeque a máquina estatal da sociedade exploradora. Os *soviets*, na Revolução Russa vitoriosa, os *rüete*, na Revolução Espartaquista alemã derrotada, que podem igualmente sustentar nomes diversos em países diferentes, surgiram como órgãos de insurreição em potencial e ao mesmo tempo como formas de organização básica do futuro poder proletário.

Como todos os órgãos representativos, os do “duplo poder” também surgem como não partidários. Os revolucio-

nários ainda têm que conquistar a maioria no seu meio, para torná-los em condições de tomar o poder e dar o golpe de misericórdia à máquina estatal burguesa. Também eles surgiram como produto espontâneo de lutas operárias. Formaram-se tão espontaneamente que os bolcheviques, na revolução de 1905, desconfiaram do novo fenômeno e levaram certo tempo para reconhecer o seu caráter revolucionário. Na Europa Central, em situação revolucionária, o proletariado formou os órgãos de duplo poder diretamente sob a influência da Revolução Russa. Surgem somente em situações revolucionárias. Na fase da política ultraesquerdista da IC, em situação não revolucionária, nenhum PC conseguiu a criação de *soviets*, apesar de se empenhar por isso.

Os *soviets* (como chamaremos genericamente os órgãos de duplo poder) distinguem-se qualitativamente dos Comitês e Comissões, da mesma maneira como se distingue qualitativamente o proletariado que luta diretamente pelo poder de um que ainda luta para melhorar a sua situação no quadro da sociedade capitalista. A experiência mostra também que os Comitês e Comissões, e o que mais existir nesse nível, não podem substituir os órgãos de duplo poder, pois são formas sob outras premissas. Chile e Portugal confirmaram novamente essa experiência. Em ambos os países não faltaram minorias revolucionárias que tentaram mobilizar os órgãos de cogestão para colocar a questão do poder. Falharam porque a classe operária dos dois países estava ainda impregnada de ilusões democrático-legalistas sobre o caminho ao socialismo.

Se entramos mais detalhadamente nessa questão, é porque a experiência nesse campo já é realmente rica, e todo comunista que mereça este nome tem a obrigação de se aprofundar nela. Mas voltemos ao Brasil.

A consigna da formação dos Comitês de Empresa foi lançada pela Organização em 1962, ainda nos tempos da “legalidade”. Nós nos decidimos pelos Comitês, e não por

Comissões, porque aqueles tinham precedentes nas lutas de classes no país (na prática não fincamos pé na terminologia). Não inventamos, portanto, esses órgãos de representação. Estudos empíricos das formas de luta criadas pelo proletariado brasileiro nos mostraram como os operários de fábrica formaram seus Comitês de Greve em tempos legais e semilegais. O que podíamos visar (depois de prolongadas discussões com operários ligados à produção) era a institucionalização desses órgãos de classe, pelo menos durante espaço de tempo maior. Lançamos naquele momento os comitês como palavra de ordem de propaganda, pois não tínhamos força física para mais nem o nível das lutas de classe de então prometia perspectivas imediatas de sua realização. De fato, o primeiro Comitê de Empresa, naquela fase, do qual tivemos conhecimento se criou em Jundiaí, sem a nossa interferência direta. Osasco e Contagem vieram depois. A experiência mostrou a justeza da análise e do método da Organização, o que permitiu exercer um papel e uma influência que ultrapassou de longe a sua importância numérica.

Os autores das *Tarefas* não analisam dessa maneira nem fazem uso desse método. Um exemplo valioso da sua atitude na questão é o parecer que dão sobre a greve de Osasco:

Em Osasco, as Comissões de fábrica serviram de base a uma oposição sindical, (representativa no caso) que chegou a ganhar as eleições, passando então o sindicato a servir de reforço às lutas nas fábricas por aumentos salariais, passando o sindicato a assumir a greve etc. Mas na verdade se ficou nos limites do atrelamento. E com isso a luta não ultrapassou os limites econômicos, enfraquecendo-se, isolando-se do conjunto da classe, e sendo em seguida atacada pelo aparelho repressivo.

A situação no sindicato foi vista como reforço à luta econômica, e não como **luta política**, como luta contra

o atrelamento, e, portanto, contra a ditadura, e pelo Governo dos Trabalhadores. O que se coloca, portanto, é que ao **mesmo tempo** que a vanguarda deveria estar colocando tarefas do controle da produção que transformassem a qualidade da consciência e da organização da fábrica, nesse mesmo processo teria que estar colocando a participação no sindicato como luta contra o atrelamento, tomar o sindicato nas eleições e assembleias, para romper com seus limites: não aceitar a negociação com o governo, não aceitar a divisão em categorias e regiões, fazendo da luta no **sindicato contra o atrelamento** uma luta pela central operária, pela unificação (orientada politicamente então) da organização de fábrica.

E daí em diante, daí para fora. É muita coisa que os autores das *Tarefas* querem (hoje) dos operários de Osasco, e é muita coisa que pretendem da vanguarda, nas condições em que se realizou aquela greve. Mas, infelizmente, o retrato fornecido não tem absolutamente nada com a realidade de então.

Em primeiro lugar, as *Tarefas* querem dar a impressão de que a greve falhou por ter sido “economicista” e que, por essa razão, a luta enfraqueceu-se e isolou-se “do conjunto da classe”, sendo em seguida atacada pelo aparelho repressivo. Quer dizer, aqui se dá a entender que o conjunto da classe estava mais adiantado do que o comando da greve, disposto a uma luta direta e frontal contra o governo. E que foi por causa dessa contradição que a greve pôde ser reprimida.

Justamente o contrário é verdade. O proletariado de Osasco entrou em greve por motivos salariais, forçado pela sua situação econômica. Evidentemente, os operários eram contra a ditadura, pois sentiam o “arrocho” na própria carne, mas assim mesmo não estavam dispostos a levantar outras reivindicações, fora das salariais, para não fornecer pretextos à repressão. Qualquer tentativa de fazê-los levantar reivindicações políticas teria

abortado a greve de saída. Apesar disso, não se pode afirmar que a greve não tenha tido caráter político. O simples fato de operários entrarem em greve e ocuparem as fábricas já era um desafio político ao regime e foi interpretado como tal.

Quando se lê a lista das reivindicações que as *Tarefas* levantam, pode-se imaginar o modo da sua elaboração — seus autores reunidos em torno de uma mesa, olhando-se mutuamente e perguntando: “que mais precisa uma greve para ser revolucionária?”. Acontece, porém, que as reivindicações dos operários, pelas quais estão realmente a combater, são uma coisa (que qualquer revolucionário saberá respeitar), outra coisa são as reivindicações, que a vanguarda pode levantar entre os operários, em forma de palavras de ordem educativas e propagandísticas. Nenhuma vanguarda consciente, entretanto, se prestaria à organização de uma greve sem conhecer bem o nível de reivindicações dos operários e não procurará impor outras que as isolem da massa ou criem um confronto.

Qual era o sentido da greve de Osasco? Em primeiro lugar, fazer da luta comum um instrumento da criação de solidariedade e de organização do proletariado. Essas lutas parciais são vitais para o amadurecimento da classe. Nesse sentido e na situação reinante naquele momento, quando a classe operária estava atomizada, Osasco foi um progresso imenso. Mas, tudo isso ainda não esgota a significação da greve. Tratava-se, naquele momento, de dar um exemplo de luta ao proletariado de São Paulo — e do país. Osasco, um subúrbio da metrópole industrial, dispunha de um proletariado mais novo, formado em parte de nordestinos e retirantes e que, por isso, tinha um caráter mais rebelde. Mas o proletariado de São Paulo propriamente dito e do ABC ainda não tinha entrado na luta (a esperada repercussão não surgiu em virtude da rapidez e da violência com que a repressão agiu).

Quais foram os erros cometidos em Osasco? Em primeiro lugar, pode se colocar a questão se a ocupação das fábricas

se justificava naquelas circunstâncias. Tendo em vista o grau de organização e de experiência do proletariado de Osasco, acreditamos que não. Não correspondia às relações de força existentes. Em segundo lugar, os responsáveis pela greve tinham de contar com a repressão e preparar um esquema para essa eventualidade previsível. Na realidade houve uma debandada quando as tropas ocuparam as fábricas. Em terceiro lugar, houve falhas de organização ligadas ao papel do sindicato. A direção da greve, ou melhor, o grupo que estava preparando a greve, utilizou o sindicato (em virtude da vitória da oposição sindical) para a mobilização das fábricas. Isso foi plenamente justificável, no sentido de combinar recursos legais com clandestinos. Erro absoluto, entretanto, foi fazer da sede sindical o centro dos Comitês de Empresa com a direção da greve. A ocupação do sindicato pelas forças da repressão destruiu toda a rede de contatos e contribuiu para a debandada geral. Finalmente, o erro fundamental, e que é responsável em parte pelas demais falhas, é o fato de a greve ter sido planejada de fora, dentro de um esquema militarista. Quem dominou a direção da greve de Osasco foi um grupo chegado à VPR\* que via na greve uma preparação para a “luta armada”. Isso incluía a defesa armada das fábricas pelos operários até os planos rocambolescos das “grevilhas”. Esse plano evidentemente condenou a greve de antemão, limitou a ação dos Comitês de Empresa, que em sua maioria não sabiam das segundas intenções da “vanguarda”, e impediu igualmente uma tática proletária depois da greve.

Hoje há uma autocritica generalizada da fase militarista, mas isso não significa necessariamente uma opção por uma linha proletária. Destaca-se aí a análise dos acontecimentos de então, dada por José Ibrahim, um dos dirigentes responsáveis pela gre-

---

\* Vanguarda Popular Revolucionária. [Nota dos editores].

ve de Osasco, em *Campanha*, edição de Santiago do Chile (10 e 11, de 1973), da qual citamos retraduzindo do espanhol:

(...) havia o problema da visão política, que influiu na decisão política de antecipar a greve planejada para novembro e na forma de encaminhá-la. A “esquerda estava marchando para o foquismo”, uma concepção esquerdista da revolução baseada em ações armadas. E sofremos a influência das polêmicas que se davam na esquerda, mas sem que nenhum desses setores, que se definiram pela luta armada, oferecesse uma alternativa para o movimento de massas.

(...) Em minha opinião, o que realmente destruiu a organização interna nas fábricas de Osasco foi a política das organizações armadas de tirar os melhores elementos do trabalho dos movimentos de massas, gastando-os na dinâmica interna da organização. Creio que esse foi o fator mais importante, pois em uma conjuntura desfavorável é possível continuar o movimento, embora seja necessário mudar os métodos de luta e as formas de organização. No refluxo a repressão desencadeada em Osasco teve importância, mas não foi o aspecto decisivo na desarticulação do movimento.

É uma autocrítica honesta e que atinge o cerne de questão, enquanto a “crítica” dos nossos companheiros ignora simplesmente os problemas da greve.

## LUTA ECONÔMICA E LUTA POLÍTICA

Já mencionamos que uma das dificuldades principais dos autores das *Tarefas* é compreender as relações entre luta econômica e luta política. Não queremos passar por cima dessa questão

vital sem pelo menos mostrar uma abordagem do método marxista, tal como a Organização sempre o aplicou no passado. Depois voltaremos à argumentação do documento.

O próprio Marx muito cedo começou a enfrentar o problema, que se impôs em virtude da sua importância prática. Numa de suas primeiras obras “marxistas”, na sua resposta a Proudhon, *A miséria da filosofia*, escreve ele no capítulo “Sobre as coligações”:

As primeiras tentativas dos operários de se associarem tomam sempre a forma de coligação.

A indústria junta num só lugar uma multidão de pessoas desconhecidas uma das outras. A concorrência as divide; mas a manutenção do salário, esse interesse comum, as une face ao seu patrão, as une com o propósito comum da resistência — a coligação. Assim, a coligação tem sempre uma dupla finalidade, a de superar a concorrência dos operários entre si, a fim de poder fazer uma concorrência geral aos capitalistas. Se a primeira finalidade da resistência não passava da manutenção dos salários, na medida em que os capitalistas por sua vez se unem com o fito da repressão, as coligações, a princípio isoladas, se agrupam, e em face dos capitalistas unidos, a manutenção da associação se torna mais urgente do que a dos salários. Isso é tão verdade que os economistas ingleses estão surpreendidos em ver que os operários dedicam grande parte do seu salário às associações, que aos olhos dos economistas só foram criadas em função dos salários. Nessa luta — verdadeira guerra civil —, unem e se amadurecem todos os elementos para uma futura batalha. Uma vez atingido esse ponto, a coligação toma caráter político.

As condições econômicas inicialmente transformaram a massa da população em operários. O domínio do

capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Assim, essa massa já é uma classe frente ao capital, mas ainda não para si.

Nessa luta, da qual esboçamos somente algumas fases, essa massa se torna coesa, constitui-se como classe para si. Os interesses que defende tornam-se interesses de classe. Mas, a luta de classe contra classe é uma luta política.

Isso foi escrito no início da luta que o próprio Marx travou e se inspira visivelmente na fase remota das lutas do proletariado inglês, no início do século passado, como já indica a terminologia usada. Ainda não entra nas formas orgânicas que essa luta toma (sindicatos, partidos), e o autor salienta que esboçou “somente algumas fases”, mas são fases vitais que se repetem na história sempre que uma nova classe operária surge no cenário. E para quem viveu semelhante surgimento de um proletariado, o esboço toma formas e conteúdo.

Se, porém, para os companheiros mais novos as definições de Marx continuam abstratas, aconselhamos o estudo de uma experiência mais conhecida do surgimento do movimento operário russo, cujo material é mais divulgado e citado. A conhecida obra de Lenin *O que fazer?*, por exemplo, reflete os problemas da formação da jovem classe operária russa, embora isso nem sempre seja compreendido pelo leitor de hoje.

A classe operária russa começou a travar as suas primeiras lutas no século XIX. Greves esporádicas surgiram principalmente no fim do século, contra condições de trabalho que hoje se chamariam de “superexploração”. Salários baixíssimos, que não cobriam as necessidades imediatas de vida, dia de trabalho de 13 a 15 horas e praticamente sem nenhuma assistência social. Essas greves se davam sem organização, mesmo sindical, sem caixas de greve e, por muito tempo, sem apoio de fora. A última das greves nesses moldes realizou-se em 1896, em Petersburgo, com quarenta mil operários têxteis paralisando

do o trabalho; ao lado das reivindicações salariais, constava a da redução do dia de trabalho para dez horas e meia. A greve foi reprimida, mas representou um marco, não só pelo número de participantes, que era inédito, mas também por se tratar da última greve realizada nessas condições. Um ano mais tarde, os mesmos operários têxteis já tinham criado um mínimo de base sindical, voltaram à greve e a ganharam. Conseguiram, entre outras, a redução das horas de trabalho para 11 e meia por dia.

Assim mesmo levou cinco anos até surgir outro movimento de greve comparável. Em 1902, deu-se a greve dos operários de petróleo no Cáucaso e, em seguida, a greve geral em Rostow no Dom. Em 1903, greves se deram em oito cidades do sul da Rússia. Em 1904, dá-se a greve geral de Odessa.

No mesmo ano inicia-se a guerra com o Japão e o movimento decai temporariamente, mas já em janeiro de 1905 dá-se uma greve de solidariedade na fábrica Putilov, em Peterburgo, em virtude da despedida injusta de dois operários. Em poucos dias o movimento abrange 140 mil operários, e as reivindicações começam a se tornar políticas. Ainda no decorrer do mesmo mês, as tropas do czar abrem fogo sobre um cortejo de 200 mil operários desarmados, e assim se inicia a Revolução Russa de 1905.

Essa visão panorâmica, evidentemente, contém mais um aspecto essencial, o da formação do partido político.

A social-democracia russa surgiu ainda na década de 80 do século passado, como movimento de intelectuais. Evidentemente ainda estava longe de ser um partido. Segundo Lenin essa fase durou aproximadamente de 1881 a 1894, durante a qual “a social-democracia existiu sem movimento operário”. Não só porque os seus adeptos ainda podiam “ser contados nos dedos”, mas também porque a classe operária ainda não tinha despertado.

A segunda fase, Lenin a descreve como sendo de 1894 a 1898. É essa a ocasião em que a social-democracia se ex-

pande rapidamente pelas cidades e centros industriais russos. Expande-se sob a forma dos “círculos”, grupos de intelectuais e estudantes que procuram entrar em contato com operários de fábricas. O instrumento principal é a literatura de “denúncias”. Jornais e volantes denunciam condições de trabalho e abusos flagrantes dos patrões à base de uma correspondência das fábricas ou mesmo redigidos por operários com a ajuda de intelectuais. As denúncias visam chamar a atenção dos operários para suas condições de existência, despertar sua resistência e estimular a movimentação da classe. A atuação dos círculos coincide com o surgimento de um mínimo de organização clandestina nas empresas, em função das greves. A segunda greve de Petersburgo, por exemplo, já se dá com a colaboração ativa de círculos. Essa segunda fase tem dois resultados. Em primeiro lugar traz operários para dentro dos círculos revolucionários e com isso permite uma atividade contínua e mais sistemática no meio da classe. Apesar das imensas perdas verificadas, em virtude da inexperiência dos novos revolucionários, a social-democracia consegue enraizar-se na classe. Em segundo lugar permite a penetração da propaganda marxista nas massas muito além da presença física dos círculos e cria, num primeiro nível, a fusão da então social-democracia com o movimento operário existente (a fusão definitiva se daria durante a Revolução de 1905).

Essa segunda fase esgotou-se na medida em que seus resultados permitiam enfrentar e colocar na ordem do dia a questão do partido. E aí dividiram-se as águas. A formação do partido implicava não só uma mudança das formas de trabalho como também de conteúdo. A linha divisória surgiu, grosso modo, entre os chamados “economicistas” e os “políticos”. Estes não pleiteavam somente as formas organizatórias de um partido político da classe operária, mas também uma luta política do proletariado contra o absolutismo czarista. O futuro ia revelar que existiam também divergências sobre a

maneira de combater politicamente, mas no momento ainda havia uma unidade de princípio contra os economicistas. Estes, o que queriam? Antes de tudo queriam continuar a manter os métodos de trabalho que tinham dado resultado até então na conscientização e mobilização dos operários. Para isso, transformaram num fim em si as reivindicações econômicas e sociais, que tinham sido um meio inicial para fazer a classe se movimentar. Queriam que os operários se limitassem a melhorar a sua situação econômica, pois era isso que lhes interessava.

Evidentemente, os economicistas — pelo menos os mais destacados — não eram tão ingênuos para supor que na Rússia czarista se podia lutar indefinidamente por melhorias materiais para a classe operária sem se chocar com toda a problemática política que o regime apresentava. Mas, já que existia acordo geral de que a Rússia estava perante uma revolução burguesa e eles achavam que cabia à burguesia e às classes médias solucionar esses problemas, preferiam “deixar a política” para os liberais. Dentro desse raciocínio receavam também que uma atuação da classe operária pudesse criar choques prematuros com a burguesia nesse terreno.

Não precisamos repetir aqui a posição de Lenin sobre o papel do proletariado na revolução burguesa. É conhecida. Para os bolcheviques o destino da revolução burguesa era importante demais para deixá-la à mercê da burguesia. O que queremos chamar atenção, aqui, é o fato de que Lenin, nas condições do absolutismo e da esperada revolução burguesa-democrática, não podia ainda colocar a fórmula “classe contra classe”, como Marx o tinha feito com vistas à Inglaterra. O adversário imediato do proletariado russo não era ainda a burguesia, e, sim, o regime semifeudal russo. A bandeira da “classe contra classe”, os bolcheviques só puderam desfraldar quando o problema da revolução burguesa estava definitivamente superado para eles, em fevereiro de 1917.

O que é importante ver, e isso *O que fazer?* e outros textos de Lenin deixam explícito, é que ele não considerava a fase das lutas econômicas como um “desvio” ou algo semelhante, e, sim, como uma fase necessária a percorrer, mas também necessária a superar quando ela estiver esgotada. Lenin era antes de tudo dialético e não conhecia “princípios de organização” ou de luta eternos e preestabelecidos, tirados do contexto de uma situação determinada. No que diz respeito a nós, não tem cabimento querer considerar toda greve que se limita a reivindicações econômicas como “economicista” (E muito menos podemos querer que os operários em greve ostentem como reivindicações todo o nosso programa mínimo, até o GRT...). “Economicistas” só são greves que se realizam, consciente ou inconscientemente, dentro de um conceito de rejeição de uma política de classe. De resto temos que ver em cada greve o que significa para a conscientização e politização da classe.

## GOVERNO DOS TRABALHADORES E INSURREIÇÃO ARMADA

O mesmo método voluntarista é aplicado na revisão das demais consignas da Organização. Vimos que, já por ocasião da “análise” da greve de Osasco, o documento de discussão critica a falta do “Governo dos Trabalhadores” entre as reivindicações dos Comitês. Pois, para os autores, o “Governo de Transição” não representa uma palavra de ordem propagandística (o que para eles é um desvio), e, sim, uma alternativa real à ditadura militar. Para fundamentar essa argumentação, lança-

---

\* “Governo Revolucionário dos Trabalhadores da Cidade e do Campo” (GRT) é a denominação do governo de transição, de acordo com o *Programa Socialista para o Brasil* (PSB).

-se mão mais uma vez dessa estranha “teoria da dependência”, pela qual se conclui que aumentos salariais (luta contra o “ar-rocho”), luta por sindicatos livres etc. estão inseparavelmente ligados à luta pelo GRT, já que é “inviável ao sistema pagar o valor da força de trabalho”.

Para dar a impressão de que dessa vez os autores não estão revisando os conceitos da Organização e, sim, em conformidade com eles, citam o PSB:

O tipo de governo visado, que surge da própria insurreiçã, representa em nossa propaganda desde hoje a alternativa que oferecemos à ditadura militar das classes dominantes (...).

Os autores das *Tarefas* passam sem comentário por cima da ressalva “em nossa propaganda”, e isso evita maiores explicações da parte deles. Mas, independente disso, para compreender o problema do Governo de Transição, como foi colocado pela Organização, não bastam citações programáticas.

A fórmula do Governo Revolucionário dos Trabalhadores da Cidade e do Campo começou ser debatida entre as bases da Organização no decorrer do ano de 1962 e foi adotada no III Congresso, em 1963. Foi concebida como alternativa (propagandística) aos diversos governos populistas e “nacionalistas”, que então cortejavam o apoio da classe operária. A consigna visava deixar claro entre a esquerda e o próprio proletariado qual o tipo de governo que poderíamos apoiar ou integrar antes de uma revolução socialista. A consigna pretendia uma defesa militante da concepção marxista do Estado e nada mais. E com isso se esgotou, naquele momento, também o seu papel propagandístico de objetivos da luta proletária. A propaganda fundamental destes destacava, antes de tudo, a necessidade do socialismo e, para sua realização, a da revolução proletária com todas as suas consequências.

Também hoje e para um futuro previsível — isto é, enquanto as relações de força não se alterarem — a palavra de ordem não mudará de função. Tornar-se-á atual todas as vezes que um governo burguês de “esquerda” cortejar as massas proletárias, ou na medida em que movimentos políticos reformistas tentem ganhar massas para objetivo semelhante. Um conteúdo mais do que propagandístico, a consigna só poderá tomar, entretanto, do momento em diante em que o proletariado brasileiro surgir no cenário com a capacidade de mobilizar em torno de si os milhões de trabalhadores do campo e as camadas radicais da pequena burguesia. Sem essa aliança de classes, o Governo de Transição não terá base social suficiente no país.

Para fundamentar a sua tese da atualidade da consigna, os autores das *Tarefas* apresentam uma construção mais irreal ainda do que no caso dos Comitês. Afirmam que:

- a) “ele é colocado como alternativa de poder a ser colocado tão logo um movimento de massas surja no país (...)”;
- b) “ele é colocado como alternativa imediata, mesmo que a vanguarda comunista ainda não tenha se transformado em Partido, mesmo que a organização do movimento ainda se restrinja a polos mais avançados”;
- c) “o problema da superação do GRT (ditadura do proletariado) não é outro senão o da construção do Partido (...) na medida em que o Partido seja um fato concreto na luta de classes, então o governo de transição estará superado (...)”.

Aqui só podemos perguntar: em que experiência real os companheiros baseiam suas afirmações? Se tomarmos uma das mais recentes, a do Chile, veremos que um Governo dos Trabalhadores (o da UP, até o momento da entrada dos generais) não chegou a preencher a sua função política, justamente porque

não havia um partido revolucionário da classe operária, fora ou dentro do governo, capaz de alterar os rumos da política reformista. O MIR não chegou a ser um partido do proletariado chileno, nunca passou de um “polo mais avançado”, embora de proporções mais expressivas do que nós.

E como os companheiros chegaram à conclusão de que o problema do GRT estará superado com a formação do partido proletário? Isso em si já representa uma revisão do conceito leninista do partido. Os companheiros, entretanto, mesmo se não soubessem mais nada sobre o assunto, poderiam ter desconfiado do fato de essa estratégia ter sido esboçada no III Congresso da Internacional Comunista, onde foi recomendada aos **Partidos** Comunistas lá reunidos. De resto, trata-se evidentemente de uma confiança exagerada na vitória da causa justa querer supor que forças unicamente reformistas levarão um Governo de Transição ao caminho certo.

Se no caso dos Comitês e Comissões se poderá alegar ainda tratar-se de mal-entendido causado por interpretações erradas de textos de Lenin, Gramsci e da IC, o mesmo não se poderá dizer mais do tratamento dispensado à questão do GRT. Aqui se trata da mais pura invenção idealista, que dispensa, da parte de seus autores, qualquer tentativa de fundamentá-la teoricamente. Perguntamos pelo porquê dessa criação, pois alguma razão deve haver para isso. Desconfiamos que ela se explique pela situação objetiva em que a Organização hoje se encontra. Quanto maior o isolamento, quanto mais reduzida a atuação militante dentro da classe (e hoje chegou a um ponto baixo nunca antes atingido), maior torna-se a necessidade de compensação intelectual. Cai-se na tentação de oferecer à Organização um “esquema” que lhe assegure um papel, independentemente da qualidade de sua militância e da importância que realmente exerce como “polo mais avançado”...

Mas esse certamente não é um caminho realista para sair do impasse.

As *Tarefas* ligam a questão do GRT ao problema da luta armada e nesse terreno têm algumas objeções a levantar. A primeira diz respeito às relações com os trabalhadores do campo. Falando das forças de sustentação de um GRT, diz-se parecer haver uma “lacuna no que toca aos trabalhadores do campo. Pois ocorre que essas mesmas formas de luta e de organização que se colocam para os trabalhadores da cidade precisariam ser também colocadas para os trabalhadores do campo (...)”.

Mas, concluem as *Tarefas*, na verdade não há lacuna, há um desvio, e para prová-lo citam o PSB:

Essas massas rurais, assalariados puros, parceiros, meeiros, pequenos camponeses etc. dependem de uma vanguarda armada, que leve ao campo a perspectiva e a experiência da organização do proletariado urbano. Quando essa vanguarda mostra o caminho concreto da destruição de seus opressores, abre também para os trabalhadores do campo a aliança com os operários industriais.

Os companheiros, entretanto, estão equivocados. Há uma lacuna, sim. A citação do trecho sobre a tática da guerrilha rural evidentemente não soluciona a questão das formas de luta e de organização que as massas dos trabalhadores do campo adotarão. O trecho citado acima se refere unicamente a uma possível situação de guerra de guerrilha no país. A lacuna, portanto, existe, e existe conscientemente. O assunto foi debatido no IV Congresso, quando o Programa foi adotado, e novamente no V, na votação das propostas de emendas. Chegamos à conclusão, nas duas ocasiões, de que já estávamos em condições de definir formas fundamentais de luta dos operários industriais. A dos trabalhadores do campo, entretanto, estava ainda tão incipiente e rudimentar que não permitia distinguir formas organizatórias mais duradouras. Havia as Ligas Camponesas, limitadas à região do cultivo de cana de

Pernambuco, principalmente, representavam verdadeiras ilhas no Centro e no Sul do país. Tínhamos razões para duvidar que essa forma organizatória desempenharia papel maior no futuro. A outra forma dos sindicatos rurais ainda não tinha rompido o quadro oficial e, de resto, existia principalmente no papel. A única coisa que podíamos supor, conhecendo a tradição do interior, era o caráter extremamente violento que as lutas de classe no campo podiam tomar em todas as suas fases, quando recrudescessem.

Preferimos, portanto, deixar a “lacuna” do que construir um esquema artificial. Claro, um esquema teria que ser simétrico: de um lado os operários, do outro, os trabalhadores do campo. Mas, como a própria experiência mostra, qualquer tentativa nesse sentido teria sido superada muito depressa pelo “valor mais novo” que se levantou com o fenômeno dos “boias-frias” e que, no futuro, alterará profundamente as lutas no campo.

Outra questão levantada é a da guerra de guerrilhas, à qual os autores das *Tarefas* negam redondamente qualquer razão de ser. Os companheiros são bastante sumários no seu julgamento. Referindo-se ao conceito de guerrilha exposto no PSB, declaram: “Mesmo do ponto de vista estritamente militar o foco estaria fadado a ser destruído antes que pudesse dar o primeiro passo para construir a sua ‘miniatura’ de frente”.

Poderia supor-se, ainda, que aqui se critica determinada concepção de luta de guerrilha, mas esse não é o caso. Os companheiros são contra a guerra de guerrilha em si e nos acusam de termos feito concessões ao foquismo. Aliás, usam o termo “foquismo” para qualquer preocupação com a guerrilha, opondo a isso a insurreição dos trabalhadores “tal como na Rússia”.

Mas para poder argumentar assim, os companheiros esquecem ou suprimem simplesmente alguns fatos. Primeiro, a Organização nunca viu contradição entre guerra de guerrilha

e insurreição. Muito pelo contrário, nas condições concretas do Brasil só vimos bases para uma guerra de guerrilha quando for ao encontro de uma insurreição operária, nas cidades. O acima citado trecho do Programa começa dizendo: “A revolução no Brasil será proletária ou deixará de ser revolução, e isso implica a necessidade da insurreição operária como ato de tomada do poder”.

Em segundo lugar, os companheiros querem abolir a questão da guerrilha do Programa, evidentemente por não ver nenhuma atualidade no problema. Provavelmente chegaram a essa conclusão, porque não se deu nenhuma guerrilha vitoriosa na América Latina nos últimos 15 anos. Mas, dessa maneira poderíamos “abolir” também a greve geral, a insurreição proletária e a própria revolução socialista.

Terceiro, acontece que a nossa análise da luta de guerrilha no campo se baseia na experiência de uma revolução socialista, como realmente se deu na América Latina. Mais exato, a única revolução vitoriosa que se deu no continente. Vamos eliminar a experiência viva da Revolução Cubana de nossas ponderações sobre estratégia, porque não cabe no modelo que os companheiros por acaso fizeram da Revolução Russa? Dito de passagem, nenhuma revolução cabe exatamente no modelo da outra. Mas como revolucionários latino-americanos temos a obrigação de estudar e aproveitar continuamente as formas de luta que se desenvolvem nesta parte do mundo, em países com um passado, estruturas sociais e problemas semelhantes.

A questão se coloca de outra maneira. Fato é que o capítulo sobre a guerra revolucionária é um dos pontos fracos do Programa. A fraqueza do capítulo não está no conteúdo, mas no lugar que toma no documento. Colocado como último capítulo, poderá ser facilmente interpretado como seu ponto máximo e uma conclusão final das análises precedentes. Isso, evidentemente, não foi a intenção do grêmio, que o votou, e foi muito mais tarde que a Organização se deu conta disso. O

fato se torna mais contraditório ainda quando temos em conta que, no momento em que o Programa foi aceito (em meados de 1967), a Organização já tinha chegado à conclusão de que a oportunidade política para uma possível guerrilha tinha passado. Não foi, portanto, sob a pressão subjetiva de uma próxima guerra de guerrilha que o Programa viu a luz do dia.

Como pôde, então, dar-se essa forma de redação? Foi, sem dúvida, sob o impacto da luta de fração, pela qual a Organização passou no IV Congresso e na qual a Oposição de Minas abraçou as teorias debrayistas do foco. Foi justamente na luta contra o foquismo que o problema tomou esse destaque. A maioria procurou tirar os ensinamentos da Revolução Cubana, que era lícito tirar, mas esse problema cardeal na luta de fração tomou então um lugar no Programa que não estava previsto.

É uma falha que precisa ser remediada (como há outras), mas querer eliminar a experiência viva da Revolução Cubana não parece ser o remédio justo.

Por “remediar”, entretanto, não entendemos emendar o Programa ou escrever outro PSB. Receamos que a emenda seja pior do que o soneto. Mas, antes de tudo, acreditamos que um novo Programa tem sentido somente numa nova conjuntura de lutas de massas, quando a problemática dessa próxima fase nas lutas de classes tiver tomado forma. O PSB preencheu o seu papel em determinada época, como primeira tentativa de uma vanguarda teórica, de aplicar o método e a experiência do marxismo à realidade brasileira. Formulou uma linha estratégica para o movimento revolucionário e definiu os objetivos estratégicos da luta de classe, confirmados plenamente pela experiência, apesar das falhas e insuficiências existentes. Um novo Programa, entretanto, precisa entrar em questões que hoje começam a se esboçar apenas e que somente um proletariado combatente poderá ajudar a responder. Para as necessidades imediatas basta uma plataforma de luta.

## E A NOVA ESTRATÉGIA?

Voltamos à pergunta: em que consiste a propalada “estratégia” que os autores das *Tarefas* propõem à Organização? Não consiste simplesmente, pois não há nada no documento de discussão que possa ser visto pelo menos como tentativa nesse sentido. As *Tarefas* admitem a necessidade de um proletariado independente, mas negam o processo histórico de sua formação, o da penetração da teoria marxista na classe. Como surgirá esse proletariado brasileiro independente, possuído de consciência de classe e organizado num partido revolucionário, é um mistério que talvez ainda queiram esclarecer. Pretendem “reavaliar” o papel da vanguarda? Mas que “vanguarda” é essa que julga poder existir sem quadros operários, que não quer “ir às massas” e que se defende indignadamente contra a aspiração “obreirista” de uma mudança da sua composição orgânica pequeno-burguesa?

O que há é um esquema, que visa teorizar a atual situação da Organização e codificar as suas deficiências. E o esquema propriamente dito não faz outra coisa do que pegar os conceitos e a terminologia que a Organização criara no decorrer da sua existência e redefini-los. Essa definição não parte de experiência própria ou alheia, e, sim, de princípios voluntaristas, destinados, em parte, a justificar e perpetuar a atual situação subjetiva do grupo.

O pretenso “enriquecimento das bases teóricas da Organização, com contribuições vindas da sociologia e politologia pequeno-burguesas, tampouco são uma realização original do grupo em torno das *Tarefas*. Estão em voga em quase toda a chamada Esquerda Revolucionária, principalmente entre os militaristas arrependidos. Tanto esse “enriquecimento” do marxismo como as subseqüentes críticas à herança teórica da Organização, às vezes quase idênticas, foram levantadas por outras organizações. Pelo MR-8, por exemplo, que também,

aceita as “teorias” da superexploração e da dependência e que também nos acusa de “propagandismo”, “espontaneísmo”, “obreirismo” e outros “ismos”. Também o MR-8 propõe eliminar a guerra de guerrilha do Programa, porque “é impossível superar o antagonismo existente entre o pensamento foquista (? — EM) e a concepção marxista-leninista da revolução”.

Essa coincidência, evidentemente, não pode ser casual e não cai do céu. Deve haver um denominador comum entre a atual oposição de dentro e de fora contra as posições fundamentais da POLOP, apesar de todas as divergências que as separam.

Há esse denominador comum (Lenin já chamou a atenção sobre o fato de os extremos frequentemente se tocarem). O ultraesquerdismo dos autores das *Tarefas* e o oportunismo de direita dos apologistas das plataformas democráticas se originam ambos no mesmo método, próprio a nossa Esquerda Revolucionária, oriunda do movimento estudantil. O que caracteriza essa corrente de origem da classe média, hoje isolada mais do que nunca de um movimento operário vivo e incapaz de assimilar o método marxista sem uma prática revolucionária correspondente, é o seu absoluto subjetivismo. Partindo da premissa de que a revolução antes de tudo depende de boas teorias e da maior ou menor disposição de pô-las em prática, usam as suas cabeças para gerar “teorias”, constroem o seu próprio mundo, onde travam a sua própria “luta de classes”.

Conforme a sua disposição subjetiva, adapta as suas construções teóricas “revolucionárias” às necessidades ideológicas da sua classe de origem ou, como reação, cria atitudes de um extremo oposto. Mas ambos, no fundo, estão sempre à procura de “receitas” de como romper o isolamento e o impasse.

O fato de os nossos companheiros não terem escolhido a solução de direita, a solução típica dos movimentos oriundos da classe média, deve-se às tradições da POLOP ainda vivas no grupo e das quais não é tão fácil se livrar. Pelo menos, não

de uma vez. Isso, entretanto, ainda não representa nenhuma garantia contra futuros desvios de direita. Temos precedentes recentes entre ex-companheiros que eram justamente defensores de táticas ultraesquerdistas no passado. Quando o método não é mais marxista, isto é, quando não é mais materialista e se limita à elaboração de esquemas alheios à realidade, qualquer fracasso obriga a abandoná-los e à elaboração de “novas receitas” que facilmente se transformam no seu contrário.

É preciso ver que o fenômeno, que se cristalizou agora com o documento de discussão e que sumariamente pode ser caracterizado como revisionista — revisão das bases teóricas da Organização e do método marxista — não surgiu agora. Começou a esboçar-se nitidamente depois da “refundação”, quando tendências voluntaristas sempre presentes na Organização (principalmente em São Paulo) tomaram conta em escala crescente. Foi a mudança das condições gerais de luta e a incapacidade de adaptar-se a elas que fez a liderança de então refugiar-se em esquemas, que confundiram os seus desejos subjetivos com a realidade existente. Essas tendências encontraram o seu auge no PTCP, um plano “lógico” para fazer a revolução no Brasil. O choque evidente com a realidade (e o desgaste subsequente) fizeram surgir a oposição interna e a tentativa de sanear a linha política. Não mudaram, porém, o método, e o que se apresenta agora não é nada mais que um novo “plano”. O que une os dois é o absoluto voluntarismo e a ausência de qualquer tentativa de uma análise marxista da conjuntura como ponto de partida para uma atuação política. O que distingue as duas fases, fundamentalmente, é que na anterior se procurou colocar a “penetração” como tarefa partidária, e agora procura-se contornar o problema negando a sua existência.

Essa continuidade do voluntarismo, que levou igualmente a uma crescente sectarização, se deve evidentemente ao prolongado isolamento da clandestinidade e à ausência de um movimento operário combatente. O que assistimos agora, en-

tretanto, é a tentativa de justificar esse isolamento, a tentativa de transformar o mal em virtude. Se as posições propostas no documento forem adotadas pela Organização, isso significará a sua morte política e física. Política, porque liquida as bases teóricas que nos permitiram, no passado, desempenhar um papel revolucionário na luta e que, bem ou mal, nos permitiram sobreviver à clandestinidade até hoje. Morte física, porque acelerará o processo de desgaste verificado nos últimos anos. O choque constante com a realidade dos fatos não pode ser neutralizado eternamente com um isolamento voluntário. A setarização ideológica leva inevitavelmente a choques internos, destruição das bases da democracia interna, luta de frações, expulsões mútuas e ao fracionamento final. Quando houver a tão esperada e anunciada mudança de conjuntura, não existirá mais uma Organização em condições de aproveitá-la.

## AS PERSPECTIVAS DE LUTA

Quais são as perspectivas da luta no Brasil?

Mesmo os autores das *Tarefas* não negam ainda que a próxima meta fundamental é a formação de uma classe operária independente, tanto do ponto de vista político como organizatório, de um proletariado com consciência de classe, livre da tutela burguesa e oposto à política burguesa. Sem a formação desse proletariado, as lutas de classe no país não darão o salto qualitativo da criação de uma frente dos trabalhadores da cidade e do campo, em oposição às classes dominantes. Sem a formação desse proletariado, o potencial revolucionário do país continuará como massa de manobra da burguesia urbana e fundiária.

O que entendemos por um “proletariado independente”? — já que essa fórmula anda hoje na boca de muita gente e está sendo interpretada de maneiras as mais diversas.

A independência da classe operária não representa nenhuma fórmula mágica para nós. Não significa, por exemplo, que a classe já luta diretamente pelo poder. Tampouco quer dizer que já esteja forçosamente sob a liderança de um partido revolucionário, embora seja esse o nosso objetivo. A independência da classe não é o ponto final de uma evolução, e, sim, o início de uma luta mais consequente. Ela dá margem à formação do partido revolucionário, mas pode dar-se, ainda, sob o signo do domínio de partidos reformistas (como na Itália e na França) ou de um movimento sindical (como foi o caso na Inglaterra e na Espanha). O essencial é que se organize independentemente e em oposição às instituições burguesas da sociedade. A independência da classe não exclui que ela tenha ilusões políticas, principalmente sobre o caminho ao socialismo. Terá essas ilusões enquanto o partido revolucionário estiver em minoria — e vice-versa.

Embora essa independência represente um marco, um salto qualitativo que altera as relações de força na sociedade, o processo de amadurecimento da classe não termina com isso nem está assegurado definitivamente. Velar pela contínua educação da classe operária nas lutas de classe travadas ainda no quadro da sociedade capitalista, eis justamente o papel da vanguarda, do partido revolucionário. Mas mesmo essa atividade da vanguarda não basta para levar a classe operária à luta final. Lenin, na *Doença infantil...*, já deixou claro:

Com a vanguarda só não se pode vencer (...). Para que, entretanto, toda a classe, para que as vastas massas de trabalhadores e de oprimidos pelo capital cheguem a tomar essa atitude (a da luta direta pelo poder — EM), para isso não basta a propaganda, não basta a agitação. Para isso é necessária a própria experiência política dessas massas. Isso é a lei fundamental de todas as grandes revoluções (...).

A luta de classes recente confirma essa sabedoria antiga. O proletariado chileno, por exemplo, há muito tempo representa uma classe independente. Com a vitória eleitoral da UP, pensou estar no caminho do socialismo e seria simples demais julgar que só os adeptos mais chegados de Allende compartilhavam das ilusões democrático-legalistas. Somente as experiências amargas, pelas quais o proletariado chileno passou, podem fazer que a próxima vez coloque mais realisticamente a questão do poder.

O proletariado português, que surgiu como classe independente depois do 25 de Abril, até agora não precisou pagar o mesmo preço do chileno pelas ilusões democráticas sustentadas quase até o golpe da direita em novembro de 1975. O voto de protesto, dado a Carvalho nas eleições presidenciais, sem dúvida foi resultado da experiência da derrota anterior. Resta saber se a coligação da Esquerda Revolucionária portuguesa, que sustentou a candidatura de Carvalho, já está em condições de se transformar em vanguarda, para que a experiência colhida pelo proletariado tenha resultados mais duradouros.

Quando Lenin fala da necessidade da própria experiência política das massas, ele não se refere somente à hora decisiva da colocação do problema do poder. Essa experiência é indispensável em todas as fases da luta de classes, e são justamente as lutas parciais que permitem colhê-la. Ela é indispensável para a formação da classe independente, processo que se dá ainda no quadro da sociedade capitalista e num nível determinado pela profundidade que as contradições já assumiram. Daí para a questão do poder — mesmo sob a forma do GRT —, ainda é um caminho a trilhar, há lutas a travar, há experiências a colher. A independência em si ainda não soluciona esses problemas. Apenas permite colocá-los, em seu devido tempo.

Qual é a situação do proletariado brasileiro? Quais os níveis da sua consciência e da sua experiência?

Já assinalamos a dificuldade de uma resposta a essas perguntas enquanto a classe não sair da imobilidade.

O que sabemos é que o processo de amadurecimento da classe tinha se acelerado, especialmente à véspera do golpe militar de 1964, e que foi interrompido pela força. Tinha-se verificado uma radicalização visível a olho nu que atingiu vastas camadas da população, além do proletariado. Diversas greves gerais, embora sob liderança reformista e populista, tinham feito surgir o proletariado no cenário nacional. O movimento grevista ameaçava escapar ao controle populista e seguir caminhos próprios. Politicamente, entretanto, os limites do populismo não chegaram a ser ultrapassados. O salto qualitativo para uma política de classe não chegou a se dar. O desgaste do trabalhismo oficial e as decepções com o reformismo do PCB ainda puderam ser capitalizados por outra fração burguesa, a de Brizola, cuja influência se expandia rapidamente pelo país, mediante os “Grupos de 11”. Brizola, evidentemente, não era alternativa para o populismo, e foi preciso a experiência da derrota e debandada para que a nova estrela se apagasse no horizonte.

A próxima referência que temos é a fase de lutas dos anos 1967/68, que atingiu o seu auge com as greves de Osasco e Contagem. Foi o movimento na cidade industrial de Belo Horizonte que a nosso ver representou o ponto alto das lutas de classe de então. Se a primeira greve de Contagem revelou a capacidade espontânea de luta de um setor de proletariado (e o então despreparo dos grupos de esquerda), a segunda greve organizada pelos Comitês de Empresa revelou capacidade de organização e iniciativa das bases, apesar das fraquezas que ainda se revelaram durante a luta. Os pontos fracos se mostraram na área dominada pela então AP, que com sua política de caudilhismo e paternalismo retomava certas tradições populistas e desencorajava a organização de base dos operários.

Evidentemente uma andorinha ainda não faz o verão. Houve também Osasco, do qual já tratamos, mas além disso só se registraram greves isoladas.

Assim mesmo a experiência de 1967/68 é valiosíssima para nós. Revela que o proletariado, uma vez vencida a imobilidade e o medo da repressão, desenvolve formas de luta que se apoiam em organismos de base (primeira greve de Contagem), tentando coordenar os organismos de base através de órgãos executivos (segunda greve de Contagem e Osasco). Refletiu isso uma tomada de consciência, que se deu sob uma superfície aparentemente parada (de 1964 a 67) e foi consequência direta do golpe militar. Como resultado surgiu uma nítida ação de classe em áreas limitadas cuja importância consiste na mobilização da força própria.

Não sabemos ainda como o proletariado brasileiro sairá da longa noite da ditadura militar, quando a máquina da repressão começar a rachar. Podemos supor, todavia, que a experiência de 1967/68 se repetirá em escala gigantesca. Temos precedentes de casos semelhantes não só em movimentos recentes, como em Portugal, mas no próprio Brasil, em 1945, por ocasião do desmoronamento do Estado Novo.

É justamente a experiência de 1945 que mostra mais uma vez que o processo espontâneo de amadurecimento, por si só, ainda não garante a formação de uma classe independente. Nas condições do Brasil do pós-guerra, as decepções do proletariado com a política do então Partido Operário, o PCB, prolongaram a vida do populismo organizado.

Quando amanhã o proletariado brasileiro ressurgir em cena, não será uma simples reedição de 1945. Tampouco a luta recomeçará de onde parou em 1964. Doze anos de ditadura militar tornaram mais profundas as contradições de classe nas cidades e no campo, tornaram mais complexa a sociedade brasileira e criaram as premissas para uma polarização maior das forças sociais. Não há hoje, na classe operária, um trabalhismo enraizado como no tempo de Vargas. O que a ditadura militar criou foi uma apolitização das massas, que desaparecerá, entretanto, na medida em que surgirem alternativas políticas

à situação presente. O proletariado não é o mesmo de 1945 nem de 1964. A ditadura militar também foi uma experiência. Não sabemos ainda até que ponto prossegue o processo da formação da classe por baixo da superfície, mas dois aspectos da evolução são previsíveis: em primeiro lugar, o proletariado lançar-se-á numa luta de recuperação de nível de vida e este se dará num clima de crescente radicalização. Em segundo lugar, manifestar-se-á uma falta de experiência política das massas operárias, condicionadas pela abstenção forçada dos últimos anos e pela incorporação de novas gerações à classe durante mais de uma década.

Disso resultará uma situação contraditória. A classe resurgirá radicalizada, em virtude da sua situação material. Por outro lado, a falta de experiência, a falta de lutas parciais, fará com que o proletariado revele, no primeiro tempo, grande dose de ingenuidade política, que ainda poderá ser aproveitada por forças alheias à classe. É de se supor que as massas afluirão, no início, aos partidos e nomes conhecidos. A continuidade das siglas e dos nomes, entretanto, não deve enganar. As entidades políticas que surgirão não serão as mesmas de antes, pois terão de adaptar-se a um meio ambiente diferente do passado. Também o PCB terá de adaptar-se à nova classe operária e se livrar de grande parte do seu lastro ideológico e prático do passado que, nas novas condições, será peso morto para ele. Ainda é duvidoso se o populismo poderá reviver nos moldes antigos, e só a prática mostrará se no Brasil já haverá lugar para um movimento reformista tipo Mário Soares.

## AINDA ESTÁ EM TEMPO...

Temos de ter certeza sobre o fato de que enfrentamos o futuro novamente como minoria revolucionária condenada a tentar conquistar posições no seio do proletariado, de fora para den-

tro. Não soubemos aproveitar a prolongada clandestinidade para enraizarmos na classe.

Quando, no início de nossa atuação como grupo organizado em escala nacional, avaliamos as nossas possibilidades, chegamos à conclusão de que o nosso papel era de um catalisador de tendências sociais e políticas já existentes na sociedade brasileira. Transformar essas possibilidades em realidade dependia: a) da justeza das nossas posições; e b) da nossa capacidade de derivar delas uma atuação consequente e contínua. Essa avaliação, de maneira alguma, está superada, embora isso não queira dizer que nós possamos retomar as atividades onde as deixamos antes do golpe e nos anos iniciais da clandestinidade. Para isso o desenrolar dos acontecimentos será rápido demais, as contradições sociais se tornarão profundas demais, e incomparavelmente maiores serão as exigências que a situação colocará a um grupo político que se pretende vanguarda.

Como enfrentar essa situação de amanhã?

Em primeiro lugar temos de aprender a enfrentar realisticamente a situação e os fatos, isto é, analisá-los à base de um método materialista. De nada adianta querer impor às nossas lutas de classes e ao nosso proletariado soluções, palavras de ordem e resoluções copiadas de situações objetivamente diferentes, com um nível de luta e de organização diverso do nosso. Isso não eleva o nível e simplesmente nos deixa por fora da classe e dos acontecimentos. Temos de saber avaliar exatamente, a cada momento, a receptividade e a capacidade de ação do nosso proletariado, para derivar as suas (e as nossas) tarefas. De nada adianta também ficar à procura do operário ideal, do proletariado com “consciência socialista”, para trabalhar com ele, quando o problema fundamental — mesmo para a camada mais adiantada — ainda é o da criação de uma consciência proletária e o da confiança na força da própria classe.

Além dessa capacidade de avaliar uma situação objetiva, temos de saber julgar igualmente a nossa situação sub-

jetiva. Quantos somos? O que representamos? Que influência temos? São perguntas que fazem parte dos dados necessários para a elaboração estratégica e tática, da mesma forma como os problemas das relações de força existentes na sociedade. E se nós não queremos tornar-nos vítimas de uma linha política megalomaniaca, que caracteriza todas as seitas, temos de aprender a usar as nossas cabeças para traduzir uma realidade existente, e não para gerar esquemas irreais, motivados por desejos subjetivos.

Somente tal caminho permitir-nos-á sair do diletantismo artesanal que caracterizou a nossa existência nos últimos anos. Enfatizamos aqui o **diletantismo**, porque a atividade artesanal de todos os grupos da Esquerda Revolucionária na clandestinidade foi imposta pelas condições objetivas, isto é, a imobilidade da classe e a força da repressão. Consta que os companheiros acharam graça dessa afirmação, quando foi levantada pela primeira vez, mas “achar graça” também é um recurso para evitar enfrentar uma realidade. Fato é que, das três formas de atividade militante que Lenin achava indispensáveis para uma vanguarda proletária — agitar, propagar e organizar —, os grupos revolucionários, nesses anos todos, conseguiram penosamente desenrolar atividades propagandísticas em escala reduzida. Não tinham realmente condições para agitação dirigida às massas e muito menos possibilidade de organizá-las. Isso já condenou as vanguardas a uma existência artesanal.

O nosso artesanato era diletante, antes de tudo, porque em primeiro lugar não havia a necessária coragem cívica de admitir os fatos, e as nossas “análises” e resoluções sonoras não conseguiram (e continuam a não conseguir) cobrir a discrepância existente entre pretensões e realidade. Em segundo lugar, foi diletante porque a improvisada atividade externa tomou definitivamente um segundo lugar em relação às discussões internas. Até hoje — a nossa literatura é testemunha disso —, discute-se mais sobre a maneira de fazer as coisas do que

fazendo-as. E essas preocupações preenchem a maior parte das atividades das células. Isso impediu, e continua impedindo (já que as *Tarefas* o consideram uma preocupação “obreirista”), que a Organização, com métodos artesanais, mas eficientes, aproveitasse a situação criada para formar quadros operários — a única maneira possível, nessas circunstâncias, para “acumular forças”.

Hoje, o problema, é justamente como superar essa fase de trabalho artesanal. Isso certamente não será possível de um dia para outro, mas o reinício de greves, manifestações, quebra-quebras e a própria tentativa de um populismo governamental mostram que a classe operária está começando a movimentar-se. E que os grupos clandestinos têm novamente de adaptar-se a uma situação em câmbio.

Não conseguiremos, porém, adaptar-nos à situação nenhuma se ficarmos fora da classe operária. Não conseguiremos preencher o nosso papel sem quadros políticos operários, à base de manifestos e resoluções dos quais as massas não tomam conhecimento. Somente situados no meio da classe, enraizados, teremos possibilidade de influir sobre seu comportamento. Somente criando quadros proletários contribuiremos para a formação de uma nova liderança de classe nas lutas que estão para vir.

É uma concepção completamente distorcida de luta de classe, um conceito absolutamente pequeno-burguês, querer supor que possamos enfrentar as nossas tarefas de vanguarda proletária à base de elementos integrados. Estes só têm sentido em facilitar a formação de quadros políticos operários. A classe, ela tem a sua própria vida (e notaremos em todo o seu alcance, quando começar a se agitar) e não toma conhecimento de um punhado de elementos com boas ideias que vêm de fora. A classe, ela criará as suas novas lideranças, em todos os níveis, no decorrer da luta. Temos de atingir essas lideranças em potencial, temos de contribuir para a sua formação, pelo me-

nos em centros vitais cujo comportamento repercutira sobre a classe toda. E, para isso, temos de encontrar essa camada hoje, no nível de consciência que tem, pois somente a experiência das lutas, mais a nossa atuação no meio dela, pode torná-la mais consequente. Mas não podemos esperar que esse “proletariado socialista”, consciente e independente, caia do céu para adotar as nossas teses e resoluções.

Ainda podemos recuperar o tempo perdido, pelo menos em parte. Ainda podemos vencer as consequências danosas do prolongado isolamento da clandestinidade, mas a condição é que voltemos a enfrentar a situação com realismo, que voltemos a aplicar o método marxista, que nos livremos de todos os esquemas intelectuais voluntaristas. E a primeira condição é que rejeitemos *in totum* as *Tarefas* como base de discussão para uma estratégia e tática. Aqui, não adiantam meias medidas nem paliativos. As concepções expostas no documento e o método utilizado se chocam tão frontalmente com o marxismo, tanto como teoria quanto como experiência prática, que qualquer conciliação nesse terreno só prolongará a agonia do grupo, continuará a fazer-se perder um tempo valioso que, finalmente, não recuperaremos mais.

Para nós, a herança de Política Operária não representa dogma. Ninguém melhor do que nós conhece as dificuldades com as quais as posições proletárias se impuseram na Organização contra oposições internas e externas. Sabemos igualmente da fraqueza de algumas dessas posições teóricas, que não chegaram a encontrar uma prática correspondente, e somente a experiência da luta prática pode confirmá-las definitivamente. Também para nós existe a famosa correlação leninista entre teoria e prática. Mas assim mesmo, as bases teóricas, como fundamento de um conceito estratégico das lutas de classes no Brasil, continuam inabaladas e única alternativa presente ao reformismo e aos numerosos matizes da ideologia pequeno-burguesa que proliferam na nossa esquerda. Essa herança do

passado influiu toda uma geração de revolucionários no país, mesmo quando não estavam prontos a aceitar todas as nossas teses fundamentais, e ela fecundou igualmente os nossos inimigos. Tornou-se não só um fato consumado, como também irreversível na vida da esquerda brasileira. E se os autores das *Tarefas* insistirem em querer liquidá-la como obstáculo às suas pretensões, eles só condenarão o grupo que representam — como fizeram outros antes deles. A Política Operária e seu patrimônio teórico continuarão como ponto de partida de um movimento revolucionário do proletariado brasileiro. Para isso, já estão bastante enraizados na realidade brasileira.

# MEIAS-VERDADES NÃO RESOLVEM\*

Acreditamos que a autocrítica contida na *Tese sobre conjuntura e tática* aprovada na 4ª Conferência representa um passo na direção certa. cremos também, entretanto, que a autocrítica e as decisões tomadas na ocasião não esgotam os problemas que o grupo está enfrentando atualmente e cujas causas são mais profundas. Tentaremos sistematizá-los de forma sucinta:

1) Evidentemente que o problema da função do programa era visto de forma dogmática. Um programa não é um livro de receitas para fazer a revolução e não pode dar respostas a todas as situações que se criam na longa marcha das lutas de classes. Se fosse assim, a nossa função seria muito mais fácil. Mas acontece que a realidade exige iniciativas e forças criadoras muito maiores que a mera adaptação de textos programáticos.

Um programa contém:

- uma análise da situação (nacional e mundial), isto é, uma interpretação da realidade existente;
- a definição dos objetivos da luta, isto é, o programa máximo;
- a definição dos objetivos estratégicos, isto é, das metas intermediárias, marcos qualitativos que permitem

---

\* Texto escrito por Érico Sachs em maio de 1977, na Alemanha, e publicado internamente na OCML-PO com a assinatura do coletivo da PO-Exterior. [Nota dos editores].

continuar a luta em condições mais favoráveis e em nível mais alto;

- finalmente, recomenda medidas táticas, que surgem das necessidades criadas pela situação na qual o documento foi redigido.

Está claro que esta última parte, que se refere à tática, facilmente é superada quando as condições de luta sofrerem alterações. Isso, entretanto, não desvaloriza um programa. Sempre se supôs que revolucionários tenham os critérios necessários para reconhecer tais alterações e que saibam definir novas táticas em documentos suplementares.

No IV Congresso da Internacional Comunista, quando se começou a elaboração de um projeto-programa para a organização mundial, surgiram divergências a respeito dessa questão no seio da Comissão encarregada dos trabalhos. Bukharin discordava de Thalheimer sobre a necessidade de inclusão de recomendações táticas, argumentando com a sua temporariedade e fácil superação. Quando o problema foi apresentado a Lenin, este fez sentir a sua influência a favor da inclusão da matéria e conseguiu que os delegados russos mudassem a sua posição.

Os bolcheviques tampouco encaravam os capítulos restantes do programa com a adoração religiosa de um texto sagrado. Se tivessem visto assim os problemas, ao pé da letra, simplesmente não teria havido Revolução de Outubro. Pois suas palavras de ordem fundamentais naquela ocasião, como “Todo o Poder aos *Soviets*”, não constavam ainda em programa nenhum. E, no que diz respeito à questão da terra, esta foi enfrentada de modo contrário às previsões programáticas, quando o solo, em vez de coletivizado desde o início, foi entregue individualmente aos camponeses.

Acontece que os revolucionários russos tinham uma visão dialética das lutas de classes, e não uma visão mecanicista. Sua atitude face às contradições que a própria luta gera pode-se

definir melhor com as palavras de Lenin: “Nenhuma prática sem teoria, nenhuma teoria sem prática”. Esse conceito implica a necessidade constante não só da fundamentação teórica da ação, mas igualmente do confronto da teoria com a realidade. Um programa que em grande parte é uma antecipação teórica de futuras lutas requer esse confronto constante com o desenrolar da realidade.

Esse confronto é atividade empírica, e o método empírico de observação e análise é inerente ao socialismo como ciência. O fetichismo da palavra — e as atitudes decorrentes — não deixa margem para esta pesquisa empírica. Parte de princípios e verdades “inabaláveis” que pretende impor à realidade.

2) Que a autocrítica, embora represente um passo para a frente, ainda fica na metade, mostra o tratamento que está sendo dado ao GRT.\* Além do desgaste ao qual a palavra de ordem está sendo submetida, está sendo apresentado como o nosso objetivo estratégico mais próximo e mais imediato, e essa imprecisão foi reforçada agora pela adoção de uma lista de reivindicações ligadas ao seu nome. Outro resultado do método de querer usar o programa como um livro de receitas para enfrentar situações difíceis.

A definição do GRT surgiu como um ponto programático (aproveitando a experiência internacional) e chegou a ser utilizada como palavra de ordem propagandística em determinados momentos, quando governos populistas procuraram apoio ativo do proletariado, com o beneplácito do PCB.\*\* Foi usada principalmente para deixar claro em que condições comunistas podiam entrar num governo não socialista ou apoiá-lo ativamente. Não apresentamos a formação do GRT como

---

\* GRT: Governo Revolucionário dos Trabalhadores da Cidade e do Campo. [Nota dos editores].

\*\* PCB: Partido Comunista Brasileiro. [Nota dos editores].

objetivo próximo nem como marco obrigatório no caminho da tomada do poder. Durante os debates em torno do texto provisório, isso ficou claro. Foram eliminadas todas as tentativas de apresentar o GRT como solução dos problemas econômicos, sociais e políticos do país, uma espécie de substituto da revolução socialista (projeto RMM)\*, e destacadas a sua possibilidade e transitoriedade no decorrer das lutas de classes no país.

O GRT, em determinadas condições, se tornou palavra de ordem propagandística para nós e se tornará de novo, independente da sua viabilidade ou não. Mas o mínimo que se deve supor para uma situação dessas é que o proletariado tenha atingido novamente certo grau de organização e presença no cenário político nacional, o que por sua vez torne atual a luta pela Frente Única dos Trabalhadores da Cidade e do Campo — a base de sustentação de semelhante governo de transição. E somente em tal situação poderemos formular um programa de ação para o GRT. A colcha de retalhos que os companheiros apresentam atualmente, à base do método do “que mais devemos exigir?”, não tem nada a ver com a realidade que se apresentará quando o problema do GRT poderá estar em foco. Por outro lado, para se definir o GRT de um ponto de vista programático, bastam os característicos apresentados no PSB.\*\*

3) O objetivo estratégico mais próximo para nós representa a intervenção do proletariado como classe no cenário nacional. Sem essa intervenção, evidentemente não adianta falar de GRTs nem há possibilidade de levar essa problemática à classe. Sem a intervenção ativa do proletariado, não haverá progresso no caminho da formação da classe independente e

---

\* RMM: refere-se a Ruy Mauro Marini. [Nota dos editores].

\*\* PSB: Programa Socialista para o Brasil — programa do POC e da OCML-PO. [Nota dos editores].

muito menos ainda hegemônica. Esse é o problema cardinal que enfrentamos hoje e no futuro próximo.

É evidente, e sempre o assinalamos, que a independência do proletariado, o surgimento da classe para si, não se dá da noite para o dia. Trata-se de um processo que consiste essencialmente de lutas, de muitas lutas parciais, de derrotas, mas também de vitórias parciais. O resultado é a formação de uma consciência coletiva, produto do aproveitamento da experiência comum. É essa experiência coletiva que permite à classe conhecer a sua força, escolher as formas de luta mais eficientes, distinguir inimigos de amigos e colocar o problema da solução histórica da emancipação.

Nos anos que precederam ao golpe de 1964, o proletariado brasileiro tinha se manifestado mais de uma vez como classe, mesmo se estas manifestações ainda se dessem sob o manto do populismo. Basta lembrar a greve geral de São Paulo, por exemplo, preparada por trabalhistas e pecebistas “pelo gabinete nacionalista San Tiago Dantas”. Quando o PTB e o PCB, na última hora, quiseram evitar a greve (o *slogan* estava superado para eles), o proletariado parou a produção contra a vontade de seus patrocinadores políticos. Pois atrás do *slogan* oficial havia uma série de reivindicações de classe que representavam a verdadeira força motriz da mobilização operária. O processo de amadurecimento do proletariado foi interrompido em 1964 (não foi gratuitamente que se chegou a caracterizar o golpe como “contrarrevolução” preventiva). Hoje, treze anos depois, trata-se evidentemente de retomar o fio da meada, mas não será retomado no ponto de ruptura. Por um lado, a ditadura militar também é experiência que de uma ou de outra forma se conscientizará para a classe. Por outro lado, a classe não é a mesma. “Não se entra duas vezes no mesmo rio”. Todo ano uma nova geração entrou no processo de produção, alterando passo a passo o nível da experiência de luta, mas também o quadro político ideológico herdado.

Hoje o problema fundamental é fazer o proletariado lutar por suas reivindicações mesmo se essa luta se realizar ainda parcialmente sob capa ideológica estranha. Somente um proletariado que entra em movimento, que luta, estará em condições de enriquecer a sua experiência e de se livrar das tutelas ideológicas burguesas. É o proletariado em movimento que representa o campo apropriado para nós semearmos e colhermos.

Desse ponto de vista, é secundária a questão de “por quantos por cento” os operários devem lutar. O essencial é que lutem e que se organizem na luta. E desse ponto de vista, a discussão “110 x 200% de aumento” foi absolutamente estéril.

Em primeiro lugar, não é tarefa nossa querer prescrever aos operários por quantos por cento lutar. Em segundo, uma porcentagem exageradamente alta (que, aliás, se apoia em premissas políticas falsas) desencoraja e aborta qualquer greve, pois se choca com o senso de realidade que tem das relações de forças.

O caminho tem que ser o inverso. Temos que auscultar a opinião coletiva dos operários para saber até que ponto estão dispostos a lutar em todo o momento e apoiar (e conscientizar) as suas reivindicações. Pois o operário não entra em greve porque nós temos lá os nossos conceitos sobre economia e dependência, e, sim, porque obedece a uma força motriz coletiva. O essencial, no momento presente, não é tanto o teto das reivindicações, mas as ações coletivas para impô-las.

Por outro lado, os companheiros não pensaram em todas as consequências de semelhante política no campo salarial. Na prática tende a fortalecer a posição dos democratistas no seio do proletariado. Colocar como objetivo político o restabelecimento do nível de vida de 1964 equivale à palavra de ordem de “abaixo a superexploração” — e implicitamente “por uma exploração capitalista mais atenuada”. E, se a meta for o restabelecimento do nível salarial de antes do golpe, por que não também o sistema político que permitiu ao proletariado desfrutar o nível de vida de então?

Há uma diferença entre a denúncia de determinada situação e a formulação de uma palavra de ordem.

4) Entendemos que a tentativa de acoplamento do GRT com reivindicações atuais surgiu do receio de ficar na atividade diária num nível economicista. Esse perigo pode existir naturalmente, mas não nos parece tão agudo.

Em primeiro lugar, não acreditamos que os companheiros se deixem impressionar pela argumentação dos nossos inimigos das fileiras da pequena burguesia. Concessões nesse sentido, com o intuito de desarmá-los, aliás, nada adiantariam, pois o que entendem por “política” é o apoio às posições pequeno-burguesas.

Para nós, a mobilização de forças proletárias, passo a passo, até um confronto de classe contra classe, é altamente político, é o fator essencial para mudar o nível da política nacional. E essa luta constante e essa mobilização progressiva, para nós, só podem representar um veículo para um trabalho político direto na classe operária. Implica isso uma constante análise de classe da sociedade — não com chavões, mas à base de exemplos concretos — e uma incessante interpretação dos atos dos inimigos para o proletariado. Toda nova lei, todos os atos político-econômicos do governo, devem ser interpretados objetivamente para os operários. Isso é essencial para um processo de politização da classe.

E havendo preocupação justa de ligar lutas parciais aos nossos objetivos finais, então não devemos confundir estes com soluções transitórias. Os nossos objetivos finais são o socialismo e a revolução mundial vitoriosa.

Os companheiros já se esqueceram de que lutamos pelo Brasil Socialista? É o socialismo que temos de propagar no meio do proletariado como alternativa à ordem social existente. E se o fizermos com critério (evidentemente pode-se desgastar qualquer palavra de ordem), o Brasil Socialista é assunto que merece alguns “vivas”. Evidentemente, também a propaganda do socialismo não deve ficar no reino da abstração. Deve partir

de fatores reais, da força objetiva que o nosso proletariado já tem no processo de produção e do poder que representa junto com o seu aliado potencial do campo. Deve apontar não só a possibilidade histórica do socialismo no Brasil, mas também a sua necessidade como única saída para vencer a exploração capitalista, o subdesenvolvimento e a dependência externa.

Finalmente dispomos da grande arma da existência de um país socialista no continente, cujas realizações estão praticamente desconhecidas da massa. Trata-se do único país latino-americano que venceu problemas típicos continentais, como fome, miséria, doenças endêmicas, analfabetismo etc. Essa arma, da propagação de conquistas socialistas num país latino-americano, ainda não foi usada de um ponto de vista revolucionário.

5) No que diz respeito às questões táticas da luta diária, nós aqui estamos longe demais da frente para podermos entrar em muitos detalhes. Há, entretanto, alguns problemas sobre os quais queremos chamar a atenção dos companheiros.

Nos últimos documentos consta um esquema de trabalho em relação aos sindicatos, respectivamente, oposições e delegações sindicais que prometem se tornar campo de atuação principal.

Até aí nada a objetar. É perfeitamente viável que esse terreno se torne essencial para o trabalho na classe. O perigo consiste em se tratar de nova “receita”, uma espécie de panaceia para a solução dos problemas internos e externos da Organização.

Que esse problema existe, nota-se primeiro pela falta de um contexto das atividades nesse setor com uma tática geral de trabalho operário. Em segundo lugar, os debates em torno do assunto já fizeram surgir os primeiros “planos” no nível do antigo PTCP.\*

---

\* PTCP: “Plano tático de construção partidária” da OCML-PO. [Nota dos editores].

Não sabemos dizer daqui se hoje já é hora de falar de um Congresso dos Trabalhadores nacional. Somos céticos a respeito, mas em todo caso, baseando-se nas instituições legais que os sindicatos oferecem, semelhante conclave ainda não ultrapassaria o nível sindical existente. Na discussão, porém, surgiram imediatamente vozes que preveem a transformação de tal encontro num congresso de todos os trabalhadores, sindicalizados ou não, atribuindo-lhe a função de organizar a classe e as lutas futuras. Trata-se evidentemente de mais um exemplo de irracionalidade política, incapaz de avaliar relações de forças e situações objetivas.

A responsabilidade aí cabe ao CN,\* que ao propor o trabalho esqueceu-se de colocar os pontos nos “is”. Acreditamos que os seguintes fatores têm que ser levados em consideração na elaboração de uma tática nesse setor:

– Não temos, em verdade, sindicatos operários no Brasil, e a existência de um sindicalismo oficial, herdado do Estado Novo, fez com que no meio do proletariado brasileiro não se desenvolvesse uma consciência sindical como na Argentina, por exemplo.

– O lugar fundamental para a organização da classe está situado nos centros de produção, na fábrica, na empresa, onde o proletariado passa a sua vida coletiva. O fato de isso não ter sido possível durante muito tempo não nos deve fazer esquecer esta verdade. Em caso nenhum devemos querer transformar o mal em virtude. Devemos saber distinguir quando chegar novamente a hora de lançar a palavra de ordem dos Comitês de Empresa, como propaganda preparatória, e quando começar a enfrentar o problema na ação (independente da terminologia usada). Essa forma de organização do proletariado foi comprovada nas lutas de classes do país. As únicas greves gerais reali-

---

\* CN: Comitê nacional da OCML-PO. [Nota dos editores].

zadas até agora, durante o regime militar, Contagem e Osasco, foram realizadas à base de Comitês.

– O atual trabalho sindical, com delegações e Oposições, só tem sentido se abrir para nós o caminho para as empresas. No presente momento, provavelmente, não conseguiremos mais do que formar núcleos de operários mais ou menos combativos, mais ou menos conscientes. As delegações podem oferecer uma cobertura legal ou semilegal para a formação de tais núcleos.

Funções idênticas podem ter as oposições sindicais, que se radicalizarão na medida em que a classe toda começar a locomover-se. Parece-nos errada, entretanto, a tática de formação das OSPs,\* distintas das OS. O conteúdo que os companheiros atribuem àquelas não corresponde ao nível atual das lutas de classe no país. Temos de formar frações no seio das OSs existentes e não nos isolar com construções artificiais, abandonando os operários à influência dos pelegos.

Não tem cabimento isolar-nos de movimentos reivindicatórios ou de greves porque estejam sob liderança ideológica populista. É a luta comum, o apoio efetivo que podemos dar aos diversos movimentos, que criam as condições para sermos ouvidos politicamente pelos operários, para a nossa literatura penetrar e os nossos conceitos serem debatidos por eles.

A formação de OSPs, no presente momento, parece-nos uma tática ultraesquerdista condenada a falhar.

A luta pela liberdade sindical, inseparável de qualquer atividade sindical nossa, deve ser travada à base de reivindicações. No passado, antes do golpe, exigimos:

- abolição dos controles financeiros do Ministério por intermédio do Banco do Brasil;
- abolição do Estatuto Padrão;

---

\* OSPs: Oposições sindicais proletárias. [Nota dos editores].

- abolição da Comissão de Enquadramento do Ministério do Trabalho e de qualquer outra possibilidade de o Ministério influir na estruturação dos sindicatos, federações e confederações;
- abolição do Imposto Sindical;
- formação da Central Sindical.

Hoje volta a reivindicação de abolição do atestado de ideologia, na forma que existir. Não estamos revivendo essas reivindicações, porque julgamos a sua realização possível durante a ditadura militar. Devem indicar aos operários simplesmente os pontos de atrelamento e dar à luta a direção mais concreta do que permite a fórmula vaga da “liberdade e autonomia sindical” dos pelegos.

Dissemos que víamos o perigo do novo esquema tático se tornar também uma nova “receita”, uma nova panaceia. Queremos lembrar aos companheiros que há bastantes precedentes nesse sentido. Não faz tanto tempo assim, o grupo aproveitou o plano de trabalho com as Comissões Operárias, que então eram tidas como o ovo de Colombo. Naquela época advertimos os companheiros para não se adiantarem demais nesse campo. Recomendamos trabalhar com as Comissões existentes, mas averiguar melhor se se tratava de fenômeno isolado, ou de fato de uma forma organizatória operária com futuro. Parecia-nos que esse tipo de Comissão, composta ao acaso de operários de diversas empresas, sem lastro próprio nos lugares de trabalho e sem denominador político comum, era um fenômeno passageiro que, antes de prometer algo para o futuro, refletia mais a precariedade do nível do movimento. Não recebemos resposta a essas ponderações, mas quando as esperanças de então se desfizeram, veio a ressaca. O método tradicional dos últimos anos na Organização nesses casos era substituir uma “receita” por outra, para levantar o ânimo e para iniciar um novo ciclo de decepções.

Hoje deve estar claro para os companheiros que algo está podre no Reino. E esse “algo” é fundamentalmente o próprio método que está em jogo.

6) Hoje deve estar claro, também, para os companheiros, que as coisas não podem continuar no mesmo pé, da mesma maneira, com o mesmo método de trabalho como dantes. Chegamos a um ponto em que mais uma cisão poderá significar o fim do grupo em si. Não é só um ambiente sectário e dogmático criado internamente, onde qualquer discussão e divergência ameaçam degenerar em racha, que é responsável por isto. Verdade é, também, que o grupo há tempos não tem nada a oferecer para fora, a não ser um quadro confuso de lutas internas, travadas de forma incompreensível para terceiros.

Uma premissa para superar a situação presente é que os próprios companheiros tenham consciência da responsabilidade que tomaram no processo de decomposição da Organização. Para evitar a repetição dos mesmos erros, nas mais diversas variações, não bastam mais paliativos nem meias-verdades. O mal tem que ser exterminado pela raiz ou exterminará o resto da Organização. Não adianta querermos iludir a nós mesmos.

O que caracteriza a OCML desde o início é o subjetivismo que a dominou. Criou um mundo próprio que se chocou periodicamente com a realidade existente. Isto é, criou ficções políticas e se tornou vítima delas. Com o PTCP, a crise atingiu um primeiro auge e esboçou-se numa rebelião nas fileiras que prometeu mudar a situação. De fato, o que mudou foram os matizes; o subjetivismo, o voluntarismo e as ficções continuaram. Se os companheiros do antigo CN pecaram em querer a todo custo conservar táticas provenientes de outras situações subjetivas, a nova direção iniciou uma fase revisionista, com construções teóricas artificiais tão ou mais estranhas à luta real como no passado. A única diferença é que agora surgiram

tendências que conscientemente visavam a uma liquidação da herança e dos fundamentos teóricos da PO.

Era evidente que esse fenômeno, em parte, era resultado de prolongado isolamento da Organização na ilegalidade e da passividade do proletariado. Esse isolamento, a prazo maior, fez com que a pouca expansão do grupo, na medida em que se deu, fosse para o lado estudantil. A falta de uma atividade sistemática na classe operária e o aumento de quadros estudantis criaram uma discrepância entre teoria e prática. Enquanto no princípio se procurou fechar os olhos e se limitar a repetir as formulações do passado, que dessa maneira se tornaram chavões, a nova liderança procurou solucionar as contradições com a tentativa de se livrar do “peso morto” do passado. Agiu dentro de padrões estudantis e sem ligação com o movimento operário vivo. Em função do seu papel de “vanguarda”, entendia moldar um movimento operário tal como achava que devia ser. Os companheiros agiam como estudantes e intelectuais presos a formas idealistas de raciocínio. Não usavam as suas cabeças para captar e interpretar corretamente uma realidade existente, e, sim, para inventar esquemas e soluções. Mas os esquemas e soluções eram, antes de tudo, produto de ideologia pequeno-burguesa trazida para dentro da Organização.

Essa evolução era acompanhada por crescente sectarização e dogmatização internas do grupo. A falta de capacidade criadora nas tentativas de aplicar o marxismo na realidade existente fez com que se propagasse um “leninismo” para uso caseiro, que faria o companheiro Lenin virar-se mais uma vez na tumba se tomasse conhecimento dele. Um último auge atingiu essa orgia dogmática no debate sobre a questão de qual das soluções para o aumento salarial — 110% ou 200% — era “leninista” e qual era “traição”.

Antes de tudo, esse leninismo mal compreendido e mal digerido tinha de servir como cobertura de um elitismo autossuficiente, que condenava tudo que não cabia no esquema

como “espontaneísta”. E o espontaneísmo seria o pecado original da classe operária. As lutas de classe teriam de se desenvolver conforme os planos preestabelecidos, de fora para dentro, de cima para baixo. E os *deuses ex machina*, que agiam de fora e de cima, éramos evidentemente nós, mesmo se não fôssemos compreendidos pela grande massa.

Essa postura não tem nada a ver com a função de uma vanguarda proletária. Esqueceu-se (os padrões da política estudantil nunca levaram isso em conta) que o partido revolucionário é um produto da fusão da teoria marxista com o movimento operário vivo. Isso significa, e sempre significou, que não somos nós somente que temos algo a dar, mas igualmente o proletariado; que não são somente os operários que têm algo a aprender, mas igualmente a vanguarda teórica. O processo não pressupõe um papel passivo do proletariado, disposto a absorver as sabedorias trazidas de fora por nós, mas a vanguarda teórica igualmente tem de aprender a lidar com as formas de luta e de organização que o movimento vivo desenvolve espontaneamente.

Sem as ações espontâneas das massas não haveria luta de classe, pois não fomos nós que a inventamos. Sinal é a presente situação, na qual dependemos nitidamente do surgimento de ações espontâneas das massas operárias para desenvolver uma ação política mais consciente no seio delas.

Lenin nunca subestimou a ação espontânea das lutas de classe. Ele combateu as tendências que idealizaram o espontaneísmo, que queriam dar-se por satisfeitas com essa forma de luta ou que esperavam que as lutas espontâneas se transformassem por si só em luta consciente pelo socialismo. Aí ele via o papel indispensável do partido revolucionário da classe operária. Mas uma vanguarda teórica e automeada só tem possibilidade de se desenvolver e crescer em direção a um partido quando sabe interpretar corretamente o movimento espontâneo da classe. A construção artificial de um mundo subjetivo fecha o caminho para isso, e é justamente o que nos aconteceu.

7) Chegou a hora da verdade, e isso significa que temos de nos livrar de todas as ficções que nos impedem de encarar a realidade dos fatos. Em primeiro lugar, temos de livrar-nos da ficção de estarmos preenchendo o papel de uma vanguarda proletária nas lutas de classes do país. Não estamos, pois tanto no terreno teórico como no prático estamos em plena crise e viramos seita, em lenta decomposição.

Em segundo lugar, devemos abandonar a ilusão de que basta uma nova discussão interna, a emissão de uma nova série de TDs,\* um reajustamento da linha política, para nos recuperar e representar novamente o que já fomos. Para isso, foi desvirtuado demais o caráter da Organização.

O que se impõe como primeiro passo, para assegurar a sobrevivência do grupo que restou, é uma mudança radical e consciente do método de raciocínio e de ação. Devemos aprender humildemente a raciocinar como marxistas, pelo método materialista dialético — e tirar as consequências práticas disso.

Por isso estamos absolutamente contrários aos planos propostos para vencer a crise, no sentido da convocação de um Congresso e da elaboração de um novo programa.

Com o que dispomos hoje em número de quadros e de bases, a realização de um Congresso seria uma temeridade. Com as experiências predominantemente negativas que a Organização colheu durante os últimos anos, ela realmente não está em condições de enfrentar o problema da atualização do programa — sem falar do fato de que a situação objetiva não o justificaria ainda. Isso só será o caso quando as lutas de classes tomarem novas dimensões e se tiver mais clareza sobre formas de luta e de organização desenvolvidas pelo proletariado.

---

\* TD: *Tribuna de Debates*, órgão de discussão interna dos militantes da proletárias. [Nota dos editores].

Vemos nessas propostas (Congresso e programa) uma tentativa para usar novamente paliativos, para “ocupar” as bases, evitar um progresso da decomposição do grupo e criar novo dinamismo interno artificial. Achamos que o resultado não será duradouro nem corresponderá às expectativas. Afinal, os companheiros têm a experiência de 1970.

Para clarear as nossas tarefas e responsabilidades para os nossos quadros (que é fundamental no momento), mas também para fora, na medida em que esta clareza estiver criada, não é preciso congressos formais, e, sim, debates em todos os níveis, bases, ativos e plenos. Basta uma plataforma de lutas, para definir a problemática, que contenha uma análise da conjuntura econômica e política do país, a situação das classes, especialmente do proletariado, as tarefas a enfrentar e a situação do grupo. Julgamos importante que a Organização não se feche nos debates, que estes sejam acompanhados por uma mudança qualitativa das atividades, pelas quais o CN tome a iniciativa, na medida em que se sinta apto para isso desde já. Julgamos importante a função do CN nos debates, no sentido que se oriente em torno de problemas vitais e não os deixe descambar.

Os companheiros responsáveis têm que ter clareza que estamos hoje perante a necessidade da reconstrução de uma organização revolucionária. É claro que não se trata de recomençar do Ponto Zero, nas bases de 1961, quando não passávamos de uma organização estudantil bem-intencionada. Hoje, não só temos as experiências positivas e negativas da Organização nas lutas de classes como existem também quadros em condições de aproveitá-las. O caminho, agora, não precisa ser tão penoso e tortuoso, como foi nos anos 1960, pois podemos partir de um ponto mais alto do que o daquela vez.

Para que isso se dê de fato, cremos ser indispensável a questão da formação de quadros — problema que a Organização evitou enfrentar nos últimos anos. Sob formação de quadros, entendemos não só o estudo sistemático do marxis-

mo-leninismo e da realidade nacional (principalmente para os quadros de origem pequeno-burguesa), mas igualmente a aprendizagem sistemática da prática revolucionária. Esta significa, no presente momento e para o futuro previsível, o contato, a convivência e a atuação com a classe operária. Isso tem que ser ensinado aos quadros, para evitar diletantismo, “quebrá-louça”, e para que o militante da Organização se sinta na classe como peixe na água fria.

Para atingir este nível, o de uma vanguarda proletária, são indispensáveis a formação e integração sistemática na Organização de quadros políticos operários. O conceito leninista de organização prevê justamente a convivência do intelectual e do operário revolucionários na mesma casa, sob o mesmo teto, para que criem um denominador comum na luta. Para nós, na presente situação, os militantes operários são indispensáveis: 1) como contatos diretos para a classe que permitam de fato uma atuação sistemática; e 2) para a elaboração de uma tática diária que fique com os pés na terra e uma literatura que vá ao encontro das necessidades da luta operária. No que diz respeito a esse ponto, recomendamos a inclusão, nas redações dos órgãos de trabalho operário, de um operário experimentado, que conheça o ambiente onde circulam os jornais ou volantes.

Isso coloca novamente o problema da composição orgânica da Organização. Temos que evitar que se crie novamente uma situação em que a maioria dos militantes saiba dos problemas da luta operária de “ouvir falar” e que na prática faça política estudantil. Isso fará rebaixar o nível político da Organização e abrir as portas às influências ideológicas pequeno-burguesas. Não vemos, portanto, sentido num recrutamento indiscriminado de elementos estudantis nem em uma política que vise fazer concorrência às organizações pequeno-burguesas nas universidades. Precisamos de estudantes, mas devemos recrutá-los na medida em que pudermos absorvê-los numa prática revolucionária.

Se conseguirmos preencher essas premissas, vemos perspectivas favoráveis para uma recuperação da PO em poucos anos. Ainda não vemos outro ponto de partida para o surgimento de uma organização revolucionária que, no cenário das lutas de classes do país, faz hoje mais falta do que nunca.

Dos nossos erros e falhas do passado recente tem lucrado até agora principalmente o centrismo. Vemos nisso um mal menor. Sabemos das suas limitações naturais. Por enquanto está em voga, principalmente pelo reforço que recebeu de ex-militantes nossos. O centrismo conservará no seu seio muitos revolucionários honestos e aproveitáveis, até o momento em que as contradições de sua linha conciliatória se fizerem sentir nas bases. Se nós nos tivermos recuperado de fato, estaremos em condições de separar o trigo do joio. Por enquanto não adianta querer forçar a situação. Por enquanto o nosso problema-chave se encontra em nós mesmos. Valem pelas nossas posições.

PO — Exterior  
maio de 1977

# CARTA A UM “REVOLUCIONÁRIO QUE SE PREZA”\*

Prezado companheiro Raul Vila,

Mais de uma vez senti a tentação de retomar o diálogo que, lamentavelmente, se interrompera de maneira abrupta, há mais de dois anos. Se o faço agora, é que o companheiro deu uma deixa com seu artigo *Para um balanço da PO* (BS nº 7),\*\* que merece reparos pessoais, considerando o tempo que passamos no mesmo barco. Digo “pessoais”, porque não pretendo retomar aqui a discussão das nossas divergências políticas atuais, e, sim, limitar-me a aspectos do nosso passado ventilado por você.

Antes de tudo, permita-me manifestar os meus respeitos e a minha admiração pelo empreendimento com o qual você se lançou na obra de um balanço de 15 anos, carecendo de um mínimo de subsídios. Eu não tive coragem de enfrentar semelhante empreendimento, mas isso talvez se deva a um excesso de escrúpulos. Afinal, para que temos memória?

Não quero esconder que discordo, sobretudo de alguns aspectos do seu método de trabalho. O companheiro afirma,

---

\* Carta aberta a Eder Sader (Raul Vila) que circulou clandestinamente entre os militantes da PO, escrita por Érico Sachs, sob pseudônimo de Ernesto Martins, em 1978, na Alemanha. Publicado no nº 5 da revista teórica da OCML-PO, *Marxismo Militante*. [Nota dos editores].

\*\* BS: revista *Brasil Socialista*, publicada em Paris pelo MR-8 e a AP-ML, contando também com a participação de Raul Vila. [Nota dos editores].

por exemplo, que o “balanço é simultaneamente uma auto-crítica, pois não pretendia fugir das responsabilidades. Com o decorrer da leitura, porém, é de se perguntar onde começa uma coisa e termina outra — e vice-versa. Assim, o companheiro cita a palavra de ordem “organizar a greve geral de São Paulo”, que saiu no órgão central *Política Operária*, logo depois da greve de Osasco, como um ato voluntarista da Organização. O companheiro deve lembrar-se, entretanto, de que lançou essa consigna por conta própria, como secretário político, responsável pelo jornal. O CN o desautorizou em seguida, criticando-o por ter transformado uma palavra de ordem propagandística em uma de ação. O companheiro ofereceu publicar uma autocrítica no próximo número do PO, o que naquela ocasião não foi aceito pelo CN. Já tinham saído diversas autocríticas da redação em números seguidos e se queria evitar um desgaste do jornal. As seções estaduais foram informadas mediante cópias do protocolo da reunião e a imprensa não retomou o assunto. Se nessas circunstâncias outras organizações nos criticassem de fora, teriam razão em fazê-lo, mas o companheiro, que está falando de cadeira, não poderia agir assim se levasse a sério tanto o “balanço” quanto a “autocrítica”.

Infelizmente o exemplo não é isolado (veja as suas queixas sobre o funcionamento da imprensa). Pequenas distorções, quando se acumulam, dão um quadro geral distorcido da situação. A isso contribuiu uma frequente “falha de memória”, sujeita a certos lapsos freudianos. Assim, tenho de defender-me contra citações realmente fora de propósito. Quando eu falava da necessidade de um “trabalho de mosaico”, não me referia a uma tentativa voluntarista de alteração das condições de luta. Muito pelo contrário, insistia em uma contínua busca de dados reais sobre a situação da classe, a conjuntura econômica e social e tudo aquilo que permitia saber em que terreno estávamos pisando em todo momento da luta. Esse “trabalho de mosaico”

destinava-se (e continua a destinar-se) a evitar que tomássemos medidas alheias à realidade, dos apelos revolucionários flamejantes até as táticas ultraesquerdistas. E, afinal, companheiro Raul Vila, sua insinuação contraria seus próprios argumentos fundamentais. Pois de que acusa a velha POLOP, e a mim especialmente, é que tenhamos dado importância demais à conjuntura, às condições objetivas de luta, e subestimado a importância da ação revolucionária. Que as acusações, pelo menos, sejam consequentes, mesmo se a memória não funcionar sempre bem.

No mesmo estilo (o das acusações fora de propósito) estão as suas citações sobre *Aonde vamos?*, às quais de resto nada teria a acrescentar. Só que o companheiro Raul facilitou a sua argumentação. Os referidos trechos tratavam das nossas tarefas no quadro de uma situação dada. Nunca defendi o ponto de vista de que a “consciência penetra na cabeça dos nossos proletários graças à agitação persistente dos comunistas”. Afirmei, sim, que a consciência não penetra na classe sem a agitação e propaganda dos comunistas, mas isso não é exatamente a mesma coisa. Repetimos até o cansaço, e repetiremos enquanto for preciso, que existe uma situação objetiva (que não criamos) e que permite que o trabalho de conscientização dos comunistas dê os resultados esperados.

O resto é criar ficções e se tornar vítima de ficções. E a nossa experiência em comum no seio da PO mostra que era justamente o companheiro o expoente de uma tendência que mais facilmente se tornava vítima das próprias ficções — justamente porque revelou um menosprezo solene pelo “trabalho de mosaico”.

Tomemos o exemplo da greve de Osasco. A vontade do companheiro de organizar a greve geral na capital não surgiu, evidentemente, de graça. Lembro-me perfeitamente de quando, numa reunião em São Paulo, pouco antes do encerramento, o companheiro informou que os operários de Osasco estavam

querendo organizar uma greve geral e se tinham dirigido à Organização com o pedido de orientá-los. As respectivas perguntas sobre dados e detalhes não podiam ser respondidas ainda (só se tinha dado um contato), o que impediu uma discussão mais concreta do problema. A seção de São Paulo ficou com a responsabilidade.

A greve se deu algum tempo depois, com o desfecho que sabemos. O CN reuniu-se logo em seguida, novamente em São Paulo, e o companheiro deu o seguinte relatório, em resumo: os operários das maiores fábricas tinham se organizado em comitês de empresa e marcado o dia H. Para a data fixada, o Secretariado de São Paulo da PO tinha organizado um aparelho, para daí dirigir a greve. O aparelho tinha sido ocupado por três companheiros, o relator e mais dois, dos quais um encarregado de assegurar o apoio estudantil e o outro da ligação com Osasco. Essa “direção da greve” não chegou a funcionar, pois os dois companheiros da ligação, quando saíram em missão, não chegaram a voltar. O companheiro Vila teve de abandonar o aparelho no decorrer do dia, para estabelecer contato com a célula de Osasco.

Assim mesmo — prossegue o relatório — desencadeamos a greve, quando um companheiro nosso tomou a palavra numa empresa na hora do almoço, arrastando consigo os operários para uma manifestação que se dirigiu às fábricas vizinhas. Além disso, a Organização editou um boletim de greve diário que publicou as palavras de ordem. O relatório terminou com um apelo à Organização, para que aprendesse com os novos métodos de luta desencadeados, em São Paulo e com a consigna: “Agitar, agitar e, mais uma vez, agitar”.

Lembro-me também que a discussão do relatório foi acalorada. O companheiro, naquela ocasião, recebeu mal minhas objeções, mas teve de admitir que, se tivemos a orientação da greve, então pelo menos a perdemos no decorrer da luta. Igualmente ficou claro que os nossos companheiros não

tinham elaborado com os operários nenhum plano de greve nem de retirada. Houve a preocupação de desencadear uma greve, e depois o barco ficou à mercê das ondas. Além disso — conhecendo-se a precariedade do trabalho de fábrica em São Paulo —, era difícil explicar, sem acreditar em milagres, como os companheiros conseguiram em pouco tempo essa liderança num bairro inteiro. Em todo caso, o que prevalecera frente a todas essas objeções foi certa euforia com o fato de os companheiros terem “desencadeado a greve de Osasco”. E foram nesse sentido os relatórios para os Estados.

Levou um tempo para os fatos aparecerem. Ficou claro que não preparamos nem orientamos a greve — sequer a desencadeamos. O centro estava situado no Sindicato dos Metalúrgicos, dirigido por uma oposição sindical, sob a liderança de José Ibrahim. O grupo político mais chegado a ele era uma então recente cisão militarista nossa que marcou o desenrolar aventureiro da greve. (A cisão manteve a forma de organização dos Comitês de Empresa). Essa liderança, para assegurar-se de um apoio mais amplo possível, dirigiu-se a diversas organizações e grupos presentes em Osasco. A nossa, principal, era o Boletim.\* Essa constatação não diminui o mérito dos companheiros, que de fato levaram uma fábrica à parede. Mesmo não a desencadeando, contribuímos efetivamente para a luta. Teríamos podido contribuir mais e mais eficientemente, entretanto, se tivéssemos tido um mínimo de conhecimento do terreno em que estávamos pisando.

Perdoe-me, companheiro Vila, se eu lhe lembrar desses fatos do passado e não me acuse novamente de perseguição pessoal. O companheiro sabe que não se trata de casos isolados e que eu não estou contando nem a metade da missa. Trata-se de casos típicos, que caracterizaram a situação da-

---

\* Provavelmente se refere à intervenção da Organização (POC) sob a forma do Boletim. [Nota dos editores].

quela época e que tanto explicam acontecimentos posteriores como respondem certas perguntas que o companheiro levanta no seu “balanço”.

O fio da meada das nossas discrepâncias de então, o companheiro o retoma quando acusa a nova direção da PO (de 1974 em diante) de “doutrinarismo”, citando da “Tese sobre a conjuntura e tática”:

Em primeiro lugar, importa considerar aqui a impossibilidade de mudança da conjuntura a partir da atuação da vanguarda comunista. Esta impossibilidade significa que as relações de descontinuidade existentes entre a vanguarda e a classe como um todo são um dado da conjuntura que só poderá ser modificado com a intervenção de fatores objetivos.

Que é que o companheiro tem a objetar contra essa definição? As suas objeções são tão típicas para a sua compreensão de luta (revelada posteriormente em toda plenitude), que merecem ser reproduzidas mesmo com o perigo de cansá-lo. Diz:

A conjuntura não se alterará a partir da nossa intervenção. Isso poderia até ser uma constatação realista fundada na atual debilidade dos revolucionários. Mas, para os revolucionários que se prezam, isso não leva a que abduquem da necessidade de deixarem sua marca na evolução da conjuntura. Quer dizer ainda que no resultado final do período a intervenção comunista tenha sido um papel secundário, a “dimensão” dessa intervenção condicionará nossas perspectivas na conjuntura futura. Quanto maior houver sido a “marca” revolucionária nesta conjuntura, melhor serão as premissas para a próxima.

Se aqui não houvesse uma dúvida concordância no sentido de que não mudamos a conjuntura em virtude da “atual debilidade dos revolucionários”, podíamos limitar a constatar que aí “morreu Neves”. Que uma conjuntura traz em si o germe da outra, em todos os sentidos e também no da atividade dos revolucionários, não deve ser nenhuma novidade para militantes (ou “ex”) da PO. E a “Tese sobre a conjuntura e tática” certamente não propõe cruzar os braços, porque a conjuntura é desfavorável. Independentemente do mérito das recomendações táticas que ela dá, procura definir as apropriadas a uma situação determinada. Mas o que o companheiro Vila quer dizer quando concorda com a não possibilidade da mudança da conjuntura a partir da atuação da vanguarda, em virtude da “atual debilidade dos revolucionários”? Vanguardas fortes — partidos operários — fazem ou mudam as conjunturas do desenvolvimento capitalista? E falta ainda outra explicação. O que um “revolucionário que se preza” — e o companheiro certamente se inclui nesta categoria — entende por deixar a sua “marca” no desenvolvimento da conjuntura?

Também nesse termo dispomos de experiência, e ela não é das melhores. Apesar de certa elegância inegável com que o companheiro pretende passar por cima dessa fase fatal para a Organização — “(...) só substituímos o ‘doutrinarismo’ pelo ‘obreirismo’” —, a marca deixada foi para nós o desgaste e uma crise até hoje não superada.

A “marca deixada” foi a vitória do voluntarismo no seio da Organização. É verdade que a tendência voluntarista sempre existiu no nosso meio, e isso provavelmente foi consequência inevitável da origem da composição social do grupo. Pôde ser neutralizado, entretanto, em grande parte, por discussões internas — discussões “doutrinárias”, como o companheiro diria — e pela experiência prática que companheiros adquiriram em contato direto com a classe. A tendência voluntarista ficou, porém, reforçada consideravelmente pela fu-

são com a Dissidência do Sul, que posteriormente escolheu rumos semimilitaristas. O companheiro menciona a minha demissão do CN, no decorrer da luta interna que se esboçou, e explica que foi falta de perspectiva. Esquece, entretanto, de dizer que foi a falta de perspectiva de solucionar os problemas mais urgentes com o CN então existente. Formalmente estávamos em maioria, mas na prática sentia não poder contar com ela para decisões que se impunham. Desde o Pleno de Porto Alegre, tive a nítida impressão de o companheiro estar sentado em cima do muro, não sabendo ainda para onde saltar (pois, como diria hoje, a Oposição estava roçando nos problemas da tática). O resto do CN estava paralisado por essas contradições. Com a minha demissão, pretendi retomar a minha liberdade de ação e dedicar-me ao trabalho de base na Guanabara. Naquela seção, tínhamos formado uma infraestrutura para um trabalho de fábrica e a prazo, que prometia enfrentar a prolongada clandestinidade. Pretendíamos criar no Rio um polo para uma reorganização, caso as aventuras da oposição destruíssem partes maiores da organização nacional. Havia premissas “favoráveis para isso” — o companheiro se lembra de que na Guanabara a oposição praticamente não conseguiu nada.

Com a minha queda e a cisão, que finalmente se tornou inevitável depois de tantas hesitações, o campo ficou livre para o companheiro mostrar na prática o significado da “marca” na conjuntura.

Começou com um documento em que prometia superar todas as falhas e fraquezas da velha POLOP. A nova Organização seria realmente de combate e passaria imediatamente a uma atividade revolucionária consequente. O problema imediato era “pôr o motor em funcionamento” para “criar um polo proletário, que se refletia sobre a sociedade toda”. O pano de fundo para essa ofensiva ativista e as esperanças artificiais desesperadas era uma falsa avaliação da conjun-

tura que, naquela altura dos acontecimentos, não se justificava mais. Os dados econômicos para 1969 já tinham sido publicados e estava evidente que o regime tinha conseguido superar a crise cíclica. Quando, no decorrer do ano, os fatos falaram mais alto e o descenso do movimento de massa se tornou evidente, procurou-se bagatelizar a situação, falando de um “descenso provisório” sem mudar a prática. É evidente que essa linha política não tinha nada a ver com o “obreirismo”. Não era resultado do radicalismo de um proletariado jovem e inexperiente que estava entrando na luta. Essa nova linha tinha brotado da cabeça de intelectuais e de estudantes inexperientes que não tinham aprendido a usar o seu órgão pensante para traduzir uma realidade existente. Era produto de um voluntarismo, que podemos chamar de “civil” e com o qual se pensou poder enfrentar o voluntarismo militarista, que o matiz “civil” desse voluntarismo entrou tão depressa num beco sem saída, como a militarista.

Hoje, o companheiro afirma que a PO precisava de “êxitos a curto prazo”, para sobreviver. Bem, os êxitos não vieram e esse não era o caminho para consegui-los. Em troca, perderam-se contatos operários que surgiram depois da cisão, como os “grupões” independentes. O diletantismo voluntarista não os podia atrair e só reforçou a sua desconfiança em relação a organizações de origem estudantil.

Mas, será verdade que a Organização precisava de êxitos a curto prazo? Tudo depende de como a problemática da luta é colocada para os quadros. Tudo depende de como foram formados os quadros. Em São Paulo, naquele momento, talvez precisasse, por razões óbvias. Sobre Minas não tenho dados para julgar: o problema provavelmente foi “importado”. Na Guanabara, porém, não era o caso, e a seção resistia à nova tática. Lá, o trabalho tinha sido colocado em outros termos (principalmente no setor operário, que se tornaria a primeira vítima do “motor em funcionamento”) e por isso mesmo tinha

mostrado continuidade. Agora, revelou-se por outro aspecto da sectarização iniciada — a decadência da democracia interna da Organização.

A nova direção não podia tolerar que sua linha fosse questionada. Dúvidas quanto ao caráter provisório do “descenso” eram tidas como desvio. O secretariado regional foi paralisado mediante cooptações impostas pelo CN e finalmente remodelado. Secretários antigos foram isolados, transferidos e perseguidos até se encontrarem fora das fileiras. Discutir, não se discutiu. “Primeiro o motor...”.

O ambiente criado fez com que se formasse a “fração leninista” na Guanabara. Isso se tornou inevitável em virtude da impossibilidade de travar uma discussão interna. A resposta do CN consistia em medidas administrativas (“Os companheiros têm de fazer autocrítica...”). E quem não se sentia em condições para isso, porque a autocrítica exigida não correspondia às suas convicções como revolucionário, era afastado da Organização.

Criaram-se novos métodos na vida interna. Claro que também no passado existiram tendências burocráticas, mas podiam-se estabelecer limites. Lembro-me de debates no CN, nos quais se investiu contra os abusos das autocríticas forçadas, que não correspondiam aos pensamentos reais dos “acusados”. Lembro-me igualmente de que tivemos de restabelecer o direito de divergir dos militantes, ocasião em que ficou reafirmado que somente a quebra da disciplina coletiva justificava medidas administrativas. O próprio companheiro deve lembrar-se quanto tempo “perdemos” com a discussão das teses da Oposição de Minas. Não foi propriamente uma perda, pois conseguimos manter todo o grupo dentro da Organização e uma parte dos estudantes, que sabia por que tinham ficado. Na nova fase, entretanto, a fração leninista em pouco tempo estava fora da Organização, embora as divergências, que naquela época separavam direção e oposição, não se comparassem com as havi-

das em 1967. A cisão foi provocada pelas restrições impostas à vida democrática interna.

E com isso, gostaria de dar ao companheiro a resposta à sua pergunta repetida do porquê da Organização não ter conseguido enraizar-se na classe operária e não ter conseguido dar continuidade ao papel que começara desempenhando. A meu ver, a resposta já está implícita nas objeções que levantei aí ao seu “balanço”, mas, para não deixar dúvidas, quero fazê-lo também explícito.

O maior obstáculo que encontramos no caminho foi a nossa origem estudantil e a incapacidade de mudar definitivamente a composição orgânica pequeno-burguesa da Organização. Nunca chegamos a constituir uma organização de operários e intelectuais revolucionários que dispunha de um setor estudantil. Éramos preponderantemente uma organização de estudantes e ex-estudantes que não se livrou dos vícios das suas origens. Como o companheiro mesmo admite, surgimos à margem do movimento operário, um grupo de estudantes, intelectuais e alguns operários isolados; uma organização de revolucionários, entretanto, não cai do céu, tem de amadurecer. Amadurecemos até certo ponto em discussões e lutas internas, com os estudantes profissionais, com os intelectuais, que procuravam conciliar a sua militância com sua formação acadêmica, e outros elementos da classe média, que consciente ou inconscientemente levaram os seus conceitos ideológicos para dentro da Organização. É claro que a atividade externa seria fundamental para o amadurecimento da Organização (as discussões internas, afinal, eram em função da atividade externa). Acontece, entretanto, que para três quartas partes dos militantes, pelo menos, a atividade política não ultrapassou o nível estudantil. Só minoria de estudantes (ou ex-estudantes) estava em condições de desencadear atividades no setor operário, que cresceu lenta e constantemente (houve um retrocesso logo depois do golpe, no início da clandestinidade).

Tomemos um exemplo concreto, para melhor ilustrar a situação. Não vou me referir ao caso de Minas, onde as fileiras eram engrossadas antes de todos os congressos e conferências, a fim de obter um maior número de votos proporcionais e que representou um capítulo à parte. Tomemos São Paulo, que o companheiro bem conhece.

Embora não fosse pelas mesmas razões, também em São Paulo a “força” da Organização foi compreendida como força numérica. O centro de recrutamento intensivo era a Faculdade de Filosofia. A grande maioria dos quadros era composta de moças providas de lá e de outras ciências humanas. Que não me acusem de preconceitos contra mulheres, mas tratava-se de um tipo de “militante” feminina que frequentemente ficava na Organização até casar ou até sofrer de complicações sentimentais que absorviam suas energias. Tanto elas como a maioria de seus congêneres masculinos da mesma origem tinham formação política precaríssima (dificilmente saberiam defender uma posição nossa) e, antes de tudo, faziam número em reuniões estudantis. Foi na própria seção de São Paulo que surgiu pergunta no sentido do que distinguia esse tipo de “militante” das encontradas nas fileiras da AP, por exemplo. Lembro-me de que a resposta foi difícil.

Claro que também aí se deu uma certa seleção natural e o joio se separou do trigo, mas foi um processo penoso, porque teve de se dar dentro da Organização.

O trabalho de fábrica em São Paulo só começou realmente com a transferência de quadros de outros Estados para lá. Durante os anos 1967/68, colocou-se o problema da mobilização das bases estudantis em apoio ao setor operário. Caiu-se logo num extremo oposto. Todas as células estudantis, com exceção de algumas poucas, tinham de “ir às massas”. Preparação de quadros não tinha. O responsável pelo setor ia às células e distribuía as tarefas. Escolhia uma das militantes e dizia: no bairro tal, a fábrica X tem problemas salariais. Vai lá e organiza

uma greve. Quando a referida companheira na próxima reunião da célula confessou com lágrimas nos olhos que não sabia enfrentar a tarefa, foi tida como “pequeno-burguesa”. Mas o companheiro responsável, estudante de uma matéria bastante abstrata, era considerado como “entendido” em trabalho operário na Secretaria Regional.

Outra característica da situação criada foi justamente a tendência à burocracia, com a qual se preenchia o vazio das atividades estudantis e da qual o companheiro está se queixando. Foi justamente em São Paulo, onde se procurou, certa época, formar uma hierarquia interna cristalizada. Em 1967, ainda era hábito na seção falar de “postos” que ocupavam na organização estadual. Para completar o quadro, basta dizer que o primeiro operário, transferido de outro Estado àquela seção e eleito para um órgão executivo, foi empregado no setor de finanças e empreendimentos comerciais.

Compreende-se que desse ambiente de “diletantismo como sistema” — como dizia um companheiro na ocasião —, o desenvolvimento do trabalho direto na classe e a formação de quadros políticos operários tropeçavam com dificuldades e sofriam de uma latente descontinuidade, caracterizada por fases alternadas de euforia e depressão. Procuramos vencê-las, em parte, subordinando as atividades dos setores operários diretamente a uma coordenação nacional, para diminuir dessa maneira as influências das secretarias regionais. Só conseguimos em parte, pois as atividades dos setores dependiam do apoio das seções.

Nosso problema foi, pois, a não superação das nossas origens. Não podíamos fazê-lo querendo simplesmente eliminar os estudantes (isso, sim, teria sido obreirismo). Tínhamos de superá-las, transformando os elementos vindos da pequena burguesia em comunistas com experiência revolucionária e criando um maior número ainda de quadros operários políticos. São esses os elementos básicos de uma organização operária revolucionária no sentido leninista. Ambos os elementos

só se criam simultaneamente e em conjunto. Intelectuais com experiência revolucionária não se formam unicamente na escrivania, e quadros operários politizados dificilmente surgem fora de organizações revolucionárias.

Mas, mesmo assim, companheiro Vila, com todas essas dificuldades latentes, conseguimos formar nas principais seções núcleos operários que se revelaram fieis à Organização em quase todas as crises havidas, mesmo a do POC (com exceção do Rio Grande do Sul, onde o setor operário revelou ser uma ficção). Quero deixar claro, também, para o companheiro que não considero o fator subjetivo, a incapacidade da vanguarda, o único responsável pela situação que se criou. O nível geral da consciência política da classe operária e as tradições populistas, que não encorajaram a criação de formas de organização de base na classe, são fatores objetivos que evidentemente tinham de repercutir na formação da vanguarda. Em princípio temos de contar com o fato de que, para a formação de um movimento operário, precisamos de uma percentagem maior de elementos vindos de fora da classe do que necessitam movimentos análogos em países nos quais o proletariado já criou tradições próprias, tanto políticas como organizatórias. Na situação concreta pela qual passamos, a supremacia absoluta de elementos pequeno-burgueses na Organização, em parte, foi reflexo da passividade da classe.

Essa constatação não pode desculpar, entretanto, a destruição virtual do trabalho realizado na fase posterior, da OCML, que foi resultado direto do voluntarismo declarado da linha oficial. Voluntarismo implica alienação da realidade, significa superestimação do próprio papel. O preço, a prazo, é o desgaste em virtude do choque crescente com a realidade em torno.

Quando fundamos a Organização e durante alguns anos, estivemos cientes das nossas limitações físicas e sociais. No Congresso de Fundação, dissemos que **podíamos** preencher o papel de um catalisador no processo de formação de

um partido revolucionário da classe operária. Em seguida definimo-nos como “Estado Maior automeado e sem tropa”. As tropas, na medida em que existiam, eram do PCB e do trabalhismo. Boa parte da nossa atuação consistia em esboçar alternativas revolucionárias à prática vigente de colaboração de classes e fundamentá-las teoricamente para os setores mais avançados da esquerda existente. Com o tempo, na ilegalidade, as “tropas” debandaram e a nossa função de “Estado Maior automeado” ficou suspensa. Em troca, aumentou o nosso peso no seio da Esquerda. Mas não aumentou em virtude do nosso crescimento no seio da classe. Aumentou principalmente em virtude da destruição dos grandes movimentos de massas, do PCB e do trabalhismo em seus diversos matizes. No proletariado, tinha-se criado um vácuo político que só a longo prazo, e certamente não mediante o simples crescimento de um pequeno grupo, poderia ser preenchido. Por isso a pergunta do companheiro, no sentido do porquê não tomamos a liderança do movimento de massas em 1967/68, me parece aleatória.

Estou convicto de que a PO (como grupo análogo), em toda a sua existência até agora, não passava e não podia passar de uma organização de propaganda de uma linha revolucionária no seio do proletariado. Essa era a sua função natural, que podia enfrentar sem perder senso da realidade. As ações que realizamos e as lutas que travamos não dão para mudar esse quadro. A quantidade aí é tão modesta que não chega a dar o ambicioso salto para a qualidade. Nunca estivemos em condições de realizar aquele tipo de “trabalho de massa” que o companheiro agora descobriu no exílio. Evidentemente, “trabalho de massa” soa bem e enche a boca, mas verdade é que toda a chamada “Esquerda Revolucionária” reunida não atinge as massas de explorados do país. Sempre defendemos o ponto de vista de que tínhamos de concentrar nossos esforços sobre determinados setores decisivos, cujo comportamento repercute

sobre a classe. E mesmo nesses setores dependíamos de uma camada mais avançada de liderança local.

O companheiro, nesta altura, talvez esteja sorridente, exclamando: “Eu não disse que eram propagandistas!” — já nos tinha dito também a sua opinião sobre o “propagandismo” e dedicado uma página ao papel da propaganda no leninismo. Permita-me que cite, para o caso de você não ter guardado tudo de memória:

Para quem quer que tenha lido com um mínimo de atenção a história da Revolução Russa fica evidente que, embora tenha sido extremamente importante a luta ideológica contra o revisionismo e o populismo, ela só ganhou sentido ao subordinar-se à luta política, a atividade central dos bolcheviques no momento, que consiste na mobilização concreta dos setores do proletariado, soldados e camponeses pelo poder dos *soviets*. Na medida em que esses setores adotam a plataforma de luta dos bolcheviques, eles **esclareciam** o caráter reacionário do governo provisório, **desmistificavam** seu caráter de classe, **mostravam** a alternativa proletária. O instrumento político central para propaganda da linha proletária constitui numa plataforma de reivindicações — o fim da guerra —, a entrega das terras aos *soviets* camponeses, a nacionalização dos bancos, o controle operário, o poder aos *soviets* etc. — com aplicações específicas segundo a conjuntura (“fora com os ministros burgueses”, por exemplo). Mas tampouco o principal foi a propaganda dessa plataforma. Foi a capacidade dos bolcheviques de **impulsionar** praticamente essas lutas — de controle operário, de ocupação das terras, de exercício parcial do poder por comitês de fábricas, de soldados, de *soviets* — que esclareceu o **caráter reacionário** do Estado burguês e garantiu o êxito da política de propagandistas.

Perguntamos ao companheiro Raul Vila, que no mesmo artigo se queixa da verborragia num documento recente da PO: se essa sua definição de propaganda no leninismo não for pura verborragia, o que é então?

Em primeiro lugar, o companheiro toma uma situação revolucionária na história das lutas de classes russas, que levou à primeira revolução proletária vitoriosa, e pretende comparar a função da propaganda naquela ocasião com o papel que ela desempenha na realidade atual (e passada) brasileira. É querer comparar o andar de um homem na plenitude da sua força com o embalar de uma criança. Não só que não conhecemos, nem de perto, um nível compatível de lutas de classes no Brasil, como também nunca tivemos, pelo menos aproximadamente, um movimento, um movimento de massas revolucionário, seja na cidade, seja no campo. Pelo que parece, para o companheiro, o leninismo começa em 1917. Lenin, antes da luta direta pelo poder, não era leninista? Não seria mais justo para o nosso caso estudar também o papel de Lenin na época em que ainda lutava pela formação do partido proletário, na fase em que ainda não podia mobilizar massas para o “controle operário”, a “ocupação das terras” e o “exercício parcial do poder por comissões de fábrica, de soldados e de civis”? Isso pelo menos teria a vantagem de talvez compreendermos por que os bolcheviques chegaram a liderar uma revolução vitoriosa. E o companheiro encontra esse Lenin, entre outros, em *O que fazer?*, livro que gostava tanto de citar no passado.

Embora seja forçada qualquer comparação da situação russa em 1901/02 com a do Brasil dos anos 1960 e 1970, fica clara a importância que Lenin dá à propaganda revolucionária na transformação qualitativa do proletariado e na criação do Partido. As chamadas “Ligas de Combate”, que se criaram nos centros industriais do Norte e Sul da Rússia, ele considerava “círculo de propaganda”. Essa definição, originalmente, nada

tinha de pejorativo. Caracterizava uma fase do desenvolvimento revolucionário russo que tinha que ser percorrida. Lenin mesmo tinha militado em dois desses círculos, um em Samara, outro em Petersburgo. Combatia essa forma de organização quando a considerava superada, quando julgava poder passar da organização de propaganda a uma ação revolucionária, e isso se deu de fato em 1903, com a fundação do Partido Social-Democrata Russo.

Pode-se afirmar que entre nós tenha havido um desenvolvimento semelhante ou equivalente? Que os nossos grupos da Esquerda Revolucionária tenham atingido e formado politicamente o nosso proletariado? Que a situação esteja madura para a formação do partido revolucionário da classe operária brasileira?

Em segundo lugar, para combater melhor o “propagandismo”, o companheiro identifica deliberadamente propaganda revolucionária com exposições de motivos teóricos. O que o companheiro cita como prova do nosso “teoricismo propagandístico” do *Aonde vamos?* são trechos tirados de um documento de discussão entre comunistas. Admito que o companheiro poderia ter sido mais feliz na sua escolha. Assim, por exemplo, certa época, todos os manifestos e declarações políticas saídas em São Paulo terminavam invariavelmente com a palavra de ordem: “Viva a classe operária independente”. Custou bastante para convencer os companheiros de que não era com tais formulações que se conseguia a independência da classe operária. Desafio, entretanto, o companheiro a citar um único manifesto de agitação e propaganda, saído do CN ou da Coordenação Operária, que esteja redigido como documento teórico.

Em terceiro lugar, o companheiro cria uma contradição igualmente artificial entre “propaganda” e “política”. Artificial, porque não há política (pelo menos revolucionária) sem propaganda. Sem propaganda os nossos conceitos políticos não

podem penetrar nas massas. O que o companheiro quer dizer, entretanto, é que em vez de fazer propaganda devíamos fazer política. Mas com isso chegamos novamente ao terreno das relações entre propaganda e ação, ao terreno das relações de forças e ao apego à realidade material.

Só quero lembrar ao companheiro que as mudanças de forças existentes não dependem de receitas políticas boladas na cabeça. O exemplo mais flagrante fornece o próprio companheiro, que não deixa de ser um “propagandista” só porque aderiu à linha política das lutas democráticas. A única coisa que mudou é que o companheiro agora faz propaganda em torno de objetivos democráticos, procurando levá-los para dentro do proletariado. Nas relações entre “vanguarda” e “massa”, isso nada alterou.

Não quero, porém, encerrar esse capítulo sem observar que mesmo o quadro que o companheiro fornece da situação de 1917 na Rússia é tão forçado quanto confuso. O companheiro, que tanto aconselhava o estudo da história da Revolução, devia saber que a famosa consigna “todo o poder aos *soviets*”, quando inventada em abril de 1917, não passou de uma palavra de ordem propagandística. Visava à formação de um governo de transição, composto de mencheviques, socialistas revolucionários e bolcheviques representados no *Soviet* (por isso a posterior, “abaixo com os 10 ministros capitalistas”, que visava separar os dois partidos de esquerda dos seus parceiros burgueses no governo de Kerensky). A palavra de ordem foi abandonada em consequência das jornadas de junho, quando o *soviet*, dominado por mencheviques e socialistas revolucionários, tinha se tornado um instrumento do governo provisório. Mas, foi retomada como palavra de ordem de ação em outubro, depois dos bolcheviques terem conquistado a maioria no *soviet* de Petrogrado e de outros centros industriais. “Todo o poder aos *soviets*” tornou-se o grito de guerra da insurreição proletária.

Em todo o caso, agradecemos ao companheiro o trabalho da lição sobre o leninismo. Depois da anterior, que nos deu sobre Estratégia e Tática e na qual atribui formulações a Lenin que este nunca fez, trata-se evidentemente de novo enriquecimento da teoria revolucionária não doutrinária.

Cabe aqui a pergunta, companheiro, por que essa falta de seriedade de argumentação, que é certamente um fenômeno novo para nós? Será que o caminho para a direita não se poderia dar de maneira mais digna? Que se trata de um caminho para a direita está hoje óbvio. Basta ver os seus rumos dos últimos anos. O companheiro os iniciou afirmando que a “luta pelos direitos democráticos” estava em conformidade com a política da Organização. Quando esta o desmentiu, o companheiro declarou que se tratava de uma divergência “tática”, manifestando a esperança de uma próxima mudança nesse sentido, para que pudesse juntar-se novamente à luta comum. Hoje renega praticamente todos os fundamentos da PO e declara a sua falência. A resposta à pergunta talvez se encontre numa velha lei quase física, na vida política, que diz que um coice à esquerda ajuda ao deslocamento para a direita.

O que talvez mais nitidamente mostre este movimento para a direita é a sua entrada no coro daqueles que há muito afirmam que a PO “não tem tática”. Para afirmar isso, o companheiro tinha de esquecer muita coisa. Tinha de esquecer as divergências táticas das quais participou, a começar pela crise de 1961, aos movimentos de greve em São Paulo e no Rio, em relação ao Parlamento e ao Presidencialismo, da tática eleitoral etc. etc., podem ter sido táticas boas ou más, certas ou erradas. Afirmar, entretanto, que não tínhamos táticas não convence ninguém que participou das lutas.

Para os reformistas e populistas, nós “não tínhamos tática”, pois não apoiávamos a “burguesia nacional” nem as “forças progressistas do governo”. Não integrávamos os esquemas políticos existentes e não “fazíamos” política com

eles. Como “tática política” só reconheciam os padrões pequeno-burgueses deles. A questão atingiu um auge em 1966, nas eleições, quando pregamos pela primeira vez o voto nulo. Evidentemente, isso não era uma tática eleitoral para uma esquerda que, na Guanabara, por exemplo, praticamente todas as organizações à esquerda do PCB e do PCdoB descobriram a tática eleitoral do voto nulo e o ponto de atrito desapareceu — até 1974.\* Desde então coincidiu que nós novamente “não tínhamos tática”.

Tampouco a ser levada a sério é a acusação de foquismo, que o companheiro está repetindo agora. Devo dizer-lhe, porém, que não me sinto à vontade de acompanhá-lo no terreno que escolheu. Espero que a sua despreocupada exposição de “fatos” não se torne peça de acusação contra pessoas que, de maneira direta ou indireta, ainda estão ao alcance da ditadura militar. Só quero verificar aqui que:

- a PO nunca tomou compromisso de apoiar levantes locais em nenhum lugar do Brasil;
- a PO somente depois da passagem do governo Castelo Branco a Costa e Silva chegou à conclusão que o momento político para uma guerra de guerrilhas tinha passado;
- a linha estratégica da PO não partia da guerra de guerrilha, mas subordinava uma possível guerra de guerrilha à luta de classes nas cidades e à insurreição proletária (o que não era propriamente uma concepção guevarista).

---

\* A frase está truncada no original. Talvez Érico Sachs tenha querido dizer: “Evidentemente, isso não era uma tática eleitoral para uma [certa] esquerda. [Mas] na Guanabara, por exemplo, praticamente todas as organizações situadas à esquerda do PCB e o PCdoB descobriram a tática eleitoral do voto nulo e o ponto de atrito desapareceu — até 1974”. [Nota dos editores].

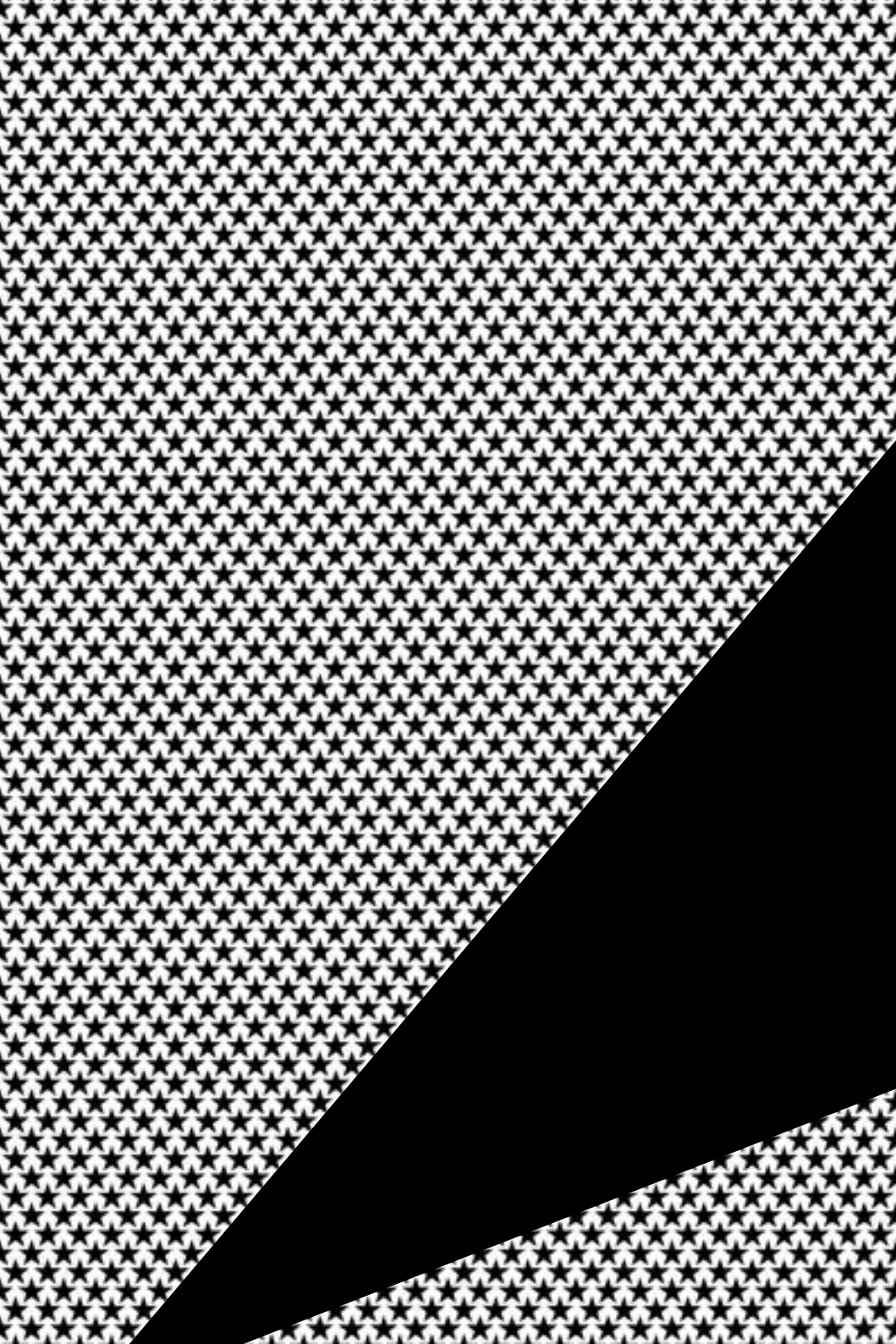
E para finalizar, no que diz respeito à “falência da PO”, declarada pelo companheiro, permita-me manifestar um prudente ceticismo. É verdade que a Organização está em plena crise, a pior que já sofreu em toda a sua existência. Creio ter mostrado aqui as suas causas e origens. Está dividida, hoje, não em duas, e, sim, em quatro frações, pelo menos. Temos que levar em conta ainda, além da maioria rachada, a cisão da ORM e o grupo do exílio, que edita o presente órgão. Mas o companheiro, que estudou tão assiduamente a história da Revolução Russa, deve saber que os bolcheviques, às vésperas da Revolução de Fevereiro, como partido organizado, tinham deixado de existir. Estavam divididos em muitos grupos autônomos, que agiam por conta própria, sem direção e orientação central. Foi o aparecimento do *Pravda*, depois de fevereiro, que uniu novamente o partido, ainda em bases políticas duvidosas. Foi somente com os debates em torno das *Teses de abril* que ressurgiu o Partido Bolchevique, que assegurou o seu lugar na história.

Não me entenda mal, companheiro. Citando esse exemplo não pretendo seguir agora o seu método de comparações históricas. Também não quero afirmar com isso que o Brasil já esteja se aproximando a passos largos de uma revolução proletária. Mas, mantendo as devidas proporções, quero dizer que organizações revolucionárias enraizadas na realidade das lutas de classes não sucumbem tão facilmente, têm muita tenacidade para sobreviver. Por isso temos a esperança que a crise seja superada. E não só que temos essa esperança, como trabalharemos nesse sentido. O companheiro, por sua vez, terá muitas ocasiões para investir contra a esquerda.

Antes de encerrar, deixe-me esclarecer ainda que é um profundo mal-entendido do companheiro supor que estejamos ofendidos e que não tenhamos sabido aceitar a sua separação. Posso assegurar-lhe que não temos absolutamente nada contra contatos pessoais nem contra debates em bases objetivas.

De resto, lhe desejamos muitas felicidades em sua carreira fora da PO. Fazemos votos também que nunca mais em sua vida o companheiro precise escrever semelhante “balanço” e semelhante autocrítica.

Saudações.  
Ernesto Martins.





# PARTE 3

# O RETORNO DO EXÍLIO: A TRANSIÇÃO DO PODER BURGUÊS E A FIRMEZA REVOLUCIONÁRIA (1980/1986)

Samuel Warth

Fustiguemos a carroça da história!  
À esquerda, à esquerda, à esquerda!  
*À Esquerda*, Vladimir Maiakovski (1918)

A luta pelo socialismo, como única resposta possível à  
miséria política burguesa, tem que ser iniciada nessa terra.  
*O nome e um programa*, Érico Sachs (janeiro de 1962)

Uma das condições para que o proletariado,  
como classe, se “decida” pela revolução socialista,  
é a certeza de que seus problemas não encontram soluções  
no quadro da sociedade atual. A grande massa aprenderá isso  
com a experiência de luta. A vanguarda operária e seus quadros  
já partem para a luta com essa premissa formulada e fundamentada.  
*Em que pé estamos*, Érico Sachs (fevereiro de 1982)

Desde 1978 o país foi tomado por crescentes ondas grevistas da classe operária, motivadas pela rápida perda do poder aquisitivo dos salários, então corroídos por uma inflação galopante. As greves estavam concentradas no ABC paulista, região de grandes fábricas automotivas onde um jovem operariado desafiava os limites da estrutura sindical, moldada pelo Estado

burguês e controlada por uma variada gama de pelegos à frente da máquina sindical.

No momento em que Érico Sachs retorna do exílio no exterior, em 28 de março de 1980, a conjuntura política no Brasil já se encontrava bastante dinâmica sob o ponto de vista da luta de classes. O movimento operário, sobretudo o metalúrgico, vinha retomando as lutas pela recuperação dos salários, organizadas a partir de lideranças sindicais mais combativas e por um contínuo trabalho das oposições sindicais, que atuavam prioritariamente nas bases fabris.

Neste mesmo ano, em abril de 1980, a greve dos metalúrgicos deflagrada na automotiva SAAB Scania, em São Bernardo do Campo, se espalhou pela região industrial do ABC paulista e por várias partes do país. Os metalúrgicos do ABC iniciaram um longo movimento grevista que teve a duração de 41 dias. O governo militar do general João Baptista Figueiredo se calçou na legislação varguista para intervir no sindicato de São Bernardo.\* Contudo, foi neste momento que a classe operária ensaiou um passo concreto para o rompimento histórico com o sindicato atrelado ao Estado, ao criar um fundo de greve na forma de uma entidade civil autônoma,\*\* cortando os laços com o imposto sindical, um dos principais meios pelo qual o Estado controla e burocratiza essa forma de organização.\*\*\*

Neste ano de 1980, a classe operária também se organiza em partido próprio, com a fundação do Partido dos Trabalha-

---

\* SACHS, Érico. Sindicalismo hoje. *Revista do Ceacult — Centro de Estudos e Atividades Culturais*, vol. 1, jan./fev. 1982. Disponível em: <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Sindicalismo-hoje.pdf>. Acesso em: 7 de abril de 2022.

\*\* MACEDO, Francisco Barbosa. *A greve de 1980: redes sociais e mobilização coletiva dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo*. 2010. Dissertação (Mestrado) — Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

\*\*\* SACHS, *op. cit.*

dores, que surge sob o emblema de “um partido sem patrões”. No ano seguinte, representantes de várias tendências sindicais participam da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, Conclat, em Praia Grande-SP, que viria a ser o embrião da criação, em 1983, da Central Única dos Trabalhadores, a CUT, por lideranças sindicais que estiveram à frente dos recentes movimentos grevistas.

Este é o cenário da luta de classes no retorno de Érico Sachs ao país. O movimento operário avançava com passos inéditos em sua história de lutas desde as últimas cinco décadas, abrindo uma perspectiva real da elevação do nível de consciência e organização da classe operária, para agir como classe consciente de seus próprios interesses, em oposição à burguesia. Para Érico Sachs, a estratégia da formação independente da classe operária se colocava como o passo fundamental na luta do proletariado pelo socialismo. Era preciso dar o salto de **classe em si** em direção à **classe para si** de que falava Marx em *Miséria da filosofia*.

Além de uma promissora classe operária em movimento, este curto e rico período histórico entre o retorno de Érico Sachs ao país, em 28 de março 1980, até sua morte, em 9 de maio 1986, foi caracterizado pela transição do regime militar para o chamado Estado Democrático de Direito. A ditadura militar, forma de Estado pela qual a burguesia exerce aberta e indiretamente a sua ditadura de classe, se esgotou em meio à crise econômica do capital nativo, agravada pela expansão da dívida externa, a inflação sem controle e um contexto econômico internacional desfavorável. A transição do poder militar para o civil, pactuado pela classe dominante para ocorrer inicialmente de forma “lenta, gradual e segura”, na direção de uma representação direta da burguesia, foi atropelada pelas greves operárias no centro industrial do país, o que na prática acelerou a mudança de forma do Estado.

Antes que surgisse um projeto alternativo de poder, a burguesia tratou de se abrigar em suas instituições de governo,

o executivo, legislativo e judiciário, procurando arrastar os trabalhadores para o seu jogo, como se os partidos políticos tradicionais, as instituições burguesas e seu Estado representassem todos e estivessem imunes ao poder econômico dos capitalistas. Na perspectiva do proletariado a democracia possui caráter de classe, pois nesta forma de Estado burguês a classe dominante exerce uma ditadura velada e direta\* sobre os trabalhadores.

Érico tinha uma compreensão profunda sobre essa conjuntura e já havia enfrentado o debate sobre os perigos da velha armadilha da conciliação de classes, do pesado jogo eleitoral dos partidos burgueses e de seu parlamento. Além disso, enxergava a abertura de uma oportunidade histórica para o necessário salto de qualidade no nível de consciência e organização independente da classe operária. A intervenção militante nessa realidade tinha exatamente o objetivo de influenciar os destinos da classe operária neste trem em movimento. “Fustigar a carroça da história”, nas palavras do grande poeta Maiakóvski. A tarefa inicial, então, estava por conta do esforço de reunir as forças revolucionárias existentes nos agrupamentos originados da POLOP e dispersos pelo país.

Revisitar o *Programa Socialista para o Brasil*, em **O PSB e a fase atual da luta de classes** (1980), era fundamental para discutir e confirmar a validade da linha estratégica da formação independente do proletariado diante dos desafios colocados pela nova conjuntura. “O proletariado deu passos decisivos em direção ao seu amadurecimento como classe — embora ainda se encontre no meio do caminho”, observou Érico, ciente das novas formas em que o populismo do passado poderia se transformar, cooptando a classe trabalhadora para seu projeto.

---

\* SACHS, Érico. Classes e Estado, democracia e ditadura. *Centro de Estudos Victor Meyer*, 2007. Disponível em: <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Classes-e-Estado.pdf>. Acesso em: 7 de abril de 2022.

Escrita em 1981, a **Introdução aos 20 anos da POLOP** aborda a plataforma inicial para a fundação da Organização Revolucionária Marxista — Política Operária, registrando que “(...) o que originou e motivou os grupos nas diversas partes do país foi a sua oposição à política de colaboração de classes dos partidos oficiais — PCB, PSB e, evidentemente, PTB”. Acrescentou que a coesão daquele grupo de jovens reunidos nos idos de janeiro de 1961, em Jundiá, para fundar a POLOP havia “o consenso de que ‘qualquer futura revolução no Brasil será socialista ou não será revolução’”. Mais do que uma carta de princípios, o amadurecimento da interpretação da realidade brasileira e internacional deve se basear na análise marxista da luta de classes, de maneira a evitar que “a vontade subjetiva do revolucionário se sobreponha à realidade existente”.

Em **Preparar o Ativo Nacional**, de agosto de 1981, Érico Sachs se dirige aos quadros da Política Operária e expressa a preocupação de romper com o ativismo, no sentido de que a prática militante não apenas acompanhe as lutas diárias da classe operária, mas se dedique ao enraizamento das posições socialistas no interior da classe, premissa para a elevação do seu nível de consciência. Neste mesmo sentido, no esforço de reunificar os grupos dispersos pelo país identificados com a POLOP, **Em que pé estamos**, de fevereiro de 1982, faz um balanço das novas condições de luta de classe no país e discute o papel que uma organização de vanguarda pode desempenhar.

Os textos anteriores servem de antessala para o ponto alto da elaboração de Érico Sachs sobre a fusão do marxismo com movimento operário, trazendo uma análise da relação entre a organização de revolucionários e a camada mais avançada da classe operária. **Partido, vanguarda e classe** (1982) mergulha na experiência histórica do movimento revolucionário, trazendo à luz, assim, um debate fundamental para a militância marxista como a formação dos partidos de massa e o papel da vanguarda revolucionária, além de alertar para as ciladas do

reformismo. Em **Que podemos esperar das eleições?** (Junho de 1982), a degenerescência do Partido dos Trabalhadores já era reconhecida, visto que o partido estava “inundado e submerso por uma onda eleitoralista das mais primárias, que parece desmentir as suas origens e as premissas sob as quais foi fundado”. Porém, devido à “presença dessas classes trabalhadoras, que ainda não aprenderam fazer sentir o seu peso dentro das fileiras partidárias”, Érico ainda não havia perdido a perspectiva de que esse poderia ser “um ponto de partida para uma futura volta às origens”. O PT ainda permanecia como um “instrumento necessário para uma mobilização política das massas trabalhadoras no país”.

**Andar com os próprios pés** (fevereiro de 1985) analisa o processo histórico de retirada do regime militar do governo, na qual o Congresso se torna o centro de decisões seguro para a burguesia, alijando qualquer forma de oposição radical e operando a transição de poder pelo alto. A campanha por eleições diretas para presidente e a formação de uma assembleia constituinte são as formulações que atendem a esse projeto das classes dominantes. Para Érico, é necessário combater as ilusões democráticas e armar criticamente a classe trabalhadora.

**Os trabalhadores e a Constituinte** (agosto de 1985) é o último texto escrito por Érico antes de seu falecimento, em 9 maio de 1986, em consequência da diabetes e hipertensão. Foi publicado no boletim da Fundação Wilson Pinheiro, órgão de formação e propaganda do Partido dos Trabalhadores do qual participava ativamente. Aqui, novamente, Érico traz à luz a experiência histórica do movimento operário para demonstrar que a ordem legal burguesa está assentada em seu poder material, nas suas forças armadas e em todo o aparato de Estado que configura a força real de qualquer lei, de qualquer constituição. Nessas circunstâncias, mais uma vez, a classe trabalhadora deve distinguir os seus interesses daqueles da classe dominante. Em outras palavras, não há espaço para ilusões

com a trama jurídica e legal burguesa: a força da organização e a capacidade de luta da classe trabalhadora — e não a lei — é que sustentam as suas reivindicações e suas conquistas.

Todos os textos acima, agora colocados à disposição do leitor, representam uma análise crítica de um período histórico de grande relevância na luta de classes em nosso país, cujos reflexos estão presentes até os dias de hoje, sendo indispensáveis para a compreensão do movimento operário e sua atual trajetória. São textos escritos com o comprometimento da ação revolucionária, na expectativa de que a classe operária encontre o caminho da luta aberta e indisfarçada pelo socialismo. Esse é o grande legado da obra de Érico Czaczkes Sachs, que na melhor tradição do marxismo militante dedicou a sua vida à luta da classe operária pela abolição da escravidão assalariada e do jugo do Capital.

# O PSB E A FASE ATUAL DA LUTA DE CLASSES\*

Todo programa político tem o seu papel limitado pela situação objetiva dentro da qual foi elaborado. Quando há mudanças qualitativas dessa situação, isto é, do nível da luta de classes, o programa pode deixar de responder aos problemas colocados pela luta diária. Isso não diz respeito, geralmente, aos objetivos finais do movimento, e, sim, à análise da situação presente, às perspectivas a curto e médio prazos e às suas consequências táticas e mesmo estratégicas.

O PSB não escapa a essa regra. Elaborado há mais de 15 anos — no início da ditadura militar —, influenciou, em grau maior ou menor, uma nova esquerda, independentemente se o aceitava ou rejeitava. Hoje estamos perante a necessidade de reavaliar a situação, o nível da luta de classes no país e a atualidade do PSB.

Quinze anos de ditadura aberta mudaram algo na face desta terra. Não solucionando nenhum dos problemas que levaram ao golpe militar de 1964, aprofundaram as contradições latentes no seio da sociedade brasileira. Houve, antes de tudo, uma forte expansão das forças produtivas, que teve como consequência um crescimento da classe operária em termos relativos e absolutos. Esse crescimento não foi meramente quantitativo. O proletariado deu passos decisivos em direção ao seu amadurecimento como classe — embora ainda se encontre no

---

\* Texto de Érico Sachs publicado em dezembro de 1980 como introdução para a publicação do *Programa Socialista para o Brasil (PSB)*, em de março de 1981. A primeira publicação do PSB foi em setembro de 1967.

meio do caminho. Mas fato é que o populismo, como sistema e estrutura política, desmoronou e não ressurgirá nos antigos padrões. A derrocada do populismo não levou a grande massa do nosso proletariado à procura de novos caminhos políticos — nesse sentido se criou, antes, um vácuo. A luta está hoje, em sua maior parte, em nível econômico, isto é, sindical. Já se criou, entretanto, uma situação em que a luta pela liberdade sindical — que em 1965 ainda não passava de uma palavra de ordem propagandística e educativa — se torna uma premissa indispensável para a mobilização política da classe. Este terá que ser o próximo passo.

Nesse sentido, a linha estratégica do PSB, que consiste em fomentar e fazer avançar o processo objetivo da criação da classe operária independente foi plenamente confirmada. O problema hoje consiste em levar em conta as circunstâncias concretas dentro das quais o fenômeno se dá, para poder elaborar uma linha política correspondente.

Outra questão que se coloca é reavaliar a situação do Brasil dentro do contexto do capitalismo mundial, isto é, as formas concretas sob as quais o domínio do imperialismo é exercido neste país. As questões do subdesenvolvimento e da dependência, que em grande parte ainda são tratadas como lugares comuns, hoje exigem definições mais precisas. A expansão econômica da década de 1970 deu ao país um papel de destaque no mundo subdesenvolvido. Por outro lado, a prática política do regime militar mostrou que também países dependentes não se submetem docilmente às exigências de uma potência imperialista. Isso chegou a surpreender muita gente, mas, para nós, a definição de “cooperação antagônica” ficou comprovada. Hoje, trata-se de dar conteúdo à definição, à base da experiência dos últimos anos.

Finalmente, neste contexto, é preciso constatar que os autores do PSB facilitaram muito a tarefa quando falaram do “bloqueio” do desenvolvimento capitalista no Brasil e toma-

ram a política econômica do regime militar como sintoma de “estagnação”. É verdade que o PSB não estava sozinho com esta interpretação; economistas como Celso Furtado incorreram em erro análogo. O que facilitou esse equívoco foi o fato de a crise cíclica de 1963/66 ainda não ter sido superada. Isso, em grande parte, foi responsável pelo nosso despreparo frente ao “milagre econômico”.

No campo, as mudanças não são menos significativas. A contínua penetração de métodos capitalistas na agricultura, a generalidade do fenômeno dos “boias-frias”, prepara o terreno para lutas sociais em escala inédita no país. Ajuda a destruir as velhas estruturas do coronelismo e aproxima as formas de luta dos trabalhadores rurais aos do proletariado urbano. Desde já, o sindicalismo está presente em regiões do interior e os sindicatos rurais farão parte de uma futura Central Única dos Trabalhadores.

O desenvolvimento das lutas de classes no campo, todavia, ainda é contraditório. Em primeiro lugar, as diferenças regionais ainda são maiores do que no setor industrial. Em segundo lugar, o desenvolvimento é mais lento do que nas cidades. Apesar disso, contém um potencial explosivo latente, principalmente no Nordeste. Para adaptar o Programa à nova situação, impõe-se um estudo mais detalhado e aprofundado das peculiaridades regionais e setoriais da nossa agricultura. Nada mudou, evidentemente, o nosso objetivo estratégico de uma Frente Única dos Trabalhadores da Cidade e do Campo.

Não devemos perder de vista também que o desenvolvimento da última década e meia produziu uma mudança nas relações de forças existentes no seio da aliança das classes dominantes. O peso e a influência do latifúndio continuaram a diminuir em relação à indústria e ao capital financeiro. A ditadura militar em si é um terreno pouco propício para a defesa de interesses específicos de setores da classe dominante. A ditadura aberta defende, por excelência, os interesses do setor do-

minante, da grande burguesia. Entretanto, mesmo a volta das formas democrático-burguesas de governo não restabeleceria as antigas relações de forças de antes de 1964. A expansão do setor industrial criou fatos consumados que impediriam isso.

No que diz respeito às relações internacionais, podemos verificar um quadro semelhante de mudanças dentro de uma continuidade básica.

O confronto latente entre dois sistemas sociais, o do Ocidente capitalista e imperialista e o do campo socialista, continua a representar a contradição fundamental da política mundial.

No campo imperialista houve certas mudanças quantitativas. As potências europeias reunidas na Comunidade Econômica\* conseguiram fortalecer seu potencial econômico e diminuir a distância que as separava do norte-americano. Durante as últimas duas décadas, a produtividade da indústria europeia-ocidental cresceu em ritmo mais acelerado do que a norte-americana. Embora os EUA ainda conservem a dianteira, a diminuição dessa distância chegou a provocar a crise do dólar, a desvalorização maciça da moeda norte-americana. O consequente aguçamento da concorrência no mercado mundial levou, por sua vez, ao restabelecimento parcial de barreiras protecionistas.

Assim mesmo, a hegemonia norte-americana no bloco ocidental e na Otan não está posta em questão. As potências europeias podem hoje pressionar com mais força pela defesa dos seus interesses no seio da Aliança, mas elas têm plena concordância de que dependem do potencial militar norte-americano para a sobrevivência como economias capitalistas.

---

\* Comunidade Econômica Europeia (CEE), organização internacional criada pelo Tratado de Roma, em vigor desde 1958, que congregou países, França, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, Holanda e Luxemburgo, com objetivo de estabelecer um mercado comum europeu. [Nota dos editores].

A crise do petróleo, isto é, a negativa dos países produtores de petróleo de fornecer às nações industriais o seu produto a preços baixos, revelou publicamente a dependência do Ocidente em relação ao fornecimento de matérias-primas. O petróleo, entretanto, somente precipitou a crise cíclica de 1973/76, sendo esta a mais grave do capitalismo mundial no pós-guerra. Até hoje não está superada inteiramente, dando lugar à estagnação em diversos países. Os próprios EUA já enfrentam nova crise. Entretanto, seria precipitado esperar que essa situação beneficie automaticamente as forças revolucionárias nos países industriais. Até agora só beneficiou a direita, como mostra, entre outras, a eleição nos EUA.

O campo socialista conseguiu se expandir nestes últimos 15 anos. O imperialismo norte-americano foi derrotado no Vietnã. Iêmen do Sul, Moçambique e Angola juntaram-se ao campo. E a revolução etíope tomou o caminho socialista. Assim mesmo, o campo socialista também não está livre de crises internas, embora de caráter diferente. Há uma crise estrutural, que irrompeu abertamente na Polônia e que se deve à resistência latente da classe operária contra a tutela burocrática que já se tornou um entrave para a maioria dos países socialistas.

A crise mais grave, porém, consiste na divisão do campo socialista. As contradições entre as suas maiores potências, a URSS e a China, romperam a frente única anti-imperialista em escala mundial e favorecem objetivamente as forças de sustentação do capitalismo internacional. Esse fenômeno não desmente a polarização do mundo em dois campos antagônicos, o imperialista e o socialista. A China só pode desempenhar atualmente seu papel de aliada potencial dos EUA contra a União Soviética, aproveitando-se da contradição existente para uma política imediatista e de curta visão. Embora não acreditemos que essa constelação de forças em escala mundial seja definitiva, o PSB tem que entrar nesse assunto imprevisível no passado.

A parte do Programa que trata das recomendações táticas certamente é a mais desatualizada. A proposta da FER, por exemplo, da Frente da Esquerda Revolucionária, visava quebrar o monopólio do pelego-comunismo sobre o proletariado. A própria história se encarregou disso. Hoje esse monopólio está quebrado e as tarefas já são outras.

Não conseguimos, na realidade, materializar a FER. A culpa certamente não foi nossa. Não encontramos receptividade para esse gênero de luta nas organizações — o PCdoB e o MRT — que naquela época poderiam compor conosco. O que ficou desses aliados potenciais de então, hoje, está no campo democratista e isso não é pura coincidência. De resto, embora em circunstâncias completamente diferentes, uma espécie de frente de esquerda realizou-se espontaneamente no PT — embora não abranja todo o PT. A esquerda em si, inclusive aquelas frações que no passado consideramos esquerda revolucionária (ER), por sua vez, está passando por um processo de reagrupamento. Uma parte praticamente não sobreviveu; outra foi e continua indo para a direita. O que hoje existe em matéria de grupos e grupúsculos certamente não representa a última palavra da esquerda brasileira.

Sobre o capítulo da guerrilha, como instrumento de luta revolucionária, já tivemos ocasião de observar que ocupa um lugar de destaque em demasia no Programa. Isso foi resultado das lutas internas de então, principalmente com a ala debrayista.

Hoje, o Programa deve avaliar a experiência da luta de guerrilha em Cuba e na Nicarágua, entre outras, mas a atual situação brasileira não coloca o problema na ordem do dia. Importante seria um balanço da nossa experiência com a chamada “guerrilha urbana”, que sacrificou uma geração de revolucionários e que contribuiu para o esfacelamento das organizações operárias durante a clandestinidade.

Concluindo, podemos dizer que a linha estratégica elaborada no PSB continua válida. É de se admirar, talvez, o fato

de uma parte tão grande do Programa ter resistido ao tempo. Mas, assim mesmo, o Programa não responde mais às nossas necessidades atuais e futuras. Isso tem de ser remediado se quisermos que o PSB desempenhe seu papel da mesma forma como fez no passado.

# INTRODUÇÃO AOS 20 ANOS DA POLOP\*

Há vinte anos, entre 16 e 19 de janeiro de 1961, um grupo de jovens, em sua maior parte em torno de 20 anos, estava reunido em Jundiaí para fundar a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária, conhecida também durante os anos futuros como POLOP.

O Congresso de Fundação foi iniciativa de um grupo do Rio que, desde 1959, editava um boletim quinzenal, *Política Operária*. O grupo do Rio se tinha originado da Juventude do Partido Socialista, tornando-se independente por não endossar a candidatura do Marechal Lott à Presidência da República. Alugou uma sede própria, onde se reunia para conferências e debates. Com a publicação do boletim, atingiu grupos de jovens nos estados. Em São Paulo, existia um grupo que se considerava luxemburguista; em Minas, uma Juventude Trabalhista. Os contatos rapidamente se estenderam pelo país afora. Bahia, por exemplo, participou das discussões com dois grupos, um em Ilhéus, outro em Salvador. Dentro de pouco tempo, criou-se o consenso da necessidade de formar uma organização nacional.

O Congresso de Jundiaí foi o primeiro resultado desses debates e, por sua vez, inaugurou uma série de discussões, agora já em nível diferente — o de uma organização.

---

\* Texto escrito por Érico Sachs para a apresentação da edição especial da revista *Marxismo Militante*, comemorativa dos 20 anos da POLOP, janeiro de 1981. Cotejado com documento original datilografado. Texto disponível em: <http://centrovictormeyer.org.br/>. Acesso em: 27 de outubro de 2022.

Nem todos os participantes do encontro de Jundiá ingressaram na Organização, mas as abstenções eram individuais. Os grupos levaram a obra adiante. Infelizmente, não há protocolo nem outro material escrito do Congresso de Fundação. O que se salvou foi a carta convocatória, que serviu como base de discussões e que aqui publicamos como primeira matéria. Uma ideia mais completa do nível teórico da Organização na época da sua fundação são as resoluções do II Congresso, realizado um ano mais tarde em São Paulo e cujos trechos mais significativos estamos republicando.

Em que consistia de início a plataforma da POLOP? Procuraremos esboçá-la sucintamente.

Em primeiro lugar, o que originou e motivou os grupos nas diversas partes do país foi a sua oposição à política de colaboração de classes dos partidos oficiais — PCB, PSB e, evidentemente, PTB. O aprofundamento dos debates levou à rejeição das teses pecebistas sobre o caráter burguês-democrático da Revolução Brasileira, do passado feudal do Brasil — passado que ainda sobreviveria — e do pretensão anti-imperialismo da burguesia nacional. O que reuniu os grupos foi justamente o consenso de que “qualquer futura revolução no Brasil será socialista ou não será revolução”.

Esta colocação levou, em seguida, à tentativa da definição das classes na sociedade brasileira. Os debates levaram a definir as classes dominantes do país como uma aliança entre capital industrial, bancário e latifundiário com o imperialismo. Aliança esta com contradições internas, na qual, porém, predomina o interesse comum da conservação do domínio e da defesa da ordem existente.

No outro polo da sociedade já existia um proletariado industrial em crescimento, produto das diversas ondas de industrialização que, em virtude do desenvolvimento peculiar da história do pós-guerra, ainda não fez sentir seu peso real nas lutas políticas e sociais. Era esse proletariado — entre nós,

como em qualquer outro país capitalista — destinado a conquistar a hegemonia no futuro processo revolucionário. Ao lado desse proletariado urbano existia a imensa reserva dos trabalhadores do campo. Trata-se das classes economicamente exploradas que criavam as riquezas da nação e que sustentavam a sociedade toda. A frente única desses trabalhadores da cidade e do campo é a premissa para um desafio à ordem e à sociedade existentes.

Entre esses polos existe uma classe média nas cidades que não era homogênea nem atuava como classe para si. Naquele momento constituía o berço das ideologias nacionalistas e desenvolvimentistas, isto é, dos diversos matizes da ideologia de colaboração de classes. Com a ascensão de um movimento operário independente e de uma Frente dos Trabalhadores, uma fração crescente da classe média (principalmente a assalariada) seria atraída e poderia ser integrada.

Evidentemente a análise da realidade brasileira não parou aí. Constituiu, porém, o ponto de partida para uma interpretação da história mais recente, principalmente desde a Revolução de 1930, o Estado Novo e a República do pós-guerra. Por outro lado, permitiu a primeira elaboração de uma linha estratégica e tática. Os documentos do II Congresso o testemunham.

No plano internacional, eram dois os problemas que nos ocupavam principalmente:

1) A análise do imperialismo, que desde os tempos de Lenin e Luxemburgo não tinha parado de crescer e adquirir traços novos. O pós-guerra tinha mostrado que as grandes potências ocidentais não precisavam mais (nem podiam mais) solucionar as suas contradições por meio de guerras interimperialistas. Tampouco dependia agora a existência do imperialismo do exercício de um domínio colonial direto. Tratava-se de dois axiomas de qualquer análise do imperialismo de antes da guerra.

O que nos ajudou a interpretar esse novo aspecto do desenvolvimento do imperialismo foram os trabalhos de August Thalheimer,\* que antes da sua morte, no seu exílio em Cuba, já constataria que o mundo imperialista entrara, com o desfecho da Segunda Guerra Mundial, numa fase de “cooperação antagônica” — com todas as suas consequências econômicas, políticas e militares — face à expansão do campo socialista e ao processo revolucionário mundial.

2) No que diz respeito ao cenário mundial, a POLOP considerou-se, desde o princípio, herdeira e continuadora das tradições da Internacional Comunista da época de Lenin, isto é, até o IV Congresso. Rejeitou a política posterior da Internacional quando ela se tornou campo de manobra das facções rivais do PC soviético, caindo sob o domínio e a dependência da facção vencedora, a stalinista. Rejeitou igualmente a política da fase posterior, a das chamadas “frentes populares”, quando a Internacional vegetou em função e à mercê da política externa da URSS. Também nesse campo podíamos nos apoiar nos trabalhos anteriores de Thalheimer, que antes da Segunda Guerra já se empenhava pela libertação do movimento comunista do domínio e da influência das facções do partido russo. Defendia que as visões e as fórmulas criadas durante as lutas de facções soviéticas não davam mais para interpretar as lutas de classes em escala internacional. Mesmo a plataforma comunista, tal como foi criada na época de Lenin, tinha de ser adaptada de maneira criadora e desenvolvida conforme as particularidades

---

\* August Thalheimer foi discípulo de Rosa Luxemburgo, expoente do socialismo alemão quando se formou a “Liga de Spartakus” no decorrer da Primeira Guerra. Em janeiro de 1919, Thalheimer participou da fundação do Partido Comunista Alemão (KPD, de acordo com a sigla em alemão), juntamente com Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht, Leo Jogiches, Ernst Meyer, Paul Frölich e outros.

Ver em <http://centrovictormeyer.org.br/acervos/arquivo-thalheimer/>. Acesso em: 27 de outubro de 2022. [Nota dos editores].

de cada país e de cada fase de luta. As experiências da Revolução Russa, por si só, não podiam responder aos problemas que a continuação das lutas em escala mundial levantava.

Essa visão, na medida em que penetrou na Organização, imunizou pelo menos sua maioria contra as tentações em voga nos últimos anos. Distanciamos-nos tanto do stalinismo como do trotskismo como teorias (e mesmo do “bukharinismo”, como um observador argucioso pretende ter descoberto). E resistimos igualmente ao maoismo ou castrismo, como método e sistema. Vimos em todos os países aliados latentes na luta pela revolução mundial e em cada nova revolução uma fonte de experiências novas, mas rejeitamos qualquer submissão a um centro internacional e qualquer convite de copiar “modelos” surgidos em condições e épocas diferentes. Desde o início defendemos que o centro das decisões de como travar a luta de classes no Brasil tinha de estar localizado no país. Tínhamos de nos empenhar para criar tal centro de decisões — o partido revolucionário.

Finalmente, havia outro problema que dominava os debates e as análises da POLOP. O fato de nós o citarmos em último lugar não quer dizer que seja o menos importante. Talvez até devêssemos tê-lo colocado na cabeça desta pequena introdução. Trata-se do problema do método da abordagem e do enfrentamento dos problemas da luta de classes. Evidentemente, todos que se tenham como marxistas afirmam que seu método é materialista e dialético. Por isso mesmo, nós nos empenhamos para dismistificar as palavras, para libertá-las do caráter de chavões e restabelecer seu conteúdo. Servindo-nos de uma linguagem simples, método materialista, na prática da militância, significa usar a cabeça para traduzir uma realidade existente e adaptar nela a experiência viva da luta. Não significa querer usar a cabeça para inventar sistemas, esquemas ou “estratégias”. E o lado dialético desse materialismo consiste na compreensão do processo todo, de cada momento da

luta e de cada mudança da situação. Evita que formulações de determinado momento ou fase de luta sejam generalizadas ou aplicadas sem critério a outras, já diferentes. Evita que a vontade subjetiva do revolucionário se sobreponha à realidade existente. Isso tem que ser aprendido tanto na teoria como na prática. Nem sempre a Organização conseguiu movimentar-se dentro desses padrões. Em fases posteriores, cuja apreciação ultrapassa os limites desta introdução, o método materialista foi abandonado. Hoje assistimos a uma volta às origens. Só podemos estimar que a publicação destes documentos, já históricos, ajude a retomar a bandeira.

# PREPARAR O ATIVO NACIONAL\*

A realização do Ativo tornou-se uma necessidade premente para a Organização. Em todas as seções, o dinamismo da prática, que expressa a retomada dos nossos elos com o movimento operário vivo, impõe hoje uma série de problemas a resolver. O problema principal reside na qualidade da atividade, no fato de que esta atividade se encerrou nos limites das preocupações mais imediatas, sem a visão dos horizontes mais amplos e a perspectiva clara da finalidade. Em outros termos, não procuramos, juntamente com a atividade prática, desenvolver a propaganda socialista, que pudesse “elevar a camada mais avançada da classe operária até o nível do Programa”. Sem dúvida, estávamos limitados para este trabalho de propaganda, seja qualitativa, seja quantitativamente. Mas o fato é que não nos mobilizamos com a presteza necessária para sanar esta falha — isto, bem dito, de modo sistemático. O resultado foi lógico: borraram-se as fronteiras que nos separam, enquanto grupo de comunistas, dos setores mais avançados da classe operária.

Caso ilustrativo é o do ABC. Apesar de nossos quadros terem conseguido se transformar em lideranças locais, em pouco ou nada avançou a penetração de posições socialistas entre os contatos operários. Contribuímos com eficiência para a formação de um núcleo local do PT, com atuação destacada nas lutas locais. Mas não conseguimos realizar a capitalização

---

\* Texto escrito por Érico Sachs em agosto de 1981 e assinado pela Secretaria Executiva da OCML-PO — para o *Boletim Interno* nº 18, de circulação restrita (clandestina) aos militantes da POLOP. Texto cotejado com o documento original mimeografado a álcool.

partidária. O enraizamento das posições programáticas da Organização continua próximo da estaca zero. A presença da Organização enquanto tal não vai além dos próprios quadros que foram transferidos para lá, de outras regiões do país.

Se ilustramos o problema lembrando o ABC, não terá sido por acharmos que o problema se limita àquela frente. Escolhemos este exemplo por se tratar de uma das frentes de maior potencialidade de trabalho para nós. Mas panorama idêntico encontramos no Rio etc.

A ausência de uma imprensa central regular teria dificultado as tentativas para cobrir esta lacuna que hoje caracteriza a nossa prática. No entanto, o nível da propaganda política esteve muito aquém dos subsídios produzidos no período. Se tomarmos ainda o mesmo exemplo do ABC, veremos que a maior parte dos documentos produzidos pela Organização desde o início do ano sequer foram lidos, muito menos discutidos pela célula. O fato é que há uma absorção unilateral dos quadros numa política limitada aos problemas da luta local e imediata.

Registramos, no presente *Boletim Interno*, o início de um enfrentamento desta situação. Mas, o desenvolvimento da consciência crítica sobre os nossos problemas ainda é bastante desigual. Muitos quadros não compreenderam ainda os estreitos limites em que se movem. Como a pressão cotidiana é muito forte, suas preocupações se circunscrevem aos “problemas práticos da organização do movimento”. As possibilidades para uma agitação anticapitalista, suscitada objetivamente pelas greves e manifestações contra o desemprego, não mereceram maior atenção da parte da Organização. Raciocina-se em termos da legislação específica do tipo salário-desemprego, pensa-se em organizar marchas proletárias contra o desemprego, mas não se vai além.

Quer-nos parecer que a concepção dominante na Organização ficou ao nível da Plataforma de Lutas.

Acompanhando esse rebaixamento do papel da Organização, abandonou-se quase completamente a formação de quadros. Voltando todas as energias para a atividade prática, para “ir à classe operária”, chegou-se a outro ponto crítico: as células começaram a parecer organismos supérfluos. No Rio, uma célula não se reunia há três ou quatro meses. A ação coletiva passou a ser substituída, em muitos casos, pela prática individual.

Alertamos para o fato de que esta “ida à classe operária”, participando ativamente das lutas, do trabalho sindical, nos bairros, no PT etc., foi — e continua sendo — imprescindível. O que não é necessário é a limitação do nosso trabalho a este aspecto. Os “círculos social-democratas” nos primórdios do movimento operário russo também se dedicavam à agitação econômica e auxiliavam a classe operária nas greves. Contudo, desde o início, os marxistas russos desenvolviam a propaganda revolucionária. O próprio Lenin empenhou-se na formação dos operários, discutindo com eles as raízes de sua situação na sociedade burguesa e os caminhos de sua emancipação. A literatura desta fase registra materiais como *As greves*, *Os tribunais do trabalho* etc., onde se alinham os problemas imediatos e os relacionam à finalidade do movimento operário.

Não nos interessa caracterizar aqui a situação, embora se possa dizer que é uma “crise de crescimento”. Importa, sim, indicar como superar as falhas, limitações e erros, a começar pela própria Direção Nacional.

Como, porém, não se trata de reeditar a discussão da 6ª Conferência, uma vez que suas resoluções constituem os pontos de partida do debate atual, o próximo Ativo deverá incorporar as experiências recentes, enriquecendo a tática e sugerindo novos métodos. Precisamos, hoje, verificar qual o potencial do movimento operário para realizar, por exemplo, a greve geral que Lula propõe, qual o peso que o trabalho sindical ocupa no momento e que papel o Partido dos Trabalhadores pode efetivamente cumprir a curto e médio prazos; de que modo

realizar a agitação política e formar grupos operários etc. Estas questões encerram o conteúdo e o sentido prático da pergunta: qual é — para a atual conjuntura — o nosso papel?

A discussão pode seguir, então, as seguintes etapas:

- 1) sistematização das experiências e sua socialização através dos *Boletins Internos*;
- 2) discussão nas células, elaboração de propostas, indicação de delegados;
- 3) discussão pormenorizada (no caso do Rio) da fusão e recomposição dos organismos;
- 4) reuniões regionais de delegados de células;
- 5) síntese das propostas em uma tese nacional;
- 6) realização do Ativo Nacional, composto por delegados indicados nas reuniões regionais e por um representante do CN.

A mobilização da Organização para essa tarefa significará um primeiro passo no sentido de recuperar sua dinâmica interna, vida coletiva e formação de quadros. Nesse sentido, é de extrema importância incorporar os quadros novos na preparação do Ativo, verificando, inclusive, a possibilidade da participação informal dos operários com quem atuamos em núcleos do PT ou no movimento sindical.

Agosto de 1981  
Secretaria Executiva

# EM QUE PÉ ESTAMOS?\*

1) É natural e positivo que em toda fase nova de luta, em cada nova conjuntura, a organização revolucionária se coloque a pergunta do seu papel e das suas tarefas nas lutas de classes.

É natural, porque as mudanças das condições objetivas exigem uma adaptação dos métodos de atuação a uma realidade dada, um confronto das bases teóricas com a atividade prática e, além disso, ajuda a evitar atitudes voluntaristas.

É positivo, porque a própria colocação do problema mostra que os quadros tomam conhecimento da mudança das condições sob as quais se desenrolam as atividades diárias. O não enfrentamento desses problemas só pode levar ao desgaste e à passividade dos militantes.

Pretendemos, portanto, aqui, delinear em grandes traços o papel que a organização de vanguarda desempenha, ou melhor, pode desempenhar, no presente e a médio prazo, nas lutas de classes do país e quais as tarefas que enfrentamos para estar à altura das exigências que a situação impõe.

Compreendemos “situação” num sentido mais amplo do que a tática imediata, isto é, evitamos abordar aqui, por exemplo, questões como o nosso relacionamento com o PT, Oposição Sindical, eleições etc. Sobre esses problemas existem material e documentação (queremos lembrar as TDs\*\* 1

---

\* Escrito por Érico Sachs em fevereiro de 1982 para o *Boletim Interno* nº 26, que circulava clandestinamente entre os quadros da OCML-PO.

\*\* Refere-se à *Tribuna de Debates*, documento escrito por dirigentes e militantes para discussões internas (de circulação restrita aos militantes) da Organização e que antecedia as Conferências.

e 2), que podem servir como subsídios para a discussão. Aqui queremos nos concentrar em aspectos fundamentais do papel e caráter da vanguarda e seu relacionamento com o trabalho de massas.

2) Faremos isso partindo da premissa da criação de uma organização de comunistas em escala nacional, embora ainda estejamos no meio do caminho. Não obstante o fato de a fusão de dois remanescentes da antiga POLOP ter se dado até agora somente em escala regional, já há todas as premissas para a criação de uma coordenação nacional que permita às duas organizações atuarem **de fato** como uma só entidade. Isso será um passo decisivo para o surgimento no país de uma organização nacional operária e comunista.

Partimos também da premissa da necessidade de uma vanguarda no sentido leninista, para levar avante o processo de formação política da classe operária. O partido revolucionário é a expressão mais alta que essa vanguarda pode tomar. Evidentemente, não nos encontramos ainda nessa situação. Ainda estamos no processo que dará lugar ao surgimento do Partido e este está estreitamente ligado ao amadurecimento do proletariado enquanto classe. Isso tudo já foi discutido e seria igualmente gratuito querer fundamentá-lo aqui de novo.

A questão fundamental, da qual derivam outras, é a da razão de ser da PO como organização separada e frequentemente oposta às demais organizações existentes no país.

Em primeiro lugar — e isso diz respeito tanto à OCML quanto ao MRPO (das demais frações da antiga POLOP ainda estamos esperando uma definição a respeito) — reside no fato de sermos as únicas organizações de comunistas militantes no país. Evidentemente, há outras organizações, inclusive maiores que a nossa, que se apresentam como comunistas e que abrigam militantes de cuja sinceridade de propósitos não pretendemos duvidar. Olhando-as de perto, entretanto, essas organizações ou são seitas voluntaristas com esquemas preestabelecidos para

a luta de classes ou então são remanescentes de esquemas internacionais que no passado obedeceram ou ainda obedecem a centros no exterior, seguindo linhas políticas que nem sempre coincidem com as necessidades do nosso proletariado. Mesmo quando pretendem superar essas situações, ficam presas por inúmeros vínculos às tradições do seu passado.

A Política Operária é a única organização que nasceu do empenho consciente de aplicar o marxismo e a experiência das lutas de classes internacionais nas condições concretas do país, tomando como ponto de partida a realidade encontrada e a situação objetiva do proletariado brasileiro, elaborando paulatinamente uma linha estratégica sob um ângulo comunista. Evidentemente, essa obra ainda está no início (e para nós não terá fim), ficou interrompida e desvirtuada durante anos, mas representa a única tentativa séria que se deu nesse sentido, que deixou resultados e que tem de ser levada adiante.

Que este trabalho não foi em vão, mostra o fato de muitos postulados nossos, levantados nas primeiras discussões internas, terem hoje sido reconhecidos integral ou parcialmente por outros movimentos. Em parte, deve-se isso ao aguçamento das lutas de classe no país (principalmente às derrotas sofridas), que ajudou outros a elaborarem conclusões próximas às nossas, formuladas numa época em que a realidade não parecia confirmá-las. Em parte, é resultado direto da nossa atividade, que, com todas as insuficiências, conseguiu ultrapassar os estreitos limites da nossa presença física.

Só para dar alguns exemplos: a rejeição das teses da revolução burguesa, a defesa do caráter socialista e proletário de qualquer futura revolução no país, a caracterização das classes dominantes, a organização independente (e a emancipação ideológica) do proletariado, a Frente Única dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, a luta contra as ilusões democráticas burguesas, tudo isso encontramos hoje presente em outras forças políticas e sindicais, da mesma forma que a luta pelo sindicato livre.

Quer dizer que não temos mais esse “monopólio” de vinte anos atrás, quando os setores mais ativos do proletariado (e da esquerda) estavam dominados em diversos graus pela ideologia pelega dos “comunistas”.

3) Analisando melhor a situação atual, veremos, porém, que essa herança teórica não se expandiu nem foi aceita de maneira integral ou igual fora dos limites da influência direta dos remanescentes da antiga POLOP. Foi aceita ou elaborada nos níveis existentes nas diversas organizações e correntes, isto é, de uma maneira fracionada, coexistindo com ideologias herdadas de outras fontes, do semianarquismo até o democratismo constitucionalista. Nenhuma outra organização ou corrente conseguiu prosseguir na elaboração de uma base teórica com certa consequência para a atividade revolucionária. Em parte, nem sequer se colocou o problema. Mas, para que uma organização seja comunista de fato, não basta a profissão de fé nos objetivos finais. Só convencerá na medida em que estratégias e táticas apropriadas sejam aplicadas no decorrer da luta.

Paradoxalmente, é por causa deste fenômeno, do fato de que muitas posições nossas elaboradas no passado podem hoje ser encontradas em outros organismos, inclusive em movimentos de massas, que se ouve frequentemente um questionamento da PO. Quando levantadas semelhantes objeções por parte de antigos militantes, não podem ser levadas muito a sério. Um militante ou mesmo um ex-militante deve estar em condições de poder avaliar o grau de penetração e a qualidade do raciocínio revolucionário e saber o quanto falta ainda para ser feito nesse terreno. Geralmente são outros os motivos das restrições.

4) Mais sério se torna o problema quando é levantado por operários que militam em organizações de massas, sindicais ou no PT. É preciso ver, entretanto, que o operário, mesmo com consciência de classe, por si só, não raciocinará em termos de militância comunista quando esta não faz parte de sua experiência ou quando não está preparado para enfrentar o

problema. O operário que no PT ou em outros organismos de massa encontra uma série de reivindicações colocadas, com as quais se identifica, porque sem dúvidas correspondem aos seus interesses de classe, pode ser um militante ativo no seu meio, mas isso não o torna espontaneamente um comunista.

Acontece que é justamente esse operário, por ter uma militância ativa, por ter se destacado numa greve e pela sua combatividade geral, que é convidado a integrar uma base da Organização de formação e recrutamento. O operário recua, declina o convite ou chega mesmo a perguntar: “vestir duas camisas, por quê?”.

A culpa geralmente não é do operário por não ter compreendido do que se trata: ele age conforme o grau adquirido no seu ambiente. A responsabilidade (ou a falta de responsabilidade) é dos nossos companheiros, que pretendem colher o que não semearam.

É de se perguntar como os companheiros “trabalharam” esse “candidato” à militância comunista. Agitação só, evidentemente, não dá para formar a necessária consciência, não é o suficiente para formar quadros. Para isso é preciso de propaganda, de educação sistemática. Geralmente se toma uma postura bastante formalista, para não dizer “administrativa”. O operário é convidado a integrar um GFR\* para estudar o Curso Básico.\*\* Este caminho está errado. Dá certo para intelectuais e estudan-

---

\* GRE, sigla para Grupo de Formação Revolucionária, nível inicial de participação na POLOP, a partir do qual o quadro poderia vir a ser convidado a militar numa célula da Organização. [Nota dos editores].

\*\* *Curso Básico*, elaborado pela Organização Revolucionária Marxista — Política Operária (ORM — PO). A publicação em forma mimeografada ocorreu logo após o IV Congresso da POLOP, em setembro de 1967. Os textos eram destinados à formação marxista dos militantes e versavam sobre os seguintes temas: Sociedade e classes; A exploração capitalista; O proletariado, a classe revolucionária; O Estado: instrumento de dominação de classe; e outros. Em: <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Curso-b%C3%A1sico-da-Polop.pdf>. Acesso em: 27 de outubro de 2022. [Nota dos editores].

tes que tenham a necessária curiosidade intelectual e folga para seguir o curso. Esquece-se que o Curso Básico foi elaborado para colocar aos militantes não operários a problemática geral que têm de transmitir (e saber transmitir) numa linguagem acessível. O GFR para operários tem de tratar de problemas atuais, posições da Organização etc., mas **antes** de convidar o operário a ingressar em um organismo de recrutamento, ele já deve saber o que queremos dizer quando falamos de uma política comunista, de uma política operária. O GFR para operários pode usar o Curso Básico para aprofundar a argumentação já transmitida, mas o estudo sistemático durante meses e anos (pela experiência) não pode ser imposto como condição.

Podemos perguntar quantos dos nossos companheiros estão preocupados e em condições de explicar a um grupo de operários (ou a um só) o que é mais-valia, como funciona a exploração capitalista. Explicar o mecanismo de acumulação do capital sem se satisfazer com a constatação de que “o patrão é safado”. E quantos se dão ao trabalho de expor o que é o imperialismo ou o Estado sem se contentar com os chavões habituais. Mas é justamente isto que o operário tem que saber, tem que digerir intelectualmente, antes de receber o já mencionado convite.

Nesse aspecto, o nosso trabalho está atrasado e, de certo modo, baixou de qualidade. E essa é a causa de muitas decepções. Temos de transmitir ao operário uma argumentação anticapitalista fundamentada. A simples propaganda do socialismo, como uma sociedade melhor, não basta. Sem despertar no operário a compreensão do funcionamento da sociedade atual, ele não estará preparado para a luta no nível político.

Sem essa crítica anticapitalista, que inclui a avaliação das classes da sociedade burguesa, qualquer propaganda socialista ficará em bases emocionais e superficiais. Não passará de uma profissão de fé de um futuro desejável, mas distante, que não movimentará nem organizará a classe. Sem a compreensão racional do caráter e do funcionamento da sociedade atual, o

socialismo não passará de uma imagem idealista, que só abalará cada vez quando confrontada com as condições concretas do socialismo existente, como atualmente na Polônia.

Uma das condições para que o proletariado, como classe, se “decida” pela revolução socialista é a certeza de que seus problemas não encontram soluções no quadro da sociedade atual. A grande massa aprenderá isso com a experiência de luta. A vanguarda operária e seus quadros já partem para a luta com essa premissa formulada e fundamentada.

5) Podemos ter certeza de que só estaremos em condições de preencher o papel político a que aspiramos como uma organização de quadros. Que quer dizer “organização de quadros”? Organização comunista ainda não é idêntica com a de quadros. Os comunistas nos quatro cantos do mundo já formaram partidos de massas, que por isso não deixaram de ser vanguarda. Os próprios bolcheviques, que durante toda ilegalidade mantiveram a forma de organização de quadros, transformaram-se em partido de massas entre fevereiro e outubro de 1917, antes da tomada do poder. Uma organização comunista, portanto, toma a forma de uma de quadros, não por opção ou porque prefere esse tipo organizatório, e sim em determinadas condições. Isso se pode dar tanto em virtude de uma clandestinidade existente como em virtude de falta de condições objetivas, do grau ainda baixo de consciência do operariado.

Entendemos a organização de quadros comunistas no sentido que Lenin a deu em *O que fazer?*, sem, todavia, querer copiar a estrutura dos bolcheviques. Trata-se para nós de uma organização consciente e homogênea, unida por uma disciplina voluntária, composta de lideranças de fato ou em potencial que na sua atividade seguem uma divisão de trabalho, fundamentalmente de agitação, propaganda e organização, que as complementam mutuamente.

Fundamental para Lenin é a presença de quadros operários qualificados. Sob as condições de clandestinidade czarista e

levando em conta o baixo nível escolar e educacional das massas russas, a relação entre operários e intelectuais era de seis a quatro, em média. Essencial para Lenin era o relacionamento entre operários e intelectuais no seio da organização. Os dois se completam também mutuamente, agora no sentido da constante aprendizagem recíproca. O intelectual (sob a condição de que seja revolucionário e que tenha rompido com a ideologia da sua classe de origem) fornece ao operário o armamento teórico para uma luta mais consequente e o operário transmite ao intelectual o conhecimento concreto das formas que essa luta pode tomar em cada momento determinado. O resultado é uma aproximação dos níveis e a criação de uma linguagem comum no seio da organização que permita debates e decisões tomadas em comum. O resultado é também que o operário revolucionário se torne um operário intelectualizado. Não só pela leitura constante e pelo fato de que com frequência aprende a formular suas opiniões por escrito, mas também porque aprendeu a decidir, formular, aceitar ou rejeitar soluções sob um critério comunista.

Vejamos como Lenin encara a questão em *O que fazer?*:

Esse fato demonstra que o nosso dever e nossa obrigação mais iminente e mais urgente é a formação de revolucionários oriundos do operariado que, **no que diz respeito à atividade partidária**, esteja no mesmo nível dos revolucionários provenientes de círculos intelectuais. (Assinalamos “no que diz respeito à atividade partidária”, pois, embora seja proveitoso para o operário, não é fácil nem tão urgente atingir o mesmo nível em outros sentidos.) Por isso temos de ter em vista, **antes de tudo, elevar** o operário ao nível do revolucionário e de maneira alguma **descer** incondicionalmente ao nível da “massa operária” (...) (destaques de Lenin).

Não há, portanto, no conceito de Lenin nenhum espaço para o relacionamento que estamos acostumados a acompanhar no seio das chamadas organizações comunistas, onde periodicamente operários são exibidos para fora para provar o caráter proletário do grupo. De resto, o que predomina no interior do grupo são extremos que se tocam e que vão do paternalismo à bajulação. Paternalismo que geralmente é acompanhado por mandonismo, na medida em que os intelectuais apresentam fórmulas prontas e acabadas para que os operários aceitem, pois que não se espera deles que as ponham em dúvida. A bajulação segue em geral padrões obreiristas — agrada-se ao operário pelo fato de ser operário. A experiência mostra até o cansaço que, se um operário nessas circunstâncias chegar a exercer realmente uma liderança na sua classe, então isso se dá **apesar** do ambiente reinante na organização, com a qual rompe geralmente em determinado ponto de sua militância.

Bem — dirão os companheiros — fato é que ainda não somos essa organização de quadros comunistas. Justo, não somos ainda e temos de ter consciência disso. Estamos atrasados, empenhados em juntar partes da antiga organização nacional. Também aí trata-se de um processo, pois a junção das partes não se pode dar simplesmente nos pontos em que se quebraram. A reunificação só é viável à base dos problemas da luta atual. Além disso, temos de ter em mente também que estamos enfrentando uma situação completamente nova para uma organização. Nunca chegamos a constituir uma organização de quadros no nível exigido pelas lutas de hoje. No passado, pudemos constituir uma organização de quadros à margem da classe operária. Hoje, só seremos organização de quadros (com alguma significação) se enraizados na classe.

Temos a impressão de que essa consciência já penetrou na maioria dos nossos quadros responsáveis e isso ajudou para que nós nos empenhássemos pelo caminho da reunificação. O que nos une ou poderá nos unir é a retomada dos métodos

marxistas de luta, que fizeram parte da razão de ser e da própria fundação da Política Operária.

Nós, atualmente, ainda estamos enfrentando o problema do enraizamento na classe. Embora a situação tenha melhorado no decorrer dos últimos anos, essa melhora diz respeito à nossa participação nas lutas e no crescimento da nossa influência em setores locais de movimento. Não se traduziu ainda, porém, na incorporação de quadros operários a ponto de mudar a composição social das Organizações. E essa mudança é indispensável — insistimos nisso — para que nós nos tornemos vanguarda no seio da classe.

Não podemos querer forçar a situação oriunda de um movimento de massa em miniatura, isto é, trazendo para dentro de nossas fileiras operários não formados como quadros políticos ou operários que de antemão não tenham as qualidades necessárias para se tornarem quadros. Não é, evidentemente, qualquer indivíduo ou qualquer operário que dá para esse gênero de militância política. Isso não quer dizer que podemos desprezar essas forças em potencial. É nossa tarefa organizar esses e outros grupos ao redor da Organização, fornecer-lhes a possibilidade para ter uma vida social e política em conjunto. Criando grupos operários em torno de nós (em associações, clubes, centros culturais etc.), dar-se-á uma seleção natural de futuros quadros para a militância. Desse modo, podemos, nas nossas condições, aplicar o conceito leniniano das seleções “vanguarda-massa”. O núcleo “duro” agrupa em torno de si camadas de diversos níveis.

Finalmente queremos salientar que a organização de quadros — independente do alto nível que possa adquirir —, não pode visar de maneira alguma a um isolamento da classe e dos seus movimentos de massas, criando barreiras entre a vanguarda e a massa. Não se trata de um conceito elitista. A relação entre a organização de quadros e a massa, que aqui defendemos, implica o enraizamento na classe, numa correla-

ção de crescimento. Essas relações podem mudar de país a país (conforme tradições particulares) e de conjuntura a conjuntura, mas a garantia dessa continuidade na mudança é a presença de quadros **políticos** da classe operária, que participam ativamente da direção da luta.

6) Aceitamos em debates passados o fato de, nas presentes circunstâncias e mesmo com a formação da organização nacional, ainda não constituiremos mais do que uma organização de propaganda. Só superaremos essas características na medida em que nós nos tornarmos partido, na medida em que liderarmos de fato um **setor expressivo** do proletariado nacional, isto é, nos centros industriais do país. Por enquanto, propagamos no seio da classe uma política operária, a organização independente do proletariado, a necessidade da revolução e do socialismo. No dia em que chegarmos a constituir um partido, não estará diminuída a importância da propaganda revolucionária, mas disporremos de uma força material para influir de modo mais direto na mudança das relações de classe no país.

Mas, **organização** de propaganda não significa **sociedade** de propaganda, sociedade que se limita a divulgar as suas ideias para o público. A única maneira viável de fazer penetrar a teoria revolucionária na massa é estar presente nas lutas de classe e de participar dessas lutas onde nos for possível. A classe só aceita a propaganda e tira consequências dela na medida em que vá ao encontro de sua experiência de luta, mas não o fará espontaneamente. O nosso papel consiste, em grande parte, na formulação e interpretação dessas experiências para ela. Isso exige presença, mas possibilita a conquista de lideranças, pelo menos (nas atuais circunstâncias) em âmbito local.

7) Isso já define o papel e as tarefas fundamentais das Organizações na presente conjuntura e a médio prazo.

Em primeiro lugar trata-se de criar uma organização nacional de comunistas em nível tão alto que permita enfrentar os problemas que a luta de classe coloca.

Em segundo lugar, essa organização de quadros tem que atuar dentro e mediante os movimentos de massas. Os partidos revolucionários da classe operária tinham sempre como ponto de partida a fusão de vanguardas com o movimento de massas existente.

Essas duas tarefas não estão na ordem consecutiva, e, sim, concomitantes e intimamente ligadas. E na medida em que avançamos nesse caminho, contribuiremos decisivamente para uma mudança de qualidade da luta do próprio movimento de massas, e essa é outra condição para alterar as relações de forças entre as classes da sociedade brasileira.

# PARTIDO, VANGUARDA E CLASSE\*

O conceito de partido nasce para o movimento operário moderno junto com o primeiro documento do marxismo militante, o *Manifesto Comunista*. Não só o título original do programa de Marx e Engels é *Manifesto do Partido Comunista* como no próprio texto fala-se pela primeira vez na necessidade da “organização dos proletários como classe e, portanto, como **partido político**”.

Para compreender melhor o conceito de partido, “partido político” dos fundadores do socialismo científico naquele momento, não podemos evitar a citação de trechos de sua autoria. O faremos sem querer cansar o leitor de saída. No terceiro capítulo do *Manifesto*, intitulado “Proletários e Comunistas”, os autores colocam:

Qual o relacionamento dos comunistas para com os proletários em geral? Os comunistas não são um partido especial em relação aos demais partidos operários.

Eles não têm interesses diferentes do proletariado inteiro.

---

\* Texto escrito por Érico Sachs para o *Boletim Interno* nº 25 da OCML-PO, datado de março de 1982, que circulava clandestinamente entre os militantes. Publicado também na revista *Polêmica* nº 1 de julho de 1982 e no livro *Marxismo e luta de classe*, editora Praxis, Salvador-BA, 1987. Texto revisado e cotejado de acordo com publicação mimeografada do *Boletim Interno* nº 25, do acervo do Labelu — Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais, da Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia.

Eles não estabelecem princípios especiais, conforme os quais pretendem modelar o movimento proletário.

Os comunistas se distinguem dos demais partidos proletários unicamente pelo fato de, por um lado, destacar e pôr em relevo os interesses comuns nas diversas lutas nacionais dos proletários, independente de nacionalidade, e, por outro lado, sempre defender os interesses do movimento global no decorrer das diversas fases de desenvolvimento que a luta entre proletariado e burguesia percorre.

Os comunistas são, pois, praticamente, a parte mais decidida, que impulsiona para frente os partidos operários de todos os países; em relação ao resto da massa do proletariado eles têm a vantagem teórica, a do conhecimento das condições, do desenrolar e dos resultados gerais do movimento proletário.

Queremos ressaltar dois problemas fundamentais que os conceitos expostos contêm.

Em primeiro lugar, o conteúdo do “partido”. A afirmação de que “os comunistas não são um partido especial em relação aos demais partidos operários” já causou muitas dores de cabeça aos estudiosos de Marx, aqui e acolá. Não faltou inclusive quem quisesse provar à base da citação que os comunistas nunca deveriam ter formado partidos próprios, outros preferem passar por cima ou simplesmente confessar “nada saber fazer” com essa definição.

A aparente contradição se liquida por si só quando levamos em conta que o conceito do partido, na hora do *Manifesto*, ainda não tinha tomado o conteúdo organizatório que mais tarde iria tomar, sem falar daquele que hoje está tomando. O “partido” do *Manifesto* poderia ser melhor traduzido, hoje, por “movimento” ou “corrente”, independente do seu tamanho. Se não fosse isso, o próprio *Manifesto* seria incon-

sequente. Por um lado, intitula-se *Manifesto do Partido Comunista* e, por outro, afirma que “os comunistas não são um partido especial...”.

Os comunistas em torno de Marx, em 1847, estavam **organizados** na Liga Comunista,\* que tinha o seu programa (o *Manifesto*) e seus estatutos próprios. Mas quando Marx fala da necessidade do partido político do proletariado, ele quer dizer somente que a classe operária tem que se lançar na luta política (como classe para si), coisa que naquela época não era tão natural, como hoje poderia parecer. Mas, de que forma concreta essa luta política da classe se daria, Marx não podia prever ainda. Rejeitava esquemas preestabelecidos. Não é gratuitamente que o *Manifesto* afirma que os comunistas “não estabelecem princípios especiais, conforme os quais pretendem modelar o movimento proletário”.

A “organização dos proletários como classe e, portanto, como partido político” só indicava uma necessidade histórica. A maneira como viria a se impor, naquele momento, ainda não podia ser definida.

Com isso chegamos ao segundo problema que a passagem acima citada contém. Marx e Engels expõem aqui uma concepção materialista da luta e do próprio partido. Não só negam que os comunistas estabelecem princípios preestabelecidos, como assinalam (mais adiante) que as definições teóricas não são inventadas e não passam de expressões de uma luta de classes existente.

---

\* Refere-se à Liga dos Comunistas, de acordo com o *Marxists Internet Archive*: primeira organização comunista internacional do proletariado, fundada em 1847 em Londres por Marx e Engels, em consequência da reorganização da Liga dos Justos, associação secreta alemã de operários e artesãos, que surgiu na década de 1830. O lema da Liga dos Comunistas foi: “Proletários de todos os países, uni-vos!” e seu programa, o *Manifesto do Partido Comunista*. [Nota dos editores].

Poucos anos depois, Engels define isso de maneira clara, quando diz, na sua introdução às *Revelações sobre o processo dos comunistas de Colônia*:

Comunismo não significa mais arquitetar, por meio da imaginação, uma sociedade ideal, a mais perfeita possível, e, sim, conhecimento da natureza, das condições e dos objetivos gerais, decorrentes da luta travada pelo proletariado.

Com a derrota da Revolução de 1848, a Liga dos Comunistas entrou em crise e foi finalmente dissolvida. Contribuiu para isso o surgimento de uma facção minoritária no seu meio, liderada por Willich-Schapper,\* que não se conformava com o esgotamento da situação revolucionária e que pretendia continuar a luta da mesma forma, a qualquer preço.

Investindo contra essa facção, Marx a acusava: “No lugar de uma concepção crítica, a minoria propaga uma dogmática, no lugar de uma materialista, uma idealista. No lugar das condições reais, a mera vontade torna-se para ela a força motriz da revolução”.

Aqui, pela primeira vez, provavelmente, são usados termos como “idealismo” e “voluntarismo” numa linguagem militante. Que isso não foi a última vez, nós o sabemos, inclusive por experiência própria. O problema volta em níveis diferentes,

---

\* Refere-se Karl Friedrich Schapper e August Willich. Marx e Engels chamavam ironicamente assim à fracção sectária aventureira de Willich-Schapper, que se separara depois da cisão da Liga dos Comunistas de 15 de Setembro de 1850 para formar uma organização à parte, com o seu próprio Comité Central. Com a sua atividade, a fracção ajudou a polícia prussiana a descobrir as sociedades ilegais da Liga dos Comunistas na Alemanha e forneceu-lhe o pretexto para organizar em 1852, em Colônia, um processo judicial contra destacados dirigentes da Liga dos Comunistas. Em: Marxists Internet Archives. [Nota dos editores].

acompanhando praticamente toda a história e o desenvolvimento do partido político da classe operária.

Demorou para que o partido tomasse forma e conteúdo. A Primeira Internacional, fundada em 1864, isto é, 17 anos depois da publicação do *Manifesto Comunista*, ainda não era formada por partidos. Apesar disso, representava um marco decisivo no caminho da sua formação.

Na Internacional, formada por iniciativa de operários franceses e ingleses, prevaleciam ainda as formas de sociedades mais ou menos secretas, mais ou menos conspirativas (proudhonistas, mazzinistas e outras). A Inglaterra estava representada principalmente por sindicatos legais. Somente os alemães, que chegaram mais tarde, já dispunham de embriões de partidos (os lassalianos e os marxistas em torno de Bebel e do velho Liebknecht).

A história da Primeira Internacional hoje é pouco conhecida e difundida, mas ela conserva a sua importância pelo fato de ter dado lugar à formulação de concepções marxistas fundamentais para a intervenção política da classe operária. Essas concepções foram elaboradas em debates acirrados, que caracterizaram os seus diversos congressos. Engels diria mais tarde que toda a história da Internacional tinha sido uma luta entre o marxismo e as seitas. E foi essa luta ideológica a que preparou a fusão do marxismo com o movimento operário existente. Mas, para que os resultados surgissem, era preciso superar a forma organizatória da Associação Internacional, que tinha dado o que podia dar. Praticamente acabou depois da Comuna de Paris, encerrando as suas atividades com novos apelos à classe operária de formar partidos políticos nos seus respectivos países, para levar a sua luta a um nível mais alto.

O apelo vingou, a situação estava amadurecendo e o partido político da classe operária começou a tomar conteúdo e forma organizatória nos principais países europeus. O processo foi demorado e percorreu toda uma fase histórica. Ain-

da em 1892, Engels escrevia a Kautsky: “Na nossa tática, uma coisa é certa para todos os países e tempos modernos: temos de levar os operários à formação de um partido próprio, independente e oposto a todos os partidos burgueses”.

Três anos antes, no centenário da queda da Bastilha, tinha sido fundada em Paris a Segunda Internacional, composta predominantemente por partidos. Delegados franceses, ingleses, alemães, belgas, italianos, holandeses, dinamarqueses, suecos, noruegueses, suíços, húngaros, tchecos, austríacos, poloneses, russos, romenos, búlgaros, espanhóis, portugueses, norte-americanos e — para não esquecer a América Latina — argentinos estavam presentes no ato de fundação. Nem todas as seções representavam partidos já formados, mas a grande maioria dos membros da Internacional já o era e se compreendia como partidos marxistas.

Que partidos eram esses? Qual o seu caráter, sua forma organizatória?

Em primeiro lugar, eram organizações de massas. Eram partidos que visavam organizar o operariado e, embora no início só atingissem uma fração do proletariado, a sua tendência era abranger a classe toda. Todo operário que reconhecesse o programa, os estatutos e que pagasse a sua contribuição era aceito como membro do partido.

Isso implicava um predomínio absoluto de operários entre os membros da base, embora houvesse intelectuais entre os dirigentes. Mas mesmo assim havia diferenças entre as seções nacionais. Enquanto na Alemanha, na Inglaterra e nos países escandinavos o elemento operário tinha peso maior entre as lideranças (August Bebel era marceneiro), no outro extremo, na Itália, por exemplo, o papel do advogado, do professor e do médico era muito mais pronunciado em todos os escalões do partido. Isso não dependia somente das tradições de lutas já criadas nos diversos países, como também do nível de seu sistema escolar e educativo.

Quase todos os partidos da Segunda Internacional se formaram e cresceram em torno de atividades eleitorais e parlamentares, que eram os instrumentos indicados para arregimentar a classe. Luta política era luta em torno de leis destinadas a defender os interesses da classe operária no quadro da sociedade exploradora. Os partidos operários nascidos numa época não revolucionária, no fundo, só podiam lutar por reformas. Com o tempo, verificou-se uma polarização no seio desses partidos. Enquanto nas alas esquerdas, os revolucionários viam na luta pelas reformas um meio para mobilizar e organizar a classe, criando assim um ponto de partida mais favorável para o futuro assalto contra a sociedade capitalista, a direita via nas reformas um fim em si, querendo melhorar a situação do operariado no quadro da sociedade existente. Geralmente surgia um “centro” entre os dois polos, que em última análise não fazia mais do que reforçar a direita. Assim, no partido alemão, o mais poderoso da Internacional, de 1895 em diante, distinguem-se nitidamente três correntes: a esquerda, representada por Rosa Luxemburgo, o centro, por Kautsky, e a direita, por Ebert.

Sem querer diminuir a importância que essa forma de partido político da classe operária tinha na sua época — era o instrumento principal para a formação da classe operária independente nos países industriais do Ocidente —, ela ficou superada e entrou num beco sem saída quando as lutas de classes se aguçaram com o salto qualitativo que a sociedade capitalista de livre concorrência deu em direção ao imperialismo. A falência da Segunda Internacional, no início da Guerra Mundial de 1914, não dizia respeito unicamente ao conteúdo da sua política, mas igualmente à forma de organização dos seus partidos.

A renovação do conceito de partido veio do Oriente da Europa. Foram Plekhanov e Lenin que defenderam o “partido de quadros” (embora Plekhanov não tivesse mais forças para ir até o fim). “Quadro”, tirado da terminologia militar francesa, abrange o conjunto e cada um dos seus componentes, de especia-

listas militares, do sargento até o oficial do Estado-Maior, destinado a treinar e liderar a massa dos recrutas, em caso de guerra.

A noção do “partido de quadros” surgiu nas condições peculiares sob as quais se desenrolavam as lutas de classes na Rússia czarista. Em si, significava um rompimento frontal com a concepção do partido político, que tendia a abranger a classe operária toda.

O que caracterizava as lutas de classes na Rússia czarista era que se desenrolavam sob a repressão mais violenta que então se conhecia na Europa e que qualquer movimento político tinha de se dar na mais completa clandestinidade.

Em segundo lugar, o proletariado russo, jovem e recém-vindo do campo, ainda não tinha criado tradições de luta e formas de organização próprias. As lideranças políticas no seio da classe ainda tinham de ser criadas.

Em terceiro, os revolucionários russos, ao contrário dos europeus, tinham que contar com a proximidade da revolução. Não se tratava ainda da revolução socialista, a qual ainda não se cogitava, e, sim, burguesa, pela abolição do absolutismo czarista. A Rússia não tinha passado pelo aburguesamento, em grande parte evolutivo, da Europa Ocidental, com suas repúblicas parlamentares ou monarquias constitucionais. O absolutismo czarista só podia ser derrubado por uma revolução, isto é, por um movimento insurrecional. O partido, que tinha que liderar o operariado nessa revolução e garantir que a classe preenchesse o seu papel, de antemão escolheu formas organizatórias adaptadas à perspectiva insurrecional.

Os social-democratas russos não foram os primeiros na história que tiveram de lutar em condições de clandestinidade. Os partidos alemão, austríaco e italiano conheceram fases de repressão e de proibição das suas atividades no fim do século passado. Sua situação, entretanto, era diferente da dos russos. No ocidente, os partidos chegaram a ser proibidos depois de aproximadamente uma década de atividades legais, durante

a qual tinham conseguido penetrar profundamente na classe operária. Conseguiram, portanto, manter na clandestinidade muitos traços de um trabalho de massas. As próprias tradições de luta criadas pelo proletariado alemão na fase legal garantiam as suas atividades na clandestinidade.

O mesmo não se podia dizer da Rússia, onde tudo estava por fazer ainda, pois o proletariado russo não conhecera uma situação de legalidade até então.

As diferenças de concepção de Lenin e da facção adversária da social-democracia russa (que tornar-se-ia conhecida como “menchevique”, a minoria) tornaram-se óbvias no Congresso de fundação, de fato, do Partido Operário Social Democrata Russo (POSDR), em Londres, em 1903, na questão dos Estatutos. Lenin propunha uma formulação pela qual podia ser membro da nova organização “quem reconhecer o seu programa e apoiar o partido tanto do ponto de vista material como pela atuação numa de suas organizações”.

Martov, o futuro dirigente menchevique, exigia igualmente o reconhecimento do programa e a contribuição financeira, mas de resto bastava para ser membro que desse “ajuda pessoal ao partido, de maneira regular e sob a orientação de uma das suas organizações”.

Para o observador desprevenido poderia parecer uma divergência sobre o sexo dos anjos, mas certamente não para as partes empenhadas. Lenin exigia a integração incondicional no partido e visava a uma organização de quadros. Martov, de seu lado, tinha uma reprodução do partido de massas ocidental em mente, onde os membros podiam atuar sob o controle de um dos membros do partido.

Lenin já tinha exposto a sua concepção de partido no seu célebre *O que fazer?*. O livro continua um marco na história do marxismo, mas em cada obra desse gênero é preciso saber distinguir o que é duradouro e o que é limitado pelo tempo e espaço.

Condicionada à situação russa de então é a noção do partido composto por revolucionários profissionais (ou talvez seja melhor dizer “profissionalizados”, pois um militante revolucionário não pode deixar de ser um profissional), que são sustentados pelo partido para se dedicar inteiramente às tarefas políticas. Esse esquema, a experiência o mostrou, não funciona em países onde a classe operária já desenvolveu tradições de luta e formas de organização próprias. Nessas condições, o partido dos revolucionários profissionais fica isolado da classe e geralmente se condena a uma existência de seita.

Igualmente condicionados à situação russa de então são os plenos poderes delegados à direção do partido, com seus direitos de nomeação de direções inferiores, de cooptação e de intervenção em todos os níveis. Ensaaiados em outras condições e em outros países (numa fase em que tudo que era russo era revolucionário), levaram depressa à degeneração e fracassos.

Abstraindo esses aspectos especificamente russos, o conceito fundamental de Lenin, de um partido que só abrangia a parte mais adiantada da classe operária, receberia em breve um reforço inesperado pelo desenrolar das lutas de classe no Ocidente. O próprio Lenin estava longe de supor que seus pontos de vista poderiam encontrar um campo de ação nos partidos de massa europeu-ocidentais, mas, na medida em que se cristalizava o fenômeno do imperialismo, com todas as consequências sobre a estrutura de classe dos países industrializados, tornou-se claro que a velha forma de organização política deixara de ser funcional. A política imperialista possibilitou a diferenciação de camadas no seio do proletariado, com a criação do que frequentemente foi chamada de “aristocracia operária”, a base material do reformismo. O fenômeno é mencionado pela primeira vez por Engels (ainda numa fase pré-imperialista), quando fala da situação da classe operária inglesa, que teve uma situação privilegiada em relação à continental, em virtude da exploração das colônias pela classe dominante britânica, que

por sua vez podia pagar salários mais altos. Com o florescimento do imperialismo, em muitos países, partes do operariado puderam ser “integradas” na sociedade burguesa, conseguindo um nível de vida que permitia uma acomodação econômica, social e política. Esse fenômeno já se tornou claro depois da Primeira Guerra Mundial, por ocasião das tentativas de revolução socialista no Ocidente.

Nessas condições, também os partidos revolucionários do Ocidente não podiam mais tender a se expandir pela classe operária inteira, sem trazer para as suas fileiras toda a gama de ilusões reformistas e democratistas que dominavam vastas partes do proletariado. As mudanças das condições materiais de luta fizeram com que os revolucionários do Ocidente chegassem a conclusões semelhantes às de Lenin, começando a falar do partido como **Vanguarda da Classe**.

As consequências teóricas e práticas da nova situação criada foram tiradas com a fundação da Internacional Comunista.

Nas teses sobre as tarefas principais da nova Internacional, redigidas por Lenin, consta nos parágrafos três e quatro:

Significa igualmente querer minimizar o capitalismo e a democracia burguesa e enganar os operários, se supuséssemos, como fizeram os antigos partidos e dirigentes da Segunda Internacional, que a maioria dos trabalhadores e explorados seria capaz, sob as condições da escravidão capitalista (...), de desenvolver uma clara consciência socialista, pontos de vista e caráter socialistas.

(...) Para vencer o capitalismo são necessárias relações mútuas justas entre o Partido Comunista, o proletariado, a classe revolucionária e a massa, isto é, a totalidade dos trabalhadores e explorados. Somente se o Partido Comunista for realmente vanguarda da classe revolucionária, contando com os melhores representantes dessa classe

nas suas fileiras, constituídas por comunistas conscientes e fiéis à causa, formados e endurecidos em lutas tenazes, somente se esse partido souber ligar-se indissoluvelmente à vida da sua classe e, por meio desta, com toda a massa de explorados, somente nessas circunstâncias esse partido estará em condições de liderar o proletariado na impiedosa luta final contra todo o poder do capitalismo.

O que as teses de Lenin ressaltam aqui é justamente o aspecto do partido como vanguarda de classe. Trata-se de uma reformulação do papel e da função do partido, resultado de experiências surgidas em polos tão diferentes como na Rússia czarista atrasada e na Europa Ocidental industrializada. Nesse sentido e somente neste, pode-se falar de um partido de novo tipo, um “partido leninista”. Essa caracterização, entretanto, não tem nada em comum com as aventuras voluntaristas que posteriormente se deram na Internacional, quando os partidos de todo o mundo foram reduzidos a apêndices da facção vitoriosa do partido soviético. Estudando mais detalhadamente o material desse II Congresso da Internacional, principalmente as 21 condições de admissão, vemos que não há princípios organizatórios a serem impostos às seções nacionais, a não ser a premissa da existência de um **centralismo democrático** que garanta a capacidade de ação do partido e a submissão de todas as atividades, como a parlamentar, de imprensa e editorial, à linha política definida pela maioria dos seus militantes. Os detalhes organizatórios ficam a cargo dos partidos nacionais, que têm de levar em conta as tradições de luta já criadas pelo seu proletariado.

A posterior “bolchevização” das seções nacionais da Internacional, iniciada por Zinoviev e levada a termo por Stalin, forçou os partidos a copiar literalmente o estatuto soviético (pós-revolucionário), com Comitês Centrais e Birôs Políticos, desprovendo-os do **centralismo democrático**, cortando as pos-

sibilidades do seu futuro amadurecimento e desenvolvimento revolucionário. De modo que a experiência do “partido do novo tipo” foi curta e não chegou a se desdobrar nas várias condições que as lutas de classes em países diferentes oferecem. O que ficou para nós é um ponto de partida; a experiência nós próprios temos de colher.

Mesmo entre os revolucionários, o conceito do partido como vanguarda não se impunha pacificamente. Houve o célebre debate entre Luxemburgo e Lenin, em 1904, e muita gente até hoje pretende tomar as polêmicas de então como ponto de partida para opor uma concepção “luxemburguista” à leninista. A intenção peca pela origem.

Também Rosa aplicava o termo “vanguarda” quando falava do partido político da classe operária, embora lhe desse outro conteúdo, diferente do de Lenin. Deve-se esta atitude, antes de tudo, ao fato de ela militar em condições completamente diferentes das dos bolcheviques. Ela estava empenhada em formar uma ala esquerda no Partido Social-Democrático alemão, mas a situação aí encontrada tornava inviável a criação de uma facção de esquerda, com disciplina própria, à base de uma organização de quadros como se dera na Rússia. Isso teria isolado a esquerda alemã do proletariado e deixado este à mercê dos direitistas. Este fator objetivo fez com que Rosa Luxemburgo sustentasse ainda (naquela época) a noção do partido, que tendia a abranger a classe toda. Desse ponto de vista, ela teve razão em muitos detalhes da sua polêmica com Lenin, inclusive quando atacava o centralismo extremo, que a realidade das condições russas impunha.

Isso, porém, era seu ponto de vista teórico. Ao mesmo tempo em que militava na Alemanha, ela era fundadora e continuava a fazer parte da direção do Partido Polonês, que por sua vez se considerava parte da social-democracia russa, pois a maioria do território polonês estava anexada ao Império dos Tzares. E, na prática, o Partido Polonês estava sob um centra-

lismo ainda mais rígido do que os bolcheviques. A oposição no seio do Partido Polonês, que protestava contra esse estado de coisas (Radek, Djerzinsky, Unschlicht etc.), chegou a colaborar diretamente com Lenin quando não encontrou mais espaço de expressão no próprio partido.

Rosa conhecia, evidentemente, por experiência própria, as condições sob as quais se desenrolava a luta de classes sob o tzarismo. O que ela não queria era teorizar e generalizar as necessidades dessa luta sob essas condições peculiares, que ela via como exceção passageira de um país atrasado. Teoricamente ela defendia o conceito de partido da Segunda Internacional, que naquela época ainda não tinha perdido a sua razão de ser, no Ocidente.

Mais duvidoso era o conceito de Luxemburgo sobre o papel do espontaneísmo, questão estreitamente ligada ao problema organizatório. Não estamos querendo endossar aqui as críticas burocráticas posteriores contra Rosa, que pegavam qualquer papel positivo à espontaneidade. Para Lenin, o fator espontâneo nas lutas de classes e no próprio movimento operário fazia parte de qualquer estratégia realista. Assim mesmo havia divergências entre os dois revolucionários, e ela se manifestou talvez melhor na questão insurrecional durante a Revolução Russa de 1905. Rosa defendia o ponto de vista de que era inútil querer **organizar** uma insurreição, pois essa tinha de surgir espontaneamente do seio das massas proletárias e populares ou, então, não se dava. Lenin, ao contrário, exigia desde o início que se preparasse e organizasse a insurreição contra o tzarismo. E a única insurreição armada maior, que se deu durante a Revolução de 1905, a de Moscou, foi deflagrada e liderada pelos bolcheviques.

Finalmente, as divergências entre Lenin e Luxemburgo nunca chegaram a ter esse peso que os “luxemburguistas” de hoje pretendem atribuir. Sinal é que no congresso de Londres, em 1907, Rosa defendeu abertamente e se solidarizou com a

atuação dos bolcheviques durante a revolução e, desse momento em diante, Lenin e Luxemburgo atuaram em conjunto na ala esquerda da Segunda Internacional.

O que os “luxemburguistas” de hoje pretendem, no fundo, é responsabilizar os princípios que Lenin defendia na questão organizatória como responsáveis pelas deformações que a Revolução Russa iria sofrer posteriormente. Trata-se evidentemente de uma atitude de puro idealismo querer explicar o curso de uma revolução por padrões organizatórios “errados”. Somente as seitas têm a liberdade de escolher padrões de organização conforme princípios preestabelecidos. Movimentos vivos encontram as formas de organização apropriadas para vencer. O simples fato de a Revolução Russa ter sido vitoriosa em 1917 mostra que os bolcheviques tinham adotado formas de organização apropriadas nas circunstâncias em que tiveram de atuar.

E aqui vale a pena, talvez, perder algumas palavras sobre o conceito partidário de Trotsky e dos trotskistas de hoje.

O próprio Trotsky pouco ou nada contribuiu para a elaboração de formas organizatórias revolucionárias. Em 1903, no Congresso de fundação da social-democracia russa, limitou-se a apoiar as formulações dos mencheviques, e quando destes se separou, ele e seus adeptos nunca formaram uma organização propriamente dita e se empenhavam numa estéril tentativa de reunificar numa só organização bolcheviques e mencheviques. O fato de os bolcheviques representarem o obstáculo maior a essas tentativas levou Trotsky, em 1912, a fazer frente única com os mencheviques, fundando o chamado Bloco de Agosto, frente única dirigida contra Lenin.

A guerra e o desenrolar futuro das lutas de classe fez com que Trotsky rompesse com os reformistas, se aproximasse dos bolcheviques, integrando o partido de Lenin e desempenhando o seu conhecido papel de destaque na Revolução e na guerra civil.

Anos mais tarde, já no exílio, na França, Trotsky diz no seu *Diário...* que não tinha tido um papel insubstituível duran-

te os Dias de Outubro. Com a presença de Lenin a revolução teria se dado de qualquer maneira. Trotsky, porém, não explica por que chegou a essa conclusão. Parece uma simples reverência perante o gênio de Lenin e em nenhum lugar da sua vasta obra literária entra no mérito da questão. Acontece que da genialidade de Lenin faz parte o fato de ter formado e forjado o partido político do proletariado russo em condições de liderar o proletariado na revolução. Sem a existência desse partido e a continuidade da sua ação durante 15 anos, o próprio Lenin nunca teria “feito” a revolução. Acontece que sem esse partido não teria havido Lenin, tal como a história o conheceu — e é também problemático se o próprio Trotsky teria tomado o lugar na história que chegou a ocupar.

Trotsky nunca voltou a esse assunto. Uma avaliação teórica, autocrítica, não condizia muito com seu temperamento, e naquela época ainda não era hábito exigir autocríticas para pecados passados.

De resto, nota-se nas apreciações históricas de Trotsky uma preocupação latente de relegar a importância e o papel dos “velhos bolcheviques” a um segundo plano. Durante as lutas de facções, porém, quando se criou um “culto a Lenin” (que teria revoltado o fundador do Estado Soviético), começaram as polêmicas sobre quem era o “discípulo mais fiel” do mestre. Trotsky, que nessa disputa bizantina levava evidente desvantagem, em virtude do seu passado antibolchevique, procurou compensá-la por uma extrema fidelidade aos “princípios” leninistas, também na questão organizatória. O “partido leninista” tornou-se um dogma também para o trotskismo.

Foi essa a herança que os trotskistas de todo mundo retomaram. De saída, os adeptos de Trotsky no exterior se constituíram como “bolcheviques-leninistas”, e, embora os rótulos tenham mudado com o tempo, sua atitude em relação ao problema do partido não mudou nem evoluiu. Qualquer trabalho crítico ou criador, qualquer tentativa de comparar essa herança

com as necessidades que tempo e espaço impunham, esbar-  
raram no medo de serem chamados de “antileninistas”. Mas,  
dogmatismo nunca fez parte do método de Lenin.

Aliás, não queremos ser injustos. Há uma inovação que  
as organizações trotskistas criaram: o direito de formar facções.

No X Congresso do Partido Comunista Soviético, que  
se realizou durante os dias críticos do levante de Kronstadt, em  
1921, Lenin propôs e foi aceita a proibição de formar facções  
no seio do Partido. Não é que antes a existência de facções  
tenha sido permitida. Não existia nenhum “direito” nesse sen-  
tido, mas elas foram frequentemente toleradas como fato con-  
sumado. Como essa proibição formal de 1921 posteriormente  
foi usada por Stalin contra Trotsky, e este chegou a reivindicar  
a sua suspensão no decorrer da luta interna no PCUS, o di-  
reito de formar facções entrou nos estatutos das organizações  
trotskistas. E lançando um olhar sobre o movimento trotskista  
nos mais diversos países, é preciso constatar que os seus mili-  
tantes souberam fazer uso desse direito, não se contendo com  
meias medidas.

Um problema fundamental da Vanguarda, principalmen-  
te quando constituída por uma organização de quadros, era a  
sua ligação com o movimento de massas. Na própria Rússia, os  
revolucionários chegaram a criar um partido de massas, entre  
fevereiro e outubro de 1917, no qual a antiga organização de  
quadros representava a espinha dorsal da vanguarda, que por  
sua vez encontrou o seu campo principal de atuação nos *soviets*.

Nos países ocidentais, onde os *soviets* (como os *räete*, na  
Alemanha, na Áustria e na Hungria) só tiveram uma existência  
passageira, pesaram sobre os sindicatos como forma básica de  
organização operária.

Um caso especial foi o da Inglaterra, onde o poderoso  
*Labour Party* (Partido Trabalhista), fundado por sindicatos e  
agremiações políticas reformistas, dominava a classe operária.  
Quando, depois da Primeira Guerra Mundial, foi fundado um

pequeno Partido Comunista, sua existência se dava praticamente à margem do movimento operário. Lenin insistiu junto aos camaradas ingleses para ingressar, como organização, no Partido Trabalhista, cujos estatutos previam a existência de entidades políticas com certa autonomia. Os comunistas ingleses resistiram por muito tempo, e quando finalmente aceitaram os argumentos de Lenin, já era tarde. Os dirigentes do Partido Trabalhista, alertados pela discussão travada em público, fecharam as portas ao PC britânico, que dessa maneira ficou condenado à impotência política.

O caso inglês era especial, entre outras coisas, em virtude da própria constituição do *Labour Party*. Mas, independentemente disso, semelhante atitude não poderia ter sido tomada pelos comunistas da Alemanha, por exemplo, onde o Partido Social-Democrático liderou a contrarrevolução de 1918/19, sendo responsável pela morte de milhares de revolucionários, entre os quais Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht. Na Alemanha os comunistas estavam condenados a aguentar à margem do movimento de massas, até que conseguiram cindir o partido centrista (o Partido Social-Democrático Independente) e se constituir, por sua vez, como partido de massa.

Outro caso clássico foi o dos comunistas chineses. Partido pequeno, com poucas centenas de militantes, ingressou em 1923, após muita resistência e discussões, no *Kuomintang*, o partido da revolução burguesa e anti-imperialista de Sun Yat-sen. A experiência chinesa teve um desfecho trágico, quando, cinco anos depois, o *Kuomintang*, já sob a liderança de Chiang Kai-shek, fez as pazes com as potências imperialistas e reprimiu violentamente o movimento operário e comunista. Estes, em consequência, tiveram de retirar seus quadros sobreviventes para o campo, fora do alcance do terror branco, iniciando assim a “longa marcha”.

Trotsky, naquela época, criticava violentamente a liderança de Stalin e Bukharin, responsável pelo desastre, e, sem

dúvida, estava com a razão. Acontece, porém, que Trotsky desde o início tinha estado contra o ingresso dos comunistas no *Kuomintang*.

A falha dos comunistas chineses (e da direção de Moscou) foi que, por inércia ou oportunismo, não souberam romper os laços com o *Kuomintang* na hora certa, não reconhecendo as mudanças da situação que estavam se esboçando a olho nu. Mas, se tivessem ficado fora do partido de Sun Yat-sen naqueles anos críticos de ebulição revolucionária, teriam ficado à margem do movimento de massas, e é pouco provável que chegassem a liderar uma revolução vitoriosa.

Bem, que têm essas situações a ver com os problemas que nós enfrentamos hoje no Brasil?

Esse esboço certamente não discute e não entra no mérito da nossa situação e dos problemas que enfrentamos. Visa, sim, embora não esgote as questões aqui levantadas, destruir mitos enraizados também no nosso meio e fornecer subsídios para uma discussão que se impõe já.

O nosso problema imediato ainda não é o da constituição do partido revolucionário da classe operária brasileira. Não se constitui esse partido sem a participação ativa da classe. Não se pode afirmar, com a melhor boa vontade, que o nosso proletariado já esteja disposto a enfrentar esse problema, que ainda não corresponde à sua experiência de luta. As forças políticas existentes no seio e fora da classe ainda enfrentam problemas de organização pré-partidários. Mas mesmo nesta fase, os problemas aqui levantados já estão presentes de forma embrionária. E quanto mais cedo conseguirmos obter clareza em relação a eles, menos acidentado será o caminho para o partido revolucionário da classe operária brasileira, quando amadurecer a situação. O aguçamento das contradições de classe no país indica que isso não representa mais uma perspectiva para um futuro remoto.

# O QUE PODEMOS ESPERAR DAS ELEIÇÕES?\*

O quadro que o PT representa atualmente no estado do Rio (e não só neste estado) dificilmente corresponde ao de um partido operário, mesmo levando em conta que não poderia ser revolucionário. Se no passado já se podia distinguir nitidamente um reforço da ideologia pequeno-burguesa e um predomínio físico de elementos da classe média, com a aproximação das eleições o Partido parece inundado e submerso por uma onda eleitoralista das mais primárias, que parece desmentir as suas origens e as premissas sob as quais foi fundado, em consequência do movimento grevista no ABC, que irradiou pelo país afora. A situação foi visivelmente agravada pelas adesões de última hora de candidatos a cargos eletivos vindos de partidos burgueses, não dispostos e incapazes de seguir e defender o programa e os princípios do partido, como foram elaborados nas primeiras convenções nacionais. A forte presença de uma ala direitista e oportunista e a inexperiência da liderança nacional fizeram com que esses representantes de uma política burguesa tradicional encontrassem uma acolhida fácil por parte de diretórios regionais, ansiosos em fortalecer as suas próprias posições.

Reavaliando essa situação criada, chegamos às seguintes conclusões:

---

\* Texto escrito por Érico Sachs (assinado como E.M. — Ernesto Martins) para o *Boletim Interno* nº 27 da OCML-PO, datado de junho de 1982, que circulava clandestinamente entre os militantes.

1) O quadro descrito dificulta, mas não impossibilita que o partido cumpra o seu papel como organizador das massas trabalhadoras em escala nacional, como instrumento de aceleração do processo de formação de uma classe operária independente no país. Do Acre até o Rio Grande do Sul aglomera operários industriais, trabalhadores do campo e camadas proletarizadas da pequena burguesia. A presença dessas classes trabalhadoras, que ainda não aprenderam a fazer sentir o seu peso dentro das fileiras partidárias, representa um ponto de partida para uma futura volta às origens. Continuamos a ver no PT, na presente situação e para o futuro próximo, o instrumento necessário para uma mobilização **política** das massas trabalhadoras no país, sem a qual a nossa atuação se restringiria de novo ao campo de ação de um pequeno grupo clandestino. Rejeitamos, portanto, as soluções propostas pelos “desiludidos e decepcionados” com o PT, que propõem a “alternativa” das oposições sindicais, concentração de atividades nas fábricas etc. O que eles propõem é uma atividade que se limita à luta **econômica**. Esta alternativa, para comunistas, é artificial e falsa. Luta econômica e política não são contraditórias e, sim, complementares, e onde essa complementação não se deu ainda é a nossa tarefa contribuir para que se dê. Somente dessa maneira o proletariado brasileiro aprenderá a andar pelos próprios pés.

2) Não desconhecemos as dificuldades criadas e as barreiras erguidas no próprio partido para seguirmos esse caminho, mas ao mesmo tempo é a própria campanha eleitoral que oferece as melhores possibilidades para mudar as relações de força na vida partidária. Muito depende da maneira de como essa campanha seja aproveitada como instrumento político para a formação e consolidação de uma consciência de classe fora e dentro do partido. O fato de nós termos podido impor uma série de candidaturas conscientes, representantes da classe operária e de posições proletárias, abre a possibilidade não só de uma ação consequente para fora, como também de influir

diretamente sobre a composição social do próprio PT. Condição para isso é que saibamos evitar a dispersão de nossas forças e que concentremos nossas atividades no proletariado industrial (e trabalhadores em geral), dando à campanha eleitoral um caráter de classe, aproveitando-a para a organização dessas camadas, preferencialmente no próprio partido, como núcleos de base, nos quais nós nos possamos apoiar em futuras lutas internas. Levaremos a luta eleitoral adiante com o intuito de conquistar a vitória de determinados candidatos, embora não todos que apoiamos tenham essa perspectiva. (Temos de ficar com os pés na terra e não perder o senso de realidade). Mas o que importa agora é a qualidade da campanha eleitoral que tem que ser travada numa faixa mais ampla possível no seio da classe.

3) Dissemos que a situação criada no PT dificulta, mas não impossibilita essa atuação exposta acima. Mas, temos de inserir aqui uma autocrítica de erros cometidos por nós no passado, para que não venham a prejudicar novamente a nossa militância no futuro. Não soubemos até hoje desenrolar\* uma atividade consciente e sistemática no meio do PT. A única região onde se deu isso em parte e onde foi criado um embrião para um trabalho de base é Caxias. Na região metropolitana do Rio, todas as tentativas desse sentido falharam ou ficaram no meio do caminho.

Desde o início tínhamos decidido desenvolver no seio do PT uma tática que as distinguisse qualitativamente da atuação da chamada “esquerda organizada”, isto é, dos agrupamentos sectários e oportunistas (frequentemente ambos) que lutam por posições na cúpula, à base de conchavos e demais manobras escusas. Decidimos igualmente não nos dirigirmos aos militantes e membros do PT como uma organização no seu meio, mas divulgar nossas posições por porta-vozes de núcleos (em internúcleos), como uma facção não declarada que defenda posições proletárias contra uma maioria de ativistas pequeno-burgueses.

---

\* O autor quer dizer desenvolver. [Nota dos editores].

Mas para poder realizar essa tática era preciso um trabalho de base, a criação e politização de núcleos operários. Nesse terreno falhamos. Não tivemos o fôlego necessário.

Embora essa fosse a nossa falha mais grave, há outras que contribuíram para restringir o nosso espaço de atuação no seio do PT, mesmo à base das relações de força existentes. Em primeiro lugar, destaca-se aqui a nossa incapacidade passada de atuar coordenadamente nas convenções, por exemplo. Há três convenções seguidas, as coordenações dos nossos delegados não funcionam, não promovendo intervenções sistemáticas dos nossos delegados em situações sempre sujeitas a mudanças. Nas duas últimas convenções, praticamente não houve oradores nossos na plenária. No passado foi geralmente um e sempre o mesmo companheiro que intervia, e isso lhe valeu um certo desgaste. Mas a falta de qualquer outro orador faz com que não consigamos expor as nossas posições. Impede igualmente que criemos lideranças locais mais expressivas dentro do PT, que se tornem um ponto de referência para agrupamentos e militantes descontentes, que existem de sobra.

Em segundo lugar (mas estreitamente ligado ao problema anterior), sofremos um certo isolamento dentro do PT, que se manifesta pela falta de informações. Dessa maneira, ignoramos quase sempre — pelo menos na região metropolitana — as recomposições e cisões que se produzem no interior do partido e ficamos incapacitados de aproveitá-las. Esse isolamento, se bem que não seja consciente, não deixa de ser voluntário e tem que ser superado se pretendemos mobilizar forças aliadas naturais nossas na campanha eleitoral.

4) Dissemos também que a campanha eleitoral abre a perspectiva de mudança nas relações de força dentro do partido. Ela cria a possibilidade de acesso a novos setores do proletariado, que despertará para a luta política, e uma tarefa fundamental é integrá-los nas fileiras do partido, em torno de uma liderança política dos nossos candidatos. Só poderemos aproveitar essa

campanha, entretanto, se a travarmos com métodos adequados, isto é, com os métodos com que tradicionalmente vanguardas revolucionárias se dirigem à classe em tempos de eleições. Posto numa fórmula a mais simples possível, devemos ter em mente:

a) evitar uma campanha eleitoralista, à base de promessas;

b) concentrar a nossa atuação na classe operária industrial, nos trabalhadores rurais e em camadas da pequena burguesia assalariada que se mostrem propícias a acompanhar a luta operária;

c) denunciar perante os trabalhadores o caráter de classe de nossa sociedade e despertar a compreensão do papel do operário e do trabalhador rural como criadores da riqueza que sustentam toda a hierarquia da sociedade capitalista;

d) denunciar perante os trabalhadores o caráter das instituições políticas da sociedade burguesa, como dos órgãos legislativos, executivo e judiciário. Deixar clara a diferença existente entre a constituição **escrita e de fato** (poder econômico, FFAA etc.);

e) deixar claro que as eleições, mesmo as mais “democráticas”, nesta sociedade não representam solução para os problemas que afligem os trabalhadores. Eleições têm que ser vistas como **meio de luta**. Representam um momento da luta pela defesa dos direitos dos trabalhadores contra a sociedade exploradora, luta que terá de ser continuada depois das eleições;

f) pretendemos reforçar essa luta, mandando representantes da classe operária para os órgãos legislativos, para que denunciem os métodos de governo e de administração dos patrões e levistem as legítimas reivindicações de classe operária. Os nossos representantes, entretanto, falarão sozinhos, como pregadores no deser-

to, nos recintos dos congressos, das assembleias Estaduais e Municipais, se não forem apoiados **de fora** pelas massas que os elegeram. Os nossos representantes nos órgãos legislativos só serão eficientes como porta-vozes de uma massa que exerce pressão. E para que a massa consiga exercer pressão, ela tem que **organizar-se**.

O apelo à organização da classe deve representar o alfa e o ômega de toda a nossa campanha eleitoral. Desse ponto de vista, a nossa campanha deve ser simultaneamente uma vasta campanha de filiação e de formação de núcleos proletários em torno dos nossos candidatos e em contato permanente com eles.

Na medida em que conseguirmos isso, estaremos mudando as relações de forças no próprio partido, pois os candidatos direitistas e carreiristas dificilmente quererão perder tempo com esses problemas. Vão se limitar à caça imediatista de votos. Ao mesmo tempo contribuiremos de fato para uma mudança qualitativa do comportamento da classe operária do estado.

Nessa linha de conduta, não devemos nos deixar perturbar pelas limitações do partido e da direção regional. O oportunismo da direita nos garantirá essa liberdade. É de se prever também que depois da campanha eleitoral muitos dos candidatos de última hora deixarão novamente o partido. Eleitos ou não — e a maioria não será eleita —, procurarão outras faixas de atuação para os seus desígnios imediatistas.

Em termos, a solução mais favorável para nós seria podermos dedicar um mínimo de energia à situação interna do partido e concentrar o nosso esforço global para a atuação externa. Devemos, evidentemente, denunciar o oportunismo que a direita revelará no decorrer da campanha eleitoral, mas não é interessante procurar um confronto na presente situação. O confronto, nós o procuraremos na medida em que as relações de forças nos sejam favoráveis. E isso dependerá em grande parte da nossa atuação na campanha eleitoral.

# ANDAR COM OS PRÓPRIOS PÉS\*

I

O que é uma política operária nas condições concretas das lutas de classes no país? Esta pergunta chegou a ser recolocada praticamente em toda mudança de conjuntura, quando surgiram mudanças de condições de luta. Foi colocada por nós dentro de um contexto político fundamental, que visava à necessidade da libertação do proletariado brasileiro da tutela da burguesia, da formação de uma classe politicamente independente e oposta à política burguesa e da sua transformação — conforme as palavras de Marx — em uma **classe para si**.

Salientamos tratar-se de um processo histórico, produto da evolução da própria sociedade capitalista, o qual não dependia só de nós e da nossa atuação. Nós tínhamos um papel neste processo, na medida em que contribuíssemos para acelerá-lo e empurrá-lo para frente. Chegamos a definir esta tarefa fundamental como nossa “linha estratégica”.

Ressaltamos também que a classe operária tinha progredido nos últimos vinte anos em direção à sua independência política e orgânica, mas que ainda se encontrava no meio do

---

\* Texto escrito por Érico Sachs em 24 de fevereiro de 1985, no Rio de Janeiro, sob o pseudônimo de Ernesto Martins. Originalmente o título é: **Andar pelos próprios pés**. O texto foi publicado em 1994 pela editora Segrac, Belo Horizonte, numa coletânea intitulada *Andar com os próprios pés, discutindo uma estratégia de ação para os trabalhadores*. O texto em questão deu o título à obra. Aqui permanecemos com o título editado.

caminho. A fundação do PT e da CUT testemunhou isto. O passo decisivo, porém, ainda não foi dado. O proletariado tinha ainda de aprender a andar com os próprios pés. As últimas eleições e a situação sindical em seu conjunto mostram, ao lado do progresso, as limitações do mesmo até agora.

Uma linha estratégica é válida enquanto os objetivos a que visa não tiverem sido atingidos. Enquanto isto não se der, ela determina a nossa situação política diária, a nossa tática. Queremos analisar aqui, sob este ângulo, a situação criada com a campanha das eleições diretas.

## II

Queremos deixar claro que esta campanha, desencadeada e liderada por forças burguesas, falhou, sobretudo por uma avaliação errada das relações políticas e sociais em jogo. Dissemos “avaliação errada”, mas no fundo a questão é mais complexa, pois por trás dos “erros” pesam interesses de classes.

“Eleições diretas para presidente” foi a fórmula apresentada para uma campanha que visava à liquidação da ditadura militar que dominava o país desde o golpe de 1964. E o que deveria ser o capítulo final do regime militar foi apresentado como um problema meramente parlamentar. Se a oposição no Congresso conseguir maioria, a democracia será restabelecida... A tarefa era convencer deputados e senadores.

O curioso nesta situação foi que em nenhum momento se levantaram cogitações sobre a atuação e reação do inimigo. Será que ele se conformaria com uma possível derrota parlamentar? E quando se levantavam vozes lembrando que o governo mantinha sólida maioria no Senado, os “otimistas” não se deixaram abalar — se a câmara aprovar, o Senado será forçado a seguir o exemplo. E praticamente ninguém perguntou se as Forças Armadas acatariam de fato uma derrota no

Congresso. Há, entretanto, bastantes indícios que desmentiam esta possibilidade.

A estratégia dos altos comandos das três Armas, seguida pelo governo, prevê uma retirada lenta e gradual das posições conquistadas em 1964 e reforçadas em 1968. O que a oposição estava exigindo era uma debandada destas posições. E os militares sabiam que uma debandada, uma vez iniciada, não se sabe onde e quando para. Não estavam dispostos a correr este risco. E muita gente já esqueceu qual o papel dos altos comandos por ocasião da explosão do Riocentro, quando estes proibiram virtualmente o Presidente da República a seguir a pista dos conspiradores.

O que achamos errado não foi o fato de se ter exigido a debandada, mas os métodos usados para consegui-la. Comícios ordeiros e pacíficos, sem outro meio de pressão, evidentemente, não bastam para isso. Uma força oposicionista que renuncia conscientemente a qualquer escalada do conflito priva-se dos meios de pressão. Até os garimpeiros de Serra Pelada sabiam da necessidade de métodos mais radicais para impor as suas reivindicações — sem querermos entrar no mérito das mesmas.

### III

O “equivoco”, a má avaliação das “forças sociais e políticas”, que fizeram com que o imenso potencial mobilizado se perdesse finalmente em conchavos nos corredores do Congresso Nacional e nos gabinetes dos governadores estaduais, tem a sua origem na ideologia das diversas frações da classe dominante.

O denominador comum é o cansaço com a ditadura e a tutela militar sobre instituições civis. O verso da medalha consiste no receio presente em todas as facções burguesas — em

escala maior ou menor — de uma perda do controle do movimento de base. A polarização se dá entre a “abertura lenta, gradual e controlada” e as “diretas já”. O objetivo é a volta à situação de antes de 1964.

Há nuances neste espectro, que vai de um extremo a outro, mas nenhuma fração da classe dominante deseja pôr em risco a ordem social vigente. Ninguém pretende serrar o galho em que está sentado.

#### IV

Para o PT, a aceitação das palavras de ordem burguesas, a sua adesão ao Comitê Suprapartidário e a consequente submissão a um “centralismo democrático”, implicou uma renúncia antecipada à luta por um papel hegemônico da classe operária e a autolimitação dos objetivos de luta ao restabelecimento do *status quo* de antes do golpe. Isto em si é uma péssima base para o surgimento de perspectivas alternativas à ordem burguesa, indispensável à esquerda, que realmente pretende seguir uma linha política independente. No caso do Brasil, o restabelecimento do antigo *status quo* implica automaticamente a manutenção do presidencialismo, com todas as suas consequências.

Acontece que, entre todas as formas de governo que a democracia burguesa produziu, a do presidencialismo é a mais retrógrada e é a menos democrática. Concentrando um grande poder de decisão nas mãos de um só homem, o sistema presidencialista foi comparado com uma “monarquia temporária” de quatro a seis anos, a ser revesada por outra do mesmo prazo. Fato é que o sistema presidencialista na América Latina, em grande parte, manteve um caráter semibonapartista, que facilitou mais de uma vez o passo decisivo do estabelecimento de uma ditadura bonapartista.

## V

Pode parecer que todos estes problemas foram superados pelo próprio desenvolvimento dos acontecimentos. Então, por que discuti-los ainda? Não podemos concordar com este posicionamento. Em primeiro lugar, temos que ter consciência de que a ditadura não desmoronou frente à estratégia das oposições unidas. Estas não souberam impor-se nem no Congresso. O que derrotou a ditadura foram contradições internas, o fracasso do partido governamental, no que o sr. Paulo Maluf tem o seu indiscutível mérito. A ditadura foi derrotada por uma frente, formada pelo PMDB e os dissidentes do partido governamental à base de concessões mútuas. É evidente que estas concessões contêm os elementos do continuísmo, que marcam a “Nova República” desde o seu nascimento e que facilitam ao sr. Tancredo a sua propagação do “pacto social”.

Em segundo lugar, a campanha pelas diretas, assim como foi levada, reforçou a ala direita no próprio PT. Só não houve, como consequência, maior pressão para a ida ao colégio eleitoral e o voto a favor de Tancredo, porque a candidatura Maluf já estava desmoronando a olho nu.

Atualmente, os direitistas se agrupam em torno da palavra de ordem da convocação de uma Assembleia Constituinte. A frente da constituinte não é nova. Formada por seitas de origem ideológica chinesa e russa (stalinistas e trotskistas) aliadas aos semiliberais, que representam camadas da classe média no PT, tentou mais de uma vez virar a mesa nas discussões internas. A direção, apoiada na grande maioria dos militantes, se negou a dar apoio à palavra de ordem, que nas circunstâncias teria significado apoio à Constituinte. As novas deliberações da liderança, que implicam uma participação na campanha pró-Constituinte, campanha que ao ver da liderança seria uma nova edição da campanha das “diretas já”, anulam as posições anteriores, justas e corajosas.

A Constituinte virá. Disto não há dúvida. Ela virá, antes de tudo, porque a classe dominante precisa dela para negociar uma nova superestrutura, que corresponda às novas relações de forças, após a derrocada da ditadura aberta e indireta da burguesia. O objetivo da Constituinte é o estabelecimento de uma ditadura direta da burguesia, isto é, direta porque sem o intermédio das Forças Armadas, mas velada, sob um manto de democracia. Esse fato já justificaria a desconfiança que um partido de trabalhadores deveria nutrir em relação à Constituinte convocada nas condições de hoje.

Parece haver um mal-entendido em tudo isto. O fato de a Constituinte estar na ordem do dia não significa de maneira alguma que temos de apoiá-la. Temos de participar dela. Temos de levantar no meio das forças políticas adversas as reivindicações da classe operária e dos trabalhadores em geral. E temos de aproveitar as contradições no seio da classe dominante para conseguir alguma coisa. Mas não podemos espalhar ilusões em torno da Assembleia. Ilusões democráticas desarmam as classes dominadas. Nossa tarefa é armar os trabalhadores com desconfiança, para que possam exercer pressão de fora para dentro, tal como em qualquer política parlamentar.

# OS TRABALHADORES E A CONSTITUINTE\*

“O poder emana do povo”, diz hoje, nestas ou noutras palavras, qualquer Constituição democrática, desde os dias da República de Weimar. “Mas nunca mais voltou”, emendou um escritor crítico, que não se contentou com esta meia-verdade.

Lassalle, no século passado, advertiu os operários a distinguir entre “Constituição escrita” e “Constituição real”: “O exército, os canhões, fazem parte da Constituição de um país”. Hoje, podemos acrescentar: o poder econômico, o imperialismo etc. igualmente fazem parte da Constituição real, independente do que a Constituição escrita diz a respeito. Esta experiência amarga já tivemos em 1964. E a verdade se torna novamente atual quando lemos na imprensa que as associações dos empregadores estão organizando um fundo de trilhões de cruzeiros para garantir a eleição de 300 candidatos para a Assembleia Constituinte, “soberana e independente”, do ano vindeiro. Nesse caso, a atuação da classe dominante é preventiva. Ela quer evitar que possa sofrer restrições **legais**, embora o seu domínio não dependa de textos escritos.

Desde já, todos os nossos políticos (com exceção do PT e de organizações recém-legalizadas) estão unânimes que a Constituição tem que declarar o direito à propriedade, que, para eles, é sinônimo de “liberdade” e “democracia”.

O que fazer frente à semelhante Constituinte? Evidentemente não podemos dizer aos trabalhadores que a Constituin-

---

\* Texto escrito por Érico Sachs para o *Boletim* nº 2 da Fundação Wilson Pinheiro, órgão de formação e propaganda do Partido dos Trabalhadores, em agosto de 1985. [Nota dos editores].

te resolverá os seus problemas. Isto seria entrar no coro das mentiras da política burguesa. Devemos ignorá-la? Boicotá-la? Mas, tais atitudes nos isolariam completamente da vida política do país. Temos que estar presentes, pois justamente há ilusões sobre os resultados dos trabalhos da Assembleia, e, por isto, a nossa obrigação é estar presente com alternativas às propostas e resoluções que surgirão naquele recinto.

Qual é o sentido então, qual é a finalidade da nossa participação na Constituinte? Considerando que, durante um período extenso, os trabalhos da Assembleia estarão no centro das atenções políticas do país (em maiores proporções do que acontece com a rotina do Congresso), temos uma oportunidade única para tornar público não só o nosso Programa, como os meios de chegar até lá. Um partido que combate o capitalismo, o imperialismo e a exploração do homem pelo homem tem que apresentar a alternativa para este estado de coisas. Isto quer dizer que sua representação na Constituinte tem que tornar-se porta-voz do Brasil Socialista.

Propomos três reivindicações fundamentais:

- 1) estatização dos bancos e das grandes indústrias;
- 2) desapropriação das propriedades imperialistas;
- 3) nacionalização das terras e sua entrega aos que nelas trabalham de forma coletiva ou individual.

Esses três pontos não esgotam ainda o retrato do Brasil Socialista. Mas criam os seus fundamentos, quebrando o poder das classes exploradoras. Representam igualmente as condições *sine qua non* de qualquer futuro desenvolvimento socialista no Brasil.

Isso não limita as tarefas de uma representação de trabalhadores na Constituinte. Outra é o desmascaramento do funcionamento da democracia burguesa. Nesse campo temos

de retornar às críticas dos clássicos. Foi Marx quem denunciou que as eleições de quatro em quatro anos, sem possibilidade de revogar os deputados que fracassaram na defesa das reivindicações populares ou que se passaram para o lado da burguesia, tiram dos eleitores o controle dos eleitos.

Um segundo recurso que a classe dominante tem para controlar os trabalhos do Legislativo é a divisão deste em duas câmaras: a criação de uma segunda câmara, o Senado, com direitos a obstruir ou barrar leis incômodas para a classe dominante ou fração desta, quando os “representantes populares” levam longe demais a sua soberania.

Um terceiro recurso é o veto presidencial, que permite ao Executivo mutilar e abolir praticamente qualquer lei incômoda. São esses truques do jogo parlamentar que facilitam o controle do legislativo e que contribuem para que qualquer democracia burguesa não passe de um instrumento das classes dominantes.

Temos que reivindicar, portanto, também:

- 1) revogabilidade, a qualquer momento, da eleição de deputados pelos seus eleitores;
- 2) estabelecimento de uma câmara única;
- 3) abolição do veto presidencial.

Evidentemente não acreditamos que o Estado atual possa enfrentar essas tarefas. Socializar a indústria e a terra só poderá ser feito por um Estado dos Trabalhadores e um Governo dos Trabalhadores.

Não acreditamos, tampouco, que a Assembleia Constituinte aceite nossas sugestões. Trata-se para nós de propagar o Brasil Socialista como alternativa à sociedade capitalista exploradora, com suas misérias, crises latentes e agudas e injustiças sociais.

“Então é pura propaganda?”, ouvimos dizer de muita gente, em tom de depreciação. É verdade, é propaganda, mas sem propaganda não há atividade política, principalmente atividade em prol do socialismo. Quem renuncia consciente ou inconscientemente à propaganda, renuncia à atividade em torno do objetivo final. Temos que semear para poder colher. Por milagre o capitalismo não se extinguirá neste país.

Porém, com esta atividade não se esgotam as tarefas de uma representação dos trabalhadores na Assembleia Constituinte. Além de velar pelo futuro, temos de cuidar do presente. Outro aspecto é a discussão das leis fundamentais, onde temos de intervir. Não devemos esquecer que a Constituinte foi convocada para elaborar uma superestrutura jurídica para o funcionamento do atual domínio de classe. Refletindo as atuais relações de forças existentes no país, a maioria dos deputados procurará o domínio da classe dominante, criando uma aparência democrática de governo “de todo povo”. Nossa tarefa não consiste em colaborar neste esforço nem em contribuir para que se produza uma Constituição que permita este intuito. O que podemos visar é criar um ponto de partida mais favorável para os trabalhadores em geral, e a classe operária em particular, nas lutas que virão. De resto, temos de ter alternativas radicais contra as propostas que fortalecem o poder dos patrões e a propriedade dos meios de produção. Importante é que não deixemos ilusões a respeito da Constituição que sairá da Assembleia. Ilusões desarmam os trabalhadores e enfraquecem a sua luta contra o poder burguês. E a fraqueza ou a força dos trabalhadores — seu grau de consciência e de organização — fazem igualmente parte da Constituição real do país.



Este livro foi composto na fonte Sabon LT Std  
e impresso pela gráfica Meta Brasil sobre papel Pólen 80g.  
Rio de Janeiro, 2023.

“⟨...⟩ **É um engano pensar** que só se fala do socialismo e dos meios de sua realização quando o problema está na ordem do dia. Quando a classe, a quem cabe realizar a obra, não está sendo preparada durante anos de luta para preencher o seu papel, será tarde para aproveitar as ocasiões históricas — como mostra o exemplo europeu, depois de duas guerras mundiais.”

“⟨...⟩ **A nossa tarefa** e a nossa única razão de ser é levar ao proletariado brasileiro a consciência do seu papel social e político, e isso só pode ser feito mediante um combate incessante dos preconceitos — do pensamento pequeno-burguês que ainda o domina. Pois a emancipação ideológica é a condição do surgimento de um movimento operário independente no Brasil.”

“⟨...⟩ **Tanto para Marx** como para Lenin, os revolucionários não **criam** as situações revolucionárias e não **fazem** as revoluções. Esse conhecimento foi uma das premissas para o socialismo se tornar científico. Os revolucionários só podem aproveitar as situações revolucionárias que a própria sociedade produz, na medida em que aprendem a discernir as leis sociais que regem a vida da sociedade e transformar essas situações em revolução, na medida em que souberem mobilizar e dirigir a classe revolucionária para preencher o seu papel. Pois revolução significa a substituição do domínio de uma **classe** por outra **classe**.”